

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONJUNTOS DE ARQUITETURA POPULAR:  
O CASO DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA-PE**

**CARINE AYANNE MENDES DE FARIAS**  
ORIENTADORA: MARIA LUIZA MACEDO XAVIER DE FREITAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

CARINE AYANNE MENDES DE FARIAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONJUNTOS DE ARQUITETURA POPULAR:  
O CASO DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA-PE**

Recife

2023

CARINE AYANNE MENDES DE FARIAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONJUNTOS DE ARQUITETURA POPULAR:  
O CASO DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de Concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas

Recife

2023

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

F224p	<p>Farias, Carine Ayanne Mendes de Patrimônio cultural de conjuntos de arquitetura popular: o caso do distrito de gravatá do Ibiapina-PE / Carine Ayanne Mendes de Farias. – Recife, 2023. 221f.: il., fig.</p> <p>Sob orientação de Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2023.</p> <p>Inclui referências, apêndices e anexos.</p> <p>1. Patrimônio cultural. 2. Gravatá do Ibiapina. 3. Arquitetura Popular. 4. Significância Cultural. I. Freitas, Maria Luiza Macedo Xavier de. (Orientação). II. Título.</p> <p>711.4 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2023-200)
-------	---	---------------------

CARINE AYANNE MENDES DE FARIAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONJUNTOS DE ARQUITETURA POPULAR:  
O CASO DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de Concentração: Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 28/08/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Participação via Videoconferência

---

Profa. Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Natália Miranda Vieira-de-Araújo (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Flaviana Barreto Lira (Examinadora Externa)  
Universidade de Brasília

Participação via Videoconferência

---

Profa. Maria Angélica da Silva (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Natal

## AGRADECIMENTOS

A meus avós, por me revelarem o melhor lugar do mundo.

A meu pai, minha mãe e meu irmão, pela rede de apoio incrível. Obrigada por toda ajuda, amor e cuidado. Ter vocês ao meu lado é a sorte de uma vida inteira.

À minha orientadora Maria Luiza de Freitas, por toda paciência e incentivo.

À Hugo, por clarear meus pensamentos e me fazer acreditar na pesquisa.

À Francelly, minha dupla de profissão e de luta patrimonial, obrigada pelo fôlego incessante.

À Bruno, Isabela e Stéphanie, pelo suporte afetivo e acadêmico todo esse tempo. O processo não foi fácil, mas com certeza foi mais leve, divertido e acolhedor graças a vocês.

Aos demais colegas do MDU, por dividirem a batalha de enfrentar um mestrado à distância, em meio a tantas lutas pessoais e a uma pandemia mundial.

À Anna, Priscila, Sara, Clarissa e Hygor, pela escuta e calma.

A todos os entrevistados que colaboraram e participaram desse trabalho de alguma forma, toda ajuda será lembrada.

A todos que vivenciaram e sentiram Gravatá do Ibiapina ao longo da vida. Obrigada pelo legado.

“Terei eu casa onde reter tudo isto  
ou serei sempre somente esta  
instabilidade?  
As casas essas parecem estáveis  
mas são tão frágeis as pobres casas  
Oh as casas as casas as casas  
mudas testemunhas da vida  
elas morrem não só ao ser demolidas  
Elas morrem com a morte das pessoas  
As casas de fora olham-nos pelas  
janelas”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BELO, Ruy; SARAIVA, Arnaldo. **País possível**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1973.

## RESUMO

Com o amadurecimento do campo do patrimônio cultural, os critérios para a atribuição de valores para os bens culturais passam por um processo de democratização, com a inclusão dos saberes e fazeres tradicionais da cultura popular no hall de patrimonialização. Contudo, apesar da expansão conceitual, diversas tipologias de bens culturais ainda não recebem a devida importância pelas políticas e ações de salvaguarda patrimonial. Essa situação é ainda mais expressiva em espaços interiores distantes dos grandes centros e, conseqüentemente, das expressões oficiais do patrimônio urbano. Um exemplo significativo é o da arquitetura popular, especificamente os conjuntos urbanos compostos por edificações cuja fachada principal é composta por porta, janela e platibanda. A presente pesquisa traz como objeto empírico a Zona Especial Histórica e Cultural (ZEHC) de Gravatá do Ibiapina, distrito localizado no município de Taquaritinga do Norte, agreste pernambucano. Além de contar com poucos estudos a seu respeito, o sítio vem passando por transformações que colocam em xeque a conservação de seu patrimônio construído, bem como dos valores e significados reconhecidos pelos usuários locais. Foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais e de campo, além da aplicação do instrumento de consulta desenvolvido por Pontual e Lira, a fim de compreender a relação entre os atributos e valores locais. Buscou-se compreender a significância cultural do recorte de estudo, bem como avaliar as suas condições de integridade e autenticidade. Com o objetivo de construir um documento validado socialmente, foi elaborada a Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) da área, que capturou os atributos valorados com maior frequência pelos usuários — no caso dos materiais, a Igreja de N. Sra. da Conceição e o casario em arquitetura popular da Rua do Comércio e em relação aos atributos imateriais, a Festa e o Pe. Ibiapina, por exemplo. Além disso, foi possível apreender que, apesar das descaracterizações e perdas que vêm acontecendo, o bem analisado é portador de valor patrimonial, e em predominância, íntegro e autêntico.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Gravatá do Ibiapina; Arquitetura Popular; Significância Cultural.

## ABSTRACT

With the maturity of the field of cultural heritage, the criteria for assigning values to cultural assets undergo a process of democratization, with the inclusion of traditional knowledge and practices of popular culture in the heritage hall. However, despite the conceptual expansion, several types of cultural assets still do not receive due importance by policies and actions to protection heritage. This situation is even more expressive in interior spaces far from the big centers and, consequently, from the official expressions of urban heritage. A significant example is that of popular architecture, specifically urban complexes composed of buildings whose main façade is composed of a door, window and ledge. The present research brings as an empirical object the Special Historical and Cultural Zone (ZEHC) of Gravatá do Ibiapina, a district located in the municipality of Taquaritinga do Norte, in the rural area of Pernambuco. In addition to having few studies about it, the site has been undergoing transformations that put in check the conservation of its built heritage, as well as the values and meanings recognized by local users. Bibliographical and documentary surveys and on-site visits were carried out, in addition to the application of the consultation instrument developed by Pontual (2017) and Lira (2010; 2017; 2018), in order to understand the relationship between local attributes and values. We sought to understand the cultural significance of the study, as well as to assess its conditions of integrity and authenticity. With the aim of building a socially validated document, the area's Declaration of Cultural Significance, Integrity and Authenticity (DSIA) was prepared, which captured the attributes most frequently valued by users — in the case of materials, the Church of N. Sra. da Conceição and the houses in popular architecture on Rua do Comércio and in relation to intangible attributes, the Festa and Padre Ibiapina, for example. In addition, it was possible to apprehend that despite the mischaracterizations and losses that have been happening, the property has a heritage value, and in predominance, it has a good integrity and authenticity assessment.

**Keywords:** Cultural heritage; Gravatá do Ibiapina; Popular Architecture; Cultural Significance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ZEHC de Gravatá do Ibiapina no Google Earth.....	22
Figura 2 – Arquitetura Kitsch, Barra de Guaratiba.....	34
Figura 3 – Construções populares em Uauá, Bahia, 1986.....	35
Figura 4 – Conjunto de Casas de Neópolis, Sergipe. ....	38
Figura 5 – Casario em Quebrangulo/AL. ....	42
Figura 6 – Municípios estudados no interior de Pernambuco por Brendle (1995).....	46
Figura 7 – Casas geminadas na vila de Barreiros/PE. ....	48
Figura 7 – Gravatá do Ibiapina-PE. ....	51
Figura 8 – Arte realizada pelas mulheres Ndebele. ....	55
Figura 9 – Casa de vila porta-janela, Vila Riacho Pequeno, no município de Belém de São Francisco/PE, 1970. ....	57
Figura 10 – Mapas da localização de Taquaritinga do Norte, seus distritos e povoados. ....	65
Figura 11 – Mapa de Pernambuco com a localização de Taquaritinga do Norte.....	67
Figura 12 – Localização das ruas que compõem a ZEHC do distrito de Gravatá do Ibiapina.....	68
Figura 13 – Vista de Gravatá do Ibiapina.....	70
Figura 14 – Chegada ao distrito de Gravatá do Ibiapina. ....	71
Figura 15 – Rua do Comércio, Gravatá do Ibiapina. ....	71
Figura 16 – Vista do cruzeiro.....	73
Figura 17 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	76
Figura 18 – Pannel do Açude do Gado. ....	77
Figura 19 – Placa em comemoração ao Centenário da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 1960.....	78
Figura 20 – Estátua do Padre Ibiapina.....	79
Figura 21 – Simulação do trecho onde ocorria a feira local. ....	80
Figura 22 – Pequeno trecho da feira local. ....	81
Figura 23 – ZEHC de Gravatá do Ibiapina.....	83
Figura 24 – Pannel de platibandas da Rua do Comércio. ....	84
Figura 25 – Rua do Comércio.....	85
Figura 26 – Anotações de José Mendes de Carvalho. Constam na imagem: proprietários de antigas hotelarias do distrito, em seguida alguns dos barbeiros, marchantes, e por fim, os comerciantes locais. ....	86
Figura 27 – Mapa de usos das Ruas do Comércio e Martins da Cunha. ....	87
Figura 28 – Casario da Rua do Comércio. ....	87
Figura 29 – Rua Martins da Cunha.....	88
Figura 30 – Pannel de platibandas da Rua Martins da Cunha.....	89
Figura 31 – Lista das pessoas que trabalhavam fazendo telhas e tijolos de barro antigamente no distrito gravataense.....	90
Figura 32 – Edificações da R. Martins da Cunha com revestimento cerâmico na fachada....	91
Figura 33 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	92
Figura 34 – Procissão da primeira eucaristia, durante o centenário de 1960. Padre Otto no centro da imagem.....	94
Figura 35 – Padrões em mosaico dos pisos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. ....	95
Figura 36 – Interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	95

Figura 37 – Reforma do piso externo e adição do painel no forro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. ....	96
Figura 38 – Mercado Público José Pereira da Costa. ....	97
Figura 39 – Histórico da Sociedade Musical Padre Ibiapina. ....	98
Figura 40 – Painel da sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina. ....	99
Figura 41 – Escola Municipal Padre Ibiapina. ....	100
Figura 42 – Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Padre Ibiapina. ....	101
Figura 43 – Localização das Praças Centrais de Gravatá do Ibiapina. ....	102
Figura 44 – Painel da construção do calçamento e instalação dos primeiros postes de Gravatá do Ibiapina. ....	103
Figura 45 – Festa da padroeira na Praça Nossa Senhora da Conceição. ....	104
Figura 46 – Praças Centrais da Rua do Comércio. ....	105
Figura 47 – Lavanderia Pública de Gravatá do Ibiapina. ....	106
Figura 48 – Banda Musical Padre Ibiapina. ....	108
Figura 49 – Painel de procissões gravataenses em épocas diferentes. ....	109
Figura 50 – Trajeto da Procissão de Nossa Senhora da Conceição. ....	110
Figura 51 – Painel da Festa de Nossa Senhora da Conceição. ....	111
Figura 52 – Padre Ibiapina. ....	112
Figura 53 – Painel da rotina dos moradores gravataenses. ....	115
Figura 54 – Hábitos dos moradores gravataenses. ....	116
Figura 55 – Diretrizes e ações para ZEHC. ....	118
Figura 56 – Parâmetros urbanísticos para ZEHC. ....	119
Figura 57 – Alteração do Artigo 73, inciso 1º e do inciso 5º. ....	120
Figura 58 – Artigo 73, inciso 9º e do inciso 10º. ....	121
Figura 59 – Diretrizes e parâmetros urbanísticos para o distrito gravataense do Plano Diretor de 2007. ....	122
Figura 60 – Reforma de fachada. ....	123
Figura 61 – Construções com mais de um pavimento na ZEHC. ....	123
Figura 62 – Trecho 1 do casario da Rua do Comércio. ....	125
Figura 63 – Trecho 2 do casario da Rua do Comércio. ....	126
Figura 64 – Trecho 3 do casario da Rua do Comércio. ....	127
Figura 65 – Trecho 4 do casario da Rua do Comércio. ....	128
Figura 66 – Trecho 5 do casario da Rua do Comércio. ....	129
Figura 67 – Trecho 1 do casario da Rua do Martins da Cunha. ....	131
Figura 68 – Trecho 2 do casario da Rua Martins da Cunha. ....	132
Figura 69 – Painel da paisagem urbana gravataense ao longo de 25 anos. ....	133
Figura 70 – Proposta em 3D para unificação das praças. ....	134
Figura 71 – Transformações ocorridas na Praça Maria Quitéria Farias. ....	134
Figura 72 – Painel das reformas ocorridas na Praça Nossa Senhora da Conceição. ....	135
Figura 73 – Painel do chafariz implantado na Praça Nossa Senhora da Conceição. ....	135
Figura 74 – Painel das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa. ....	136
Figura 75 – Painel das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa. ....	137
Figura 76 – Aplicação do Instrumento de Consulta com os atores sociais. Etapa da ordenação dos atributos. ....	145
Figura 77 – Analogia da Ampulheta. ....	146
Figura 78 – Exemplo de notas dadas na validação pelos atores sociais. ....	148
Figura 79 – Exemplo de notas dadas na validação pelos atores sociais. ....	149

Figura 80 – 1: Cruzeiro; 2: Açude do Gado; 3: Cemitério Pe. Ibiapina; 4: Antigo Grupo Rural. ....	152
Figura 81 – Atributos selecionados na área de estudo. ....	153
Figura 82 – Cartões com os valores e suas descrições. ....	156
Figura 83 – Pontuação dos atributos. ....	159
Figura 84 – Quantidade de vezes que o valor foi atribuído. ....	161
Figura 85 – Percentual da quantidade de valores atribuídos a cada atributo. ....	163
Figura 86 – Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído a cada bem. ....	164
Figura 87 – Resultado da Consulta sobre Autenticidade. ....	169
Figura 88 – Resultado da Consulta sobre Integridade. ....	169
Figura 89 – Percentual do resultado da avaliação da Integridade. ....	170
Figura 90 – Percentual do resultado da avaliação da Autenticidade. ....	171
Figura 91 – Você considera Gravatá do Ibiapina um lugar especial? Se sim, por quê? .....	174
Figura 92 – Existe algo em Gravatá do Ibiapina que você gostaria que as próximas gerações pudessem ver ou vivenciar? Se sim, o quê? .....	176
Figura 93 – Mapas mentais dos moradores antigos. ....	180
Figura 94 – Mapas mentais dos moradores recentes. ....	181
Figura 95 – Mapas mentais dos fiéis/ clérigo. ....	182
Figura 96 – Mapas mentais dos frequentadores. ....	183
Figura 97 – Breve descrição dos atributos. ....	186

## LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CNCR	Centro Nacional de Referência Cultural
DSIA	Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZEHC	Zona Especial Histórica e Cultural

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>ARQUITETURA POPULAR NO CAMPO DA HISTORIOGRAFIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>29</b>
2.1	ARQUITETURA POPULAR: BREVE OLHAR SOBRE UM CAMPO .....	29
2.2	ARQUITETURA POPULAR EM PERNAMBUCO .....	45
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	58
<b>3</b>	<b>BEM-VINDA(O) À GRAVATÁ DO IBIAPINA: IMBRICAÇÕES ENTRE LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO .....</b>	<b>61</b>
3.1	ENTRE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS.....	61
3.2	GRAVATÁ DO IBIAPINA: CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONTEXTO HISTÓRICO .....	64
3.3	UM OLHAR SOBRE A ZECH DE GRAVATÁ DO IBIAPINA – PE.....	82
<b>3.3.1</b>	<b>Casario da Rua do Comércio.....</b>	<b>83</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Casario da Rua Martins da Cunha.....</b>	<b>88</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Igreja de Nossa Senhora da Conceição .....</b>	<b>92</b>
<b>3.3.4</b>	<b>Mercado Público.....</b>	<b>96</b>
<b>3.3.5</b>	<b>Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina.....</b>	<b>98</b>
<b>3.3.6</b>	<b>Escola Municipal Padre Ibiapina .....</b>	<b>100</b>
<b>3.3.7</b>	<b>Praças Centrais da Rua do Comércio .....</b>	<b>102</b>
<b>3.3.8</b>	<b>Lavanderia .....</b>	<b>106</b>
<b>3.3.9</b>	<b>Banda Musical Padre Ibiapina .....</b>	<b>107</b>
<b>3.3.10</b>	<b>Festa de Nossa Senhora da Conceição .....</b>	<b>108</b>
<b>3.3.11</b>	<b>Pe. Ibiapina .....</b>	<b>111</b>
<b>3.3.12</b>	<b>Senso de Vizinhança .....</b>	<b>113</b>
<b>3.3.13</b>	<b>Tranquilidade.....</b>	<b>115</b>
3.4	LEGISLAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS.....	117
3.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	138
<b>4</b>	<b>A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CONJUNTO DE ARQUITETURA POPULAR DE GRAVATÁ DO IBIAPINA.....</b>	<b>141</b>

4.1	INSTRUMENTO DE CONSULTA .....	144
4.2	DOS ATRIBUTOS E VALORES SELECIONADOS .....	147
4.3	ATORES SOCIAIS .....	157
4.4	RESULTADOS .....	158
4.5	O PATRIMÔNIO SUBJETIVO DE GRAVATÁ .....	172
4.5.1	<b>Palavras pelos sujeitos .....</b>	<b>174</b>
4.5.2	<b>Mapas Mentais.....</b>	<b>178</b>
4.6	DSIA - DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL, INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE .....	184
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>187</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>193</b>
	<b>APÊNDICE A – PERFIL DO ENTREVISTADO E RELAÇÃO COM A MORADIA.....</b>	<b>199</b>
	<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA COM MORADORES DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA.....</b>	<b>208</b>
	<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MORADORES DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA.....</b>	<b>209</b>
	<b>APÊNDICE D – FICHA 1 DO INSTRUMENTO DE CONSULTA.....</b>	<b>210</b>
	<b>APÊNDICE E – FICHA 2 DO INSTRUMENTO DE CONSULTA.....</b>	<b>211</b>
	<b>APÊNDICE F – FICHA 3 DO INSTRUMENTO DE CONSULTA .....</b>	<b>212</b>
	<b>APÊNDICE G – FICHA 4 DO INSTRUMENTO DE CONSULTA.....</b>	<b>213</b>
	<b>APÊNDICE H – APLICAÇÃO COM OS ATORES SOCIAIS.....</b>	<b>214</b>
	<b>APÊNDICE I – APLICAÇÃO DA FICHA 4 COM ESPECIALISTAS.....</b>	<b>215</b>
	<b>APÊNDICE J – DEEXPERIMENTAÇÕES NO PATRIMÔNIO EDIFICADO POPULAR.....</b>	<b>216</b>
	<b>APÊNDICE K – O INSTAGRAM DE GRAVATÁ DO IBIAPINA-PE.....</b>	<b>219</b>
	<b>ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 1.940/2018, PREFEITURA DE TAQUARITINGA DO NORTE, PE .....</b>	<b>220</b>
	<b>ANEXO B – SÍNTESE HISTÓRICA DA PRIMEIRA CASA DE CARIDADE EDIFICADA PELO PE. IBIAPINA.....</b>	<b>221</b>

## PRÓLOGO

Gravatá do Ibiapina tem um cheiro sereno de infância. Lembro com carinho das brincadeiras que tomaram conta dos meus meses de férias e finais de semana. Esconde-esconde dentro das varandas das casas, pega-pega por entre as ruas. O subir e descer de ladeiras, sem cansaço físico, só com a sensação do vento batendo no rosto. A chegada ao pé do cruzeiro com vista para o vilarejo todinho.

No inverno, os banhos nas bicas e as calçadas transformadas em escorregas eram tradição. As bolas que se perdiam nos telhados e o banquinho da praça escolhido para ser o confidente das mais diversas histórias eram um retrato típico desses dias alegres. Aqui aprendi a dar os primeiros passos, as primeiras pedaladas e levei as primeiras quedas. Era um caminhar à deriva inocente e constante.

Não tem como não se apaixonar pelos tons que colorem a cidade no mês da padroeira. Não tem como não desfrutar das conversas nas calçadas até tarde da noite. Não tem como não levar consigo a história desse canto que, além de morada física, é morada da alma.

Lembro de uma noite, em particular, na casa de meus avós maternos, durante as férias. Vovó nos deixava dormir em sua cama, juntinho dela, pois era uma forma de controlar melhor o horário que as brincadeiras deveriam terminar. Vovô dormia no quarto ao lado, cedia seu canto sem reclamar. Nessa época a casa inteira não tinha forro de gesso. O quarto dos meus avós até hoje não tem gesso, eles dizem que gostam do ventinho que passa por entre as telhas.

Nessa rotina, eu sempre era a última a dormir. E enquanto esperava o sono chegar, minha vista se perdia no telhado da casa. Os caibros e ripas pareciam uma costura sobre a coberta quentinha que era o telhado, tudo casado, como num bordado feito à mão. Os barulhos de fora da casa também entravam facilmente. E o som que mais se repete em minha memória é o dos coqueiros que ficam atrás da casa de meus avós. O vento fazia as folhas chacoalharem lentamente. Esse barulho logo me lembrava a paisagem do mar. O mar sempre me deu paz. Gravatá do Ibiapina também.

---

# 1



Foto: Acervo Zé Comes, entre 1970-1975

## 1 INTRODUÇÃO

Com a expansão do campo do patrimônio cultural ao longo do tempo, o critério de excepcionalidade artístico e histórico passa a ser questionado e a preservação do que antes era apenas demanda das classes dominantes abre espaço para uma visão diferenciada: a dos saberes e fazeres tradicionais.

No âmbito brasileiro, as discussões e ações voltadas à conservação patrimonial e a sua proteção se aprofundaram com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937. Pelo Decreto-lei nº 25, o qual “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” em seu preâmbulo, se define o que constitui o patrimônio histórico e artístico do Brasil, instituindo o tombamento como instrumento de proteção.

Ulpiano T. B. de Meneses (2011) aponta que as mudanças ocorridas no campo patrimonial do país começaram a ocorrer já antes do final da década de 1970 e, conseqüentemente, antes da gestão de Aloísio Magalhães. Cita três momentos para consolidar tal afirmação: a primeira e a segunda edições do curso de especialização em conservação e restauração de patrimônio urbanístico (sendo a última sob o comando do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico - Condephaat)<sup>2</sup> e o Programa das Cidades Históricas<sup>3</sup>. Tais eventos trouxeram reflexões sobre o fato de o patrimônio não se resumir à materialidade.

Após a promulgação da Constituição de 1988, segundo o autor (2017, p. 202), ocorrem duas conseqüências principais no campo material. Primeiro, o poder público passa a ter “papel declaratório no reconhecimento dos valores”, ou seja, tomba-se o que já é patrimônio cultural reconhecido por um determinado grupo. Segundo “o valor cultural não é intrínseco aos bens”, ou seja, os bens são qualificados e reconhecidos a partir de seus significados e das relações com seus usuários. São as pessoas que

---

<sup>2</sup> 1974 (São Paulo) e 1976 (Recife), respectivamente.

<sup>3</sup> O Programa de Cidades Históricas (1973-1979) foi o primeiro programa federal a investir recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Foi criado pelo Ministério do Planejamento e buscava o desenvolvimento econômico das cidades históricas, em consonância com o desenvolvimento regional e o turismo cultural.

valoram o bem. “Em suma, abriu-se caminho para conceituar e operar (estado e sociedade conjugados) o campo do patrimônio como ‘fato social” (Meneses, 2017, p. 202).

Meneses aponta que o campo do patrimônio material ainda possui uma série de fragilidades a serem enfrentadas. Em contrapartida, a esfera do patrimônio imaterial segue um caminho promissor. As experiências vividas por Meneses, ao longo de sua trajetória, o permitiram compreender de forma clara a indissociabilidade entre material e imaterial. Sobre isso, aponta:

A gente não escapa das coisas materiais, mas elas não têm valores intrínsecos, não têm nada de imanente que não sejam as propriedades físico-químicas. No entanto, elas têm propriedades de natureza material que permitem externalizar ideias, expectativas, ideologias, memórias, identidades; elas funcionam como mediadoras, como combustível para a intervenção no mundo real. Então, eu diria que elas atuam como uma dimensão de qualificação diferencial — esse diferencial é importante, porque senão tudo vale tudo — do cotidiano e do trabalho. (Meneses, 2011, p. 429-430)

Todavia, por um lado, o próprio Meneses, enquanto conselheiro do Conselho Consultivo do Iphan - instância máxima da autarquia federal -, como demonstra Júlia Pereira (2021), relata a esquizofrenia da prática patrimonial atual do órgão: em que há uma clara divisão entre o patrimônio vivo, advindo do patrimônio imaterial, e do cemitério que seria o patrimônio material, das coisas que já não pertencem ao cotidiano. Motta (2011), por outro lado, nos diz que, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, não houve avanços na forma de valoração dos conjuntos urbanos pelo Iphan, e que os valores artístico e histórico continuaram a ser os balizadores nas decisões acerca da patrimonialização dos bens. Alguns olhares que versem sobre a indissociabilidade entre os dois campos são necessários e apontados a seguir.

Mais recentemente, Natália Vieira (2022), em seu livro “Materialidade e Imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo”, aponta os desafios que existem hoje, em ambos os países, na preservação do patrimônio construído, indicando que o melhor caminho é a indissociabilidade entre os aspectos tangíveis e intangíveis, principalmente com o olhar voltado para relações que existem entre as

pessoas e os bens culturais. A autora debate ao longo do trabalho o desafio de não tratar material e imaterial como termos opostos, mas, sim, complementares e simbióticos.

Traz, desse modo, como tema central a importância da conservação do patrimônio construído através de uma metodologia que aborde as dimensões material e imaterial, “num compromisso conceitual e operativo” em que um não prejudica o outro (Carbonara, 2022, p. 44). Aponta o cuidado com o crescente “relativismo absoluto”, demonstrando a importância de não negligenciar a materialidade. O desafio estaria, portanto, quando se trabalha com o campo do patrimônio construído, em inserir os aspectos imateriais na teoria já existente.

Uma outra questão importante levantada pela autora é a cautela de não se buscar simplesmente a superação das teorias tradicionais já construídas ao longo do tempo, a exemplo de Alois Riegl<sup>4</sup> e Cesare Brandi - teoria da restauração<sup>5</sup>, entre outros<sup>6</sup>, mas em complementá-las com novos olhares.

Enquanto a Itália se destaca na discussão da relação entre a teoria e o projeto de intervenção sobre o patrimônio construído, o Brasil tem importância pelo pioneirismo acerca do patrimônio imaterial. Vieira (2022), busca compreender onde o Brasil está inserido nessa aproximação entre teoria do restauro e prática projetual, indicando que houve um grande avanço na compreensão de patrimônio “enquanto processo, campo de disputas e na centralidade do processo de atribuição de valor por parte das pessoas” (Vieira, 2022, p. 306).

Ao longo do livro a autora reflete sobre a importância de questionar a prática do restauro do patrimônio construído apoiada na atuação inicial do Iphan, que se distanciava da discussão internacional e ainda é influenciada por uma postura baseada nas noções de “represtinação”. Aponta que no Brasil são três períodos chave

---

<sup>4</sup> Desde o início do século XX já analisava como as pessoas reconheciam “os monumentos”, lhes atribuindo valor, como aponta Lira (2019).

<sup>5</sup> Brandi toma os estudos de Riegl como base, mas converge nos temas de conservação, como esclarece em sua obra Teoria da Restauração (2008). Sua teoria voltada para as obras de arte, também pode ser aplicada em projetos arquitetônicos. Segundo Brandi (2008), uma obra de arte, ou monumento, deveria ser verificado se realmente é considerada como arte, como algo importante e de grande influência, e quando fosse restaurada, levar em conta a sua importância, os seus preceitos e estilos, e não restaurar no sentido literal da palavra, sendo a Arte condicionante do Restauro (BRANDI, 2008).

<sup>6</sup> A autora também aponta a importância de outras referências, como Roberto Pane, Giovanni Carbonara, Claudio Varagnoli.

do campo preservacionista. O primeiro, 1930-1970, é o período de nascimento e consolidação do mesmo, no qual será institucionalizado o debate acerca da preservação patrimonial do país e, também, serão iniciadas as práticas do Iphan.

Entre 1980-2000, aconteceu o amadurecimento e a especialização do campo, a exemplo dos cursos voltados para o restauro e a conservação de bens culturais. De 2001 até os dias atuais, surge a questão da relatividade absoluta, na qual os valores materiais e imateriais são abordados, por vezes, de forma dissociada, quando: “Considerar os significados não deveria pressupor um descolamento da matéria” (Vieira, 2022, p. 304).

A partir dos anos 1980, a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural é amadurecida a partir de uma visão interdisciplinar, colocando as pessoas como ponto central do debate. A autora aponta que já na Constituição de 1988, surgem antecipações sobre materialidade e imaterialidade, como o tema da “cultura popular”<sup>7</sup>, que voltam à tona em 2000, com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e o conceito de “referência cultural”.

O Brasil encontra-se no meio do tratamento do patrimônio material, com práticas consolidadas, mas fragilidades a serem resolvidas e os grandes avanços do tratamento do patrimônio imaterial. Em meio a tais avanços, entende-se que é fundamental a evolução no campo imaterial, mas isso não pode acontecer comprometendo os conceitos tradicionais da conservação já consolidados, a exemplo da autenticidade e da integridade. É peça chave colocar os sujeitos e os significados dados por eles no centro do debate, mas isso deve acontecer sem comprometer a prática do projeto, para que o patrimônio construído não seja “desmaterializado demais” (Carbonara, 2022, p. 60).

Diferente do patrimônio imaterial, que gera dinâmicas que envolvem as pessoas de forma mais rápida, o patrimônio material está sujeito a fragilidades, ou como pontua Carbonara: “Numa perspectiva puramente sociológica, ele está constantemente sujeito aos riscos de uma mudança de humor” (Carbonara, 2022,

---

<sup>7</sup> Artigo 216 da Constituição de 1988.

p.60)<sup>8</sup>. Para além do debate teórico, é fundamental conhecer o bem com valor patrimonial no qual se pretende intervir, em todos os seus aspectos, materiais e imateriais. O processo de (re)conhecimento, também, deve considerar os olhares dos atores sociais envolvidos, e não apenas a visão técnica dos especialistas, como indica Vieira (2022, p. 307 apud Meneses, 2012, p. 32):

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedade, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas etc., etc.- e, em suma, seus *valores*. (Meneses, 2012, p. 32, grifo do autor)

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, oficializou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e o Patrimônio Histórico e Artístico foi substituído por Patrimônio Cultural Brasileiro. O art. 216 propõe: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)” (Brasil, 1988). Esse novo comportamento permitiu a dinamização das manifestações culturais e a participação popular de maneira mais efetiva.

É em meio a discussão da indissociabilidade da dimensão material e imaterial do patrimônio cultural e, nesse estudo, especificamente no caso do patrimônio construído, que se localiza a arquitetura popular. Tal arquitetura, embora componha grande parte do espaço construído das cidades brasileiras, por muito tempo foi tida como algo de pouco valor.

Amaral (2022), aponta que é a partir da segunda metade do século XX, com as ampliações conceituais, que as produções arquitetônicas provenientes da cultura popular começam a ser valoradas e patrimonializadas. Todavia, o processo de

---

<sup>8</sup> Tomando o trecho do poema inicial dessa dissertação, e relacionando as casas ao patrimônio construído, já dizia Ruy Belo (1983): “As casas essas parecem estáveis mas são tão frágeis as pobres casas”.

expansão não é apenas tipológico, mas também territorial. Hoje pode-se falar também do patrimônio material de localidades interioranas, para além das cidades com conjuntos coloniais.

No interior de Pernambuco, usualmente, a malha urbana das cidades e vilas é formada de ruas estreitas que acompanham o enfileiramento das construções, como mencionado nos estudos de Brendle<sup>9</sup> (1995). As edificações de maior interesse e concentração coletiva, como instituições religiosas e públicas ficam localizadas em posições de destaque no espaço urbano, em grande parte dos casos, ao redor de praças ou jardins públicos, como aponta a autora:

A arquitetura popular produzida pelo homem nordestino, e em particular pelo pernambucano, segue o padrão morfológico dos primeiros anos da colonização portuguesa que é visível no traçado de vilas e cidades interioranas do estado, e uma ressonância tipológica no que diz respeito a ocupação do edifício dentro do lote e a massa construída. (Brendle, 1996, p. 37)

As construções populares estão implantadas em lotes estreitos, profundos e com ausência de recuos na frente e nas laterais. As residências, em geral, possuem uma relação direta com a rua, uma vez que não existem cercas ou muros e são “geminadas e com fachada composta de porta, janela e platibanda”, como descreve Thalita Nascimento em seu trabalho sobre a cidade de Quebrangulo-AL (2015, p. 15).

Dentre o panorama de espaço urbano edificado no interior do estado, destaca-se o foco deste estudo, o patrimônio construído da ZEHC<sup>10</sup> - Zona Especial Histórica e Cultural - do distrito de Gravatá do Ibiapina, composta pela Rua do Comércio e pela Rua Martins da Cunha, no município pernambucano de Taquaritinga do Norte. O recorte espacial caracteriza-se pelo “valor Histórico Cultural e de Paisagem que fazem parte da memória e identidade do município, e compreende o núcleo original da

---

<sup>9</sup> Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti Brendle.

<sup>10</sup> As coordenadas do polígono apresentado estão referenciadas na página 79 do produto 3, do Plano Diretor de Taquaritinga do Norte, 2021. Disponível no site da prefeitura. Link: [00c2a2be-f97e-4f77-91c2-69a8d64858ab/ebfc5307-bfe9-4444-9cb7-3bb6732d5d2f \(taquaritingadonorte.pe.gov.br\)](https://www.taquaritingadonorte.pe.gov.br/00c2a2be-f97e-4f77-91c2-69a8d64858ab/ebfc5307-bfe9-4444-9cb7-3bb6732d5d2f)

ocupação na sede e no centro de Gravatá do Ibiapina” (Prefeitura de Taquaritinga do Norte, p.7, 2021).

O sítio mencionado (figura 1) – a ZEHC de Gravatá do Ibiapina -, é formado por um conjunto de casario em arquitetura popular, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construções públicas como a Escola Municipal Pe. Ibiapina, a Sociedade Musical Pe. Ibiapina, o Mercado Público, alguns pontos comerciais e as praças centrais. Tais obras foram executadas por pedreiros locais, mestres de obras e até pelos próprios inquilinos das residências, o que torna o conjunto um importante semióforo para as questões relativas à identidade local.

Figura 1 – ZEHC de Gravatá do Ibiapina no Google Earth.



Fonte: Google Earth, 2023. Editado pela autora<sup>11</sup>.

Apesar de contar com um patrimônio relativamente bem conservado, e com o amparo do Plano Diretor de Taquaritinga do Norte (2021), o afrouxamento recente

<sup>11</sup> A Rua Martins da Cunha, erroneamente, é apresentada como continuação da Rua do Comércio no Google Earth.

dessa legislação municipal, somado a falta de fiscalização da mesma, permitem que intervenções sem planejamento ocorram com maior frequência na localidade. Tal condição reforça a necessidade de uma análise a partir de aspectos materiais e imateriais, que leve em conta, não apenas o olhar técnico, mas, também o dos atores sociais que estão envolvidos com o bem. Um dos caminhos para construção desse processo se dá através da consulta da significância cultural.

Segundo Lira (2020), as noções balizadoras da gestão da conservação do patrimônio cultural contemporâneas são: autenticidade, integridade e significância cultural. As três relacionam-se à avaliação dos atributos patrimoniais, e devem ser compreendidas de forma imbricada. Acredita-se que a aplicação da Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade, por abranger uma gama maior de valores, bem como por possibilitar a participação popular na tomada de decisões, pode se constituir como um instrumento que efetivamente operacionaliza o patrimônio enquanto fato social, particularmente, no caso da arquitetura popular do distrito gravataense.

É no olhar sobre esse patrimônio construído que o presente estudo traz como **questão central**: como a arquitetura popular do distrito de Gravatá do Ibiapina é percebida e valorada por seus usuários? Seria o patrimônio cultural material, com vistas para a arquitetura popular, do distrito de Gravatá do Ibiapina, possuidor de grande reconhecimento por parte da população por manter uma relação intrínseca com os aspectos intangíveis locais? O estudo justifica-se pela ampliação do reconhecimento e da valoração da arquitetura popular em localidades interioranas.

A pesquisa tem como **objetivo geral** compreender a significância cultural em conjuntos de arquitetura popular, tomando como exemplo empírico, o patrimônio construído da ZECH do distrito de Gravatá do Ibiapina-PE.

Traz como objetivos específicos:

1. Identificar como a arquitetura popular tem sido objeto nas análises historiográficas e no campo do patrimônio cultural;
2. Analisar as mudanças e permanências ocorridas no patrimônio construído popular da Rua do Comércio e da Rua Martins da Cunha,

localizadas na ZEHC, do distrito de Gravatá do Ibiapina, entendendo como a legislação urbanística municipal reverbera em seu estado de conservação;

3. Analisar como se dá o processo de valoração do patrimônio construído popular de Gravatá do Ibiapina, através de aspectos materiais e imateriais, e sob o olhar dos diferentes grupos sociais que estão envolvidos com o bem.

Sua metodologia prevê uma análise bibliográfica acerca da arquitetura popular, com nomes como Weimer (2005), Sant'anna (2013), Nascimento (2015), Dantas (2021), Amaral (2022), e no caso específico do estado de Pernambuco, utilizando autores como Brendle (1995, 1996, 2003), Azevedo-Mota (1991, 2017) e Mesquita (2017). Sobre a percepção do patrimônio cultural, pelo viés da significância cultural, foram utilizados autores como Riegl (2006), Lacerda (2012) e Lira (2017, 2020, 2021). Embora seja de importância o olhar sobre o habitar e o interior das construções em arquitetura popular, este estudo se deterá à dimensão urbana do conjunto construído.

Para a apreensão do objeto empírico, foram realizadas visitas *in loco*, análise do contexto histórico-espacial de Gravatá do Ibiapina-PE, registros fotográficos e consultas a acervos públicos - a exemplo dos Livros de Tombo da Paróquia de Taquaritinga do Norte e requerimentos da Prefeitura Municipal -, e privados, como no caso dos registros iconográficos e documentos pertencentes aos moradores locais.

A pesquisa documental em acervos pessoais foi fundamental para compreender como se desenvolve o processo de conservação do patrimônio cultural do distrito gravataense e a forma que os moradores se relacionam com ele. Ulpiano Meneses (1998), já indicava que esses artefatos têm uma qualidade importante, a de não negar sua verdade concreta, seu estado físico. O autor reforça, no entanto, que é preciso entender que tais documentos não possuem significados intrínsecos, os valores são dados pelos sujeitos, portanto a narrativa é um suporte externo necessário para compreendê-los. Poder acessar fotografias e objetos de algumas das pessoas que participaram da história gravataense, em conjunto ao cruzamento de seus relatos e memórias, permitiu um vislumbre mais fiel do distrito ao longo do tempo.

Dentre os acervos dos habitantes que moram no local desde que nasceram, podem ser destacados o de José Mendes, que durante muito tempo foi vereador do

local e músico da Sociedade Musical Pe. Ibiapina-, e o de Ângela Farias, professora do distrito, que possui uma extensa coleção de fotos de familiares que acabam por contemplar a paisagem local. Dos que não mais residem no local, mas o fizeram por muito tempo ou o visitam com frequência, pode-se mencionar o acervo de Júlia França, escritora do livro “Gravatá: uma história viva” e o de José Gomes, proprietário de alguns monóculos de fotos do local, pois foi fotógrafo durante boa parte da vida. Além das pessoas mencionadas, outras também contribuíram. Cada fonte acessada foi fundamental para realização do trabalho.

Para consulta da Significância Cultural, Integridade e Autenticidade foi escolhido o Instrumento de Consulta, de Pontual e Lira, por ser uma ferramenta simples e capaz de fornecer dados quantitativos e qualitativos, referentes à valoração do patrimônio cultural, em suas diversas formas, seja ela material ou imaterial. O instrumento permite que a operacionalização da significância cultural de um determinado espaço aconteça de forma coletiva e é dividido em quatro fichas (apêndices D, E, F, G). As três primeiras são voltadas para a consulta da significância cultural, sendo aplicadas a todos os atores sociais, e a última, a respeito das condições de autenticidade e integridade de cada atributo do bem patrimonial, deve ser aplicada apenas com especialistas.

Para complementar as informações levantadas com a aplicação da ferramenta de Pontual e Lira, foram realizadas perguntas semiestruturadas. No primeiro momento, foram coletadas as informações sobre o perfil do entrevistado, o roteiro de entrevista encontra-se no apêndice B e foi baseado e adaptado do modelo proposto por Nascimento (2015). Em seguida, foram realizadas duas perguntas, com o intuito de captar a visão que os atores possuem sobre o distrito de forma mais íntima. As respostas foram apresentadas através de nuvens de palavras, como desenvolvido por Numeriano (2021) acerca do sítio histórico de Floresta.

Por fim, foi pedido que os entrevistados expressassem em uma folha de papel quais seriam os primeiros elementos que viriam à mente sobre Gravatá do Ibiapina. Essa etapa resultou no desenvolvimento de mapas mentais compostos de recursos imagéticos e de palavras, que foram analisados de acordo com Archela, Gratão e Trostdorf (2014). Tais ferramentas serviram como reforço aos dados obtidos através

do Instrumento de Consulta. A junção dos resultados, possibilitou a construção da Declaração de Significância Cultural, Autenticidade e Integridade do recorte estudado.

O roteiro de entrevistas + ferramenta de consulta foi enviado ao Comitê de Ética, e em função das alterações sugeridas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e pela necessidade de reenvio de novas documentações, houve atraso no início desta etapa da pesquisa. As informações advindas das observações participantes foram transcritas e posteriormente analisadas e transferidas para tabelas.

Ao estudar a arquitetura popular de Gravatá do Ibiapina, pretende-se contribuir para a compreensão da importância e valorização do patrimônio popular construído para as pessoas que o vivenciam. A dissertação está estruturada em três capítulos, além desta 1. Introdução - que contém a questão central, o recorte espacial do objeto empírico, os objetivos e a metodologia da pesquisa.

O **Capítulo 2, “A arquitetura popular no campo da historiografia e do patrimônio cultural: uma revisão da literatura”**, fará uma análise sobre o estado da arte sobre a arquitetura popular de uma forma mais geral, buscando compreender como a mesma situa-se no campo do patrimônio cultural material. Também se debruçará sobre a arquitetura popular desenvolvida no interior do estado de Pernambuco, como forma de compreender como os mestres e pedreiros populares executaram uma arquitetura tão própria e única, entendendo que o objeto empírico deste trabalho localiza-se no interior do estado.

O **Capítulo 3**, intitulado **“Bem vinda(o) à Gravatá do Ibiapina: imbricações entre legislação vigente e conservação do casario”**, inicia-se da escala macro para micro, entrando brevemente nas questões referentes às pequenas e médias cidades, seguindo para a contextualização histórica do objeto empírico - o distrito de Gravatá do Ibiapina - PE -, e seguindo para o recorte espacial da ZEHC, tendo em vista que o foco deste trabalho é o patrimônio construído localizado dentro desta zona. Após o levantamento acerca dos atributos, é feita uma breve análise da legislação urbana e edilícia vigente na zona estudada. Também serão vislumbradas as mudanças e permanências que vêm acontecendo no patrimônio construído local.

O **Capítulo 4, “A declaração de Significância Cultural do conjunto de arquitetura popular de Gravatá do Ibiapina”**, conta com um referencial teórico

acerca das noções de significância cultural, integridade e autenticidade, e como esse debate é fundamental na preservação do patrimônio cultural. O instrumento de Consulta de Pontual e Lira será explicado, bem como seu processo de aplicação, complementado pelas nuvens de palavras e mapas mentais. Em seguida serão apresentados os resultados e a construção da DSIA.

No **Capítulo 5** tem-se as “**Considerações Finais**”, com questões percebidas a respeito deste trabalho, em seguida, as referências, os apêndices e anexos.

---

# 2



## 2 ARQUITETURA POPULAR NO CAMPO DA HISTORIOGRAFIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

A presente dissertação tem o intuito de entender as dinâmicas patrimoniais incidentes no conjunto de arquitetura popular do distrito de Gravatá do Ibiapina. Todavia, antes da compreensão da arquitetura popular em contexto patrimonial, se faz necessário captar como esse conceito está sendo representado na historiografia da arquitetura e urbanismo. São essas representações que organizam as significações criadas para a arquitetura popular e, de certa forma, enquadram como a entendemos e a atribuímos valor.

### 2.1 ARQUITETURA POPULAR: BREVE OLHAR SOBRE UM CAMPO

Em meados da década de 1960<sup>12</sup>, o arquiteto Bernard Rudofsky<sup>13</sup> realiza uma exposição no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMa) intitulada "Arquitetura sem arquitetos"<sup>14</sup>, que resulta no livro "Arquitetura sem arquitetos: Uma breve introdução à arquitetura sem pedigree"<sup>15</sup>, na qual volta as vistas para os saberes tradicionais arquitetônicos dos lugares mais diversos, apontando a importância de entender o trabalho dos construtores anônimos. Não se atém ao uso de um termo fixo para definir tal arquitetura, nomeando-a de vernacular, sem-pedigree, anônima, espontânea, indígena ou rural, de acordo com o caso.

Indica, também, que tais construções poderiam ser bons exemplos para os trabalhos dos arquitetos correntes, dado que são exemplos arquitetônicos bem integrados com a paisagem, sob a água, sob a terra, no topo de montanhas, entre outros. Assim, "Embora não possa ser visto como uma referência conceitual e

---

<sup>12</sup> Entre 9 de novembro de 1964 e 7 de fevereiro de 1965.

<sup>13</sup> Bernard Rudofsky (1905-1988) foi um arquiteto e curador que organizou a exposição "*Architecture Without Architects*" em Nova York em 1964. Foi responsável por um extenso trabalho ao longo de uma vida itinerante, e em contato com culturas variadas. Seus interesses eram diversos, desde a relação de vestimentas e sua relação com os corpos, aos espaços urbanos e os elementos que os qualificam. Possuía uma visão de mundo que acompanhava o curso da história de forma consistente.

<sup>14</sup> *Architecture without architects.*

<sup>15</sup> *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture.*

metodológica importante, Rudofsky chama a atenção para a beleza dessa arquitetura, equiparando-a e colocando-a, pela primeira vez de modo explícito, lado a lado com obras excepcionais da natureza” (Sant’anna, 2013, p. 13).

Em 1969, Amos Rapoport, em *“House, form and culture”*, trata a arquitetura popular como um fenômeno cultural, apontando que a forma construída é determinada por fatores socioculturais, como modo de vida e valores, e a mesma pode ser modificada por condições climáticas ou tecnológicas, como será melhor detalhado adiante. Já apontava que os estudos quando voltados para moradias, geralmente se limitavam para descrição das mesmas e não para sua análise, deixando em segundo plano essa fonte imensurável de conhecimento.

No livro, o autor define dois tipos de arquitetura, a primitiva e a vernacular. A primeira comporta os grupos sociais que pouco se desenvolveram no campo econômico e tecnológico, com grande influência da tradição, pouca especialização e conhecimentos construtivos bem dominados pela sociedade. A segunda pode ser classificada em duas categorias, a pré-industrial e a moderna. As construções vernaculares pré-industriais já são um pouco mais especializadas e desenvolvidas que as primitivas. E as vernaculares modernas surgem quando há o questionamento sobre o vernacular, em contexto de desaparecimento das tradições<sup>16</sup>. Os estudos de Rapoport até os dias atuais são uma grande referência conceitual e metodológica acerca do tema. Sant’anna aponta, contudo, que:

Embora ampla, integrada e influente, a démarche conceitual e metodológica de Rapoport (1969), na medida em que considera o fenômeno do “vernacular moderno” como resultado de contextos de “perda” de tradições e de vínculos culturais grupais, não se aplica à maior parte da produção arquitetônica contemporânea existente nos países ditos periféricos, ou em desenvolvimento, a qual é majoritariamente realizada por grupos e indivíduos imersos em áreas urbanas complexas, cujos traços culturais não são homogêneos. Por fim, a démarche cultural de Rapoport (1969) ignora, mesmo com relação às sociedades culturalmente mais homogêneas, isoladas ou localizadas em meio rural, o contato contemporâneo inevitável com o mundo capitalista e com a submissão de tudo à lógica do mercado e da mercadoria. (Sant’anna, 2013, p. 16)

---

<sup>16</sup> Indica o *“modern folk idiom”* para indicar as construções feitas para o gosto do povo, e não feitas por ele.

Em 1997, Paul Oliver congrega uma série de estudos, em diversas regiões do planeta, a respeito da arquitetura vernacular, em seu livro *“Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World”*, tornando-se um dos principais guias sobre o tema mencionado. Em seu trabalho, ele demonstra que é mais fácil exemplificar tal vertente arquitetônica do que defini-la.

O termo vernacular provém do latim *vernaculus*, que significa “nativo”, mas esse tipo de arquitetura pode ter uma série de acepções, que variam de acordo com os povos, seus respectivos contextos culturais, condições geográficas e características climáticas. Sua linha temporal prolonga-se ou encurta-se de acordo com a permanência do uso e da continuidade da tradição. Há, portanto, o compartilhamento de conhecimentos e métodos através de gerações, como aponta:

A arquitetura vernacular compreende as habitações e todas as outras construções do povo. Relacionadas aos seus contextos ambientais e recursos disponíveis são tipicamente construídas pelo proprietário ou pela comunidade, por meio de tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitetura vernacular são construídas para atender necessidades específicas, acomodando valores, economias e os modos de viver das culturas que as produzem. (Oliver, 2006, p. 30, tradução nossa)<sup>17</sup>

É interessante notar que Oliver (2006) não busca conceituações distintas para o vernacular e o popular, entendendo, inclusive, que a depender da cultura, os termos podem ter o mesmo significado. Uma questão, no entanto, pode ajudar a esclarecer a diferenciação. Para ele, o “popular” pode ser entendido tanto como “do povo”, quanto “para o povo”, a apropriação e o uso de bens construídos para o povo, pela população, também transforma a arquitetura em “popular”, como poderá ser visto no caso do distrito de Gravatá do Ibiapina no decorrer do trabalho.

Sant’anna (2013) levanta que apesar do debate conceitual e metodológico suscitado por essas abordagens, elas se mostram limitadas quando se considera, por exemplo, os assentamentos urbanos contemporâneos, que são fruto de trocas

---

<sup>17</sup> *Vernacular architecture comprises the dwellings and all other buildings of the people. Related to their environmental contexts and available resources, they are customarily owner- or community-built, utilizing traditional technologies. All forms of vernacular architecture are built to meet specific needs, accommodating the values, economies and ways of living of the cultures that produce them.*

culturais múltiplas e dinâmicas. Quanto a utilização do termo “vernacular” ou “popular”, a autora aponta que no geral a terminologia vem em consonância com a língua de origem de cada autor e a melhor. A respeito disso, Dantas (2021) complementa:

O próprio termo “vernacular” pode implicar diferentes formas de se produzir arquitetura. Bernard Rudofsky afirma que os métodos de construção da “arquitetura vernacular” ficaram perdidos em um passado distante, enquanto que para Amos Rapoport, na “arquitetura vernacular” há uma ausência de pretensões teóricas ou estéticas. Somando-se aos autores que indicam a similaridade entre os termos “vernacular” e “popular” está Paul Oliver. Para o autor, o que é chamado de “vernacular” na língua britânica muito se assemelha ao que é chamado de “popular” em países de tradição ibérica como Portugal e Espanha. (Dantas, 2021, p. 24)

Com relação ao contexto nacional, é no século XIX, dentre os primeiros estudos acerca da arquitetura popular brasileira, que se situa a obra “Casas de Residência no Brasil” (1853), do engenheiro francês Louis Vauthier<sup>18</sup>. O trabalho analisa a paisagem, chegando a mencionar as boas soluções climáticas executadas pela arquitetura popular brasileira, bem como menções a respeito de sua implantação em lotes estreitos e compridos<sup>19</sup>.

Já no início do século XX, a arquitetura popular brasileira foi estudada por médicos higienistas e engenheiros sanitaristas, a exemplo do caso dos mocambos. Dentre os trabalhos mais conhecidos a respeito desta tipologia, está “Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o *typo* de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil”, de Gilberto Freyre, a primeira publicação do SPHAN<sup>20</sup>, datada 1937. Freyre aponta que o mucambo foi originado por influências indígenas, africanas e, em uma porcentagem menor, europeias. Possuía qualidades climáticas e ecológicas, como iluminação e ventilação, proximidade com a natureza, bem como uma estética limpa.

---

<sup>18</sup> Morou e trabalhou na Repartição de Obras Públicas do Estado de Pernambuco, cuja sede ficava em Recife, entre 1840-1846.

<sup>19</sup> Em 1960, Gilberto Freyre publica o livro “Um engenheiro francês no Brasil”, compilando novos textos de Vauthier e demonstrando sua importância para os estudos acerca da história e da sociedade do Brasil.

<sup>20</sup> Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Também em 1937, Lúcio Costa publica o artigo “Documentação Necessária”, trazendo as vistas para a arquitetura popular brasileira ou como ele mesmo cita a “arte do povo” (1937, p. 31). O autor ressalta a importância de conhecer tal arquitetura mais profundamente e a aborda a relação entre o colonial e o moderno.

Em 1982, na obra “Arquitetura *Kitsch* Suburbana e Rural”, Dinah Guimaraens e Lauro Cavalcanti trazem uma análise do *Kitsch*, a partir da década de 1970, por meio das construções populares da periferia do estado do Rio de Janeiro. Os autores focam nas formas de construir e morar das camadas de baixa renda de áreas rurais e de subúrbio, que estão ascendendo socialmente e acabam por reinterpretar a “arte oficial”, moldando-a de acordo com sua própria visão de mundo. É um trabalho pioneiro na abordagem da criatividade popular, discutindo a própria noção de gosto.

As construções por eles estudadas se mostraram um objeto de estudo dinâmico, com alternativas e carga simbólica interessantes, dado que estão ligadas ao modo de vida de seus moradores. Sobre a definição da linguagem *Kitsch*<sup>21</sup> aponta-se a “profusão de ornatos, cores, formas e uso de elementos deslocados de sua função original”. Caracterizava-as ainda, como inconfundivelmente *Kitsch*, a impossibilidade de escolhas estéticas restritivas” (Guimaraens; Cavalcanti, 2006, p. 10-11).

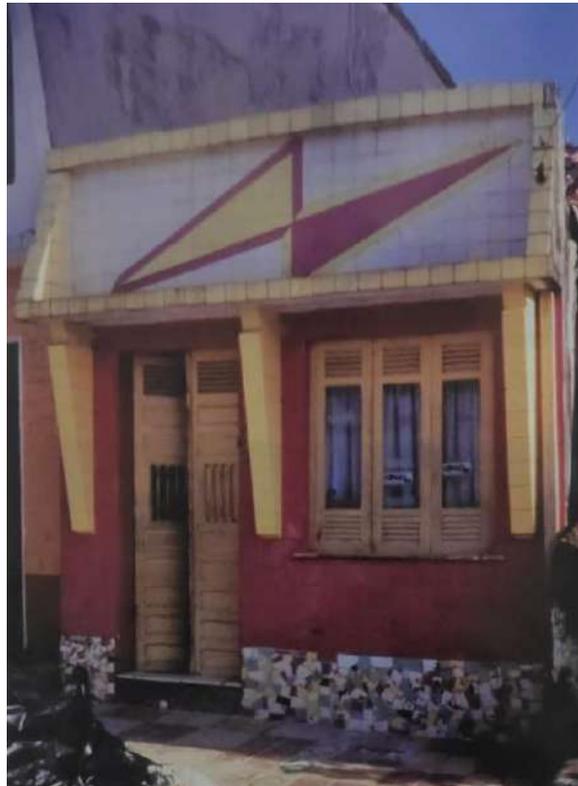
O *Kitsch* reage aos padrões impostos com o surgimento do funcionalismo, nele a casa possui vínculos de identidade e pertencimento com os moradores, a ostentação vem como forma de ascender socioculturalmente, dado que elementos de camadas superiores seriam absorvidos pelas camadas menos favorecidas. Como indicam os autores: “Nossa principal indagação seria então a possibilidade de uma resposta antropofágica das massas, dando surgimento a uma terceira realidade cultural, mescla das duas em choque” (Guimaraens; Cavalcanti, 2006, p. 32). Sobre isso os autores ainda apontam:

---

<sup>21</sup> Ao longo do trabalho, o *Kitsch* é subdividido em alguns tipos: *Kitsch* como visão de mundo (construções que expressam a visão de seus moradores); *Kitsch* como visão poética (a poesia expressa nessa arquitetura); *Kitsch* visionário (construções que ultrapassam a racionalidade); *Kitsch* religioso (construções com sentido simbólico); *Kitsch* com influência da arquitetura moderna (construções que adaptaram elementos da arquitetura moderna em seu repertório).

[...] existem pessoas que ainda se exprimem através da construção/elaboração de seu espaço próprio. Elas constroem sem o fardo de uma arquitetura oficial, embora às vezes possam apoderar-se de alguns de seus elementos, adaptando-os dentro de um repertório próprio. Essas construções, ao transmitirem os valores de seu proprietário, representam uma afirmação de vida. (Guimaraens; Cavalcanti, 2006, p. 55)

Figura 2 – Arquitetura Kitsch, Barra de Guaratiba.



Fonte: Cavalcanti e Guimaraens, 2006.

O “*kitsch*”, como demonstrado por Guimaraens e Cavalcanti (1982), é uma das definições mais aplicadas no contexto brasileiro. O termo, contudo, acaba por indicar um tipo de código onde a produção popular estaria em uma busca constante por ascensão social. Somado a isso, a arquitetura popular não pode ser considerada simplesmente um reflexo da produção erudita, não sendo esse termo o mais adequado para o presente estudo.

A fotógrafa Anna Mariani, em 1987, pouco antes de finalizar a exposição "Pinturas e Platibandas" na 19ª Bienal de São Paulo, lança um livro de mesmo nome. Na obra, registra fachadas multicoloridas em mais de oitenta cidades do Nordeste. O livro parte das fachadas mais simples para as mais complexas, e em cada página a

autora apresenta a cidade, o Estado e o ano em que a foto foi tirada. Em 2010, é lançada uma nova edição do livro, nesta a autora permite que o entorno das residências apareça nos registros, representando a importância da paisagem na composição do contexto popular. As pessoas aparecem indiretamente nos registros, através de seus hábitos e costumes intrínsecos à sua forma de habitar. Sobre as fachadas de tais construções, a autora indica:

Pela amplitude, frequência, intensidade, complexidade, vigor e resistência, **estas fachadas são um patrimônio da cultura popular brasileira**: mecanismo espontâneo de sobrevivência cultural adaptativa, mescla de tradições e memórias multiétnicas com incorporações incessantes de formas novas, refletem nostalgias e aspirações, criam arquitetura doméstica, espaço cênico e paisagem urbana. Os novos padrões introduzidos pelo progresso necessário são assimilados e utilizados enquanto persistem aspectos absorvidos de estilos tradicionais, ao sabor da vontade dos mestres pedreiros e dos moradores, exibindo a visível atemporalidade das realizações. (Mariani, 2010, p. 234, destaque nosso)

Figura 3 – Construções populares em Uauá, Bahia, 1986.



Fonte: Anna Mariani, 2010.

Em 1990, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti Brendle publicou seus estudos sobre arquitetura popular no Nordeste, passando por Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Bahia. Destaca-se por trazer as vistas para o trabalho do construtor popular e seu processo de criação, como será abordado no tópico seguinte. A autora chegou a colaborar com o trabalho “*Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*”, de Paul Oliver, em 1997.

Na mesma década, outros dois nomes recebem destaque por suas análises no campo da arquitetura popular no Nordeste, Lia Mônica Rossi e seu esposo José Marconi Souza. O foco de seus trabalhos era o design das fachadas e platibandas das construções populares. Rossi foi uma das primeiras pesquisadoras a associar a produção popular com o Art Déco, a essa combinação ela deu o nome de Art Déco Sertanejo, definido a partir de tais termos pela autora:

Mas, por que sertanejo? Sertão, região geográfica nordestina, vizinha do Agreste e do Cariri, vem do colonial português desertão, região afastada dos centros urbanos, o interior de um país ou região, distante, com pouca civilização. Como nós o vemos, para além de suas definições geográficas, precisas ou não, Sertão é também um lugar poético. Tanto pode expressar a imensidão solitária e descampada do semiárido, quanto um pedaço de terra da memória afetiva, o meu sertão. São esses tantos Sertões do real e do imaginário que nos inspiraram ao batizar de Sertanejo o art déco não consignado das fachadas populares nordestinas. (Rossi, 2010, p. 28)

Apesar de compreender a intenção do adjetivo “sertanejo”, é preciso deixar claro que tal colocação pode induzir a ideia distorcida de que essa tipologia construtiva só é desenvolvida no Sertão nordestino, o que pode ser discordado pelos estudos de Betânia Brendle e Anna Mariani, que encontram exemplares populares que interpretaram tal corrente estilística em diversas zonas nordestinas.

Em 2005, Günter Weimer em seu livro intitulado “Arquitetura Popular Brasileira”, propõe que a arquitetura popular nacional é vasta e diversificada devido às diferentes etnias que constituíram a formação do país. São modos de vida, formas de construir e hábitos particulares de grupos sociais distintos.

Com relação ao conceito, o autor aponta que boa parte dos autores brasileiros quando se referem às construções populares utilizam o termo vernacular, provindo do latim *vernaculu*, que significava “o escravo nascido na casa do senhor” (p. XL). Para Weimer, o termo arquitetura popular, “aquela que é própria do povo e por ele é realizada” (Weimer, 2005, p. XLI) é o mais indicado. Ele ainda complementa que a utilização de vernacular, provavelmente, vem da língua inglesa, a exemplo do uso de “*vernacular architecture*” por Paul Oliver em seus estudos. A terminologia popular é mais utilizada por países ibéricos e vem do latim “*populus*”, que:

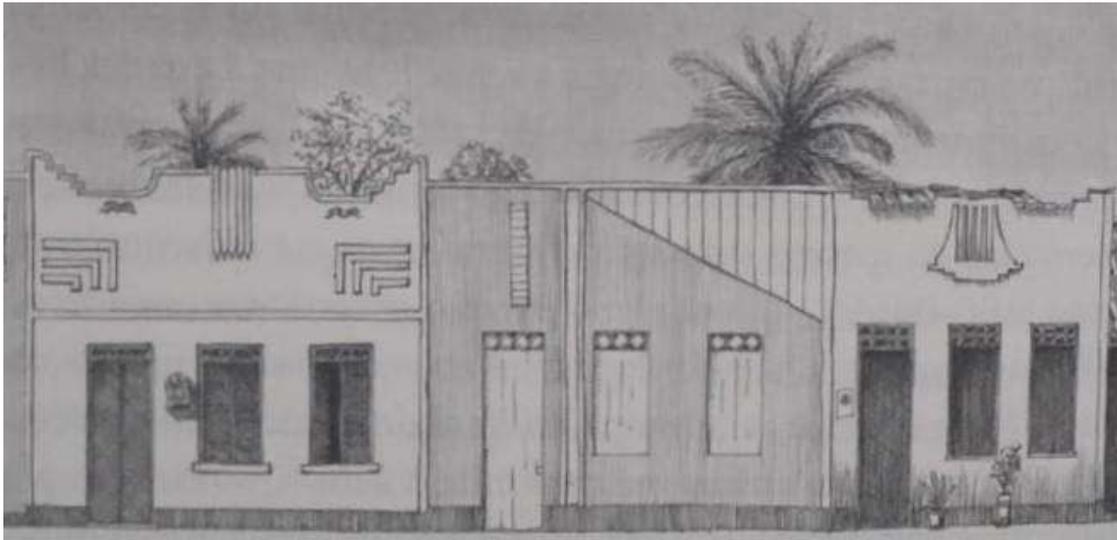
[...] em seu sentido mais direto, significa aquilo que é próprio das camadas intermediárias da população. Essa definição parece ser extremamente atual e muito feliz: exclui a arquitetura realizada para as elites – denominada erudita – e a dos excluídos em que, modernamente, se tem usado o termo favela e outros termos semelhantes. (Weimer, 2005, p. XL)

Dantas (2021), levanta uma questão relevante sobre essa colocação de Weimer, a de que essa definição separa arquitetura popular e vernacular pela divisão de classes sociais, o que não seria correto, dado que “A arquitetura popular é a arquitetura advinda do povo, sem um projeto arquitetônico, o que independe da classe social. Tanto a arquitetura das favelas, como outras tipologias de classe média, por exemplo, são classificadas como arquitetura popular” (Dantas, 2021, p. 25).

Segundo Weimer, já na criação do IPHAN foram publicados estudos sobre a vertente popular, a exemplo de “Mucambos do Nordeste” (1937), de Gilberto Freyre, como mencionado anteriormente. Contudo, com a mudança de orientação do órgão, as obras populares foram “travestidas de eruditas” (p. XXXVI) para que pudessem ser valoradas, como o caso da arquitetura do ciclo mineiro, “quando mestres portugueses de formação artesanal foram qualificados como arquitetos eruditos na medida em que só passaram a ser valorizadas suas obras de destaque, em especial as construções religiosas” (p. XXXVII). Essas tipologias, ultrapassando o debate entre o popular e o vernacular, eram reconhecidas no IPHAN como arquitetura civil, distinguindo-se da arquitetura popular, justamente, pela chance de tombamento. Sobre isso o autor indica:

A dificuldade da distinção entre a arquitetura erudita e popular tem acompanhado os estudos sobre a história da arquitetura brasileira desde sua origem. Grande parte da substância arquitetônica que as autoridades do IPHAN sacramentaram como característica dos diversos períodos de nossa história apresentam nítidas características populares, pela falta de conhecimento da autoria de seu projeto, pelos procedimentos construtivos, por seu desapego às linguagens arquitetônicas em voga e por sua adequação empírica aos meios físico e social nos quais foram geradas. (Weimer, 2005, p. 295)

Figura 4 – Conjunto de Casas de Neópolis, Sergipe.



Fonte: Weimer, 2005

Um outro ponto levantado por Weimer é o debate sobre as diferenças entre a arquitetura popular e a erudita. Como as manifestações culturais foram modeladas seguindo o padrão de dominadores e dominados, a arquitetura seria, em teoria, formada por duas linhas, a “erudita, acadêmica, européia, própria dos senhores – contra outra, dominada, vulgar, marginal e mestiça” (Weimer, 2005, p. XXVI). Para o autor, no entanto, os limites entre dois campos são praticamente impossíveis de definir.

Carlo Ginzburg, em seus estudos sobre a micro-história, conceitua sobre a “circularidade cultural”, extraída de Bakhtin, indicando que não apenas a cultura popular se apropria da erudita, como é propagado no geral, mas que o inverso também ocorre. A circularidade é o “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, particularmente intenso na primeira metade do século XVI” (Ginzburg, 1987, p. 13). Busca-se, portanto, superar o antagonismo entre classes eruditas e populares, entendendo cultura popular como o “conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico” (Ginzburg, 1987, p. 16).

“O Queijo e os Vermes” (1987), o Ginzburg conta, através da micro-história, a história do moleiro Domenico Scandella (1532-1600), também conhecido por Menocchio, que vivia no vilarejo de Montereale e foi condenado duas vezes pela Inquisição e sentenciado à morte por conviver com uma religiosidade não-oficial, que

se chocava com a doutrina imposta pela Igreja Católica. A história de Menocchio conta com fontes escritas sobre seus processos inquisitórios e é complementada pela oralidade. Ao acompanhar a descrição de Ginzburg, percebe-se que é através da leitura de documentos eruditos, e ainda mais, da forma como os lê - de sua chave de leitura, que Menocchio circula pelas culturas subalterna e dominante, como coloca:

A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro friulano e as de grupos intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo repropõe com toda força o problema da circularidade da cultura formulado por Bakhtin. (Ginzburg, 1987, p. 25-26)

A cultura erudita e a popular possuem chaves de leitura próprias, ou seja, a leitura de um mesmo objeto por níveis de cultura diferentes, gera interpretações diferentes. A arquitetura popular estaria em um mesmo nível que a erudita, não se resumindo a uma mera cópia da “arquitetura oficial”. Como indica Dantas (2021): “Seria necessário, assim, julgar a arquitetura popular a partir de dogmas próprios, criados para as dinâmicas também populares” (Dantas, 2021, p. 35).

Outra referência fundamental nas pesquisas sobre a arquitetura popular é Márcia Sant’Anna, que está à frente do laboratório “Arquitetura popular: espaços e saberes” da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Um dos objetivos do laboratório é alimentar o banco de dados com bibliografias a respeito do tema, conhecido como “Guia de fontes sobre arquitetura popular”<sup>22</sup>.

Em 2013, Sant’Anna informa o andamento do guia<sup>23</sup>, mostrando as principais literaturas e metodologias utilizadas para abordar o tema da arquitetura popular e indicando que os trabalhos sobre a “arquitetura produzida fora dos circuitos formais da construção civil - e a partir de saberes e populares e ancestrais” (2013, p. 1), no geral, são realizados por estudiosos das ciências humanas. Ainda são poucos os trabalhos desenvolvidos por arquitetos e urbanistas e, quando ocorrem, se voltam

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/banco-dados-guia-de-fontes> (acesso em 20/10/2021).

<sup>23</sup> A autora indica que o tema abordado vem sendo pesquisado com base em cinco eixos: conceitos e métodos; saberes tradicionais e espaço arquitetônico; técnicas construtivas tradicionais; arquitetura popular em meio urbano; etnicidade e produção de territórios e paisagens.

para a preservação ou para o problema do déficit habitacional das urbes. Essa escassez acontece pelo descaso acadêmico com tal arquitetura, que para voltar as vistas para o tema, precisaria colocar em questão o domínio dos saberes eruditos.

A negligência com tal arquitetura, desperdiça soluções construtivas interessantes e coloca em risco de desaparecimento os saberes e fazeres populares, que cada vez menos estão sendo transmitidos e aplicados. A autora aponta que os estudos acadêmicos nesse campo são cruciais para reverter tal situação: “Num país em que a maior parte da arquitetura das grandes e médias cidades é resultado de autoconstrução, ignorar esse universo é, no mínimo, um sinal de alienação” (Sant’Anna, 2013, p. 2). Complementa que não é que os estudos sobre arquitetura popular são escassos, mas sim pouco difundidos e utilizados.

Como apresentado no artigo de Sant’Anna, e já apontado por Weimer anteriormente, as primeiras publicações sobre a arquitetura popular surgem em conjunto à preservação do patrimônio histórico, boa parte delas feitas pela Revista do IPHAN. Com a promulgação da Carta de Veneza em 1964, e o debate acerca dos valores dos bens, são produzidos inventários com vistas a essa temática no campo do patrimônio popular. Já na década de 1990, com o conceito de patrimônio cultural imaterial, os estudos se tornam mais frequentes. Quanto a abordagem metodológica e conceitual da arquitetura popular, Sant’Anna indica que:

A escolha dessa expressão orientou-se, basicamente, pela capacidade que ela tem de comunicar para os sujeitos e grupos sociais que este universo envolve o interesse primordial dessa investigação: a arquitetura e o assentamento produzidos fora do circuito especializado da arquitetura e do urbanismo que, independentemente da época de sua construção, se encontra em uso. (Sant’anna, 2013, p. 13)

A autora complementa que o termo também traz as vistas para os detentores desses saberes e fazeres populares, que possuem ricos valores e podem oferecer diversas soluções para problemas atuais. Deixa claro que o termo “popular” não se utiliza por razões etimológicas, como sugerido por Weimer, mas sim, porque o termo “vernacular” não é de fácil entendimento para quem não está no meio acadêmico. O

termo escolhido, contudo, não terminaria nele mesmo, estando sujeito a atualizações devido ao caráter dinâmico do contexto estudado.

Sant'anna apresenta as abordagens conceituais e metodológicas de autores como Rapoport (1969), Oliver (2006), Guidoni (1980), Rudofsky (1964; 1977), Ramirez-Ponce (2008) e Weimer (2005). Aponta também que é fundamental uma agenda de estudos no Brasil “sobre o espaço arquitetônico e urbanístico popular, no sentido apontado acima, com vistas à produção das informações necessárias para uma formação acadêmica mais adequada e menos lacunar, no que toca à realidade social e urbana do país” (Sant'anna, 2013, p. 21). Tais estudos quando desenvolvidos pelo viés da transdisciplinaridade podem proporcionar o devido valor aos saberes e fazeres do povo.

Em 2015, Thalita Lins do Nascimento, em sua dissertação intitulada “Casas e gentes: modos de viver e morar em uma cidade do interior de Alagoas”, faz uma análise de casas de meia morada do município de Quebrangulo - AL. Ao longo do trabalho, com foco nas casas de meia morada, deu preferência às residências com famílias antigas, que residem em tais espaços desde que foram edificadas. Não se limitando ao contexto externo da construção, a autora é uma das primeiras a adentrar essas habitações buscando compreender as nuances do morar e as relações afetivas e subjetivas, principalmente de memória e fé, existentes entre os moradores e tais construções, sobre isso indica:

A arquitetura popular revela muito mais que formas e cores, estando profundamente ligada ao cotidiano e ao modo de viver dos indivíduos, porque morar numa casa significa habitar ao mesmo tempo um espaço físico e um espaço simbólico-afetivo. (...) entender a arquitetura através das relações que as pessoas estabelecem com o espaço que vivenciam. (Nascimento, 2015, p. 16)

Aponta também que apesar de compor grande parte do espaço construído das cidades brasileiras, a arquitetura popular é, por diversas vezes, considerada como algo de pouco valor. Segundo Nascimento (2015, p.17), essa arquitetura desenvolvida pelo homem comum, alicerçada em seus princípios culturais, pode ser considerada “híbrida”, uma vez que é influenciada por fundamentos e elementos da cultura erudita.

Propõe que essas moradias são uma forma importante de ver a cidade, uma vez que representam o registro construído do processo evolutivo da urbe. Os moradores vão se apropriando e moldando o espaço de acordo com suas vivências ao longo do tempo, “o território urbano vai se configurando de acordo com o habitar das pessoas” (Nascimento, 2015, p. 43).

Em Quebrangulo, bem como acontece no distrito de em Gravatá do Ibiapina, os espaços públicos, a exemplo das praças, são apropriadas não só fisicamente. A apropriação se estende até o nível simbólico, quando o usuário desenvolve memórias e laços de pertencimento. A religiosidade também é marcante, como a maioria da população é católica, nas duas localidades em questão, as festas da padroeira, novenas e procissões ainda seguem acontecendo nos dias de hoje. Além disso, uma outra forma de ver a cidade é através de suas moradias. As casas de taipa vão dando lugar às construções de tijolos, que começam a se utilizar das platibandas. A autora apresenta que vários exemplares com influências ecléticas resistiram e que tal estilo foi muito propagado, não só no interior de Alagoas, como em outras cidades do Nordeste. Segundo a autora:

Essas edificações apresentam forte presença de adornos em formas orgânicas, relevos decorativos, platibandas bem trabalhadas, esquadrias verticalizadas e marcações horizontais e verticais na fachada principal e no volume como um todo. (Nascimento, 2015, p. 70)

Figura 5 – Casario em Quebrangulo/AL.



Fonte: Thalita Nascimento, 2015.

Nascimento menciona também as residências com características protomodernas<sup>24</sup>, elementos arquitetônicos que renunciaram o modernismo, mas não deixaram de lado costumes tradicionais como implantação alinhada com a rua e a sucessão de platibandas em fileira. Traz como facetas principais a geometrização de linhas e elementos decorativos, e é alimentado por características de outros estilos, como o Art Déco e o próprio modernismo.

Junto a essas construções, estariam as casas de meia morada<sup>25</sup>, compondo a maior parte das cidades, e locadas, em sua maioria, nas ruas mais antigas, situação semelhante a que acontece no objeto empírico deste trabalho, o distrito gravataense. Espaços constituídos com significados próprios, partes que compõem um todo. A autora analisa as construções sob diversos olhares, o viés da história, da cultura e o técnico, para em seguida observar as casas por dentro, através da vivência e das experiências de seus moradores.

Na década de 1970, Neide Motta Azevedo coordena uma pesquisa a respeito de métodos construtivos do interior do Nordeste, identificando como técnicas de construção principais a taipa, o tijolo, a pedra (no caso do município de Triunfo) e a mista, que vêm a ser publicada em 2017. Tanto seus estudos, como os de Brendle serão melhor analisados no próximo tópico.

Hugo Dantas (2021), em sua dissertação de mestrado intitulada “O popular descrito: A Arquitetura Popular na linha editorial do IPHAN”, já citado anteriormente, faz um estudo sobre a experiência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional acerca da arquitetura popular, através das linhas editoriais e dos processos de tombamento do órgão. Por meio de tal análise aponta que a Revista do Patrimônio (uma das três publicações da linha editorial do IPHAN, sendo as outras a Série

---

<sup>24</sup> Telma Correia (2008) aponta que o uso do termo protomoderno se propagou para representar construções associadas ao art déco, entre as décadas de 1930 e 1940. No entanto, é preciso considerar que apesar de tal denominação induzir a uma linha que antecede à arquitetura Moderna, as duas vertentes arquitetônicas ocorreram de forma simultânea durante algum tempo, o que valida o termo Art Déco como o mais coerente para simbolizar o período aqui estudado. “Diante das imprecisões das denominações alternativas, a nosso ver, Art déco – apesar de suas limitações – ainda se coloca como o termo mais apropriado e abrangente para categorizar uma determinada tendência de arquitetura que se difunde no país entre a década de 1930 e meados dos anos 1950, na medida em que dá conta de características relevantes dessa produção e está claramente vinculado a um período específico” (Correia, 2008, p. 49).

<sup>25</sup> Chama as construções de casas de meia morada, por possuírem um número mínimo de portas e janelas, e residências de moradia inteira, quando contavam com várias janelas, tomando Weimer (2005) como base.

Publicações do SPHAN e o Boletim SPHAN/FnPM), atuou como importante área para divulgação de ideias e validação do patrimônio brasileiro, mesmo os trabalhos apresentados na revista sendo majoritariamente descritivos.

Ao longo do trabalho, o autor busca compreender a razão da arquitetura popular não ter sido considerada como um patrimônio nacional que merecia ser preservado pelo IPHAN. Em um primeiro momento, analisa uma série de termos para explicar por que “popular” ainda é a definição mais adequada para a arquitetura estudada. Em seguida, demonstra como o IPHAN a apresentou ao longo de sua linha editorial, travestindo-a, por exemplo, de arquitetura civil. “Muitas são as terminologias aplicadas à produção arquitetônica advinda da técnica popular. Essas terminologias carregaram em si, muitas vezes, preceitos pejorativos vinculados a diferentes correntes historicistas” (Dantas, 2021, p. 19).

Amaral (2022), em seu trabalho “O popular em xeque: Arquitetura popular e prática de preservação na cidade de Mucugê, Bahia”, indica que a preservação de arquiteturas provindas da cultura popular deve levar em conta não somente o seu aspecto físico, mas também a sua dimensão imaterial, protegendo-se tanto a arquitetura em si, como o saber-fazer que lhe originou. Aponta que apesar de ter estado presente no campo patrimonial desde a criação do IPHAN, por meio de suas publicações, e de compor grande parte do ambiente construído, a arquitetura popular só começa a ser reconhecida como patrimônio, de fato, a partir da segunda metade do século XX. O autor realizou um estudo sobre a preservação e a conservação da arquitetura popular, tendo como foco específico as práticas de preservação empreendidas pelo IPHAN na cidade de Mucugê, na Bahia. Selecionou uma gama de pareceres e informações técnicas, presentes nas solicitações para realização de intervenções no conjunto, e pode constatar que desde o início as ações se basearam na preservação de uma feição idealizada, deixando de lado questões fundamentais para a preservação de uma arquitetura popular, que é “dinâmica por natureza”, o que evidencia um certo desconhecimento sobre o modo como a comunidade reconhece e se apropria do bem cultural.

A partir do que foi apresentado, por ser um termo mais compreendido pela população, e se manifestar como a arquitetura desenvolvida no interior de Pernambuco, a exemplo da arquitetura de platibanda, bem como para dar uma

continuidade aos trabalhos iniciados por Brendle (1995), Sant'anna (2013), Nascimento (2015), Dantas (2021), Amaral (2022), entre outros, o termo adotado ao longo do trabalho será o de **Arquitetura Popular**. Sobre isso Nascimento (2015) complementa:

O termo “arquitetura popular” é utilizado no trabalho com todas as ressalvas a respeito da carga semântica que tal palavra traz no sentido de qualificar esta arquitetura. Reconhece-se que quase todas as formas culturais são contraditórias, compostas por elementos antagônicos e instáveis, não podendo ser fixadas dentro de uma única posição. Nessa perspectiva, trata-se aqui a arquitetura popular como aquela que é elaborada pelas pessoas comuns no seu cotidiano, a partir do seu sistema de valores, condições materiais e repertório construtivo, mas que se apresenta de forma híbrida na medida em que sofre influências de valores e princípios de outros campos da cultura, inclusive daquela denominada “erudita”, sendo, por isso, um campo sempre variável. (Nascimento, 2015, p.17)

## 2.2 ARQUITETURA POPULAR EM PERNAMBUCO

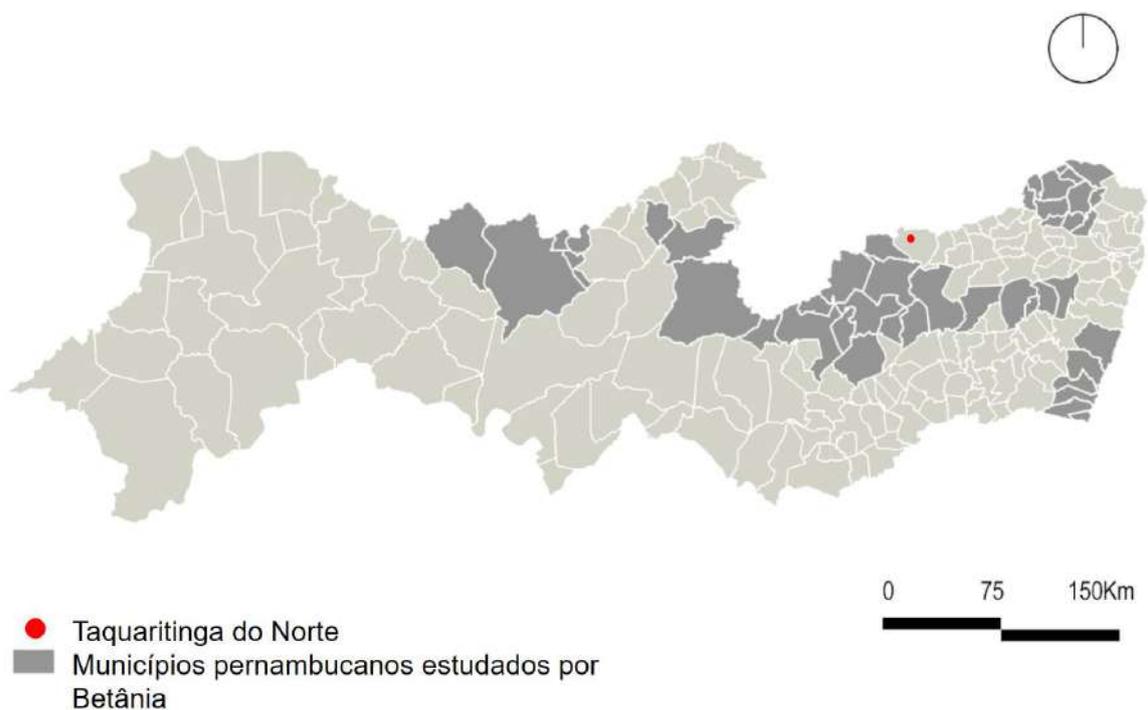
No contexto pernambucano é, principalmente, por meio dos trabalhos e estudos de Brendle (1995, 1996, 2003), Azevedo-Mota (1991, 2017), Mesquita (2017), nas mesorregiões da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão pernambucanos, que os estudos sobre arquitetura popular começam a se destacar. Assim discorre Brendle (1996):

É comum em Pernambuco e outros estados do Nordeste brasileiro uma arquitetura popular caracterizada por residências de proporções modestas e fachadas multicoloridas com platibandas pintadas a cal e acentuado geometrismo. Expressão de criatividade, essas casas refletem a relação do povo nordestino com a sociedade, a natureza, fatores políticos, religiosos e étnicos, suas árduas condições de vida, crenças e mitos, seu modo de viver e fazer. (Brendle, 1996, p. 92)

A autora aponta que é através das cores, dos elementos decorativos e de do processo plástico que os construtores populares expressam sua liberdade para criar. Em seu estudo sobre as fachadas de platibanda das casas populares do Nordeste,

faz uma análise dos atributos da arquitetura popular. A partir disso, montou um inventário composto por fichas que identificavam a tipologia das fachadas através de fotos, informações a respeito da localização das casas, e categorização de acordo com os elementos compositivos das fachadas. O mapa abaixo sintetiza as cidades percorridas por Brendle, na produção da pesquisa sobre arquitetura popular do interior nordestino, como pode ser visto, o município norte-taquaritinguense e, conseqüentemente, Gravatá do Ibiapina, não foram visitados:

Figura 6 – Municípios estudados no interior de Pernambuco por Brendle (1995).



Fonte: Brendle, 1995. Editado pela autora, 2023.

A autora aponta que o construtor popular, que geralmente não tem acesso à educação formal, se utiliza de uma linguagem direta como forma de expressão, mas nem por isso sem intenção plástica. No geral, ele tem liberdade para criar, mas os proprietários também podem fazer sugestões e dar ideias. Busca-se edificar com originalidade e identidade. Em Pernambuco, a arquitetura popular visa atender as demandas do morar, “não se limitando à estética formalista da “arquitetura culta” ou erudita que é construída para impressionar o povo através do poder das classes dominantes” (Brendle, 1996, p. 92), mas sem esquecer a composição da fachada.

Ainda segundo a autora, a platibanda é incorporada como elemento compositivo das fachadas nordestinas, no século XIX, devido à proibição da queda d'água da chuva dos beirais nas ruas. É o elemento mais identitário da arquitetura popular do Nordeste, porque através dela os donos das casas e os construtores populares podem demonstrar a originalidade de sua estética, além das condições socioeconômicas, dado que sempre que havia uma melhora econômica, tais elementos eram mais incrementados. Os principais elementos compositivos da fachada são: a platibanda, as texturas, as cercaduras de massa nos vãos da fachada, as marquises, o cobogó e as cores. De acordo com Brendle:

Platibandas recortadas em forma de degrau são encontradas nas casas típicas da classe média holandesa da cidade de Maurícia, no século 17, em Recife. Mas estão praticamente ausentes de toda a arquitetura luso-brasileira produzida durante o período colonial, só vindo a reaparecer nos exemplares de arquitetura popular a partir dos anos 1930. Nesse período, a arquitetura dos edifícios públicos brasileiros (teatros, cinemas, escolas, clubes, mercados e agências de correios) e de residências começam a ser construídos de acordo com o vocabulário art déco, enfatizando o geometrismo e a tendência à verticalização característicos da arquitetura protomoderna. Além disso, os meios de comunicação (a revista O Cruzeiro, os filmes de Hollywood, jornais etc.) divulgam esse estilo entre as classes populares. (Brendle, 1996, p. 94)

Contrapondo as terminações apresentadas em 1964, em “*Architecture without architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*”, de Rudofsky, Brendle (1996) aponta que, em primeiro lugar, o trabalho desses construtores populares pernambucanos é reconhecido em sua área de atuação e muitas vezes até fora dela, essa arquitetura, portanto, não seria anônima. Indica também que a mesma não pode ser classificada como espontânea, uma vez que reinterpreta elementos de estilos eruditos. Não é nativa, pois os meios de comunicação difundiram modelos estéticos eruditos para os mais diversos locais, inclusive os distantes e diminutos. A edificação é construída para atender as demandas do morar, em escala mínima, mas não deixa de expressar o processo criativo de seus construtores, através das fachadas compostas com relevos, texturas, geometrismo, cores etc. Os construtores populares entrevistados pela autora demonstram um processo criativo próprio. “Há uma intenção estética declarada e uma busca de beleza, status e prazer expressas no design das

fachadas” (Brendle, 1996, p. 95), que expressam o cuidado com o “efeito plástico e visual da edificação”.

Para analisar o processo e o produto dos espaços compostos pela arquitetura popular, a autora, em *“Aesthetics and the Use of Local Resources: The Folk Built Environment of Inland Pernambuco”*, se apropria da expressão “ambiente construído popular” (1996, p. 239)<sup>26</sup> para demonstrar uma arquitetura própria das localidades do interior da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão pernambucanos. As pequenas casas coloridas seriam “uma forma de expressar a cultura folclórica do Nordeste do Brasil. Essa cultura popular é a expressão da criatividade das pessoas e reflete sua relação com a sociedade, a natureza, seu modo de vida difícil e suas crenças”<sup>27</sup>.

Figura 7 – Casas geminadas na vila de Barreiros/PE.



Fonte: Brendle, 1996.

Apoiada nos estudos de Rapoport, Brendle (1996) indica que a utilização de técnicas ou materiais diversos têm influência na construção popular pernambucana, mas não são fatores determinantes da mesma, como no caso dos elementos socioculturais.

<sup>26</sup> “Folk built environment”.

<sup>27</sup> [...] is one way of expressing the folk culture of northeast Brazil. This folk culture is the expression of people’s creativity and reflects their relationship with society, nature, their hard way of life and beliefs. (CAVALCANTI, 1996, p. 239).

Para compreender os elementos que definem um ambiente construído, bem como para analisar a relação entre a os materiais disponíveis e sua estética, Brendle (1996, p. 243) apresenta que Rapoport (1982, 1990) realiza comparações entre uma série de variáveis, estas divididas entre as características do processo e as do produto. No primeiro caso, analisa-se a identidade dos construtores populares; sua intenção e propósito (por onde demonstram sua identidade visual própria); o grau de anonimato dos mesmos; a procura pela beleza (há uma intenção estética); as especificações do design (“A escolha do layout da casa é baseada em fatores econômicos e não na estética. No entanto, a composição da fachada é uma escolha subjetiva”<sup>28</sup>); e o compartilhamento de conhecimentos (inclusive através de gerações).

Quanto às características do produto, destacam-se o grau de especificidade cultural e local (no ambiente construído popular de Pernambuco é a expressão da cultura popular nordestina); modelo específico, formas de plano, morfologia e formas (tipologicamente as construções da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão variam pouco); uso de materiais, texturas e cores específicas (“A escolha dos materiais é feita por motivos econômicos e de acordo com a disponibilidade de recursos locais”<sup>29</sup>); relação com a paisagem (a arquitetura popular “se harmoniza com a natureza usando uma escala modesta e recursos locais”<sup>30</sup>, a identidade é proporcionada na criação das fachadas); eficácia de resposta ao clima (construções vernaculares, no geral, respondem bem ao clima, mas “esse não é o caso da arquitetura popular do interior de Pernambuco, cujas formas de planta e técnicas de construção fornecem uma solução um tanto anticlimática”<sup>31</sup>, em locais com grandes níveis de chuva ou clima árido, o uso de beirais seria mais adequado do que a platibanda, por exemplo).

A autora conclui, portanto, que a estética popular do interior pernambucano não é determinada pela disponibilidade dos recursos locais, mas resulta da capacidade dos construtores de lidar com tais materiais para desenvolver um ambiente construído

---

<sup>28</sup> *The house layout choice is based on economic factors rather than aesthetics. However, the façade composition is a subjective choice [...]* (CAVALCANTI, 1996, p. 244).

<sup>29</sup> *“The choice of materials is made on economic grounds and according to the availability of local resources [...]*” (CAVALCANTI, 1996, p. 245).

<sup>30</sup> *“[...] folk architecture is not an architecture which makes a statement, but one which harmonizes with nature by using a modest scale and local resources. Individual identity is achieved by the decorative composition of the house façades”* (CAVALCANTI, 1996, p. 245).

<sup>31</sup> *“[...] this is not the case of folk architecture of inland Pernambuco whose plan forms and building techniques provide a rather anticlimactic solution”* (CAVALCANTI, 1996, p. 245).

único, belo e imbuído de significados e valores culturais, esses últimos sendo referidos como:

Os valores culturais referem-se ao uso de cores brilhantes, desenhos com design extravagante, as qualidades simbólicas, intuitivas ou subjetivas de formas, cores e modelos de composição figurativa ou geométrica, a forma de combinar os recursos locais com os industrializados (quando as condições financeiras permitem) e o gosto pessoal dos construtores e / ou proprietários. Refere-se também ao desejo de ser diferente e de se destacar como se as fachadas das casas fossem o meio de expressar seu universo simbólico. (Brendle, 1996, p. 245-246)<sup>32</sup>

Sobre os diversos tipos de construções populares, como as de platibanda realizadas no interior de Pernambuco, de origem alemã (como as casas de enxaimel), favelas, as casas sob a água na região da Amazônia, o próprio *Kitsch*, as de matriz africana (como os terreiros de candomblé), entre outros, é importante ressaltar que por muito tempo, foram desconsideradas por serem classificadas como arquitetura menor. “A arquitetura popular é feita por e para as pessoas sem a participação de arquitetos. Resulta do conhecimento pessoal das pessoas e pode ser diferenciada da arquitetura erudita por não seguir regras ou diretrizes arquitetônicas” (Brendle, 1996, p. 240)<sup>33</sup>, como reforça a autora, existem várias arquiteturas populares.

Na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão pernambucanos, a malha urbana das cidades e vilas segue o traçado de ruas estreitas que acompanham o enfileiramento das construções. As casas, no geral, são de pequeno porte e geminadas, com duas águas, estando a cumeeira em paralelo com a linha da rua, o recuo frontal não existe na maioria dos casos. As edificações de maior interesse, a exemplo das religiosas e públicas, estão alocadas em posições de destaque no espaço urbano, como ao redor

---

<sup>32</sup> *Cultural values refer to the use of bright colors, extravagant design motifs, the symbolic, intuitive or subjective qualities of shapes, colours and forms of both figurative or geometric composition, the way of blending local resources with industrialized ones (when finance allows it) and the personal taste of builders and/or owners. It refers also to the desire to be different and to stand out as if the house façades were the means to express their symbolic universe.*

<sup>33</sup> *Folk architecture is made by and for the people without the participation of architects. It results from people's personal knowledge and can be differentiated from erudite architecture for not following architectural rules or guidelines.*

de praças ou jardins públicos. Como pode ser visto na imagem a seguir, do recorte escolhido para o presente estudo.

Figura 8 – Gravatá do Ibiapina-PE.



Fonte: José Mendes, década de 1990.

Brendle (1997), aponta que o nordeste brasileiro, apesar de ser uma região remota e à mercê de condições adversas, possui uma arquitetura popular rica, criativa e imaginativa. É através da arquitetura popular que os moradores e/ou construtores populares materializam “seus valores culturais, símbolos e conceitos de beleza” (Brendle, 1997, p. 42, tradução nossa). Sobre isso, coloca:

Há anos eles vêm construindo casas multicoloridas e em pequena escala com madeira de pau-a-pique e tijolos. Seguindo os padrões urbanos coloniais, as casas são construídas com métodos e materiais tradicionais, como argila, pedra, cal e madeira. Com até 50 metros quadrados, dois quartos, sala, cozinha e banheiro externo, cada casa costuma abrigar uma família de até dez. Modestas, podem ser de tamanho, estas casas possuem fachadas fantásticas. Os desenhos geométricos reinterpretem livremente os estilos eruditos, como Art Déco, Classicismo e Modernismo. Textura e cores vivas

são utilizadas em composições cromáticas que mostram grande preocupação com o efeito visual. (Brendle, 1997, p. 42, tradução nossa)<sup>34</sup>

A autora destaca que o elemento mais característico dessa arquitetura popular é a fachada principal. É nela, por meio do jogo de cores e elementos compositivos, que os indivíduos expressam seu ideal de beleza e onde se materializam “visões de mundos individuais”. Ainda de acordo com a autora:

**(...) essa arquitetura popular não é um mero abrigo. A beleza é um requisito.** A fachada tem um significado marcadamente simbólico e carrega mensagens e lições de alegria estética e artística na sua concepção gráfica, seja na simetria rigorosa, seja na complexa e exuberante liberdade de composição que gera linhas irregulares interceptando sólidos e figuras geométricas. (Brendle, 1999, p. 248, tradução nossa, grifo nosso)<sup>35</sup>

Quanto à funcionalidade, são empregados materiais de menor custo ou disponíveis no ambiente habitado, utiliza-se apenas o necessário. As construções populares se inserem na paisagem de forma sutil, é uma continuação da mesma, não há a necessidade de demonstrar um caráter monumental como na arquitetura erudita. Como discorre a seguir:

(...) eles desenvolveram métodos de construção, tecnologias e soluções arquitetônicas que são passados de uma geração para a outra. Conhecimento comum, sabedoria popular. Com a ajuda dos mais velhos, os jovens pedreiros aprendem suas profissões e habilidades. Sendo a cultura popular a expressão da criatividade, dos valores, dos sonhos, das aspirações e da relação das pessoas com a sociedade, pode-se dizer que a **arquitetura popular do Nordeste brasileiro é uma manifestação profunda da arte popular na arquitetura.** Representa os sentimentos de grande parte da

---

<sup>34</sup> *They have been building these small-scale, multi-coloured houses in wattle and daub and brick for years. Following colonial urban patterns, the houses are constructed using traditional methods and materials, such as clay, stone, lime and wood. No bigger than 50 square metres, with two bedrooms, a living area, kitchen and outside bathroom, each home often houses a family as large as ten. Modest though they may be in size, these houses boast striking facades. Geometrical designs freely reinterpret erudite styles, such as Art Deco, Classicism or Modernism. Texture and bright colours are used in chromatic compositions that show great concern for visual effect.*

<sup>35</sup> *[...] this folk architecture is not a mere shelter. Beauty is a requirement. The facade has a markedly symbolic meaning and carries messages and lessons of aesthetic and artistic joy in its graphic design, either in the rigorous symmetry (fig. 4), or in the complex and exuberant freedom of composition which generates irregular lines intercepting solid and geometrical figures.*

população dessa região empobrecida em relação à sua exclusão da sociedade. (Brendle, 1999, p. 248, tradução nossa, grifo nosso)<sup>36</sup>

Em 1999, ao longo da pesquisa *“The Folk Architecture of North-Eastern of Brazil”*, Brendle debate como a arquitetura moderna reverberou na arquitetura popular nordestina. O modernismo chega ao país com a Semana de Arte Moderna, na década de 1922, mas é a partir da década de 1930 que se destaca no campo da arquitetura, principalmente, com a construção do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), posteriormente renomeado por Ministério da Educação e Cultura (MEC), nome este pelo qual o edifício é mais conhecido. Os meios de comunicação disseminaram a nova vertente nos grandes centros urbanos e foram reinterpretadas pelos setores interioranos.

Tal corrente é reforçada com a construção de Brasília, na década de 1960, onde há a criação do sentimento de identidade nacional. Esse acontecimento reverbera na estética popular, os prédios públicos como correios e cinemas, foram reinterpretados pelos “arquitetos populares”<sup>37</sup>. A autora ainda pontua que boa parte dos exemplares de arquitetura popular nordestina, seguem a estética Art Déco, mas não como uma simples cópia, dado que os elementos são reinterpretados e acrescidos da criatividade do construtor popular:

Além disso, as fachadas revelam o universo interno do construtor/proprietário através da natureza abstrata dos padrões visuais rítmicos de formas e linhas simplificadas, e revelam um mundo íntimo e singular que torna a beleza necessária. Mostra seus desejos e prazeres em oposição à precária existência cotidiana, o contraste voluptuoso de cores vivas, o lirismo do imaginário popular em grande parte além da compreensão do homem erudito, que na maioria das vezes considera qualidades e características da

---

<sup>36</sup> [...] they have developed building methods, technologies and architectural solutions which are handed from one generation to the next. Common knowledge, folk wisdom. With the help of their elders, the young masons learn their profession and skills. As folk culture is the expression of people’s creativity, values, dreams, aspirations and their relationship with society, it can be said that the folk architecture of the North-eastern Brazil is a profound manifestation of folk art in architecture. It represents the feelings of a large segment of the people of this impoverished region about their exclusion from society.

<sup>37</sup> Brendle, 1997, p. 44, tradução nossa.

arquitetura popular como puramente acidentais. (Brendle, 1999, p. 249, tradução nossa)<sup>38</sup>

Nos grandes centros urbanos a espontaneidade de criação é limitada devido ao consumo de massa. É comum encontrar modelos sendo reproduzidos de forma repetida. Apesar de frequentes na paisagem, os estudos e pesquisas sobre essas construções populares ainda não são difundidos na medida que deveriam, é o “(...) legado ignorado de um povo que teimosamente reclama seu direito à arte” (Brendle, 2003, p. 57). São saberes e fazeres que seguem uma lógica própria, como descreve:

Arquitetura pitoresca, ingênua, humilde, kitsch, simples, rótulos que o preconceito de grande parte das elites brasileiras e suas de formações eruditas atribuem a arquitetura popular produzida pelas classes mais modestas da sociedade, ou seja, o povo. No interior da Zona da Mata, Agreste ou Sertão do Nordeste brasileiro descortina-se uma paisagem cultural única, independentemente das fronteiras geográficas, onde as pessoas ainda precisam e querem a beleza no seu cotidiano e onde o deleite estético é saboreado no geometrismo, jogo de cores e na poética das formas que compõem as fachadas de suas casas. (Brendle, 2003, p. 54)

A autora traz como exemplo o caso dos Ndebele, etnia que vive no Zimbábue e na África do Sul. A fachada da casa principal, o *indlu*, possui desenhos e pinturas complexos desenvolvidos apenas pelas mulheres, em uma tradição que é perpassada através das gerações. É através do estilo de pintura que as mulheres se identificam de maneira única. “Elas dominam a técnica de construir e pintam as casas como confeccionam seus vestidos de contas ou como embelezam seus corpos. A arte para os Ndebele, como para a maioria dos povos africanos, tem um significado mágico-religioso e um caráter cerimonial” (Brendle, 2003, p. 58).

---

<sup>38</sup> *In addition, the facades disclose the builder/owner's inner universe through the abstract nature of the rhythmic visual patterns of simplified forms and lines, and reveals an intimate and singular world which makes beauty necessary. It shows their wishes and pleasures as opposed to their precarious daily existence, the voluptuous contrast of bright colours (fig. 10), the lyricism of the folk imagery mostly beyond the understanding of erudite man, who most of the time, considers qualities and features of folk architecture as purely accidental.*

Figura 9 – Arte realizada pelas mulheres Ndebele.



Fonte: Brendle, 2003

Por fim, e não menos importante, falando em busca por identidade, um dos elementos mais utilizados para diferenciar as construções populares é o uso da cor. Segundo a autora, sua escolha pode ser influenciada por alguns fatores, como gosto pessoal, condição econômica e disponibilidade:

A entrada de suas pequenas casas é a entrada do vasto pequeno mundo que lhes pertence. Não tente entendê-lo nem decifrá-lo. Permita-se o prazer de gozar esteticamente a cultura popular manifesta na beleza lírica desta arquitetura efêmera de perturbadora volúpia de cores, e na alegria de um inalcançável mundo lúdico que desafia a dura e injusta realidade de sua existência. A casa minúscula de porta-janela tem sempre uma platibanda, conhecida no interior como frentão ou frontão. A composição da fachada responde a questões subjetivas do universo cultural do autor. Nela são combinados elementos geométricos, por exemplo, como os encontrados nas decorações de circos e rodas-gigantes, carrosséis e botes das festas populares e, os elementos pictóricos figurativos do imaginário, cotidiano, simbolismo e gosto popular – lua, estrelas, conchas, flores, peixes, bichos, frutas, etc. (Brendle, 2003, p. 59)

Durante a década de 1970, Neide Mota juntamente com Liana Mesquita, desenvolvem estudos a respeito dos métodos construtivos tradicionais de 57 localidades do Nordeste. A pesquisa originou o livro “Cidades do Nordeste: Do pote à rua - Métodos construtivos tradicionais” (2017) e contemplou os estados de

Pernambuco, Paraíba e Alagoas, nas sub-regiões do Sertão, do Agreste e do Litoral. Ao longo das investigações, as pesquisadoras identificaram os modos e métodos de construir habitações empregados pelo construtor popular.

A pesquisa sobre habitação popular surge de um convênio entre o CNPq, a SUDENE e a UFPE, com o intuito de promover melhorias nas habitações populares, que sofriam com o processo de urbanização acelerado e com as condições precárias financeiras. Nessa versão do trabalho (2017), o foco é dado para representação dos métodos construtivos, suas qualidades e deficiências, os materiais que foram utilizados e as etapas para execução. O trabalho desempenha um papel fundamental pois aborda a “cidade como a síntese integrada e integradora da arquitetura, do urbanismo, da paisagem e de seus interiores”, como descreve Roberto Montezuma, no prefácio do livro (2017, p. 13).

Segundo Ana Rita Sá Carneiro, na mesma obra (2017, p. 18), os elementos estruturais e compositivos das habitações populares “revelam a riqueza de detalhes da aparelhagem simples do povo [...] transmitindo não só a criatividade que brota dos poucos recursos disponíveis, mas também a vitalidade que transparece do cotidiano”. É a revelação do que é original e do que é autêntico na nossa região, parte da memória do saber popular, e que por isso tem um significado cultural “do como fazer” e que, talvez, se ache em extinção. Mesquita e Mota indicam que o estudo das habitações populares, através de seus saberes singelos e criativos, pode contribuir para melhoria das habitações do meio urbano, principalmente as periféricas:

No Nordeste do Brasil há, sem dúvida, uma experiência construtiva acumulada que merece ser conhecida e captada em diferentes aspectos, abrangendo além do uso de materiais e técnicas construtivas soluções de abastecimento d'água, para a guarda e cocção de alimentos, como também o tratamento dos espaços interno e externo das edificações. Assim, empregando materiais não industrializados, muitas vezes resultantes de simples extração em fontes naturais, como o barro, a madeira, a palha, etc., ou de confecção manual, como o tijolo de adobe, a telha e o tijolo de barro etc., as edificações envolvem comumente práticas de autoconstrução por parte das populações pobres seja no meio urbano e/ou rural. (Mesquita; Mota, 2017, p. 21)

Figura 10 – Casa de vila porta-janela, Vila Riacho Pequeno, no município de Belém de São Francisco/PE, 1970.



Fonte: Mesquita e Mota, 2017.

Foram estudadas 63 habitações sendo 33 de taipa, 26 de tijolo, 1 de pedra e 3 mistas. Cada um dos materiais e/ou métodos construtivos é analisado sob vários aspectos, como estrutura, vedação, vãos, pisos, cobertura e técnica construtiva. A casa de taipa é utilizada por toda a história do país. É de fácil execução e baixo custo, tem como características o uso da terra molhada e a madeira sem aparelhamento. Quanto à casa de tijolo, é quase impossível precisar quando começou a ser desenvolvida, segundo as autoras, a técnica foi pouco modificada, o que sofreu alteração foi a qualidade do material, que atualmente é majoritariamente manufaturado. A casa de pedra vem desde a colonização portuguesa no país, segundo as autoras, com exceção dos prédios religiosos e institucionais, quando o material era importado. Nos demais casos para ser empregado nas construções, o material precisava ser abundante na área, como no caso do município pernambucano de Triunfo. A casa mista é uma combinação das técnicas construtivas com tijolo e com taipa.

## 2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A revisão literária sobre os autores da arquitetura popular, em nível internacional, nacional e regional foi necessária para trazer clareza a alguns aspectos. A arquitetura popular, historicamente, é narrada por arquitetos, técnicos formados que buscam valorar aspectos de culturas construtivas externas as suas. Isso demonstra que tal arquitetura é sempre vista a partir de valorações de sistemas alheios aos seus, e, conseqüentemente, vista como mais “simples”, “primitiva”, entre tantas outras adjetivações.

Tal problemática, como mostram autores recentes, como Amaral (2022) e Dantas (2021), perpassa também as políticas de preservação do IPHAN. A nível nacional: Amaral aponta que no processo de Mucugê, a arquitetura vista como simples, mas de conjunto uniforme, teve que ter sua materialidade congelada no tempo. Para Dantas (2021), em todos os períodos de atuação, a arquitetura popular também foi vista, por meio da linha editorial do órgão, como a mais simples. Esse olhar para a materialidade construída, recupera valores, ou ainda saberes (entendendo o patrimônio como um campo do saber) que podem nunca ter existido para aqueles que experienciam o patrimônio<sup>39</sup>.

A partir do que foi colocado, a presente dissertação busca analisar os atributos patrimoniais de um conjunto de arquitetura popular, mais especificamente no distrito de Gravatá do Ibiapina, em Taquaritinga do Norte-PE, a partir do olhar de seus usuários. Que ideia de patrimônio poderia fugir das conceituações já postas para a arquitetura popular? Como indica Smith, em *Uses of Heritage* (2006), o patrimônio pode ser conceituado, também, ao se referir à experiência dos atores sociais perante a esse patrimônio.

Acredita-se que a significância cultural, a partir da experiência dos atores, pode ser um instrumento que pode melhor circunscrever a arquitetura popular no campo patrimonial. A da mesma a nível estadual, apresentada anteriormente já apontou um breve entendimento da dinâmica dos bens culturais das localidades interioranas.

---

<sup>39</sup> Albuquerque Júnior, em seu livro “A feira dos mitos” (2011) discorre, por exemplo, como os mocambos só se tornaram mucambos após a perseguição do Estado para com os objetos da cultura material que historicamente resistiam na cidade de Recife.

Contudo, adentrar nesse debate de forma mais detalhada, é preciso conhecer o objeto empírico mais a fundo, seu contexto histórico, sua dinâmica urbana, bem como os elementos que caracterizam mais fortemente seu patrimônio construído.

# 3

Foto: José Mendes, entre 1960-1970



### **3 BEM-VINDA(O) À GRAVATÁ DO IBIAPINA: IMBRICAÇÕES ENTRE LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO**

Para conhecer Gravatá do Ibiapina é importante compreender como funciona sua rede urbana, suas dinâmicas, bem como as especificidades das cidades pequenas. As pesquisas sobre tais localidades são recentes, mas fundamentais na compreensão de espaços interioranos. Como o distrito estudado está localizado no município pernambucano de Taquaritinga do Norte - demograficamente, considerado uma cidade de pequeno porte, por possuir 24.736 pessoas, de acordo com o censo do IBGE de 2022, algumas observações podem ser levantadas para além dos dados populacionais, como visto a seguir.

#### **3.1 ENTRE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS**

Vieira, Roma, Miyazaki (2007), em seu artigo “Cidades Médias e Pequenas: uma leitura geográfica”, enfatizam a importância de analisar a configuração das cidades, para além dos dados quantitativos, como forma de compreender o processo de urbanização e as desigualdades sociais e espaciais que se manifestam no espaço urbano.

Segundo os autores, a primeira maneira de análise das cidades é a partir de sua demografia. Por exemplo, cidades médias teriam 100 mil ou mais habitantes<sup>40</sup>, no entanto, tal critério não atinge diretamente sua influência na rede urbana. A outra forma de análise seria, então, a partir da compreensão da rede urbana, ou seja, da forma que as cidades “interagem e se inter-relacionam” com outras (Vieira, Roma, Miyazaki, 2007, p. 137).

As cidades médias são centros “intermediários”, distantes das metrópoles, com boa oferta de serviços e grande capacidade de atrair empreendimentos e

---

<sup>40</sup> Vieira, Roma, Miyazaki (2007) apontam que existe variação no quesito demografia, estudos indicam intervalos diferentes, alguns entre 100 e 500 mil habitantes, outros entre 50 e 250 mil.

investimentos, se destacando na região em que estão inseridas. Possuem renda per capita média e índices sociais numericamente superiores à média nacional, mas nem por isso deixam de apresentar uma distribuição de renda desigual, como no restante do país.

As cidades pequenas, por sua vez, são compreendidas, quantitativamente, pelo IBGE, como sendo aglomerados urbanos com população de até 50 mil habitantes. Apesar de representarem uma parcela considerável<sup>41</sup>, os estudos sobre tais espaços ainda são pouco difundidos. Principalmente pela dificuldade de conceituação do que seria uma cidade pequena, para além dos dados quantitativos.

Já na década de 1970, Santos (1978) sugeria uma caracterização de tais cidades pequenas ou “cidades locais”, a partir de suas dinâmicas, para além de seus dados populacionais. Por essa perspectiva, as pequenas cidades se apresentariam, portanto, como aquelas que atendem as necessidades básicas de seus habitantes, mesmo que recorram a outros centros urbanos para o atendimento de serviços específicos. Nessa dinâmica, encaixa-se o município de Taquaritinga do Norte e conseqüentemente, Gravatá do Ibiapina. O distrito gravataense possui serviços como escola, posto de saúde, e pequenos comércios, mas para serviços mais específicos, seus habitantes precisam ir até a sede municipal.

Gabriela Numeriano (2021), em sua dissertação “Um olhar sobre a preexistência: O Sítio Histórico de Floresta – PE, a percepção dos moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural”, ao fazer uma análise sobre as cidades de pequeno e médio porte, utiliza a pesquisa REGIC 2018 - Regiões de Influência das Cidades, do IBGE, para compreender como o município florestano se comporta em sua rede urbana. O mesmo passo será aplicado para o município norte-taquaritinguense.

A REGIC faz uma hierarquização dos centros urbanos e das regiões de influência das cidades em cinco níveis: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais. Nessa classificação, Taquaritinga do

---

<sup>41</sup> Vieira, Roma, Miyazaki (2007) apontam que cerca de 36,78% da população brasileira compõe municípios com o contingente de até cinquenta mil habitantes.

Norte é posta como Centro Local, indicando que tem influência resumida aos seus próprios limites territoriais, e que não é o destino principal de nenhuma outra cidade.

Quando atrai habitantes de outras localidades em um nível maior de hierarquia, é para eventos específicos, a exemplo do Festival Café Cultural, realizado no mês de julho, do Festival de Cinema Curta Taquary, no mês de março, da Festa do Padroeiro local - Santo Amaro, no mês de janeiro, ou no caso do distrito de Gravatá do Ibiapina, para a Festa de Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro ou para visitas ao conjunto arquitetônico remanescente.

A cidade que rege a influência sobre Taquaritinga do Norte é Santa Cruz do Capibaribe, fornecendo apoio comercial e espaço de trabalho no campo das confecções. Atualmente, os distritos norte taquaritinguenses - Gravatá do Ibiapina e, principalmente, Pão de Açúcar - têm a maior parte de sua economia baseada no polo confeccionista santa-cruzense<sup>42</sup>.

Castro (2011), em seu artigo “As Potencialidades Culturais de Pequenas Cidades e a busca da Centralidade Regional no Recôncavo Baiano”, indica que além da análise socioeconômica e político-administrativa, é importante fazer uma análise cultural da dinâmica dessas pequenas cidades. Por muitas vezes, elas estão no limiar entre urbano e rural, possuindo um ritmo de vida próprio, bem como relações pessoais mais próximas e afetivas, “nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem, por isso é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos” (Castro, 2011, p. 3).

Hábitos como varrer a calçada pela manhã cedo, sentar-se nas praças no final da tarde para “pegar vento”<sup>43</sup>, deixar as crianças brincando na rua e atualizar as conversas em frente as residências com vizinhos e conhecidos, são típicos do cotidiano gravataense. As vivências da morada são estendidas até o espaço urbano.

Embora esse modo de vida mais lento e calmo das pequenas cidades traga a priori a sensação de deleite e paz, elas não deixam de apresentar problemas e

---

<sup>42</sup> Durante a aplicação do instrumento de consulta, antes da etapa de aplicação das fichas, foram feitos alguns questionamentos aos entrevistados, que permitiram compreender como se desenvolve essa relação do morador e sua forma de trabalho, sob a ótica do lugar pequeno. Também é possível visualizar, brevemente, a relação do morador com a casa, e suas decisões sobre reformar ou não. A pequena análise feita pela autora está disponibilizada no Apêndice A deste trabalho.

<sup>43</sup> Expressão utilizada para indicar que a pessoa vai para um espaço ventilado com o intuito de amenizar o calor.

adversidades, como apontam Endlich e Detoni (2021) no volume “Pequenas Cidades I”, publicado na revista Píxo:

A insuficiência de estudos leva a uma idealização ou mitificação das pequenas cidades. Elas podem ainda ser guardiãs de amenidades, de um ritmo de vida mais lento e tranquilo, bem como de uma sociabilidade mais pautada nas relações afetivas. Entretanto, muitas transformações mostram que elas são também espaços de insegurança e desigualdade. As contradições da contemporaneidade também estão presentes nelas. (Endlich; Detoni, 2021, p. 1)

O espaço urbano dessas pequenas cidades é palco das mais variadas vivências cotidianas, criando além de relações entre os indivíduos, relações de identidade, pertencimento e memórias. Em meio a tal rememoração e busca por laços identitários, o próximo tópico trará uma breve análise sobre o distrito gravataense e suas origens.

### 3.2 GRAVATÁ DO IBIAPINA: CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONTEXTO HISTÓRICO

Gravatá do Ibiapina é um distrito pertencente à Taquaritinga do Norte<sup>44</sup>, está situado na mesorregião do Agreste Pernambucano, na microrregião do Alto Capibaribe, especificamente na região de Desenvolvimento denominada Agreste Setentrional. O município norte taquaritinguense<sup>45</sup> é formado pela sede municipal, pelo distrito gravataense e pelo distrito de Pão de Açúcar, além de uma grande rede

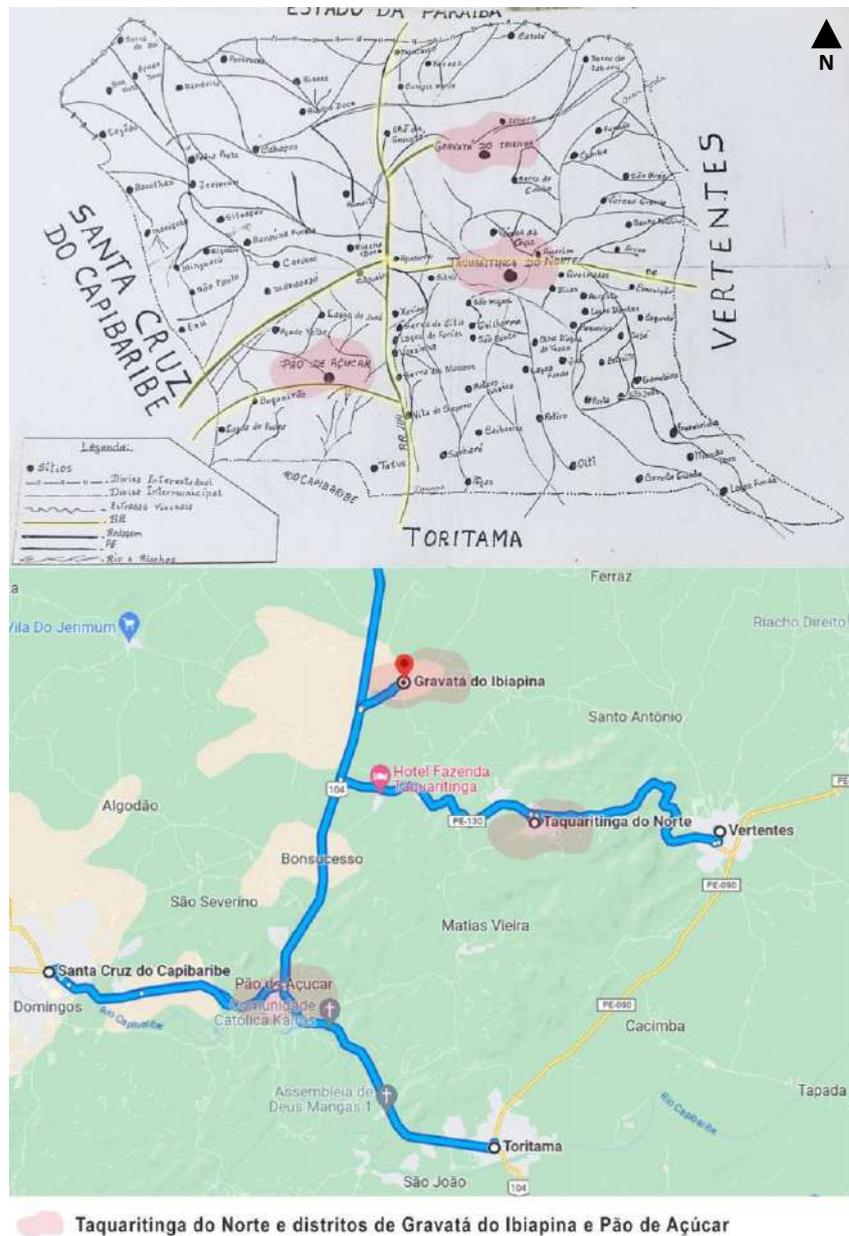
---

<sup>44</sup> A sede municipal, localizada na Serra da Taquara, teve sua ocupação iniciada nas áreas de cumeada, estendendo-se em seguida para as encostas e vales. Segundo a revisão do Plano Diretor (2021), os primeiros habitantes do sítio foram os indígenas Carapotós, mas o desenvolvimento do povoamento local se deu no século XVIII, após a divisão da área em sesmarias. As terras, doadas pela Coroa Portuguesa, pertencentes à Dona Maria Ferraz de Brito, foram divididas em lotes, facilitando o processo de crescimento e povoação. Aproximadamente em 1790, ocorreram as primeiras missões religiosas, que edificaram uma igreja em homenagem a Santo Amaro, padroeiro local.

<sup>45</sup> Ocupa uma área de 475,18 km<sup>2</sup>, possui uma densidade populacional de 52,41 hab/km<sup>2</sup> e dista aproximadamente 164 km, em linha reta, da capital Recife. Conta com uma população total de 24.736, entre sede e distritos, segundo o censo do IBGE de 2022.

de povoados e pequenas localidades (figura 10), espalhadas principalmente nas porções sul e oeste.

Figura 11 – Mapas da localização de Taquaritinga do Norte, seus distritos e povoados.



Fonte: Figura superior: Acervo de José Mendes, sem data. Figura Inferior: Google Maps, 2023.

Editado pela autora, 2023.

A figura acima conta com um mapa<sup>46</sup> pertencente ao Acervo de José Mendes, o documento é uma cópia de um mapa feito manualmente, e apresenta bem a rede

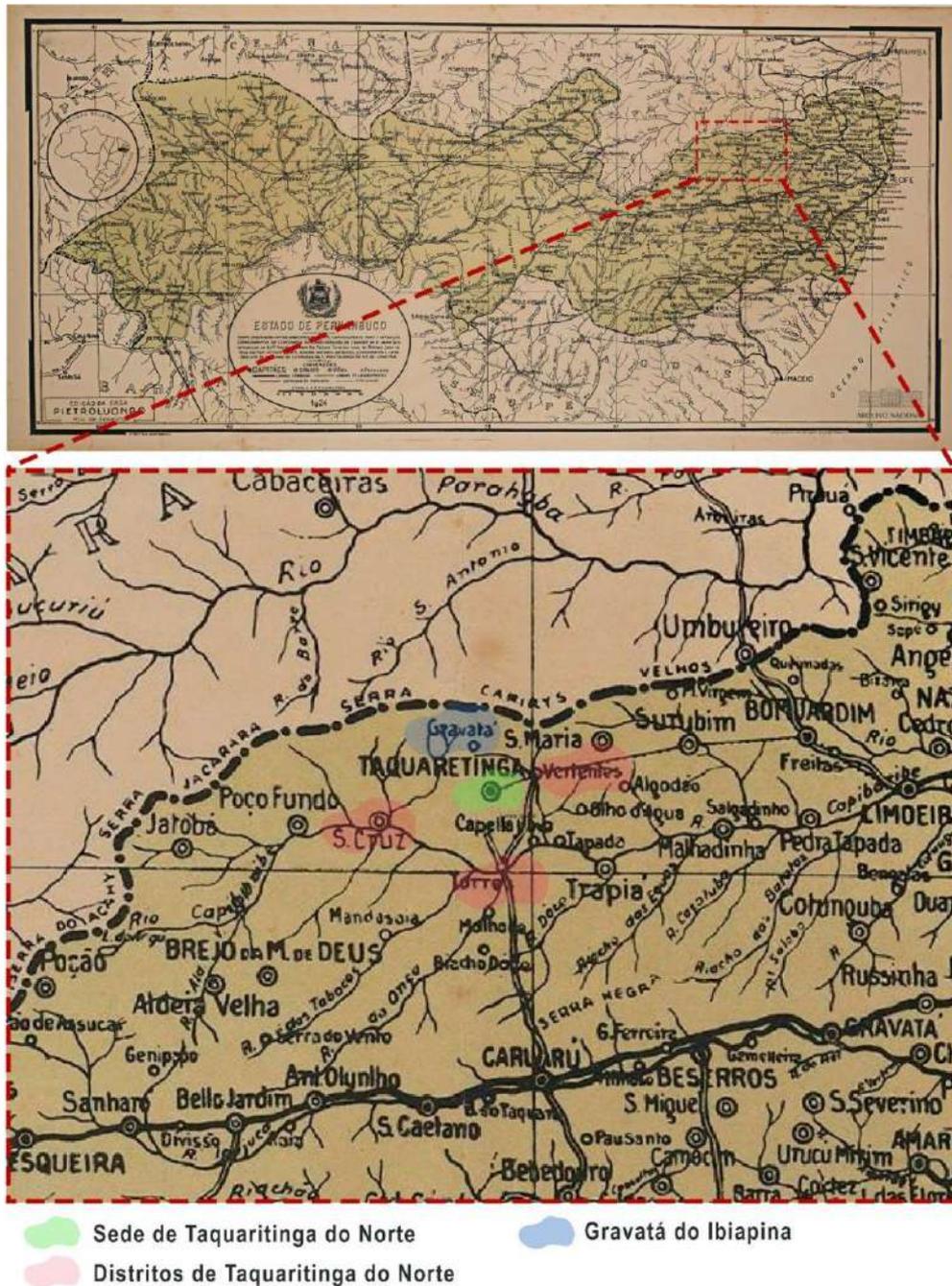
<sup>46</sup> Estima-se ser datado dos anos de 1990, por estar anexado junto aos registros dessa década do acervo pessoal do entrevistado.

urbana municipal. Nele é possível ver a conexão entre a sede norte taquaritinguense, seus distritos e os limites com os municípios vizinhos - Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Vertentes. Quando comparado ao mapa de 2023 (Google Maps), na parte inferior do mesmo painel, nota-se que o desenho antigo apresenta uma boa leitura geográfica da região, uma vez que, desde sua produção, a configuração da malha urbana analisada permanece, praticamente, a mesma.

Em contrapartida, quando se compara a figura acima com a figura 11, é possível perceber diferenças nos limites municipais. No mapa pertencente ao acervo do Arquivo Nacional, datado de 1924, a malha urbana de Taquaritinga do Norte era muito maior, uma vez que Vertentes, Toritama (antiga Torres) e Santa Cruz do Capibaribe, não eram cidades independentes, mas sim distritos pertencentes a sede norte taquaritinguense. Tais localidades foram emancipadas, a primeira em 1928 e os duas últimas em 1953.

Nota-se também na figura 11, que Gravatá do Ibiapina aparece apenas como “Gravatá”, isso acontece porque em 1924, o local ainda era considerado um povoado, sendo anexado em lei como distrito em 1948, pela Lei nº 17 de 20 de agosto. Antes era conhecido por Gravatá do Jaburu, tendo seu nome alterado pela lei nº 366 de 17 de agosto de 1960, para Gravatá do Ibiapina, em homenagem ao Pe. Ibiapina, como apontado por Gercino Araújo (1992).

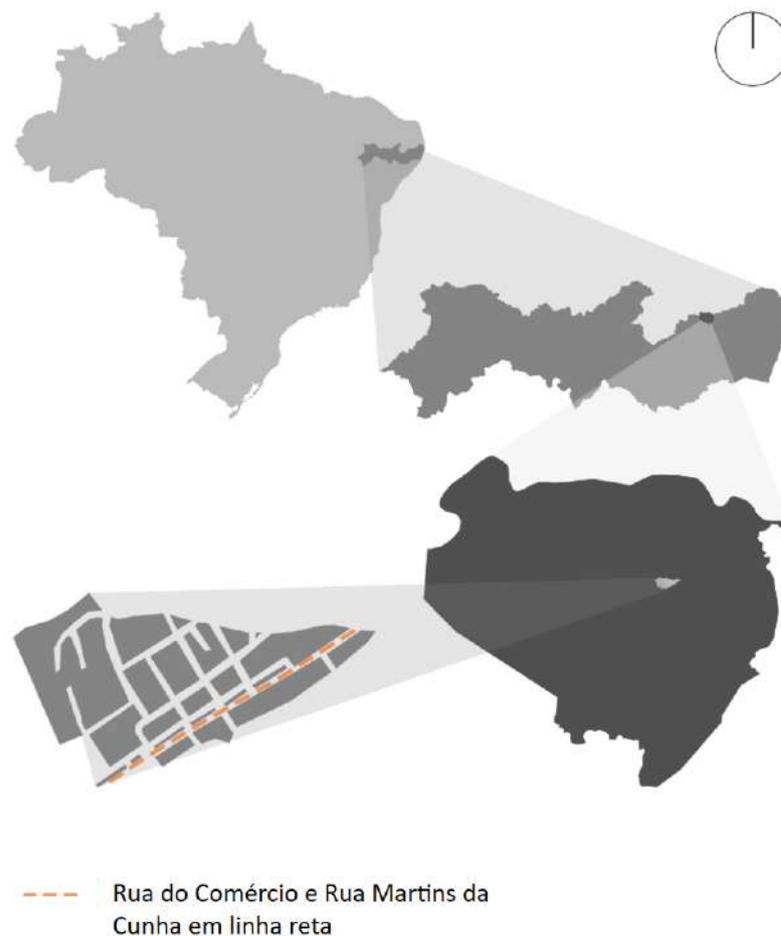
Figura 12 – Mapa de Pernambuco com a localização de Taquaritinga do Norte.



Fonte: Acervo Nacional, 1924. Editado pela autora, 2023.

É na parte baixa do Planalto da Borborema - caracterizada pela predominância do clima semiárido quente e da vegetação Caatinga Hiperxerófila intercalada por serras residuais -, próximo a Serra da Taquara e a nascente do Riacho da Grotta Funda, que se localiza o objeto empírico deste estudo, Gravata do Ibiapina.

Figura 13 – Localização das ruas que compõem a ZECH do distrito de Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Autoria própria. 2023.

O distrito gravataense apresenta uso do solo urbano bem definido, com presença de comércios, residências e instituições na porção central, em seu entorno predomina o uso residencial. Não possui redes de esgotamento e drenagem, e a distribuição de água existente não garante o abastecimento contínuo, não sendo rara a falta de água no local. O fornecimento de energia elétrica é regular, mas ainda existem algumas áreas de ruas e becos sem iluminação, dificultando a circulação de pessoas à noite.

A “Vila Histórica” é margeada pela BR 104, em direção a Campina Grande-PB e conta com uma população de 773 habitantes<sup>47</sup>, segundo o Plano Diretor Municipal

<sup>47</sup> Em números oficiais são 773 habitantes, mas estima-se que o número já passa dos 1300 residentes atualmente.

(2021). A economia local, diferente da vertente agrícola<sup>48</sup> da sede, gira no campo das confecções, por sua próxima localização ao distrito de Pão de Açúcar e do município de Santa Cruz do Capibaribe - onde boa parte da população norte-taquaritinguense trabalha<sup>49</sup>.

Ao adentrar a estrada que leva ao distrito gravataense, é possível sentir camadas surgindo paulatinamente. Enquanto o trajeto de acesso está em uma descida, o miolo central do distrito está em uma subida, permitindo que a visão do aglomerado urbano vá descortinando-se à medida em que se aproxima de sua entrada. Primeiro são avistadas as serras ao fundo, então surgem as torres da igreja, seguidas pelo efeito de conjunto do casario arquitetônico popular.

Na figura 13, a primeira foto do painel tirada na década de 1990, e a segunda, em 2023, mostram uma vista de Gravatá do Ibiapina de um ponto de vista afastado. Pelo aumento da vegetação nesse trecho, não foi possível fazer a fotografia atual no local exato da primeira imagem, mas de um modo geral, é possível observar que a malha urbana do local foi expandida, e edificações com mais de um pavimento começam a quebrar a horizontalidade do casario, a exemplo do edifício na cor cinza ao fundo. Em contrapartida, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição segue se destacando na paisagem urbana e ambiental.

---

<sup>48</sup> Destaque para a produção de café orgânico na sede municipal, que proporciona a Taquaritinga do Norte um destaque no turismo e cenário regionais, a exemplo do Festival do Café Cultural que ocorre anualmente no mês de julho, como mencionado anteriormente.

<sup>49</sup> Devido a sua boa localização, Taquaritinga do Norte está inserida no Plano Estadual Rota da Moda que integra os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, grandes focos da indústria de confecções da região.

Figura 14 – Vista de Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Foto superior: Acervo de José Mendes, década de 1990. Foto inferior: Acervo pessoal, 2023.

Ao tomar proximidade, figura 14, aparecem as cercas, a vegetação verde do inverno (ou seca do verão), o Açude Novo (atualmente seco), o curral de bois e o catavento, despertando um clima bucólico para quem acaba de chegar ao local.

Figura 15 – Chegada ao distrito de Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Acervo pessoal, maio de 2022.

Figura 16 – Rua do Comércio, Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Primeira foto: Acervo de Anna Beatriz, 2022. Segunda foto: Acervo pessoal, 2023.

Já dentro do espaço urbano gravataense (figura 15), é possível sentir a horizontalidade do casario em arquitetura popular, as praças centrais como pontos de convivência e sociabilidade, a subida da ladeira até a Igreja e a própria Igreja de Nossa Senhora da Conceição como ponto focal desta deriva. Como apresentado na figura a seguir, nota-se que independente do clima, seja o de anunciação de grandes chuvas na região ou o de sol nascente e caloroso ao leste, o conjunto edilício, urbano e paisagístico traz a ideia de paisagem interiorana à mente de quem o adentra, despertando memórias, significados e a sensação de passagem do tempo mais lenta.

Também é possível observar a localidade do ponto simbólico mais alto, o cruzeiro local (figura 16). É desse ponto, que a maioria dos moradores locais têm gravado na memória a vista ampla de Gravatá do Ibiapina, ou como dizem, “a vista do vilarejo todinho”. Essa paisagem vista de dentro, mas pelo alto, proporciona a sensação de se conhecer o lugar por completo.

Santos (2020), aponta que as relações que as pessoas têm com os lugares não devem ser consideradas lembranças simplesmente, mas ser entendidas como constituintes de uma realidade na qual se vive. São, então, paisagens marcadas na identidade desse povo, que permitem que se reconheçam ao longo do tempo. Sobre isso complementa:

Lá do alto, a partir do mirante, vislumbramos a cidade. Fomos preenchidos pela sensação de conforto e era possível reconhecer cada casa, rua e jardim sob a luz cintilante do sol. Não poderia ser diferente, já que aquela era nossa cidade. (Santos, 2020, s.p.d.)

Figura 17 – Vista do cruzeiro.



Fonte: Foto superior: Acervo: José Mendes, década de 1990. Foto inferior: Acervo pessoal, 2023.

A história do distrito de Gravatá do Ibiapina está intrínseca às missões católicas e às obras realizadas pelo Pe. Ibiapina ao longo do interior nordestino. Gercino Araújo (1992) aponta que no início de 1856, Pernambuco é atingido em grandes proporções pela epidemia de cólera e apesar de, em meados do mesmo ano, haver uma melhora nas condições sanitárias da Capital, nos espaços interioranos a situação continuava alarmante, especialmente no Agreste Setentrional. Pe. Ibiapina, “com aprovação do Bispo e convite do Pe. Renovato Pereira Tejo que residia em Vertentes, ao pé da serra

de Taquaritinga, para lá se dirigiu” (Araújo, 1995, p. 297). Foi no povoado de Gravatá do Jaburu, atualmente Gravatá do Ibiapina, que o padre deu início a suas atividades, construindo uma Casa de Caridade, uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição e um açude (atual Açude do Gado).

Ao chegar no distrito gravataense, Ibiapina encontrou um pequeno povoado com algumas moradias espalhadas. Havia, no entanto, um bom fluxo de viajantes, sobretudo tropeiros, que peregrinavam com suas boiadas, cortando as terras do interior em busca de trocas comerciais. É possível que essa rota de comércio tenha sido uma das razões que influenciaram o Pe. Ibiapina a instalar-se na área. Sobre a chegada do Pe. na localidade, Araújo (et al, 1992) aponta:

Nos seus primórdios a localidade era conhecida por Gravatá de Jaburu, nome originado da vegetação abundante de gravatás. Havia um rancho onde os tropeiros descansavam das longas viagens, à tarde numa das árvores pousava uma ave – o jaburu, para dormir. Cedinho alçava vôo, um ritual que se repetia diariamente. Conta-nos a história, que o Pe. Ibiapina lá chegara em 1860, baseado nesta cena falou: ‘já está escolhido o nome do lugarejo: GRAVATÁ DE JABURU’. E, assim por muito tempo ficou conhecido. (Araújo et al, 1992, p. 38)

A Casa de Caridade de Gravatá do Ibiapina<sup>50</sup>, construída no ano de 1860, foi a primeira do Nordeste, dentre as mais de vinte edificadas por Ibiapina. Pelo caráter experimental e pioneiro da obra, havia uma equipe escolhida especialmente para direcioná-la, e dentre seus membros estava a irmã caçula do padre, Ana. Foi sob o comando desta, que a instituição ficou quando Ibiapina faleceu em 19 de fevereiro de 1883. A edificação fechou por definitivo quando Ana veio a óbito, em 1913, e foi demolida anos depois<sup>51</sup>. A respeito de tal edificação, França e Silva (2010) indicam:

---

<sup>50</sup> Na Casa de Caridade, só era permitida a adesão de órfãs e pensionistas do sexo feminino. Não se tem conhecimento sobre o destino dado aos meninos que perderam suas famílias. As meninas eram educadas até estarem prontas para o casamento. Aprendiam a ler, escrever, cultivar a terra, costurar, cozinhar, bordar e pintar. Conhecimentos que lhes permitiriam uma maior autossuficiência ao longo da vida.

<sup>51</sup> Segundo Espíndola (2020), Ana residiu por muitos anos na Casa de Caridade, sempre acompanhada da “preta” Lulú, adotiva de Ibiapina, e em seus últimos anos de vida morou em uma casa ao lado da igreja. Seu corpo está enterrado no cemitério local.

[...] a Casa de Caridade de Gravatá do Jaburu tinha um convincente ambiente físico. Suas comodidades contavam de três grandes dormitórios para o descanso das órfãs, das beatas e do próprio Apóstolo do Nordeste quando retornava de suas viagens missionárias. [...] Um dos quartos que ficava bem na parte frontal da casa era chamado de reservatório das enjeitadas. Havia ali uma janela de madeira com uma roda giratória, onde eram colocadas as crianças quando abandonadas ou doadas pelas mães, contudo, nem todas as pequeninas eram desamparadas, havia aquelas que tinham perdido os pais na época do surto de cólera no agreste pernambucano. (França; Silva, 2010, p. 60)

Também no ano de 1860, outras duas obras foram executadas pelo clérigo. Uma delas foi o cemitério de Gravatá do Ibiapina (figura 16). Silva e Pereira (2010) descrevem que esta construção foi edificada para sepultar as vítimas da epidemia de cólera. No início da década de 2000, o poder público inaugurou um anexo à antiga construção, e embora frontalmente a obra aparente ser uma única composição, internamente os espaços são bem delimitados na memória da população. Há o lado “Antigo”, feito por Ibiapina, e o “Novo”, erguido depois.

Figura 16 – Cemitérios de Gravatá do Ibiapina. Portão à esquerda: Antigo cemitério. Portão à direita: Novo cemitério.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A outra obra construída pelo missionário e pela comunidade, através de mutirões, foi a Capela de Nossa Senhora da Conceição. O edifício passou por grandes reformas, entre 1940 e 1960, durante a atuação do padre alemão Otto Sailer, como será visto adiante, mas a maior parte da nave central foi mantida. Na figura a seguir, é possível observar que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição é um marco na

paisagem local, suas torres laterais - uma delas com sino (direita), anuncia as novenas e missas -, destacam-se em quase todos os locais. Durante a Festa de Nossa Senhora da Conceição, que acontece anualmente do dia 29 novembro ao dia 8 de dezembro, a construção é iluminada e pode ser vista desde a entrada de Gravatá do Ibiapina.

Figura 18 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

No ano de 1873, depois de um período atuando em outras localidades, Padre Ibiapina retorna ao distrito e constrói, à direita da Capela de Nossa Senhora da Conceição, o “Açude do Gado” (figura 18), visando amenizar o problema da seca. O açude era utilizado para uma série de atividades, além de tomar banho, lavar roupa e cuidar com os animais, a população utilizava a água para consumo próprio<sup>52</sup>. A localidade só pode contar com outro suporte de abastecimento de água dessa dimensão, em 1950, quando foi construído o “Açude Novo”<sup>53</sup>, que diminuiu o uso intenso do Açude feito por Ibiapina.

<sup>52</sup> Atualmente, devido a um período de despejo irregular de elementos sanitários, por parte do poder público, encontra-se desativado.

<sup>53</sup> Por meio dessa nova obra os moradores gravataenses tiveram acesso pela primeira vez à água encanada. Seu uso foi destinado às demandas pessoais, enquanto o outro açude foi direcionado aos gastos extras. Atualmente encontra-se seco e abandonado.

Figura 19 – Painel do Açude do Gado.



Fonte: Foto superior esquerda: Acervo de José Mendes de Carvalho, 2009. Foto superior direita: Acervo Pessoal. Novembro de 2019. Foto inferior: Acervo pessoal, março de 2023.

Como mencionado anteriormente, em 1960, o distrito teve seu nome alterado de Gravatá de Jaburu para Gravatá de Ibiapina numa homenagem ao Padre Mestre. Na mesma década, comemorou-se o centenário de construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, edificada pelo presbítero. Durante os dias de evento foi instalada uma placa em comemoração ao centenário, que se encontra fixada na parte interna da igreja até os dias de hoje, conforme a figura 19. A solenidade aconteceu sob o comando do padre Otto Sailer, que estava na direção da paróquia norte-taquaritinguense na época. França e Silva (2010) apontam que as festividades se deram entre 21 e 24 de janeiro de 1960, sendo uma memória muito forte no imaginário dos moradores mais antigos. Sobre essas manifestações religiosas, e a exemplo da Festa de Nossa senhora da Conceição, que França e Silva (2010) colocam:

Figura 20 – Placa em comemoração ao Centenário da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 1960.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

São as manifestações religiosas como as romarias, as procissões e as festas dos santos padroeiros que fundamentam periodicamente os motivos principais para o povo expressar sua vida social; desse modo, parece romper o isolamento em que vive, dando um novo sentido à existência, quebra com o cotidiano monótono e estressante, e busca na religiosidade a transcendência dos paradoxos encontrados em cada ser humano. (França; Silva, 2010, p. 115-116)

No ano de 2006, durante a Festa de Nossa Senhora da Conceição (de 29 de novembro a 8 de dezembro), comemorou-se o bicentenário de nascimento do Padre Ibiapina<sup>54</sup>. Uma estátua em homenagem ao missionário foi colocada em frente à Igreja, como pode ser visto na figura 20.

<sup>54</sup> Se estivesse vivo, o padre teria completado 200 anos em 05 de agosto deste mesmo ano. França e Silva (2010, p. 141) indicam que durante todas as noites da festa, abordaram-se temas pregados por Ibiapina durante sua atuação, "(...) o cuidado com o racionamento e preservação d'água, o apelo à paz - o desarmamento, a prática do trabalho em cooperativas, a acolhida aos mais necessitados, a educação ético-cristã etc".

Figura 21 – Estátua do Padre Ibiapina.



Fonte: Dalia Net, 2010.

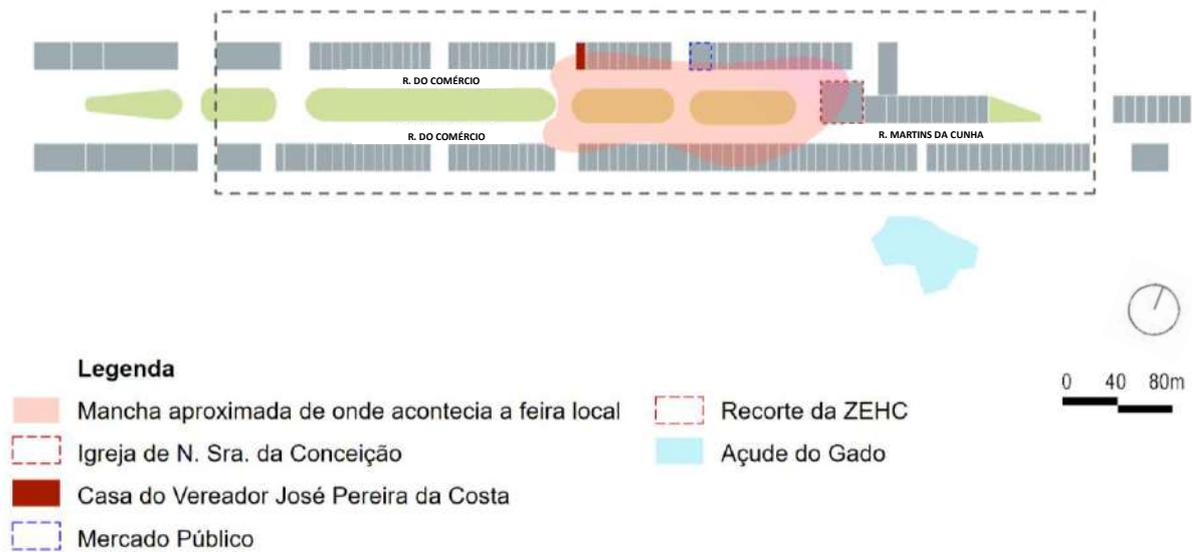
Em 2010 e em 2020, também ao longo da Festa de Nossa Senhora da Conceição, foram celebrados, respectivamente, 150 e 160 anos do projeto iniciado por Ibiapina na comunidade. O sesquicentenário teve o tema: “Nos 150 anos de História e Fé, rejuvenescemos nossa vocação de peregrinos da caridade”, contou com diversas solenidades e uma exposição com objetos que representavam a história do povo gravataense. A comemoração dos 160 anos, por sua vez, comemorou a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Gravatá do Ibiapina deixou, portanto, de ser área pastoral da Paróquia de Taquaritinga do Norte.

Um elemento que atualmente não participa da dinâmica gravataense, mas outrora foi extremamente marcante, é a feira local. O comércio era um dos mais conhecidos da região, acontecia sempre às sextas-feiras e atraía pessoas dos mais diversos lugares. Eram negociados alimentos, calçados, tecidos e objetos variados. Localizava-se na Rua do Comércio, partindo da Igreja até, aproximadamente, a casa do vereador José Pereira da Costa<sup>55</sup>, figura que dá nome ao Mercado Público gravataense, como visto na figura 21.

---

<sup>55</sup> Comerciante local conhecido e vereador do distrito por alguns anos.

Figura 22 – Simulação do trecho onde ocorria a feira local.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, 2008. Editado pela autora, 2023.

Como colocado por Silva e Pereira (2010), não se tem data precisa de seu início, mas entre as décadas de 1970 e 1980 estava chegando ao fim<sup>56</sup>. Na figura 22, é possível notar um grupo de moradores locais em frente às barracas da feira - com suas coberturas de pano. É possível perceber a paisagem com vegetação abundante, o piso de terra batida, pois ainda não possuía calçamento, mas o Antigo Grupo Rural já estava construído (edificação ao fundo, distante das demais, ao lado direito da fotografia), o que indica que a fotografia foi tirada depois de 1950 e antes de 1970. A horizontalidade do casario da Rua do Comércio também pode ser mencionada, uma vez que seu nivelamento de gabaritos praticamente o mescla na paisagem local.

Além dessa feira, havia também uma de animais, em terrenos localizados próximos ao antigo cemitério. Era possível encontrar currais com cavalos, ovelhas, bodes, gado, entre outros bichos, disponíveis para negócios. Como apontado por uma moradora local:

<sup>56</sup> Segundo relatos dos entrevistados, a feira foi diminuindo com o passar do tempo, por surgimento de novos comércios e serviços, que descentralizaram a necessidade do deslocamento até o distrito gravataense. Uma outra causa mencionada foi o surgimento de um posto fiscal nas redondezas - para controlar a entrada e a saída do café no município norte taquaritinguense -, que começou a cobrar taxas para os comerciantes de outras localidades.

Era muito grande a feira daqui. (...) Aí 'vinha' as frutas de Taquaritinga pra vender, 'tinha' as panelas de barro. Lá em cima tinha como se 'fosse' duas ruas, uma de um lado, outra de outro, aí a gente chamava de "as miudezas", era onde vendia linha, botão, essas coisas. E no meio era carne de charque, alumínio, sorvete daqueles "roc-roc". Vinha muita gente de fora. 'Vinha' três caminhões com gente de Toritama, do Riacho de Santo Antônio, de Alcantil, de Surubim, Paraíba e outros cantos. Vinham vender feijão, farinha, cereais, essas coisas. Era toda sexta-feira. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 2019)

Figura 23 – Pequeno trecho da feira local.



Fonte: Acervo de Júlia Pereira. Sem data. Acesso em novembro de 2019.

### 3.3 UM OLHAR SOBRE A ZECH DE GRAVATÁ DO IBIAPINA – PE

Após um breve histórico do distrito gravataense, e em meio a esse panorama de espaço urbano construído no interior do estado, está o foco deste estudo, a ZEHC<sup>57</sup> - Zona Especial Histórica e Cultural - do distrito de Gravatá do Ibiapina, composta pela Rua do Comércio e pela Rua Martins da Cunha, no município pernambucano de Taquaritinga do Norte. O recorte espacial caracteriza-se, segundo o Plano Diretor Municipal (2021), pelo “valor Histórico Cultural e de Paisagem que fazem parte da memória e identidade do município, e compreende o núcleo original da ocupação na sede e no centro de Gravatá do Ibiapina” (Prefeitura de Taquaritinga do Norte, p.7, 2021).

O sítio mencionado - ZEHC de Gravatá do Ibiapina-, é formado por um conjunto de casarios em arquitetura popular, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construções públicas como a Escola Municipal Pe. Ibiapina, a Sociedade Musical Pe. Ibiapina, o Mercado Público, a Lavanderia Pública e as praças centrais, conforme a figura 23. Tais obras foram executadas por pedreiros locais, mestres de obras e até pelos próprios inquilinos das residências, fato esse que faz com que o conjunto seja um importante semióforo para as questões relativas à identidade local. Apesar de contar com um patrimônio relativamente bem conservado, o afrouxamento da legislação municipal, bem como a falta de fiscalização da mesma, vem permitindo que intervenções sem planejamento ocorram com maior frequência.

O patrimônio cultural do distrito de Gravatá de Ibiapina é composto por um conjunto de bens com alta significação para seus usuários. Para o trabalho ser conduzido de forma mais clara com relação ao objeto empírico, e fornecer ao leitor uma melhor localização da área de estudo, serão apresentados neste momento os elementos<sup>58</sup> que mais caracterizam o bem estudado - a ZEHC de Gravatá do Ibiapina,

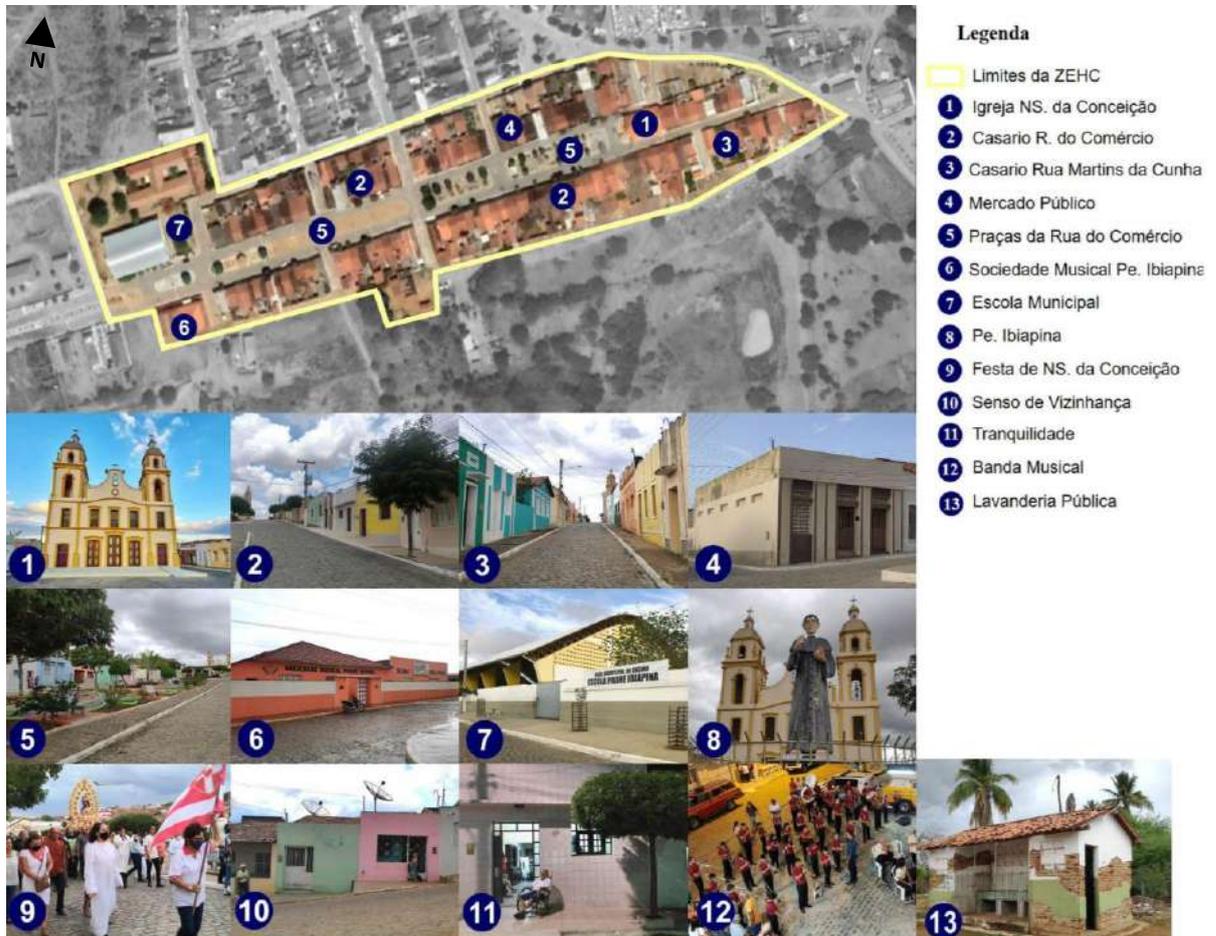
---

<sup>57</sup> As coordenadas do polígono apresentado estão referenciadas na página 79 do produto 3, do Plano Diretor de Taquaritinga do Norte, 2021. Disponível no site da prefeitura. Link: [00c2a2be-f97e-4f77-91c2-69a8d64858ab/ebfc5307-bfe9-4444-9cb7-3bb6732d5d2f \(taquaritingadonorte.pe.gov.br\)](https://www.taquaritingadonorte.pe.gov.br/00c2a2be-f97e-4f77-91c2-69a8d64858ab/ebfc5307-bfe9-4444-9cb7-3bb6732d5d2f)

<sup>58</sup> Serão chamados de elementos nesse primeiro momento, uma vez que a discussão sobre atributos ocorrerá no capítulo 4, mas de maneira breve, atributos são as características materiais ou imateriais que caracterizam mais fortemente um bem, conforme Lira (2020).

nos trechos da Rua do Comércio e da Rua Martins da Cunha, conforme. O processo de seleção de tais atributos será melhor explicado no Capítulo 4.

Figura 24 – ZEHC de Gravatá do Ibiapina.

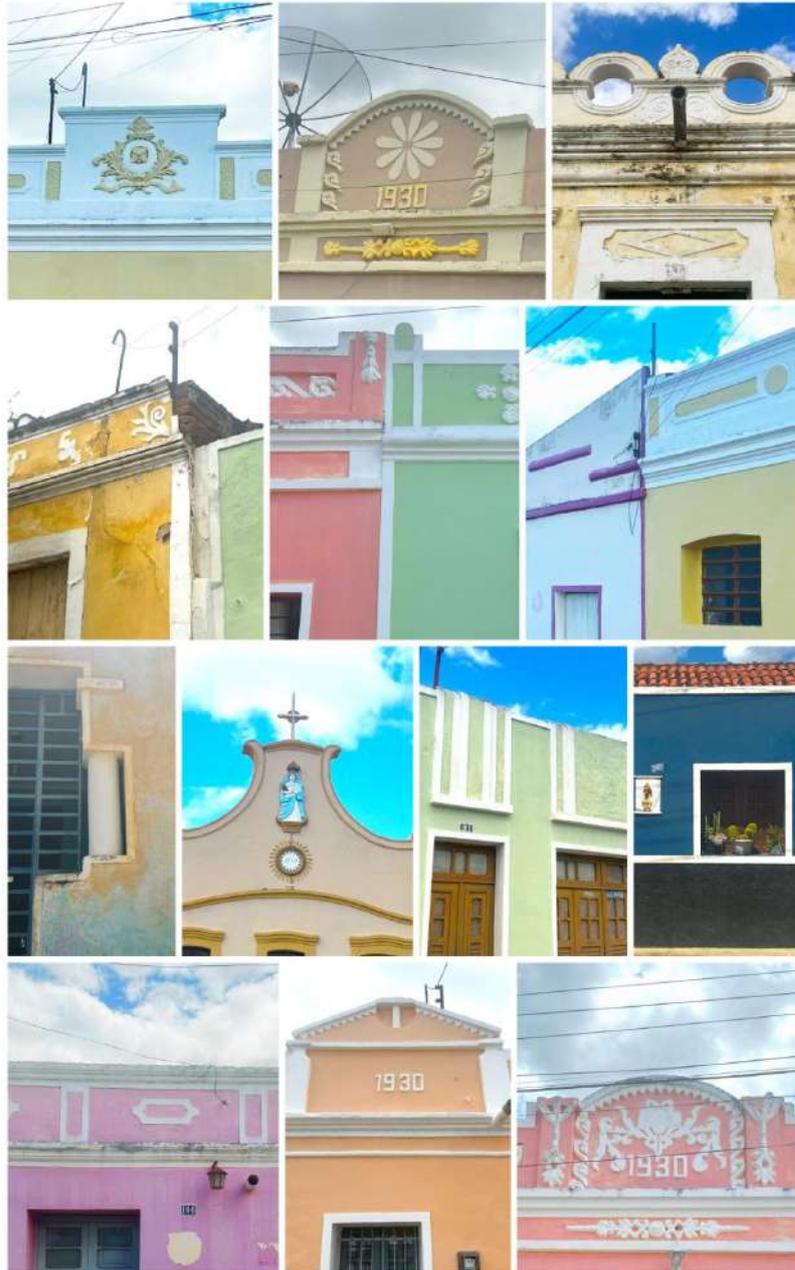


Fonte: Autoria própria.

### 3.3.1 Casario da Rua do Comércio

A paisagem urbana do conjunto arquitetônico gravataense possui um casario popular marcante a nível municipal, mas não tão conhecido no restante do estado. As obras desenvolvidas no distrito foram executadas por pedreiros, mestres de obras e até pelos próprios inquilinos das residências. Possuem detalhes e elementos únicos que são identitários do local.

Figura 25 – Painel de platibandas da Rua do Comércio.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

O casario está localizado na Rua do Comércio, a qual recebe este nome por abrigar os primeiros comércios e serviços, bem como as primeiras construções populares do lugar. Por serem edificações antigas, é difícil encontrar moradores que consigam descrever como eram antes da composição porta, janela e platibanda. Como aponta o H07<sup>59</sup>, em entrevista realizada em 2019 com alguns moradores locais:

<sup>59</sup> Em entrevistas semiestruturadas com os moradores locais, em 2019, foi possível captar falas importantes para o percurso desse trabalho, como foram realizadas sem submissão ao CEP na época,

Antes, nessas ruas laterais, existiam muitas casas de taipa, hoje não existe mais. Há 40 anos atrás ainda tinha, eram das pessoas mais humildes. Mas as casas da rua principal, desde que eu me lembro, já eram assim. (H07, 84 anos, 2019)

Figura 26 – Rua do Comércio.



Fonte: Acervo de Júlia França. Entre 1960 e 1970.

A figura acima mostra o Casario da Rua do Comércio ainda sem as praças centrais e sem o calçamento de paralelepípedo, este último iniciado a partir da década de 1970. Como a Igreja já aparece com as duas torres construídas na imagem, finalizadas em 1960, o recorte temporal dessa imagem é aproximadamente entre 1960 e 1970. Outra coisa que pode ser percebida ao fundo da foto, são os parques de diversões da época, que só iam para o local durante a Festa da Padroeira, indicando que a foto tenha sido tirada entre novembro e dezembro.

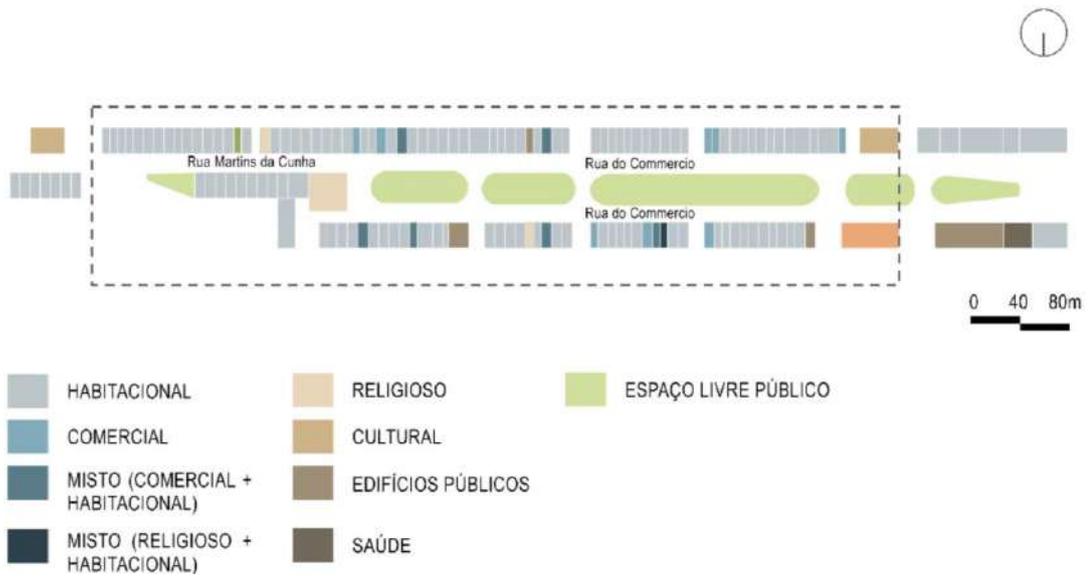
Silva e Pereira (2010), através de relatos dos próprios moradores ao longo das entrevistas, mencionam que antigamente, no casario, além das edificações de uso

---

serão utilizados codinomes, nessas citações específicas, a fim de resguardar a identidade do entrevistado.



Figura 28 – Mapa de usos das Ruas do Comércio e Martins da Cunha.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, 2008. Editado pela autora, 2023.

Figura 29 – Casario da Rua do Comércio.



Fonte: Foto superior: Acervo pessoal 2019. Foto inferior: Dália Net, 2021.

### 3.3.2 Casario da Rua Martins da Cunha

O casario localizado na Rua Martins da Cunha - assim denominada em homenagem a uma tradicional família do distrito gravataense de sobrenome “Martins da Cunha” -, é caracterizado pelo uso residencial. Apresenta menos intervenções e descaracterizações, estando suas fachadas, majoritariamente, conservadas, como pode ser visto nas figuras 29 e 30.

Esse conjunto em arquitetura popular, apesar de contar com um bom número de moradores, possui uma série de residências funcionando apenas como segunda casa, ou seja, muitos de seus usuários voltam em épocas específicas do ano, para passar férias, aproveitar finais de semana ou nos dias em que acontecem a Festa de Nossa Senhora da Conceição (de 29 de novembro a 8 de dezembro). Também possui uma dinâmica mais restrita quando comparado ao casario anterior, dado que este último abarca os principais eventos sociais, religiosos e políticos locais.

Figura 30 – Rua Martins da Cunha.



Fonte: Acervo pessoal. 2023.

Figura 31 – Painel de platibandas da Rua Martins da Cunha.



Fonte: Acervo pessoal. 2023.

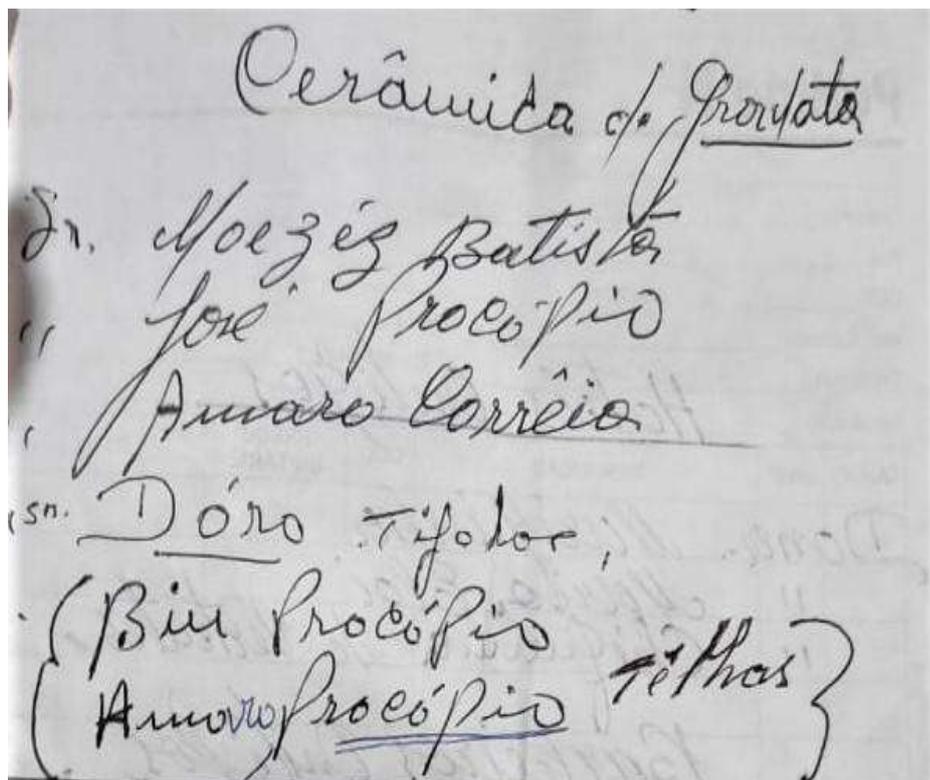
Poucos são os gravataenses nascidos antes das datas que decoram as fachadas das casas. Por conta disso, dificilmente sabe-se o nome exato de quem construiu cada edificação. Os poucos que conhecem quem foram os construtores de tais obras, descobriram por meio de relatos dos antepassados.

O casario da Rua Martins da Cunha, por não apresentar tantas discontinuidades de gabarito, proporciona uma sensação maior de conjunto linear, “o geminamento junto à sucessão de platibandas, fachadas e cumeeiras paralelas à rua vão compondo verdadeiros corredores de casas em fita” (Nascimento, 2015, p. 77).

As moradias dos dois casarios apresentados foram construídas em lotes estreitos, profundos e com ausência de recuos na frente e nas laterais. Quanto aos materiais de construção, o reboco era feito com barro ou calça<sup>62</sup>, tijolos de barro e telhas cerâmicas, criadas por moradores locais, de forma manual. A lista do nome de alguns moradores locais que trabalhavam com esse tipo de serviço, pode ser vista na figura 31, e o processo é descrito na fala a seguir:

Tijolo de barro, eles mesmo batiam os tijolos. Onde é o 'clube' era um buraco onde eles batiam as caieiras. Hoje vão pras cerâmicas, mas antes eles mesmos que botavam lenha. Chamava-se o tijolo manual, que tem uma grade, aí nela eram colocados dois tijolos. Colocava o bolo de barro e passava a mão 'pra' alisar. O povo de Seu Doro vivia de fazer tijolo pra vender. A estrutura do alicerce de muita casa aqui é o tijolo manual. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)<sup>63</sup>

Figura 32 – Lista das pessoas que trabalhavam fazendo telhas e tijolos de barro antigamente no distrito gravataense.



Fonte: Acervo de José Mendes de Carvalho. Sem data.

<sup>62</sup> Argamassa feita com água, cal e terra.

<sup>63</sup> A fala foi publicada no artigo de Anjos e Farias, 2020.

A partir da década de 1950, a malha urbana do distrito começou a ultrapassar os limites do miolo central. As famílias com mais posses já estavam fixadas na área central, enquanto as mais simples começavam o processo de habitação nos espaços adjacentes. Essas novas construções, estruturadas na periferia do centro gravataense, eram feitas de taipa, por demandarem menos tempo e serem menos custosas.

A partir da década de 1980, o vereador do distrito na época, José Mendes de Carvalho, conhecido como Dé Cumaru, com a mão-de-obra de alguns pedreiros locais, começou o processo de reforma dessas casas, e a taipa foi dando lugar aos tijolos cerâmicos. As fachadas das residências gravataenses, gradativamente, foram adquirindo novos materiais em sua composição. Um exemplo disso é o uso de revestimentos cerâmicos, seja na parte inferior da fachada, seja nela completa (figura 32).

Figura 33 – Edificações da R. Martins da Cunha com revestimento cerâmico na fachada.



Fonte: Acervo pessoal, março de 2023.

### 3.3.3 Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Como mencionado anteriormente, em 1860, Pe. Ibiapina e os moradores locais, através de mutirões, edificaram a Capela de Nossa Senhora da Conceição. É por meio dela, que a maioria dos habitantes locais expressa sua fé e se reconhece na história de Gravatá do Ibiapina, além de ser marco na paisagem do local (figura 33). Como apontado por Silva e Pereira (2010), a nave central da Igreja foi edificada nesse período, no entanto, não foram encontrados registros iconográficos ou relatos do processo construtivo.

Figura 34 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Superior: Acervo: Giovana Ramalho, sem data. Inferior: Acervo pessoal, 2021.

Segundo o Livro de Tombo II<sup>64</sup> da Paróquia norte taquaritinguense, a partir da década de 1940, começaram as construções das duas torres laterais da igreja em sua composição. A reforma aconteceu sob o comando do Padre Otto Sailer<sup>65</sup> em conjunto ao trabalho manual dos moradores do distrito, como pode visto na descrição escrita pelo padre no Livro de Tombo II da paróquia norte taquaritinguense:

Em Gravatá comecei a segunda torre, derrubando a frente que tinha para os sinos, era um serviço mal feito que não compreendo como ficou em pé, pedaços de tijolos cru, pedra roliça, e todo juntado com barro solto. Danei com minha mão alicerces na pedra mole, até chegar no duro, e assentei os fundamentos, porque o dinheiro estava pouco, cavamos logo também os alicerces do corredor e da grande capela lateral de São Vicente. Todo mundo ajudava nos carregos de pedra e de areia. Com o serviço o próprio Pe. Ibiapina fica satisfeito. Pelos arcos abertos e a nova capela triplicam-se o espaço para os homens, que gostam tanto de estar na Santa Missa.<sup>66</sup>

Na imagem a seguir, é possível ver o Pe. Otto em uma procissão de primeira eucaristia, acompanhado das crianças que iriam realizar o rito religioso e de suas famílias, residentes do local, durante o centenário de construção da capela de Ibiapina, em 1960. Na paisagem pode-se observar a amplitude do espaço urbano, que era composto basicamente das baixas serras ao fundo com vegetação rasteira, do casario em arquitetura popular e dos espaços centrais em terra.

Durante as entrevistas, alguns moradores apontaram que o padre realizava tal evento durante a missa do dia 8 de dezembro da Festa de Nossa Senhora da Conceição. Por ser verão nessa região, no final do ano, e as plantas ficarem mais secas e escassas, é provável que a fotografia tenha realmente sido tirada no último mês do ano.

---

<sup>64</sup> Livro de Tombo II. Paróquia de Santo Amaro. Taquaritinga do Norte-PE. 1930-1953, p. 71.

<sup>65</sup> Nascido na Alemanha, transferiu-se para o Brasil aos trinta anos, mais precisamente para Pernambuco. Esteve à frente da paróquia de Santo Amaro, em Taquaritinga do Norte, entre os anos de 1940-1945 e de 1947-1960.

<sup>66</sup> Livro de Tombo II. Paróquia de Santo Amaro. Taquaritinga do Norte-PE. 1930-1953, p. 71.

Figura 35 – Procissão da primeira eucaristia, durante o centenário de 1960. Padre Otto no centro da imagem.



Fonte: Acervo de Júlia Pereira, década de 1960.

Durante a atuação do clérigo alemão, foram edificadas as duas torres da Igreja, as naves laterais e o forro de madeira, além da colocação do piso de mosaico. O templo religioso, conta com imagens talhadas em madeira e é dedicado à Nossa Senhora da Conceição, por indicação do Pe. Ibiapina, em 1860, que podem ser vistas nas imagens a seguir:

Figura 36 – Padrões em mosaico dos pisos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 37 – Interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Foto à esquerda: Acervo de José Mendes de Carvalho, 1990. À direita: Acervo pessoal, 2023.

Após as reformas finalizadas em 1960, e a troca do forro em 1995<sup>67</sup>, a Igreja foi mantida com reparos pontuais e novas pinturas. Mais recentemente, vêm passando

<sup>67</sup> No início de 1995 houve chuvas muito fortes no distrito, comprometendo boa parte do telhado e do forro original, fazendo com que o mesmo fosse substituído por um novo, também em madeira.

por outros tipos de intervenção, a exemplo da adição de um novo altar e um ambão, a troca de lugar da pia batismal, o acréscimo de um painel com a imagem da padroeira local no forro (figura 37). Em 2019, especificamente, alguns moradores se reuniram em mutirão para remodelação do piso externo da capela. Durante o processo, foi possível ver os elementos construtivos à mostra. O tijolo feito manualmente pelos moradores locais passados, é marca típica das edificações mais antigas.

Figura 38 – Reforma do piso externo e adição do painel no forro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo pessoal, 2019 e 2022, respectivamente.

### 3.3.4 Mercado Público

O Mercado Público José Pereira da Costa<sup>68</sup>, também conhecido pelos moradores locais como “Antigo Açougue”, já foi outra fonte importante de comércio local, uma vez que completava a variedade da Antiga Feira Local, vendendo os mais diversos tipos de carne. Após o fim da feira local, entre 1970 e 1980, o prédio continuou a ser utilizado, vindo a perder suas atividades comerciais no final da década

<sup>68</sup> Nome em homenagem a José Pereira da Costa, que foi um comerciante local importante e vereador do distrito por alguns anos.

de 1990 e início de 2000. Atualmente o local serve para jogos de dominó de alguns moradores locais à noite e como depósito de água. Carros pipas abastecem uma cisterna localizada na parte posterior do edifício e os habitantes do distrito que necessitarem, podem fazer retirada da água em baldes, galões e latas.

A obra foi edificada em meados de 1950, no último mandato do prefeito norte-taquaritinguense Severino Cordeiro de Arruda<sup>69</sup>. Na figura 38, nas fotos à esquerda - do Acervo de José Gomes, entre 1970 e 1975 -, o Mercado foi deixado em destaque para facilitar a visualização, nelas é possível perceber que a fachada ainda possuía escalonamento e algumas reentrâncias na platibanda. Após algumas reformas, tais elementos foram perdidos, sendo substituídos por outros mais retilíneos.

Figura 39 – Mercado Público José Pereira da Costa.



Fonte: Fotos da esquerda: Acervo de José Gomes, entre 1970 e 1975. Foto direita superior: <<https://mapio.net/pic/p-16973192/>>. 2008. Foto direita inferior: Acervo pessoal, março de 2023.

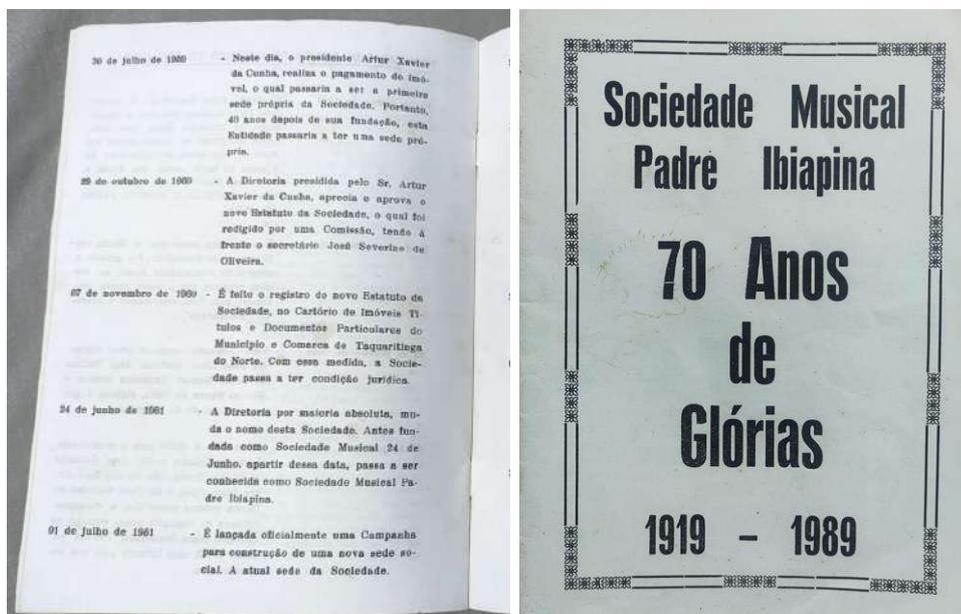
<sup>69</sup> Os mandatos de Severino Cordeiro de Arruda no município de Taquaritinga do Norte ocorreram entre 1937-1945; 1946-1951 e 1955-1959.

### 3.3.5 Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina

Em frente à escola do distrito gravataense, localiza-se a Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina, também conhecida pelos moradores locais como “Clube” ou “Grêmio”. Como pode se observar na figura 39, do acervo pertencente à Sociedade Musical, em comemoração aos 70 anos de fundação da Banda Musical, em 1989 -, foi produzido um histórico em formato de livreto<sup>70</sup>, sobre os momentos mais importantes da mesma. No documento consta que em 30 de julho de 1959, 40 anos após a formação da Banda Musical, o então presidente da época, Artur Xavier da Cunha realizou o pagamento do imóvel que seria a sede da Sociedade futuramente. Como é apontado em um dos trechos do documento:

No final de sua administração, o senhor Artur Xavier da Cunha lançou uma campanha para a construção de uma nova sede. Recebendo o apoio dos filhos da Terra, iniciou imediatamente os trabalhos de construção. (Sociedade Musical, 1989, s.p.d)

Figura 40 – Histórico da Sociedade Musical Padre Ibiapina.



Fonte: Acervo da Sociedade Musical Pe. Ibiapina, 1989.

<sup>70</sup> A pesquisa foi realizada pelo secretário da Sociedade Musical da época, Severino de Oliveira.

Em 23 de março de 1962, tem-se início a construção da sede atual da Banda Musical Padre Ibiapina<sup>71</sup>. A edificação teve sua primeira festa realizada no dia 23 de junho de 1963. Atualmente, além das atividades referentes à Banda Musical, o espaço também é destinado para festas e eventos locais.

Antigamente, a sede era cercada por uma baixa mureta que dava visão direta para rua, após algumas reformas, visando maior segurança, o muro foi elevado e houve o acréscimo de um portão, conforme a figura 40. No painel de fotos, quando comparado o número 1 e o número 3 é possível perceber a transferência da bilheteria da fachada principal para o muro adicionado posteriormente, o que indica certo distanciamento entre na relação usuário-edificação. Se em um primeiro momento os eventos que aconteciam dentro da construção se relacionavam com o ambiente externo de forma quase direta, agora passam a ser mais privativos.

Figura 41 – Painel da sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina.



Fonte: Fotos superiores: Acervo de Ângela Farias, sem data. Foto inferior: Acervo pessoal, 2023.

<sup>71</sup> Iniciada em 1919.

### 3.3.6 Escola Municipal Padre Ibiapina

Durante o mandato Benedito Ernesto Silvano (1973-1976), o Antigo Grupo Rural<sup>72</sup> do distrito gravataense, deixa de servir aos fins educacionais, e passa a ser utilizado como posto de saúde. A partir disso, o prefeito mencionado dá início à construção da Escola Municipal Padre Ibiapina. A edificação teve destaque na paisagem gravataense por sua escala grandiosa quando comparada a dimensão das casas em arquitetura popular, antigamente os muros baixos permitiam uma ampla visão da mesma (figura 41).

Figura 42 – Escola Municipal Padre Ibiapina.



Fonte: Primeira e segunda fotos: Acervo de Ângela Farias, meados de 1980 e 1979, respectivamente.  
Terceira foto: Acervo pessoal, 2023.

<sup>72</sup> Primeira escola do local. Também construído durante o mandato do prefeito Severino Cordeiro de Arruda, no início de 1950, funcionou por muito tempo como escola para os habitantes locais e de lugarejos circunvizinhos. Segundo relato dos moradores, antes disso, a educação acontecia em casas alugadas no próprio povoado, onde professoras coordenavam turmas com faixas etárias diferentes em um único salão.

No ano de 2017, foi instalada a nova quadra poliesportiva do colégio, a construção destaca-se na paisagem, ao mesmo tempo em que esconde toda a fachada da instituição educacional. Os muros altos, erguidos em prol da segurança, também contribuem para a clausura do ambiente.

Figura 43 – Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Padre Ibiapina.



Fonte: Primeira foto: Prefeitura Municipal, sem data. Acesso em novembro de 2019. Segunda foto: Acervo pessoal. Dezembro de 2018.

### 3.3.7 Praças Centrais da Rua do Comércio

Retomando como base a questão das cidades de pequeno porte, nelas, as praças são os espaços de lazer mais fáceis de serem encontrados. Seja para descanso ou convivência, tais setores participam ativamente do cotidiano dos moradores locais. Como aponta Queiroga (2004) as praças, são áreas que revelam símbolos e memórias indissociáveis do ambiente físico. Quanto aos espaços públicos da área estudada, na Rua do Comércio há um conjunto de três praças que dão suporte aos mais diversos tipos de atividades, eventos políticos, religiosos e culturais. São elas: a Praça Nossa Senhora da Conceição, a Praça José Pereira da Costa e a Praça Maria Quitéria da Silva<sup>73</sup>, localizadas na figura a seguir.

Figura 44 – Localização das Praças Centrais de Gravatá do Ibiapina.



**Legenda**

 Limites da ZEH

1. Praça Maria Quitéria da Silva

2. Praça José Pereira da Costa

3. Praça Nossa Senhora da Conceição

Fonte: Google Earth, editado pela autora em 2023.

<sup>73</sup> Desde 2019 a Praça Maria Quitéria da Silva foi unificada fisicamente com a Praça Maria Andrade de Souza, e segue em processo de reforma. Na lei, ainda não foi definido o nome oficial após a junção, ambas foram nomeadas em 2007, no mandato do prefeito José Pereira Coelho.

Durante o mandato do prefeito Antônio Barbosa, mais conhecido por Coronel Lucena, de 1969 a 1973, houve a construção do calçamento da Rua do Comércio. Antes disso, o distrito só contava com o piso de terra e algumas delimitações simples de canteiros em seu miolo central. Ainda sob do mesmo político foram instalados os primeiros postes públicos. Os elementos de iluminação eram feitos com base de cimento e o ponto de luz no topo, a energia provinha da usina de Paulo Afonso<sup>74</sup>. No painel de fotos, principalmente na imagem colorida, é possível perceber a horizontalidade do casario em arquitetura popular da Rua do Comércio, as casas tinham semelhança de gabarito, sendo destacadas

Figura 45 – Painel da construção do calçamento e instalação dos primeiros postes de Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Fotos pretas e brancas: Acervo de Rita de Cássia Barbosa Ferreira, início da década de 1970.  
Foto colorida: Acervo de Betânia de Carvalho, início da década de 1970.

<sup>74</sup> A iluminação da comunidade, que antes acontecia através de velas e candeeiros, passou a ser fornecida por um motor à diesel, pertencente ao Sr. José Pereira da Costa. Um fio condutor passava linearmente em frente as casas, e por meio dele os moradores conseguiam puxar energia para consumo próprio. O sistema lembra as gambiarras utilizadas até hoje para iluminar os dias de festa no distrito. Anos depois, a prefeitura investiu em outro motor, mais potente. Havia uma casa destinada ao resguardo de tais motores. Esta edificação localiza-se na Rua Paulo Pessoa Guerra, nome dado em homenagem ao governador que facilitou o processo de chegada da energia de Paulo Afonso, junto ao Coronel Lucena. Os postes atuais, da comunidade, foram implantados no mandato do prefeito Jânio Arruda, na década de 1990.

A primeira praça edificada no distrito gravataense foi a Praça Nossa Senhora da Conceição, localizada na Rua do Comércio, em frente à Igreja de mesmo nome. Inaugurada em 26 de setembro de 1992, na administração do prefeito Jânio Arruda. A figura 45, por exemplo, mostra os moradores locais durante a festa da padroeira, a primeira entre 1970-1980 e a segunda em 2020, indicando que alguns hábitos vêm se conservando ao longo do tempo. A paisagem ao fundo, por sua vez, aponta que a malha urbana cresceu, e algumas edificações do casario deram lugar a obras com mais de um pavimento.

Figura 46 – Festa da padroeira na Praça Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Foto superior: Acervo de José Gomes, entre 1970-1980. Foto inferior: Acervo pessoal, 2020.

Os outros dois espaços públicos muito utilizados pela população gravataense são a Praça José Pereira da Costa, inaugurada no ano de 2017<sup>75</sup> e a Praça Maria Quitéria da Silva (nomeada em 2007), que teve suas reformas iniciadas em março de 2019, mas sem previsão de finalização. Ambas, vêm sofrendo uma série de modificações ao longo do tempo, que serão melhor vistas no próximo tópico. Nos dois espaços é comum encontrar crianças brincando, idosos descansando e moradores conversando cotidianamente. Durante a festa da padroeira, são elas que concentram os parques de diversão, as barracas de comida e de brinquedos.

Figura 47 – Praças Centrais da Rua do Comércio.



Fonte: Fotos superiores: Acervo de Ângela Faria, aproximadamente, 1995. Foto inferior: Acervo de Giovanna Ramalho, sem data.

---

<sup>75</sup> Apesar de ser inaugurada oficialmente no ano de 2017, no mandato do prefeito Ivanildo Mestre, a praça vem passando por reformas desde o início da década de 2000, quando se iniciou o processo de remoção das algarobas. Recebeu o nome do mesmo homenageado no Mercado Público.

### 3.3.8 Lavanderia

A Lavanderia pública do distrito de Gravatá do Ibiapina, foi construída durante o mandato do prefeito Jânio Arruda, entre os anos de 1989 e 1992, há anos encontra-se inativa e abandonada. Não foram encontradas fotografias ou registros documentais de sua inauguração, mas sabe-se que, além de sua função básica, a atividade de lavar roupas, era um espaço de socialização para os moradores locais, onde mantinham práticas sociais e culturais. A edificação funcionava com três pias em cada lado e era aberta para usufruto da população em geral. Contava também com dois banheiros, geralmente utilizados por pessoas vindas de outras localidades. O comprometimento da estrutura e sua falta de uso, acabam por refletir na forma como esse elemento é valorado pela população local.

Figura 48 – Lavanderia Pública de Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Autoria Própria. Março de 2023.

### 3.3.9 Banda Musical Padre Ibiapina

A “Sociedade Musical Padre Ibiapina” ou “Banda Musical Padre Ibiapina” é composta por músicos gravataenses que atravessam gerações há mais de cem anos. Fundada em 30 de março de 1919, pelo idealizador João Lício Barbosa, a Banda Musical foi inaugurada oficialmente em 24 de junho de 1919, data que lhe deu o primeiro nome. Em 24 de Junho de 1961, teve seu nome alterado para Sociedade Musical Padre Ibiapina e o mantém até os dias de hoje, como pode ser visto em um dos trechos do livreto em comemoração aos seus 70 anos de fundação, apresentado anteriormente:

Foi também na administração do senhor Artur Xavier da Cunha, que a Sociedade mudou a sua denominação. Antes conhecida como Sociedade Musical 24 de Junho, agora denominada “SOCIEDADE MUSICAL PADRE IBIAPINA”. Essa resolução tomada pela Diretoria, teve como objetivo, homenagear o Fundador desta Vila. (Sociedade Musical, 1989, s.p.d)

Em 2019 a Banda comemorou seu centenário e ainda hoje, aos 104 anos, conserva suas atividades originais. É ao som da Sociedade Musical que todos os dias da Festa de Nossa Senhora da Conceição - da Alvorada<sup>76</sup> do dia 29 de novembro ao dia 8 de dezembro -, bem como outros eventos de importância local, são embalados. Os músicos se renovam com o passar dos anos, mas o costume de “tocar” na Banda Musical ainda é de grande significância para os habitantes locais, conforme figura 48. Em 1989, o livreto já apontava:

[...] a Assembleia Geral realizada no dia 03 de abril de 1959, elegeu como presidente o senhor Artur Xavier da Cunha. Tem início então uma nova fase da vida desta Entidade. O primeiro trabalho do presidente Artur Xavier da Cunha, foi reorganizar a Banda de Música. A comunidade local se preparava para comemorar o Centenário da nossa Igreja, e a Banda local era de

---

<sup>76</sup> Momento em que a Banda Musical Padre Ibiapina se reúne em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tocando para os moradores locais para dar início à Festa de Nossa Senhora da Conceição. O mesmo rito acontece no último dia de festividades, para marcar o término do evento anual.

fundamental importância para abrilhantar a referida solenidade. (Sociedade Musical, 1989, s.p.d)

Figura 49 – Banda Musical Padre Ibiapina.



Fonte: Foto superior esquerda: Acervo de José Gomes, entre 1970 e 1980. Foto superior direita: Acervo: Giovanna Ramalho, sem data. Foto inferior esquerda: Foto inferior direita: Acervo pessoal, 2018. Acervo pessoal, 2022.

### 3.3.10 Festa de Nossa Senhora da Conceição

O calendário católico é marcante na dinâmica do distrito gravataense e os costumes iniciados por Ibiapina e seus seguidores, perduram até os dias de hoje. Dentre eles, pode-se destacar a “Festa de Nossa Senhora da Conceição” ou “Festa de Dezembro”, que acontece, anualmente, do dia 29 novembro ao dia 8 de dezembro, em homenagem à padroeira local, Nossa Senhora da Conceição. Como a maior

parcela da população municipal é católica, o evento é um marco expressivo de religiosidade, acolhendo pessoas de diversos lugares e cidades circunvizinhas.

Os ritos religiosos além de rememorar a cultura e a história de um lugar, são ativos de vida social. Relacionam-se também com a dimensão material e concreta dos espaços e edificações nas quais eles se manifestam. Voltar o olhar para tais eventos, permite a compreensão do valor patrimonial de um determinado grupo, para além da matéria.

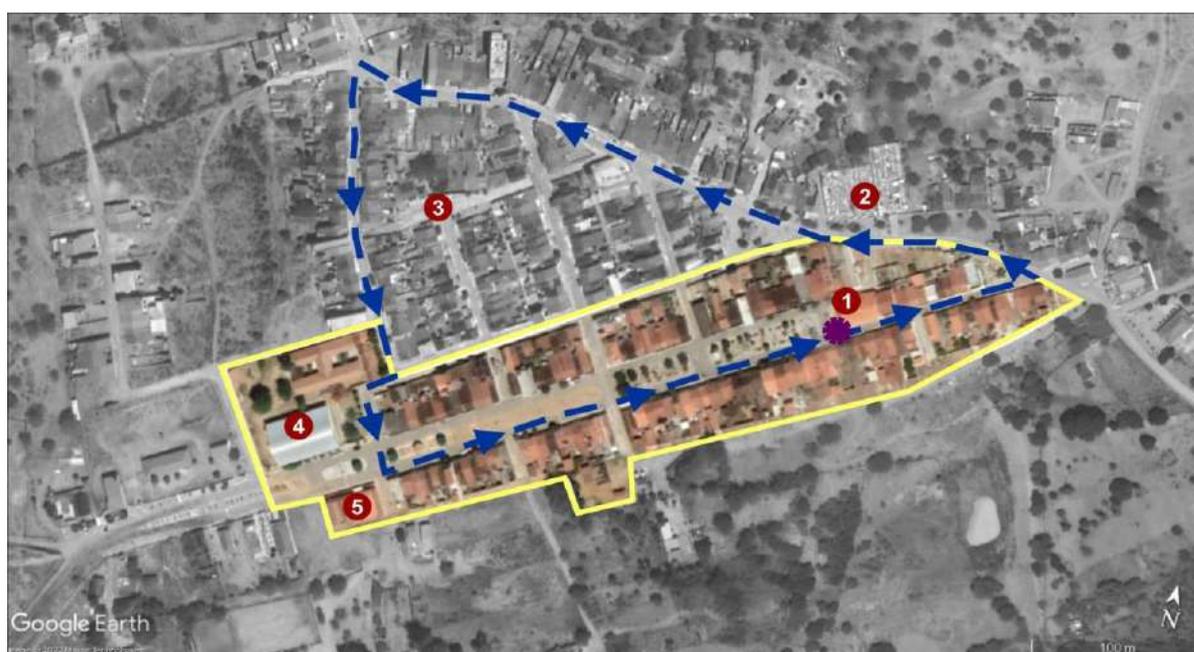
Figura 50 – Painel de procissões gravataenses em épocas diferentes.



Fonte: Foto preto e branca à esquerda: Acervo de Leni Leandro, sem data. Segunda foto à esquerda: Acervo de José Mendes de Carvalho, entre 1986 ou 1987, anos de atuação do Pe. Ângelo, que coordena a procissão na foto. Foto superior à direita: Acervo de José Mendes de Carvalho, 1991. Foto horizontal inferior: Acervo de Giovana Ramalho, sem data.

Na tarde do dia 8 de dezembro<sup>77</sup>, centenas de fiéis acompanham a procissão, cumprem suas promessas e renovam sua fé na padroeira católica. A procissão em prol de Nossa Senhora da Conceição tem como ponto de partida e de chegada a própria Igreja Matriz, como apresentado na figura 50. O andor com a imagem da padroeira é carregado nos ombros dos fiéis por todo o trajeto, seus enfeites variam anualmente, ficando a decoração sob a responsabilidade de alguns moradores locais.

Figura 51 – Trajeto da Procissão de Nossa Senhora da Conceição.



**Legenda**

	Limites da ZEHC		Cemitério
	Trajeto da Procissão		Cruzeiro
	Início/Fim		Escola Municipal Pe. Ibiapina
	Igreja NS. da Conceição		Sociedade Musical Pe. Ibiapina

Fonte: Google Earth. Editado pela autora, 2023.

Quando se compara a figura 49 com a figura 51, é possível notar algumas permanências e mudanças. A tradição dos fiéis, residentes ou frequentadores, de participar da procissão, acompanhados de familiares e amigos, sob o sol de dezembro, com as torres da Igreja se destacando na paisagem, e a serra de Taquaritinga ao fundo, segue sendo conservada. Os espaços públicos e o casario

<sup>77</sup> Desde o ano de 2014, pela manhã, acontece uma caminhada religiosa. Os fiéis saem a pé da Igreja de Santo Amaro, em Taquaritinga do Norte, em direção à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Gravatá do Ibiapina, em um percurso de aproximadamente 13km.

arquitetônico, no entanto, começam a apresentar discontinuidades, com a redução da vegetação das praças centrais e o surgimento de edificações com mais de um pavimento.

Figura 52 – Pannel da Festa de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Prefeitura de Taquaritinga do Norte, 8 de dezembro de 2022.

### 3.3.11 Pe. Ibiapina

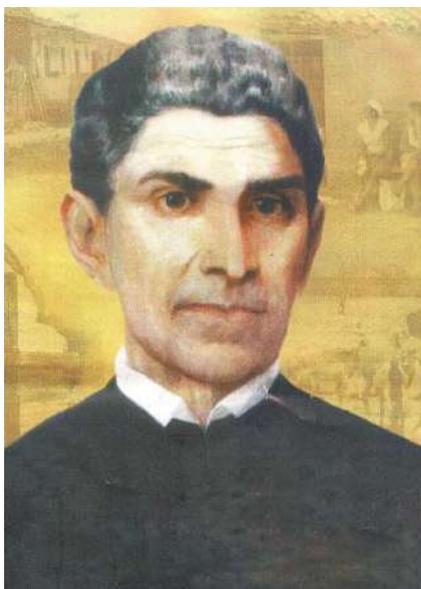
José Antônio Pereira Ibiapina nasceu em 5 de agosto de 1806, no município de Sobral, no estado do Ceará. Conforme França e Silva (2010), após atuar nas áreas de Direito e Política<sup>78</sup>, em 1850, após algumas decepções e perdas, se isola em um sítio no interior de Pernambuco. Em 03 de julho de 1853, após o período de reclusão,

---

<sup>78</sup> Em 1832, formou-se na primeira turma de Direito pela Academia de Ciências Sociais de Olinda. Logo após formado, foi encarregado de ministrar o curso de direito romano. Após um ano voltou para o Ceará. Em 1833 foi eleito deputado geral para representar o Ceará na Assembleia Legislativa Nacional, onde cumpriu mandato de quatro anos. Devido a tantas responsabilidades e compromissos, o noivado com a jovem Carolina Clarence foi cancelado. Já findado o período de legislatura, escolheu criar morada em Recife, onde continuou o estudo do Direito e o ofício de advogar.

aos 46 anos, foi ordenado ao sacerdócio. Em 1855 se consagrou a Maria e substituiu o sobrenome Pereira, passando a se chamar José Antônio de Maria Ibiapina.

Figura 53 – Padre Ibiapina.



Fonte: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>.

O clérigo realizou uma grande ação missionária pelo bojo do Nordeste, evangelizando por quase 30 anos. Passou por cinco estados: Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Seu trabalho<sup>79</sup> atravessou cenários de fome, seca, moléstias e mortes, levando a oportunidade de melhora das condições sociais.

Construiu mais de vinte casas de caridades, além de inúmeros açudes e igrejas. As obras eram edificadas com o material disponível no local ou recebido através de doações. A mão de obra vinha dos membros das comunidades nas quais atuava, o que permitia o desenvolvimento da coletividade, de métodos de construção, além de diminuir as dependências econômicas externas. Segundo Desrochers e Hoornaert (1984, p. 100-101), “o povo era então congregado para a construção de igrejas e capelas, carregando processionalmente pedras, tijolos, madeiras. O povo era arregimentado para construir em mutirão comunitário açudes, cisternas, estradas”.

---

<sup>79</sup> Segundo Neves (2019), através de sua boa oratória e convencimento, Ibiapina teve bom diálogo com a população, mobilizando o povo com facilidade para realizar as obras que necessitavam. Além disso, o trabalho do missionário viria influenciar nomes como Padre Cícero, no Ceará, e Antônio Conselheiro, na Bahia.

Como mencionado anteriormente, a história do distrito de Gravatá do Ibiapina está intrínseca às missões e às obras realizadas pelo Pe. Ibiapina. No distrito gravataense, o pároco edificou a primeira Casa de Caridade do Nordeste, o Açude do Gado, o Cemitério Pe. Ibiapina e a Capela de Nossa Senhora da Conceição, além de iniciar tradições que perduram até hoje, como a Festa de Nossa Senhora da Conceição. Em homenagem ao trabalho por ele desenvolvido na comunidade, a Banda / Sociedade Musical Padre Ibiapina, a Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina, bem como a Escola Municipal Padre Ibiapina, carregam seu nome<sup>80</sup>.

No dia 19 de fevereiro, data de aniversário do falecimento do Pe. Ibiapina, os fiéis fazem uma visita ao santuário de Santa Fé, em Solânea, na Paraíba, local onde estão seus restos mortais. Suas obras são reconhecidas pelos gravataenses e repassadas pelas gerações que vêm chegando, e materializando todo o ideário por ele pensado.

### **3.3.12 Senso de Vizinhaça**

Como já apontado por Castro (2010), no início do capítulo, as cidades pequenas, geralmente, estão na fronteira entre rural e urbano, desencadeando um modo de vida particular, onde as relações afetivas são marcantes, uma vez que boa parte dos moradores possui vínculo ou se conhece de alguma forma. É possível notar na figura 53, por exemplo, a relação de conversa entre os vizinhos, em frente às suas residências. Esses momentos e espaços de encontro são constantes, já que os habitantes locais frequentam as mesmas praças, ruas e edificações cotidianamente.

Sobre isso o autor ainda complementa: “Esse deslocamento do transeunte pela pequena cidade, que, pelas suas dimensões físicas, estimula a pedestrialização, acontece em vias públicas entornadas por edificações residenciais ou comerciais de pessoas conhecidas, por isso o passante gesticula, pára, conversa” (Castro, 2010, p. 3).

---

<sup>80</sup> Também carrega o nome do Pe. Ibiapina o PSUI – Projeto Social Unidos em Ibiapina, que é a sede de uma associação social voltada para jovens e crianças da comunidade gravataense.

Com a ampliação do debate acerca do patrimônio cultural, o olhar para a relação entre bens e sujeitos é fundamental na compreensão do processo de valorização. Levando em consideração o patrimônio construído popular do distrito gravataense, tomar conhecimento de como a dimensão imaterial se expressa no espaço físico e material, permite uma visão mais ampla e aprofundada acerca dos bens gravataenses. Sobre a conexão entre pessoas e lugares, Duarte et. al. (2022) aponta:

A realidade do mundo sensível está impregnada dos laços materiais e imateriais que conectam as pessoas aos lugares e, por isso mesmo, a identidade de um povo se confunde com a maneira como ele se relaciona com o lugar e com as técnicas e símbolos que desenvolve. Esse conjunto de aspectos deixa marcas ao longo do tempo, que reverberam no espírito do lugar que carrega a essência da vida social e espiritual. (Duarte et al, 2022, p. 8)

O empenho coletivo, as relações de afeto, o hábito de bem acolher quem vem de fora, de ajudar os vizinhos quando necessário, de manter conversas em frente as casas com conhecidos e familiares, ainda é parte do cotidiano e do ritmo de vida da maioria dos moradores de Gravatá do Ibiapina. Como aponta um dos trabalhadores antigos entrevistados, em março de 2023: “Dos antigos, quem não é parente é compadre”.

Figura 54 – Painel da rotina dos moradores gravataenses.



Fonte: Acervo pessoal.

### 3.3.13 Tranquilidade

Os comportamentos dos gravataenses no espaço que habitam contribuíram para a formação de uma paisagem urbana peculiar, pacata e tranquila. O barulho das vassouras limpando as calçadas pela manhã cedo, as algarobas embaladas pelo vento, o som dos pássaros, o carroceiro de água tráfegando lentamente, o anúncio do carro da água, o sino da igreja anunciando a missa, os cumprimentos entre conhecidos e as brincadeiras das crianças na rua ainda são hábitos diários, impregnados na memória coletiva do local, como pode ser visto na figura 54. Essas particularidades, costuram vínculos entre os espaços urbanos e rurais.

Figura 55 – Hábitos dos moradores gravataenses.



Fonte: Acervo pessoal.

Duarte e Santos (2020) apontam que essas paisagens do cotidiano ficam marcadas, por nos acompanharem ao longo do tempo, e mesmo que não tenham o mesmo valor para todos os usuários, cultivam o sentimento de pertencimento, “são paisagens humanas, ricas de afetos e sentimentos conferidos por nós mesmos” (Duarte; Santos, 2022, s.p.d.). O caráter bucólico, no entanto, não impede que o distrito apresente dificuldades socioespaciais, como problemas de saneamento básico, descartes irregulares de resíduos em áreas verdes, escassez de transporte para outras localidades, entre outros.

Os atributos apresentados acima permitiram um breve olhar sobre o patrimônio cultural do distrito gravataense. Quando se toma como foco o patrimônio construído

local e sua conservação, é importante compreender como ele vem sendo mantido ou transformado ao longo do tempo. Fazendo relação com o trabalho de Numeriano (2021), é imprescindível que os centros históricos das pequenas cidades sejam tratados com cautela e estudos estruturados, para que as descaracterizações e intervenções irregulares no patrimônio construído sejam evitadas. Para isso, o próximo tópico vai abordar algumas questões de legislação, buscando entender como ela reverbera nas mudanças e permanências do patrimônio construído popular do distrito de Gravatá de Ibiapina.

### 3.4 LEGISLAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

Como visto anteriormente, além da necessidade de mais estudos voltados para as pequenas cidades, uma outra questão preocupante é a da legislação vigente, que por diversas vezes não fornece o suporte necessário para solucionar os problemas e contradições que se apresentam em tais espaços, soma-se a isso a escassez de técnicos especializados na gestão e administração municipais. Taquaritinga do Norte e, conseqüentemente, o distrito de Gravatá do Ibiapina, têm atualmente como aparato legal o Plano Diretor Municipal (2021). Tal instrumento determina diretrizes e parâmetros urbanísticos a fim de promover o desenvolvimento municipal.

A Lei Municipal nº 1.521/2007 de 06 de fevereiro de 2007 aprovou o primeiro Plano Diretor de Taquaritinga do Norte. Após 10 anos, em julho de 2017, a Prefeitura Municipal juntamente com o CONDEPE-FIDEM, deu início a revisão do plano, tendo seu prazo sido estendido até janeiro de 2020. Após os trâmites legislativos, algumas alterações foram introduzidas e o plano teve sua publicação efetivada apenas em 29 de outubro de 2021, pela Lei nº 2046/2021.

O recorte espacial do presente estudo caracteriza-se, como colocado em sua definição no Plano Diretor (2021), pelo “valor Histórico Cultural e de Paisagem que fazem parte da memória e identidade do município, e compreende o núcleo original da ocupação na sede e no centro de Gravatá do Ibiapina” (Prefeitura De Taquaritinga Do Norte, p.7, 2021).

Observando a figura 55 e tomando como foco a ZEHC, composta pelo núcleo original da sede municipal e o núcleo original do distrito de Gravatá do Ibiapina, dentre as diretrizes propostas destacam-se para as construções preexistentes: 1- Manter o traçado urbano, pavimentação original, e tipologia predominante; 3- Preservar, manter e conservar as características arquitetônicas originais, no que se refere a implantação no solo, volumetria, composição de fachadas, manutenção dos telhados e suas empenas; 6 - Manter as características de conjunto edificado histórico cultural, não sendo permitido que elementos construtivos como, varandas, balcões entre outros extrapolem a linha da fachada que se encontrar na testada da rua.

Figura 56 – Diretrizes e ações para ZEHC.

10.15 ZONAS ESPECIAIS HISTÓRICA E CULTURAL – ZEHC			
ZONAS ESPECIAIS	SITUAÇÃO ATUAL	DIRETRIZES	AÇÕES
ZONAS ESPECIAIS HISTÓRICA E CULTURAL – ZEHC	Caracteriza-se pelo valor Histórico Cultural e de paisagem que fazem parte da memória e identidade do município, e compreende o núcleo original da ocupação na sede e no centro de Gravatá do Ibiapina	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Manter o traçado urbano, pavimentação original e a tipologia predominante;</li> <li>— Incentivar a instalação de atividades culturais, usos de apoio turístico e habitação;</li> <li>— Preservar, manter e conservar as características arquitetônicas originais, no que se refere a implantação no solo, volumetria, composição de fachadas, manutenção dos telhados e suas empenas;</li> <li>— Análise Especial de reformas, novas construções e acréscimo de pavimentos, devendo ser garantido as orientações do item III citado anteriormente;</li> <li>— Controlar a verticalização para novas construções, com gabarito máximo permitido de até 2 (dois) pavimentos (térreo + 1), sendo o segundo pavimento construído com afastamento frontal de 1,5m a partir da testada do lote.</li> <li>— Manter as características de conjunto edificado histórico cultural, não sendo permitido que elementos construtivos como, varandas, balcões entre outros extrapolem a linha da fachada que se encontrar na testada da rua.</li> <li>— Desenvolver o Plano de Conservação Integrada do Patrimônio Histórico, Cultural e da Paisagem;</li> <li>— Definir mecanismos de arrecadação e ativar o Fundo de proteção do patrimônio cultural que deverá orientar seus recursos para a Preservação, conservação e recuperação do Patrimônio Histórico Cultural de Taquaritinga do Norte.</li> </ul>	VER QUADRO DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Fonte: Plano Diretor, 2021. Grifos nossos, 2023.

Contudo, quando acessado o quadro de parâmetros, com relação às ações voltadas para essa zona, em específico, nota-se que são designados os tópicos 5 e 8, ambos referentes apenas para novas construções e reformas, conforme figura a seguir:

Figura 57 – Parâmetros urbanísticos para ZEHC.

PARÂMETROS URBANÍSTICOS POR ZONAS												
ZONA	LOTES ISOLADOS							LOTEAMENTOS				
	Taxa de Ocupação do Solo - TO	Frontal	Lateral	Fundo	Taxa de Solo natural	Gabarito	Lote mínimo	Observações	Lote mínimo	Testada Mínima do Lote	Largura mínima das vias	%Mínima de área pública
ZAC 1	50%	3	1,5	3	25%	4	160m <sup>2</sup>	1, 2,3, 8	160m <sup>2</sup>	8m	7m	35%
ZAC 2	50%	3	1,5	3	25%	3	160m <sup>2</sup>	1, 2,3, 8	160m <sup>2</sup>	8m	7m	35%
ZEU 1	60%	3	1,5	1,5	25%	3	125m <sup>2</sup>	1, 2,3, 8	125m <sup>2</sup>	7m	10m	35%
ZEU 2	50%	5	1,5	3	25%	3	200m <sup>2</sup>	1, 2,3, 8,9	200m <sup>2</sup>	8m	10m	35%
ZEU 3	30%	8	3	5	25%	2	720m <sup>2</sup>	1, 2, 3,7,8	720m <sup>2</sup>	12m	9m	50%
ZEIP	50%	8	5	5	25%	2	2000m <sup>2</sup>	4, 11,8	-	-	-	-
<b>ZEHC</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>5,8</b>	-	-	-	-
ZEPA	-	-	-	-	-	-	-	6, 8	-	-	-	-
CONDOMÍNIOS FECHADOS	50%	8	5	5	25%	2	2000m <sup>2</sup>	4, 8, 10	2000m <sup>2</sup>	20m	15m	35%
OBSERVAÇÕES												
5. As intervenções urbanísticas e arquitetônicas na ZEHC deverão ser objeto de análise especial, realizada por técnicos e órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico cultural do município;												
6. As Zepas deverão respeitar as orientações do Código Florestal nas áreas de APP, e os projetos desenvolvidos para essas zonas deverão ser objeto de Plano Específico, sendo acompanhado e aprovado pelo CDU;												
7. Projetos Especiais na ZEU 4, deverão respeitar as normas de acessibilidade da ABNT NBR 9050;												
8. Os parâmetros urbanísticos serão aplicados após aprovação deste plano e serão válidos para as novas construções, não precisando adequar as construções existentes;												

Fonte: Plano Diretor, 2021. Grifos nossos, 2023.

O tópico 5 aponta que as intervenções urbanísticas e arquitetônicas devem ser analisadas de forma especial e sob a supervisão de técnicos e órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural municipal, mas na prática não existem profissionais contratados pelo poder público local que sejam especializados nessa área. O tópico 8 aponta que os parâmetros urbanísticos serão válidos apenas para novas construções, não necessitando ser adequados às preexistentes.

Como mencionado anteriormente, foram feitas alterações na redação de alguns incisos da revisão do Plano Diretor antes de sua publicação final. No caso específico da ZEHC, houve alterações no inciso 1º e no 5º, do Artigo 73 (figura 57).

Figura 58 – Alteração do Artigo 73, inciso 1º e do inciso 5º.

**Art. 73-** A ZECH caracteriza-se pelo valor Histórico Cultural e de paisagem que fazem parte da memória e identidade do município, e compreende o núcleo original da ocupação na sede e no centro de gravatá do Ibiapina.

~~§1º~~ ~~Manutenção do traçado e da tipologia predominante;~~  
**Redação alterada conforme emenda modificativa nº 03/2021 do Poder Legislativo, conforme redação abaixo:**

**§1º** - Na Zona Especial Histórico e Cultural – ZECH, fica permitido o recapeamento asfáltico das vias públicas, assim como, em relação à área de entorno do conjunto da Praça Central (Praça Padre Otto Sailer, Praça Antônio Pereira e Praça da Bíblia);

~~§5º~~ ~~Controle da verticalização e do gabarito para novas construções, com gabarito máximo permitido de até 2 (dois) pavimentos, sendo o segundo pavimento construído com afastamento frontal de 1,5m a partir da testada do lote.~~

**Redação alterada conforme emenda modificativa nº 03/2021 do Poder Legislativo, conforme redação abaixo:**

**§5º** - Controle da verticalização e do gabarito para novas construções, com gabarito máximo permitido de até 3 (três) pavimentos, sendo o segundo e terceiro construído com afastamento frontal de 1,5m a partir da testada do lote;

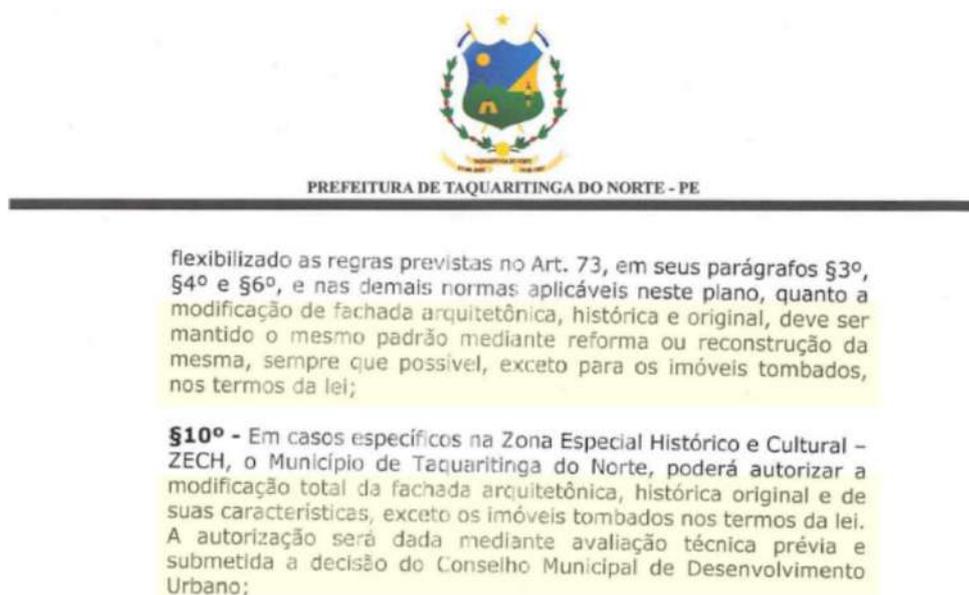
Fonte: Plano Diretor, 2021. Grifos nossos, 2023.

O inciso 1º permite a pavimentação asfáltica das vias públicas da ZEHC, e o inciso 5º é referente ao controle de verticalização para novas construções - o número máximo de pavimentos passa de dois para três, permitindo construções com gabaritos maiores.

Além disso, em uma situação não menos preocupante, tem-se na lei o inciso 9º e 10º (figura 58). O 9º indica que: quanto a modificação da fachada arquitetônica, histórica e original, seu padrão mediante reforma ou reconstrução deve ser mantido, “sempre que possível”, exceto para os imóveis tombados, nos termos da lei. No entanto, não existem imóveis tombados nos limites municipais norte taquaritinguenses. O inciso 10º, aponta que em casos específicos, o Município de Taquaritinga do Norte poderá autorizar modificação total da fachada arquitetônica,

histórica e original - mediante avaliação técnica prévia<sup>81</sup>, mas não define de forma clara detalhes sobre tal processo técnico. Nota-se com isso, que existem muitas brechas para reformas e descaracterizações nos limites definidos para a ZEHC.

Figura 59 – Artigo 73, inciso 9º e do inciso 10º.



Fonte: Plano Diretor, 2021. Grifos nossos, 2023.

As modificações feitas no documento legislativo foram executadas visando o “desenvolvimento econômico” de Taquaritinga do Norte, com foco na sede, dado que muitos comerciantes almejam expandir seus negócios e reformar suas fachadas. Como se isso já não fosse preocupante, a ZEHC é composta pela área central da sede municipal e a área central do distrito de Gravatá do Ibiapina, portanto, as diretrizes são as mesmas para os dois recortes espaciais. Se a permissão de aumento de gabarito para novas construções já é impactante para a ambiência da sede municipal, que conta com alguns sobrados em arquitetura popular, para o distrito gravataense, que possui um conjunto majoritariamente horizontal, o impacto provavelmente será ainda maior.

<sup>81</sup> O artigo menciona que a decisão deve ser submetida ao Conselho de Desenvolvimento Urbano, este instituído em outubro de 2021, conta com representantes de diversas áreas profissionais, inclusive do CONDEPE-FIDEM. A única votação finalizada e referente à possibilidade de reforma de uma fachada histórica pelo conselho, deu ganho de causa a pessoa que descaracterizou a fachada de uma construção histórica localizada na ZEHC. A mesma o fez sob a justificativa de que para troca de uso residencial para comercial, necessitaria fazer aberturas maiores e elevar o piso. Com as modificações realizadas, o frontão da antiga residência foi comprometido, e em um segundo momento ripristinado, como forma de “compensação”.

Quando se comparam as diretrizes da revisão do Plano diretor, com as propostas pelo plano inicial, de 2007 (figura 59), percebe-se que embora a primeira versão seja mais sucinta e simples, ela possuía uma tabela de parâmetros urbanísticos específica para o centro histórico gravataense. O antigo SIHC - Setor de Interesse Histórico e Cultural -, atual ZEHC do distrito de Gravatá do Ibiapina, apontava como número máximo de pavimentos: 1, visando a manutenção da horizontalidade do conjunto arquitetônico existente.

Com a revisão e a unificação dos setores, o miolo histórico da sede e o miolo do distrito gravataense, em uma só zona (ZECH), tudo o que for aplicado à nível municipal, poderá ser reproduzido a nível distrital. Além disso, como não existem punições previstas em lei, caso as diretrizes propostas para a ZEHC sejam descumpridas, nada ocorre na prática.

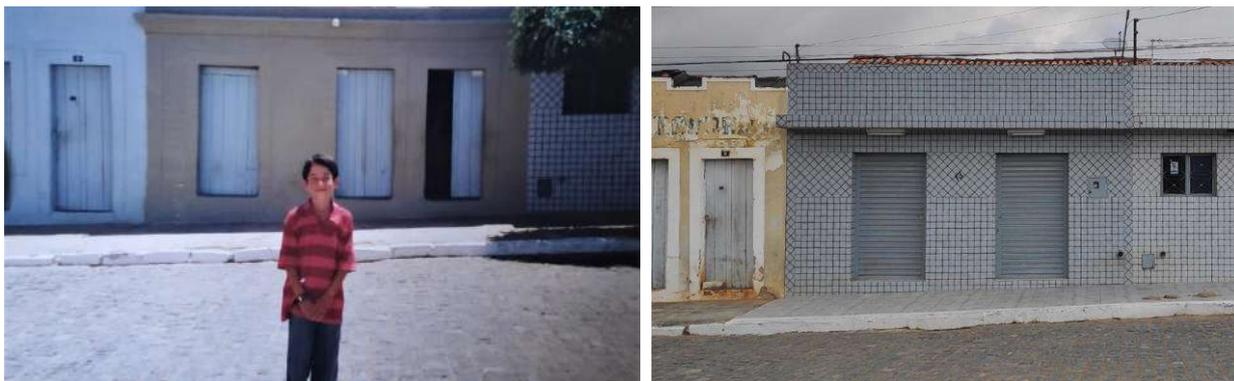
Figura 60 – Diretrizes e parâmetros urbanísticos para o distrito gravataense do Plano Diretor de 2007.

SEDE DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA							
ZONA / SETOR	DIRETRIZES	% de ocupação do solo	PARÂMETROS URBANÍSTICOS				Observações
			Afastamentos (metros)		% do Solo Natural	Gabarito	
			Frontal	Lateral e fundos			
SIHC – Setor de Interesse Histórico e Cultural	Conservar conjunto arquitetônico histórico remanescente; Conservar ocupação horizontal – sem permitir verticalização.	Conforme padrão atual	0,00		20%	1 pavimento	Preservar a morfologia atual
SCU - Setor de Consolidação Urbana	Promover a consolidação de áreas predominantemente residenciais com ampliação / implantação de infraestrutura, oferta de áreas de lazer, equipamentos e serviços urbanos.	60%	0,00		30%	2 pavimentos	Lote mínimo: 200m <sup>2</sup> ; Testada mínima: 8m; Fiscalização rigorosa de novos loteamentos e empreendimentos, que devem respeitar disponibilidade de 40% para áreas públicas.
SPA – Setor de Proteção Ambiental	Promover a ocupação rarefeita como forma de garantir a permeabilidade, a permanência da vegetação e conter o crescimento do núcleo urbano.	10%			90%	2 pavimentos	Lote mínimo de 10.000m <sup>2</sup>
APP – Áreas de Proteção Permanente	Delimitar área non aedificandi, articular espaços da cidade, ampliar oferta de espaços abertos e de lazer.	0,00					Conforme Código Florestal Brasileiro.

Fonte: Plano Diretor, 2007.

O conjunto construído gravataense, mesmo que mantenha a maioria de seu casario central com construções térreas, começa a apresentar descaracterizações e edificações com mais de um pavimento, gerando descontinuidade na ideia inicial de horizontalidade. Além do impacto no miolo central histórico, os danos podem seguir para o entorno imediato. Devido a escassez de funcionários especializados na área, a fiscalização das obras fica negligenciada, não chegando nem a passar pelo aval legislativo, na maioria das vezes.

Figura 61 – Reforma de fachada.



Fonte: Foto superior: Acervo de Tatiana Leandro, foto tirada entre 2002 e 2003. Foto inferior: Acervo pessoal, outubro de 2018.

Figura 62 – Construções com mais de um pavimento na ZECH.



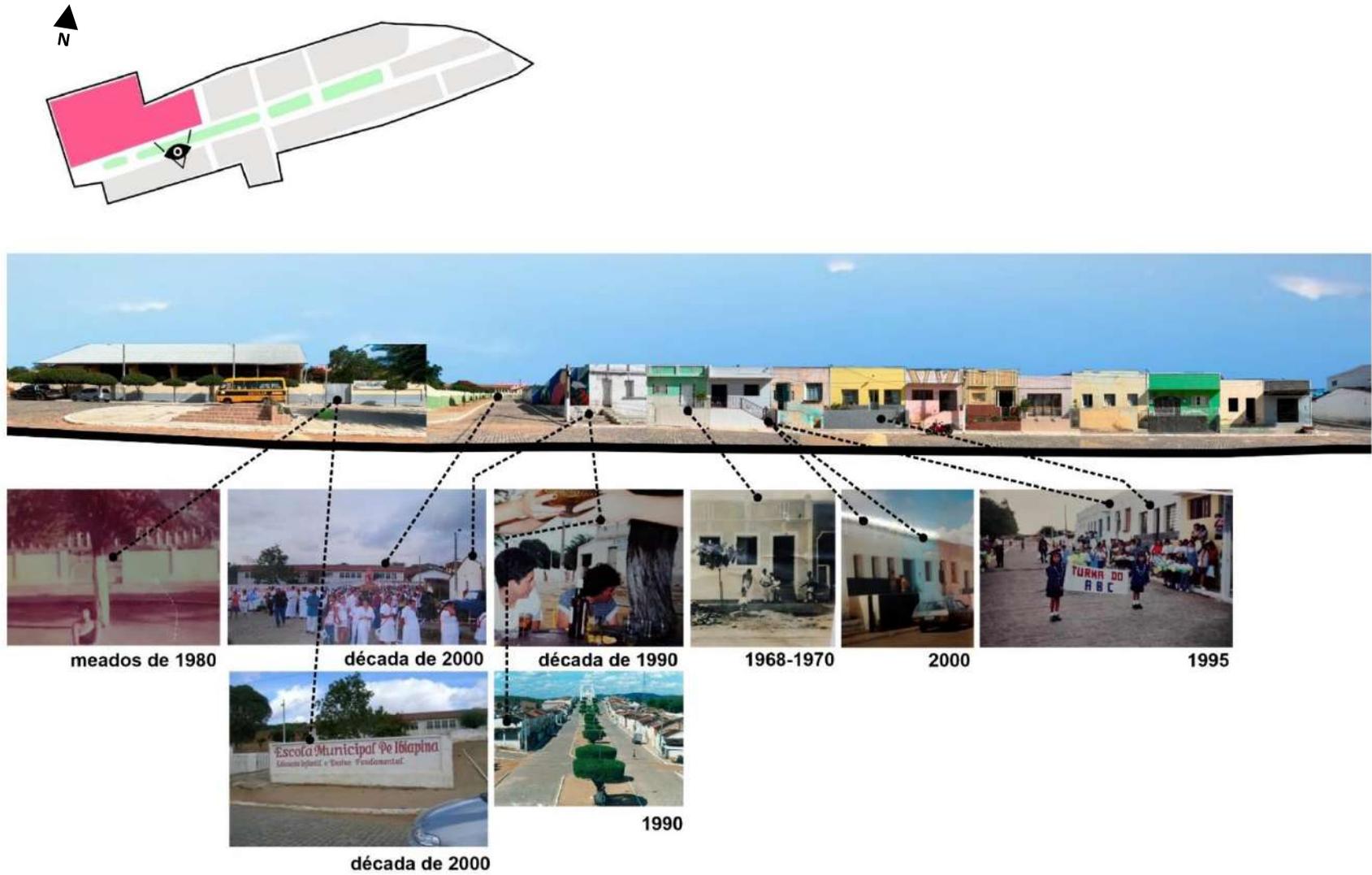
Fonte: Acervo pessoal. Março de 2023.

Para melhor visualização de algumas das permanências e mudanças que vêm acontecendo no casario da Rua do Comércio e no casario da Rua Martins da Cunha, nas próximas páginas, serão visualizados trechos de *skylines* do local, com as edificações existentes nos dois conjuntos. Os registros foram feitos pela autora em julho de 2023. Para efeito de comparação, do momento presente com outros períodos, foram puxadas linhas de chamada nas fotografias. Os pontos estão marcados de forma mais geral, apenas como ponto de referência entre uma residência no *skyline* e a mesma edificação na foto comparativa, o que não impede que as mudanças desenvolvidas nas construções vizinhas sejam percebidas. As imagens foram retiradas do Acervo de Júlia França (a mais antiga, datada de 1960), de Ângela Farias, de Tatiana Leandro, de José Mendes, de Zé Gomes, da Prefeitura Municipal, de acervos virtuais e de autoria própria.

Nos cinco painéis referentes aos trechos da Rua do Comércio, é possível observar que muitas das residências realizaram reformas em suas fachadas. Dentre os tipos de modificações mais recorrentes, nota-se a aplicação de revestimentos cerâmicos, seja parcialmente ou na fachada inteira; a troca de portas e janelas por modelos mais recentes do mercado, geralmente em alumínio; a remodelação das aberturas, a exemplo das janelas que eram mais compridas e em maior número nas fotos antigas, e passaram a ser menores e com peitoril mais alto - aumentando a segurança do ambiente por um lado, mas em contrapartida, diminuindo o contato com a rua e suas vivências.

Uma outra mudança que influencia na composição das aberturas é a troca do uso da edificação, a exemplo da passagem do uso residencial para o comercial. Nas construções que os usos mudaram, nota-se a substituição do tipo porta-janela por modelos com entradas mais largas ou portões, no intuito de gerar uma maior visibilidade para o negócio e facilitar o acesso ao empreendimento comercial. Quanto ao número de pavimentos, dentro do trecho da Rua do Comércio localizado na ZECH, ao longo dos painéis, nota-se a presença de quatro edificações com mais um pavimento, e duas com laje pronta para a adição de um novo andar.

Figura 63 – Trecho 1 do casario da Rua do Comércio.



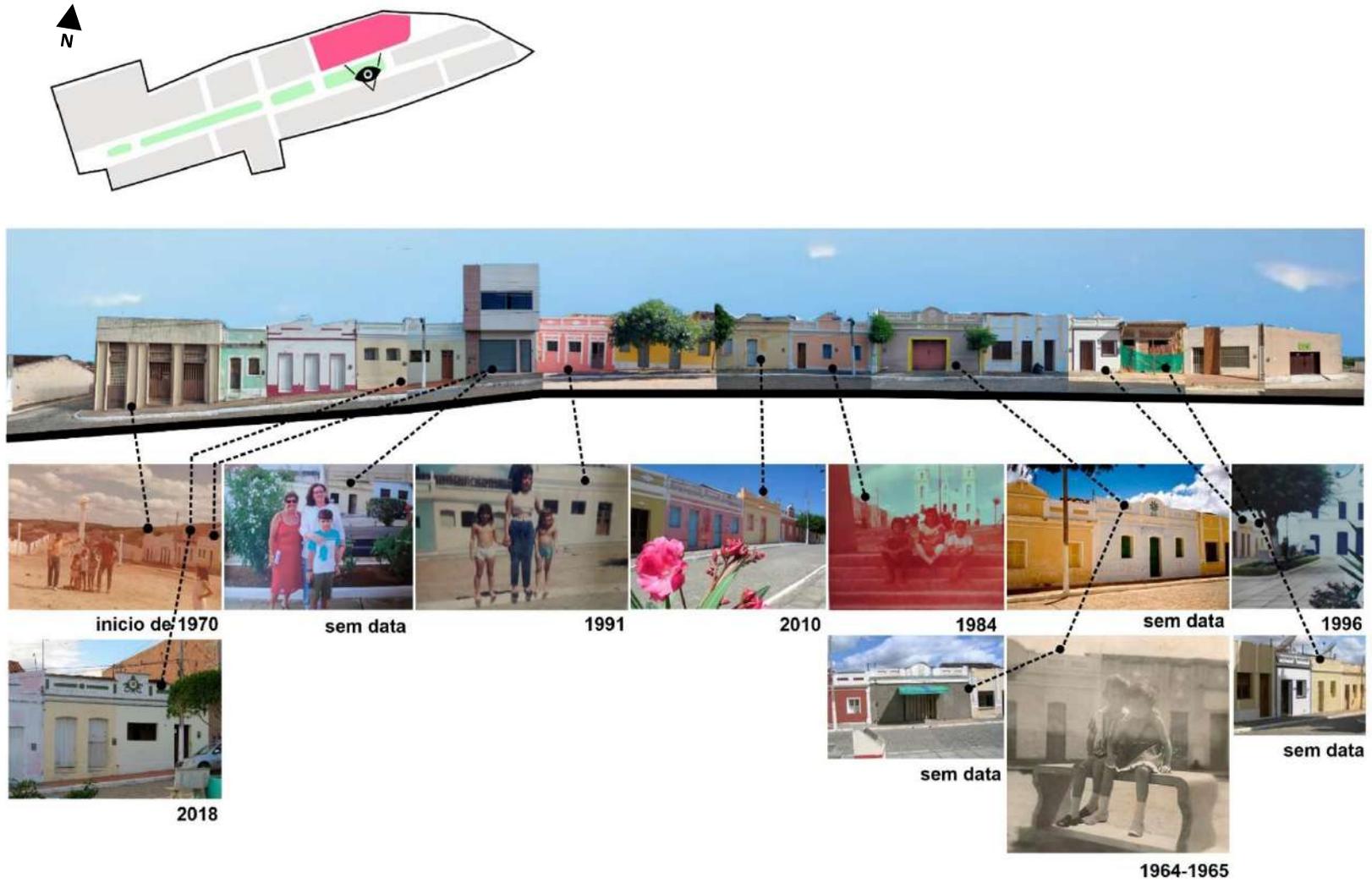
Fonte: Autoria própria, 2023

Figura 64 – Trecho 2 do casario da Rua do Comércio.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 65 – Trecho 3 do casario da Rua do Comércio.



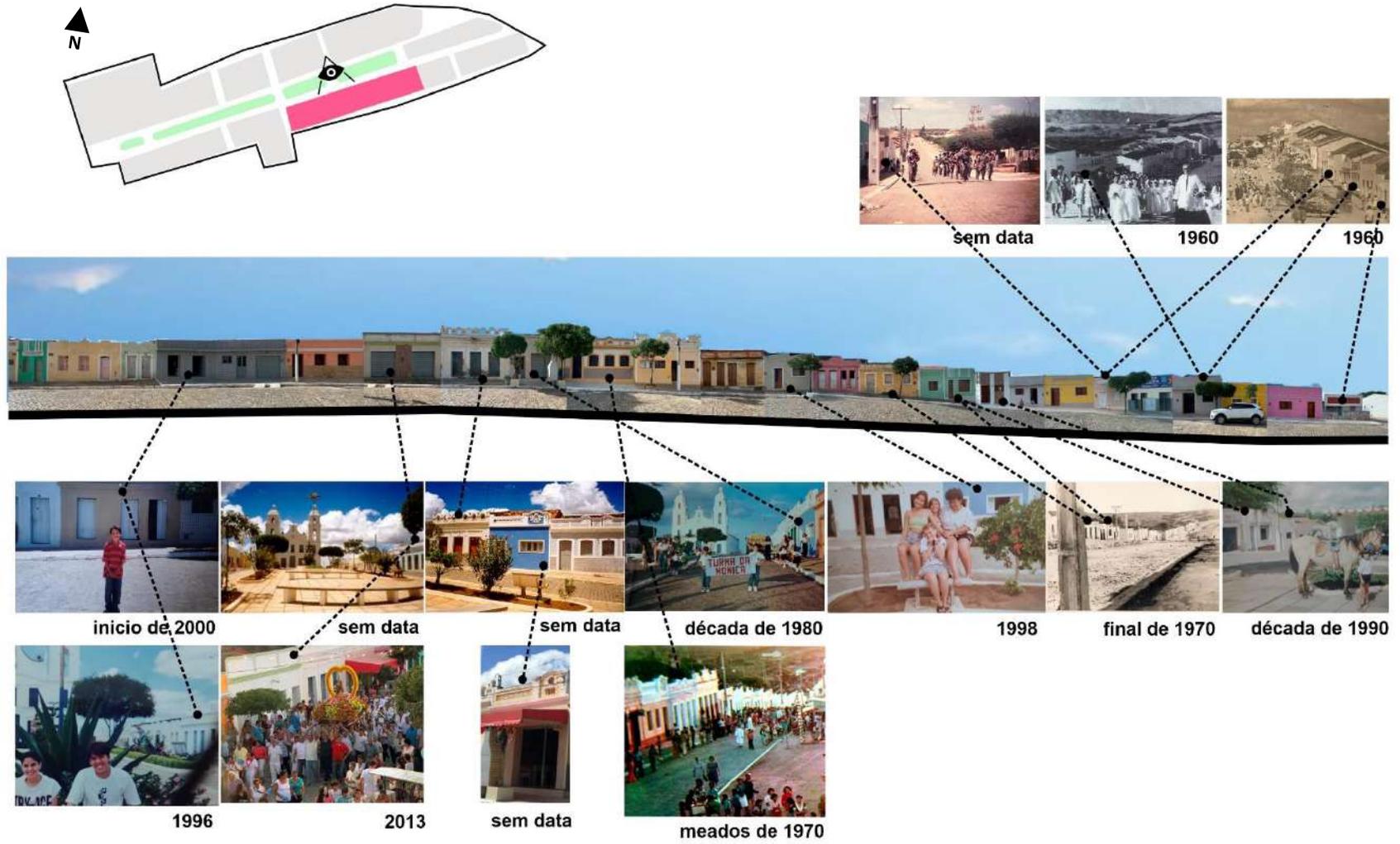
Fonte: Autoria própria, 2023

Figura 66 – Trecho 4 do casario da Rua do Comércio.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 67 – Trecho 5 do casario da Rua do Comércio.



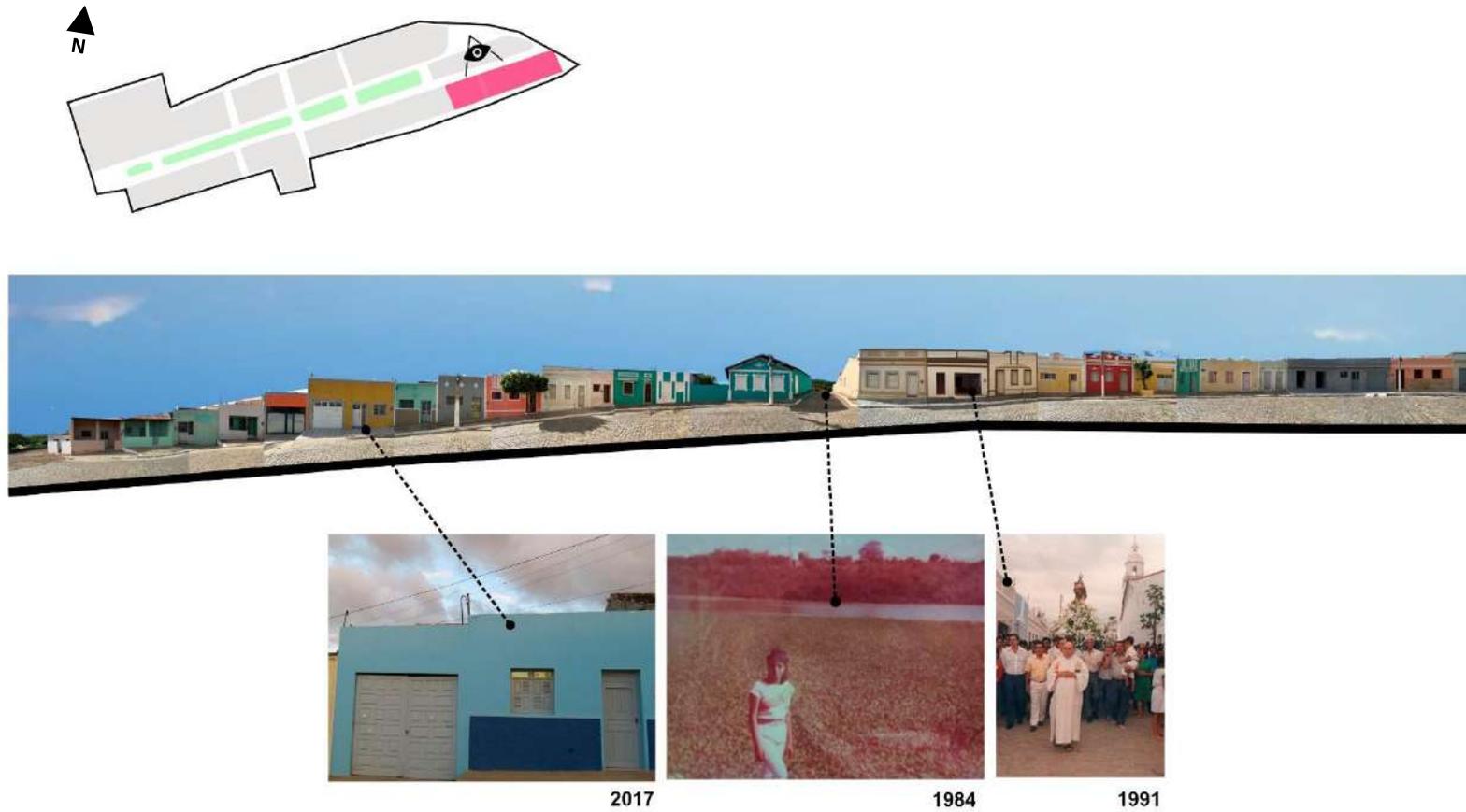
Fonte: Autoria própria, 2023.

Nos dois painéis referentes aos trechos da Rua Martins da Cunha, por sua vez, é possível observar o número reduzido de fotografias para comparação. Pelo fato de o casario ter apenas uso residencial, a maioria dos registros de seus residentes são em eventos e atividades que se desenvolvem na Rua do Comércio, condição que dificultou a montagem comparativa nesse setor<sup>82</sup>. O conjunto apresenta duas edificações com mais de um pavimento, uma delas (localizada ao lado da Igreja), construiu um anexo superior, sem remodelar a fachada térrea da edificação e a outra (última casa do trecho 1 do casario da R. Martins da Cunha) demoliu por completo a construção original e edificou uma nova. Duas casas revestiram inteiramente suas fachadas com cerâmica (a residência em cerâmica preta e a residência com fachada de azulejos), as demais permanecem bem conservadas, com alterações na pintura ou pequenos reparos.

---

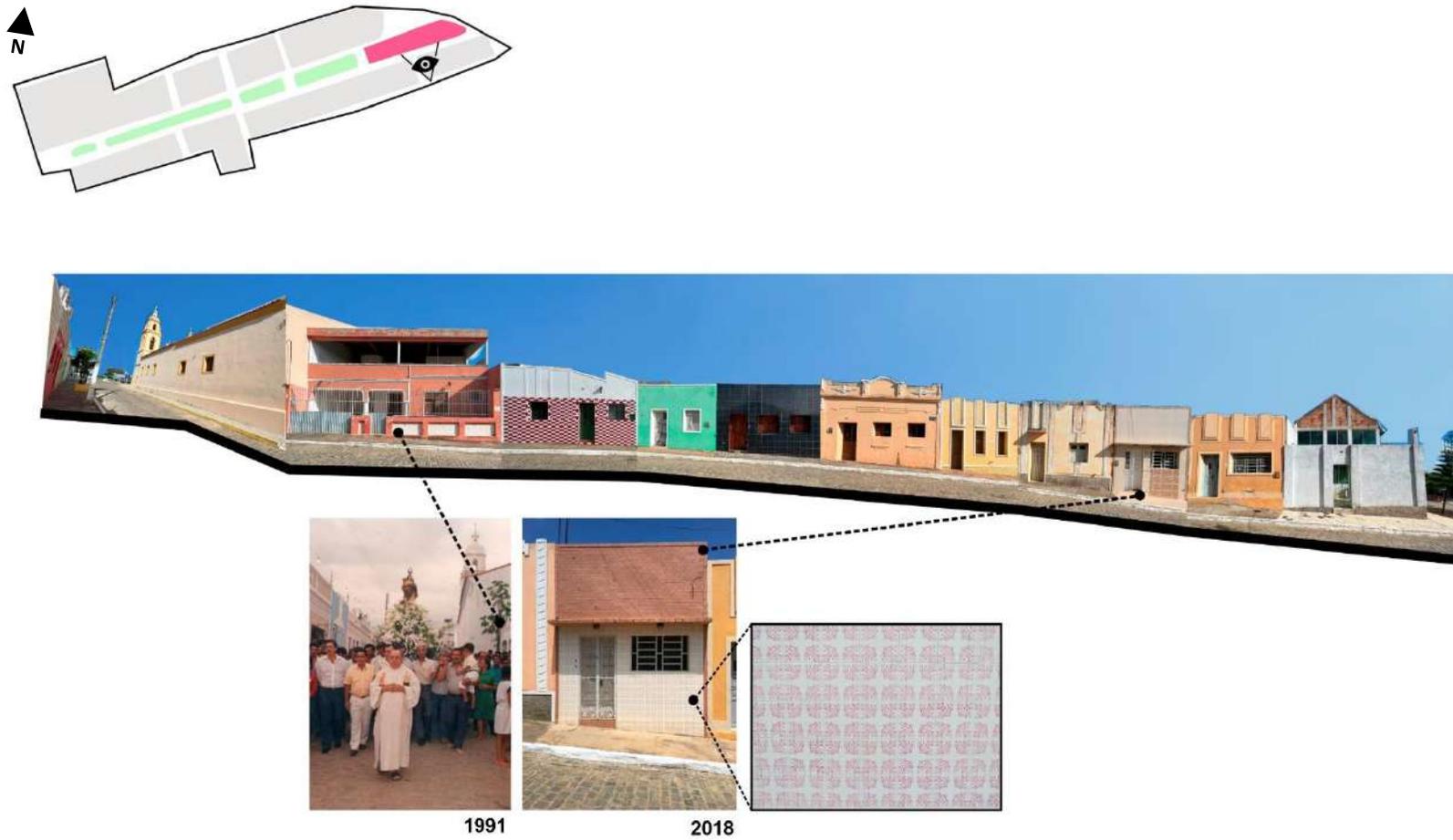
<sup>82</sup> Outro obstáculo encontrado nos dois conjuntos, é o fato de que o registro de fotos do Google Maps só chegou ao distrito gravataense em agosto do ano passado (2022), não havendo uma margem temporal significativa para comparação como aconteceu com as fotografias dos acervos pessoais.

Figura 68 – Trecho 1 do casario da Rua do Martins da Cunha.



Fonte: Autoria própria, 2023.

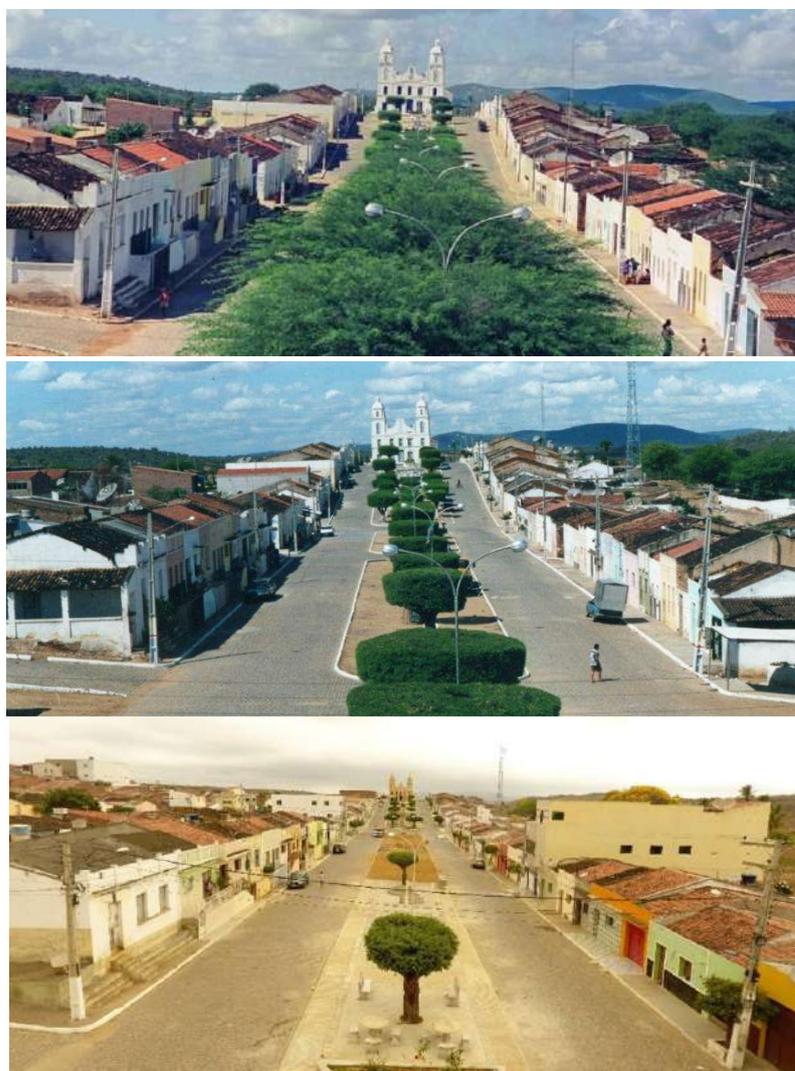
Figura 69 – Trecho 2 do casario da Rua Martins da Cunha.



Fonte: Autoria própria, 2023.

As mudanças vistas nos painéis acima não se resumem às residências, se estendem, também, aos espaços livres públicos. A maioria das ações são iniciadas sem consulta pública e descumprindo a Lei Municipal nº 1.940, de junho de 2018 — na qual, qualquer edificação pública, via pública ou vegetação histórica do município deve ser preservada (anexo I). Tais intervenções também ferem as diretrizes e estratégias de ação estabelecidas no plano diretor vigente que determina a preservação da morfologia do distrito histórico. Em março de 2019, foram iniciadas as construções na Praça Maria Quitéria Farias (atualmente unificada com a Praça Maria Andrade de Sousa), localizada na Rua do Comércio, mas o processo de reforma ainda não foi concluído.

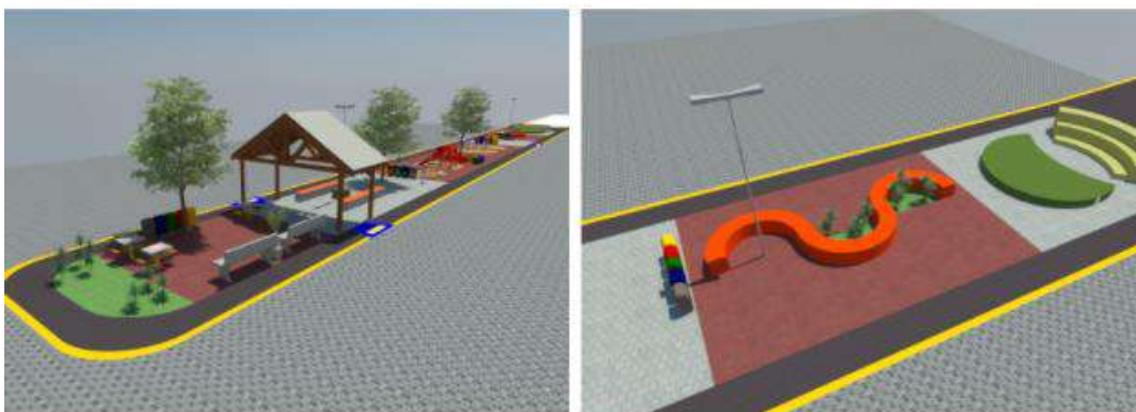
Figura 70 – Painel da paisagem urbana gravataense ao longo de 25 anos.



Fonte: Primeira e segunda imagens: Acervo de José Mendes de Carvalho, aproximadamente do ano de 1995. Terceira imagem: David Michael, novembro de 2019.

Em 2020, foi solicitado acesso ao projeto arquitetônico desenvolvido para a unificação das duas praças, no entanto, os únicos arquivos recebidos da Secretaria de Obras e Urbanismo (SEURB) foram imagens 3D genéricas (figura 70). Não houve desígnio de profissional habilitado para a execução da obra e não existem desenhos técnicos, como planta baixa, cortes, vistas ou detalhamentos a respeito do projeto. Situação que, infelizmente, acontece com frequência no município.

Figura 71 – Proposta em 3D para unificação das praças



Fonte: SEURB de Taquaritinga do Norte, 2020.

Figura 72 – Transformações ocorridas na Praça Maria Quitéria Farias.



Fonte: Acervo Pessoal. Março e outubro de 2019, respectivamente.<sup>83</sup>

Outro exemplo de reforma em áreas públicas sem planejamento é o caso da Praça Nossa Senhora da Conceição (figura 72), também na Rua do Comércio. O espaço já sofreu uma série de modificações desde sua construção em 1992, inclusive a instalação de um chafariz (figura 73), apesar da dificuldade de abastecimento d'água da localidade. Com uma manutenção dispendiosa somada a falta de manutenção, o

<sup>83</sup> A imagem à direita do painel ficou em 5º lugar no Concurso de Fotografia SOPAPO, que ocorreu no âmbito do I Colóquio Internacional Sociedade, Espaço e Política, realizado virtualmente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), da UFPE, 2021.

elemento foi danificado, e mais recentemente substituído por uma réplica em miniatura do Cristo Redentor.

Figura 73 – Painel das reformas ocorridas na Praça Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Foto superior esquerda: Acervo de José Mendes de Carvalho, 1996. Foto superior direita: Acervo de Carla Oliveira, sem data, acesso em outubro de 2018. Foto inferior esquerda: Facebook Gravatá do Ibiapina-Pe, 2 de dezembro de 2016. Foto inferior direita: Acervo pessoal, março de 2023.

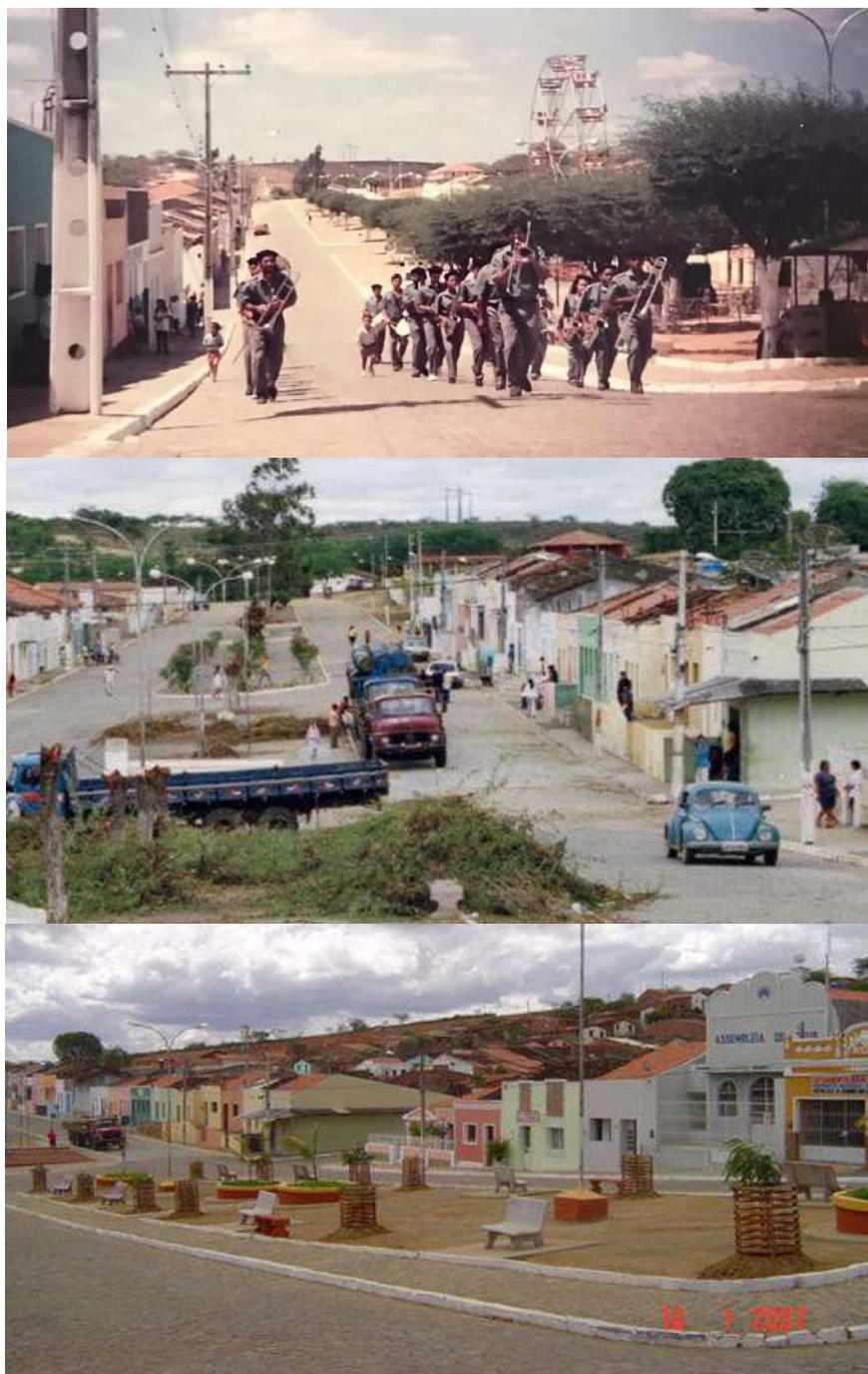
Figura 74 – Painel do chafariz implantado na Praça Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Primeira foto superior: Blog: (GRAVATÁ..., 2019). Demais fotos: Acervo pessoal. Outubro de 2018 e novembro de 2019, respectivamente.

Caso semelhante ao da área analisada anteriormente, ocorreu na Praça José Pereira da Costa, ainda na Rua do Comércio, e pode ser visto nas imagens a seguir. O espaço que era composto por canteiros e algarobas plantadas entre as décadas de 1980-1990, teve sua vegetação removida e foi completamente transformado.

Figura 75 – Painel das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa.



Fonte: Primeira foto: Acervo de Giovana Ramalho, sem data. Segunda foto: Acervo de Carla Oliveira, entre 2000 e 2004, acessado em outubro de 2018. Terceira foto: (GRAVATÁ..., 2019). Acesso em 18 de novembro de 2019.

Figura 76 – Painel das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa.



Fonte: Foto superior esquerda: Acervo de Joelson Braz, dezembro de 2012. Foto superior direita: Acervo pessoal, maio de 2017. Foto inferior esquerda: Acervo pessoal, dezembro de 2018. Foto inferior direita: Acervo pessoal, março de 2023.

Quando reformas e transformações como as apresentadas ocorrem sem o devido planejamento, os bens de um determinado local passam a ter seus valores identitários questionados. O conhecimento claro do ambiente em que se habita, bem como a forma de se relacionar com o mesmo, permitem um caminho de conservação mais estruturado, amenizando o processo de degradação da paisagem em conjuntos arquitetônicos, urbanos e paisagísticos populares, como mostrado ao longo deste estudo.

Como bem colocado por Nascimento (2015) sobre a cidade de Quebrangulo, “Qualquer parte do ambiente urbano, seja um quarteirão, uma praça, uma rua ou uma edificação, possui um significado que vai além de sua materialidade” (Nascimento, 2015, p. 30). Necessita-se, portanto, uma leitura do lugar que contemple também o olhar dos atores envolvidos com um bem.

De acordo com Lira (2020) a participação da população apresenta-se como um ponto essencial na captação da valoração dos bens patrimoniais, uma vez que é crucial compreender como os valores são atribuídos e reconhecidos por ela. São as

pessoas que valoram o bem. Não menos importante é o conhecimento dos especialistas, no intuito de representar e dar vias de acesso para que os indivíduos consigam compreender cientificamente a importância dos bens que as cercam e conformam sua identidade cultural. Essas questões serão tratadas no capítulo a seguir.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Após o breve contexto histórico-espacial apresentado acerca do distrito de Gravatá do Ibiapina, foi possível vislumbrar suas origens, sua localização na rede urbana, bem como adentrar no recorte espacial deste estudo, a ZEHC de Gravatá do Ibiapina. Saindo da escala macro para micro, foram apresentados os elementos patrimoniais (atributos) que compõem o conjunto edificado estudado. Os mesmos foram apontados de forma antecipada, para proporcionar um melhor vislumbre do patrimônio cultural gravataense, um olhar prévio para o leitor que acabou de chegar ao sítio gravataense.

Logo em seguida, foi possível analisar como o aparato legislativo municipal se comporta com relação ao patrimônio construído local e como isso reverbera nas mudanças e permanências que vêm acontecendo no conjunto edificado da área. Percebe-se que sua paisagem começa a apresentar discontinuidades. No casario da Rua Martins da Cunha são mais pontuais, enquanto no casario da Rua do Comércio são mais evidentes, seja pelo surgimento de edificações com mais de um pavimento, seja pela reforma das fachadas das casas com adição de materiais novos ou pelo impacto do que vem acontecendo nas praças centrais. A pavimentação ainda permanece composta de paralelepípedos, desde sua colocação na década de 1970. O calçamento e o arruamento, mantiveram-se íntegros. Essas análises comparativas só foram possíveis pelo acervo fotográfico dos residentes gravataenses e de suas narrativas.

Nota-se também que o afrouxamento da proteção legal municipal com relação ao patrimônio cultural construído do distrito de Gravatá do Ibiapina, facilita o processo de descaracterização, o que pode desencadear perdas irreparáveis para o conjunto

em arquitetura popular. Tendo isso em vista, o próximo capítulo versará sobre a importância da conservação do patrimônio cultural construído, a partir do olhar dos atores sociais envolvidos com o bem. Como produto será construída a DSIA para o recorte estudado, que funcionará como um importante norteador no processo de conservação do distrito gravataense, principalmente quando se leva em conta que o aparato legislativo deixa muitas brechas quanto a preservação do local.

# 4



Foto: José Mendés, 1991

#### **4 A DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CONJUNTO DE ARQUITETURA POPULAR DE GRAVATÁ DO IBIAPINA**

No campo do patrimônio cultural, historicamente são produzidos diferentes documentos balizadores da prática patrimonial, como as cartas, declarações e práticas patrimoniais. São resultantes dos encontros de especialistas na área de salvaguarda, a exemplo das Conferências Gerais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e dos Congressos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).

Segundo Kühn (2010), as Cartas Patrimoniais estão sendo citadas de forma mais recorrente, sobretudo no campo dos bens culturais, no qual pode-se destacar a Carta de Veneza, de 1964. Elaborada no II Congresso Internacional do ICOMOS, serve de base para o campo da conservação e da restauração, desenvolvendo posturas e formas de intervir no patrimônio. Nela, o conceito de patrimônio é ampliado, deixando de tratar o monumento como algo único e isolado, para considerar os conjuntos urbanos e os bens culturais de diversas naturezas. Apesar de ter sido formulada há décadas, a autora complementa que a carta não está defasada e vem sendo integrada por documentos com novas reflexões e interpretações. Foi a partir de tal ampliação, que conjuntos de arquitetura mais “simples”, a exemplo do caso de Mucugê na Bahia, puderam ser protegidos pelo Iphan, como nos mostra Amaral (2022).

A teoria tradicional da conservação vem sendo reavaliada e amadurecida nos últimos tempos, visando a superação de valores absolutos, e vinculando-se mais fortemente a relação entre sujeito e objeto. Uma importante referência na revisão dos valores até então fixados foi a Carta de Burra (ICOMOS, 1981, 1988, 1999 e 2013), conforme aponta Flaviana Lira (2017). O documento é resultante de estudos sobre significância cultural e práticas de gestão em sítios patrimoniais. Além disso, reconhece a importância dos múltiplos significados e valores atribuídos ao sítio histórico pelos atores sociais. Outra contribuição da Carta de Burra faz referência ao

conjunto de procedimentos para operacionalização da significância cultural dos bens patrimoniais, resultando, assim, em uma Declaração de Significância (DS)<sup>84</sup>.

Lira (2020), aponta que as noções balizadoras da gestão da conservação do patrimônio cultural contemporâneas são: autenticidade, integridade e significância cultural. As três relacionam-se à avaliação dos atributos patrimoniais, e para compreender tais noções de forma imbricada, a autora indica que é necessário seguir cinco premissas:

I. A significância cultural, a integridade e a autenticidade estão relacionadas **à avaliação dos atributos patrimoniais, ou seja, aos aspectos que mais fortemente caracterizam e são valorados no bem**. Disso decorre que o primeiro passo de qualquer ação sobre bens culturais deva ser a identificação de seus atributos patrimoniais (Lira, 2020, p.12, grifos nossos);

II. Como os atributos patrimoniais se transformam no tempo em razão da ação natural e antrópica, a significância cultural, a integridade e a autenticidade também mudam, sendo, portanto, condições dinâmicas do bem cultural e que se influenciam mutuamente (Lira, 2020, p.12);

III. A construção da significância e a avaliação das condições de integridade e de autenticidade tem que ser realizada no contexto sociocultural em que cada bem se encontra, a partir de um processo de validação intersubjetiva (Lira, 2020, p.12);

IV. A identificação da significância cultural de um bem deve ouvir, em igual medida, todos os atores sociais diretamente envolvidos; a avaliação das condições de integridade e de autenticidade, por sua vez, por demandar conhecimento técnico e especializado, deverá ser realizada por especialistas (Lira, 2020, p.12);

V. O produto final desse processo deverá ser uma declaração integrada da significância cultural do bem, de suas condições de integridade e de autenticidade (DSIA), na qual já devem estar apontadas diretrizes para a

---

<sup>84</sup> Segundo Hidaka (2011), a DS tomou importância a partir da década de 1990, quando a UNESCO passou a exigir a inclusão de uma declaração de valor excepcional aos processos de submissão à Lista do Patrimônio Mundial.

gestão da conservação e/ou diretrizes norteadoras da ação projetual (Lira, 2020, p.12).

A significância cultural se refere aos valores conferidos ao bem, provindos do julgamento e da validação social. Seria, portanto, o “julgamento feito no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade” (Lira, 2020, p. 6). Para Zancheti et al. (2007) é formada por uma série de valores que passam por aceitação social, através de um processo intersubjetivo que precisa ser validado de tempos em tempos.

A integridade, por sua vez, é a capacidade que os atributos têm de transmitir a significância do bem. É uma noção relacionada à situação da matéria: “Integridade é uma medida de inteireza e de estar intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos”, trecho do Guia Operacional do Patrimônio Mundial (2005), destacado por Lira e Ribeiro (2012, 37). A autenticidade, por fim, se refere a “[...] capacidade do bem expressar sua significância cultural de forma verdadeira [...]” (Lira, 2020, p.14).

Os atributos são as características materiais ou imateriais que dão forma ao bem a ser preservado, são os elementos que fazem com que as pessoas o reconheçam ou não. O valor, por ser um conceito abstrato, com grande carga subjetiva e estar relacionado aos significados, à identidade e à tradição da população, é detentor de significância cultural e precisa ser preservado. Pontes e Ferragut (2019, p.3) afirmam que abordar o conceito de significância requer uma “análise multidisciplinar”, uma vez que se ultrapassa o bem como artefato material, considerando as relações do homem com o espaço que o cerca.

Lira pontua que as noções patrimoniais se comportam da seguinte maneira: “autenticidade e integridade [...] são balizadoras da conservação de bens culturais em todo o mundo. A noção de significância cultural, operacionalizada por meio do instrumento da declaração de significância, está relacionada ao conjunto de valores atribuídos coletivamente a um bem” (Lira, 2020, p. 3). Ainda segundo a autora existem desafios para operacionalizar tais noções, e embora possam ser analisadas de forma separada na teoria, na prática são indissociáveis. Um exemplo é o desafio de equilibrar os diversos olhares na constituição da significância e na avaliação da integridade e da autenticidade.

A partir do exposto, acredita-se que a aplicação da Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade, por abranger uma gama maior de valores, bem como por possibilitar a participação popular na tomada de decisões, pode se constituir como um instrumento que efetivamente operacionaliza o patrimônio enquanto fato social, particularmente, no caso da arquitetura popular do distrito gravataense. Para a construção da DSIA foi implementada a ferramenta metodológica criada por Pontual e Lira, complementada pelo desenvolvimento de mapas mentais e nuvens de palavras, que serão melhor demonstrados a seguir.

#### 4.1 INSTRUMENTO DE CONSULTA

Para consulta da Significância Cultural, Integridade e Autenticidade foi escolhido o Instrumento de Consulta, criado pelas professoras Virgínia Pitta Pontual, da UFPE, e Flaviana Barreto Lira, da UnB. Sua utilização justifica-se por ser um instrumento simples, didático e inovador, capaz de fornecer dados quantitativos e qualitativos, referentes à valoração do patrimônio cultural, em suas diversas formas, seja ela material ou imaterial e seus respectivos atributos. Permite que a operacionalização da significância cultural de um determinado espaço aconteça de forma coletiva, com a participação de diversos grupos da sociedade, nas tomadas de decisão que pautam a conservação do bem.

O instrumento é dividido em quatro fichas (apêndices d, e, f, g). As três primeiras são voltadas para a consulta da significância cultural, sendo aplicadas a todos os atores sociais, que serão definidos a seguir. A 4ª ficha trata das condições de autenticidade e integridade de cada atributo do bem patrimonial e deve ser aplicada apenas com especialistas.

Na ficha número 1 (um) é solicitado ao entrevistado que ponha as imagens dos atributos em ordem crescente de importância, partindo do atributo com que mais se identifica para aquele com que menos se identifica. Na ficha 2 (dois), é solicitado ao respondente designar dentre os valores, selecionados previamente, a sua escolha para cada um dos atributos mostrados anteriormente. Na ficha 3 (três), o respondente deve formular uma breve frase para cada atributo apresentado. Na ficha 4 (quatro),

deve constar o marco temporal a ser avaliado e, por se tratar de uma aplicação apenas com os especialistas, o preenchimento pode ser realizado pelo próprio entrevistado. Durante a aplicação, optou-se por inverter a ordem entre a segunda e a terceira fichas, uma vez que os valores poderiam acabar influenciando a formulação de algumas frases da ficha 3.

O processo de construção da DSIA considera como os bens patrimoniais são reconhecidos por seus usuários e moradores. Inclui, não só as diferentes dinâmicas de reconhecimento, mas também os atores sociais no processo de gestão patrimonial. Cada bem patrimonial está interligado com atributos, valores e atores sociais específicos, que levarão a resultados únicos.

Figura 77 – Aplicação do Instrumento de Consulta com os atores sociais. Etapa da ordenação dos atributos.

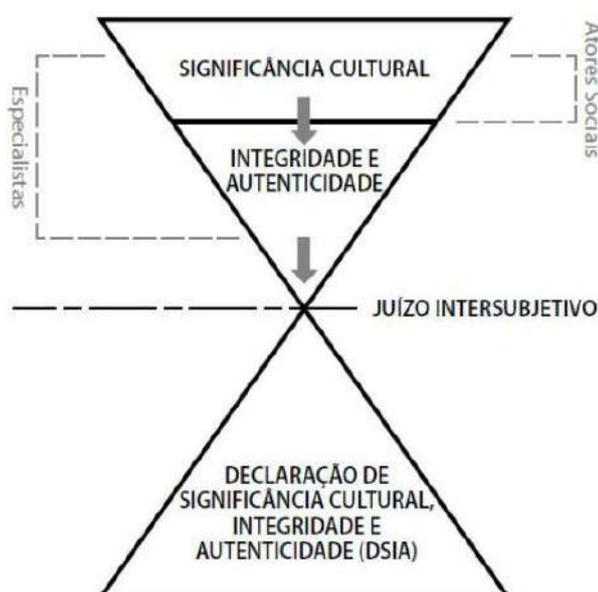


Fonte: Autoria própria, março de 2023.

A aplicação do instrumento ocorreu em, aproximadamente, quatro semanas<sup>85</sup>, conforme a figura acima, e contou com 30 entrevistas ao todo. Os dados coletados foram transformados em gráficos, convertendo os “juízos qualitativos” em “juízos quantitativos”, como apontam Lira e Dutra (2021). Buscou-se identificar os atributos patrimoniais da ZEHC de Gravatá do Ibiapina (apresentados no capítulo 3); entender a significância cultural de tais atributos, a partir dos valores dados pelos atores sociais; e fazer uma breve análise das condições de integridade e autenticidade, através da visão dos especialistas.

O passo seguinte é a validação, pelos atores sociais, do conjunto de atributos e valores identificados por meio da literatura específica. Pode-se, assim, abrir espaço para inclusão de outros atributos que não tenham sido identificados inicialmente. A ferramenta adotada pauta-se numa construção do tipo *top-down-top*, como mostra a figura a seguir. Inicia-se conduzida por especialistas, passa pela validação inicial de todos os atores sociais envolvidos, pois a formação da memória e da identidade se processam coletivamente, e os resultados advindos da consulta são tratados e interpretados pelos especialistas (Lira, 2020).

Figura 78 – Analogia da Ampulheta.



Fonte: Flaviana Lira, 2018.

<sup>85</sup> A aplicação do instrumento aconteceu em março de 2023. A validação perante os atores sociais foi feita em janeiro de 2023.

## 4.2 DOS ATRIBUTOS E VALORES SELECIONADOS

Para dar início a este tópico é fundamental entendermos os conceitos de atributos e valores. Os atributos são as características materiais ou imateriais que formam o bem, é por meio deles que as pessoas o reconhecem e valoram. Os valores, por sua vez, permitem que as pessoas consigam identificar o grau de importância que o bem tem para elas. Após a realização de pesquisas históricas e da compreensão do recorte empírico, como visto no capítulo anterior, foi possível elencar os atributos que mais caracterizam o patrimônio cultural da ZEHC de Gravatá do Ibiapina.

Como apontado por Lira e Dutra (2021), a qualidade no levantamento dessas fontes e dados é fundamental para que o desempenho e execução da ferramenta sejam satisfatórios. O patrimônio cultural do distrito de Gravatá de Ibiapina é formado por um conjunto de bens com um grau de representatividade alto, situação semelhante à apresentada pelas autoras em seu trabalho sobre o bairro de São José. A seguir, estão elencados os treze atributos materiais e imateriais selecionados pela autora, localizados no recorte empírico do presente trabalho - os trechos da Rua do Comércio e da Rua Martins da Cunha localizados dentro da ZEHC do distrito de Gravatá do Ibiapina:

**Oito (8) Atributos Materiais:** Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Casario da Rua Martins da Cunha, Casario da Rua do Comércio, Praças da Rua do Comércio, Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina, Mercado Público, Escola Municipal Padre Ibiapina, Lavanderia Pública.

**Cinco (5) Atributos imateriais:** Festa de Nossa Senhora da Conceição, Padre Ibiapina, Banda Musical Padre Ibiapina, Tranquilidade do local, Senso de Comunidade/Vizinhança.

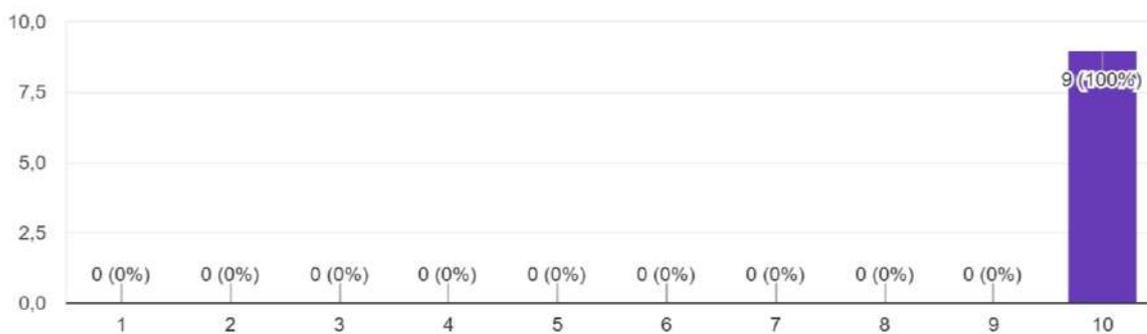
Depois de selecionados, os atributos mencionados passaram pelo processo de validação perante os atores sociais. A validação aconteceu com nove (9) atores sociais, de faixas etárias e categorias diferentes. Num primeiro momento, o entrevistado poderia dar notas de zero (0) a dez (10) para cada atributo, de acordo com o grau de importância do bem para o mesmo. Caso algum bem recebesse nota abaixo de sete (7), seria preciso entender o porquê de tal reprovação.

Depois da aplicação, foi realizada a média aritmética das notas para cada atributo, e os que ficaram com média acima de sete (7) seguiram para aplicação do instrumento de consulta, caso contrário, não. Os atores sociais também poderiam acrescentar novos atributos se achassem necessário.

Figura 79 – Exemplo de notas dadas na validação pelos atores sociais.

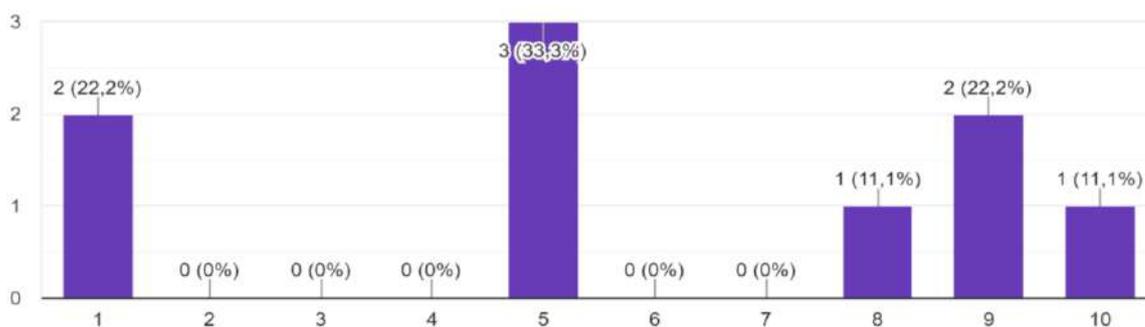
#### Casario da Rua do Comércio

9 respostas



#### Lavanderia Pública Municipal

9 respostas



Fonte: Autoria Própria. 2023.

Como mencionado, cada atributo recebeu uma nota por ator social, estas foram somadas e divididas pela quantidade total de atores. As médias aritméticas de cada atributo podem ser conferidas na figura seguir:

Figura 80 – Exemplo de notas dadas na validação pelos atores sociais.

ATRIBUTO / Nº. QUESTIONÁRIO	Q01	Q02	Q03	Q04	Q05	Q06	Q07	Q08	Q09	MÉDIA TOTAL
Igreja de N. Sra. da Conceição	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Casario da R. do Comércio	10	8	10	10	10	10	9	10	10	9,666666667
Casario da R. Martins	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Mercado Público	10	7	10	8	10	10	9	9	8	9
Sede da Sociedade Musical	10	9	10	10	10	10	8	10	10	9,666666667
Escola Municipal Pe. Ibiapina	10	7	9	8	10	10	8	10	10	9,111111111
Praças da R. do Comércio	10	8	10	9	10	10	8	10	10	9,444444444
Festa de N. Sra. da Conceição	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Banda Musical	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Pe. Ibiapina	10	9	10	10	10	10	9	10	10	9,777777778
Senso de Vizinhança	10	8	9	8	9	10	8	8	10	8,888888889
Tranquilidade	10	9	10	9	10	10	10	9	10	9,666666667
Lavanderia	8	1	5	5	9	9	1	5	9	5,777777778

Fonte: Autoria própria, 2023.

Dos bens apresentados apenas a Lavanderia Pública ficou abaixo da média, recebendo nota 5,888, condição que a removeu da lista dos atributos aplicados no Instrumento de Consulta. Das nove notas, cinco apontaram à reprovação, e quando questionados sobre razão de tais notas, os entrevistados demonstraram que isso é reflexo da impossibilidade de uso do bem, devido a seu atual estado de conservação, que se encontra deteriorado. O comprometimento de sua materialidade reflete na forma que os usuários o valoram, como pode ser visto nas falas a seguir:

Já lavei muita roupa lá, fica próxima a casa da minha mãe. Ela tinha três compartimentos de cada lado, ficava três pessoas na frente e três na parte de trás, lavando roupa e colocando as conversas em dia. Hoje não funciona mais. (Q01, 12/01/2023)

É lamentável de ver, porque você percebe que já foi muito importante 'pra' o lugar, mas 'tá' sem uso e muito deteriorada hoje. (Q02, 12/01/2023)

Aqui é um descaso, antes todo mundo tinha a oportunidade de usar. Quando a gente não tinha água em casa, ia 'pra' lá lavar as roupas. E quem não tinha onde tomar banho, fosse da comunidade ou não, podia tomar lá. (Q05, 15/01/2023)

Lamentavelmente, se encontra abandonada pelos poderes públicos, uma decepção. Antes 'tinha' as mulheres usando lá, tanto de um lado como do outro, os garis tomavam banho nos banheiros quando terminavam seus trabalhos também, mas hoje, nada. (Q07, 16/01/2023)

Já serviu muito a comunidade, lembro de ir muito quando era criança, mas hoje está caindo aos pedaços. (Q08, 16/01/2023)

Quanto à possibilidade de acrescentar novos atributos, quatro foram mencionados na aplicação dos questionários: o Cemitério Pe. Ibiapina, o Cruzeiro, o Antigo Grupo Rural - também conhecido como Antigo Posto - e o Açude do Gado. No entanto, tais atributos extrapolam os limites da ZEHC de Gravatá do Ibiapina, e conseqüentemente, da área de recorte escolhida, não sendo considerados nesse estudo. Apesar disso, foi questionada a importância de tais bens para os entrevistados que os sugeriram, como pode ser observado nas falas seguintes.

**Sobre o Cemitério Pe. Ibiapina**, sugerido como atributo por dois entrevistados:

Foi uma das obras deixadas pelo Pe. Ibiapina, acho que todo mundo daqui tem esse saber. E é onde estão enterrados muitos entes queridos, um lugar de saudade. (Q05, 15/01/2023)<sup>86</sup>

É histórico e antigo, né? É um lugar de saudade né? Muitos entes descansam aí hoje. E é uma das construções mais antigas daqui. (Q06, 15/01/2023)

**Sobre o Cruzeiro**, sugerido atributo por dois entrevistados:

De lá a gente vê a paisagem de Gravatá do Ibiapina, uma imagem linda da do alto. Quando a gente era mais novo, a gente subia a ladeira do cruzeiro,

---

<sup>86</sup> Como a etapa de validação dos atributos perante os atores sociais aconteceu antes da aprovação do CEP, serão utilizados codinomes para preservar a identidade dos entrevistados.

pra ir 'pras' via sacras de 5h00 da manhã, todo mês tinha uma missa também.  
(Q01, 12/01/2023)

É um ponto de referência, com vista panorâmica daqui, a vista mais bonita. Se puder sentar em algum momento sozinho no cruzeiro, faça. Porque de lá você tem a vista todinha do lugar, é lindo de ver, quase um encantamento.  
(Q03, 12/01/2023)

### **Sobre o Antigo Grupo Rural, sugerido por um entrevistado:**

Foi a antiga escola daqui e, também, depois foi o primeiro posto de saúde, mas hoje está sem ser usado. Tem muita história carregada em si, mesmo estando se deteriorando, um pouco descuidado por conta do tempo e de descuido municipal, acho que ali poderia se tornar um museu, algo do tipo.  
(Q04, 15/01/2023)

### **Sobre o Açude do Gado, sugerido por três entrevistados:**

Tenho muitas recordações de quando era criança. Quando chovia, que ficava cheio, a gente tomava muito banho. Era quase como se fosse uma praia.  
(Q03, 12/01/2023)

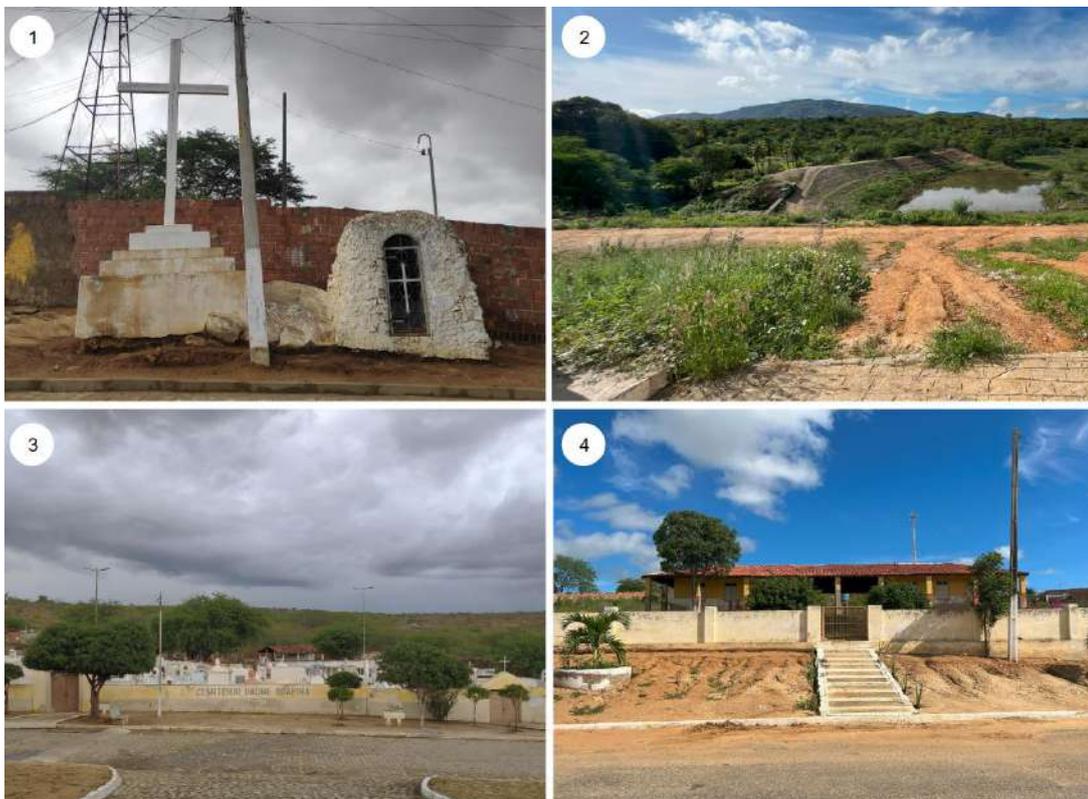
Não deixa de ser importante, né? Mas 'pra' mim, hoje, representa tristeza, porque um lugar que já deu tanto pra cá, acabou com a escassez de água, né? E hoje a gente vê nessa situação. Se tivesse uma atenção poderia ser pelo menos usado 'pros' animais, né? É um descaso. (Q04, 15/01/2023)

Uma das obras de Ibiapina que fez muita diferença na vida das pessoas aqui, quando era usado. Aonde eu tive o privilégio, jovem, de tomar banho tantas e tantas vezes nesse açude, nadar com todos os meus amigos, pescar... e hoje se encontra nessa calamidade, mas é um patrimônio histórico de nossa terra, deixado pelo Pe. Ibiapina. Isso cheio é a coisa mais linda do mundo.  
(Q06, 15/01/2023)

Como pode ser visto ao longo das falas, os atributos sugeridos têm sua importância e evocam valores simbólicos, históricos e até afetivos nos usuários, bem

como certa inconformidade por estarem negligenciados. Isso nos leva a questionar o porquê de tais bens não serem considerados dentro da ZECH distrital, principalmente, tendo em conta que o Cemitério Pe. Ibiapina e o Açude do Gado estão entre as primeiras obras do Pe. Ibiapina no local, desenvolvidas em 1860 e 1873, respectivamente.

Figura 81 – 1: Cruzeiro; 2: Açude do Gado; 3: Cemitério Pe. Ibiapina; 4: Antigo Grupo Rural.



Fonte: Acervo pessoal. 2023.

Depois do que foi apresentado e após a validação perante os atores sociais, chegou-se ao número de doze (12) atributos (figura 81), materiais e imateriais, são eles:

**Sete (7) Atributos Materiais:** Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Casario da Rua Martins da Cunha, Casario da Rua do Comércio, Praças da Rua do Comércio, Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina, Mercado Público, Escola Municipal Padre Ibiapina.

**Cinco (5) Atributos imateriais:** Festa de Nossa Senhora da Conceição, Padre Ibiapina, Banda Musical Padre Ibiapina, Tranquilidade do local, Senso de Comunidade/Vizinhança.

Figura 82 – Atributos selecionados na área de estudo.



Fonte: Autoria própria. 2023.

Quanto aos valores, segundo Lacerda (2012), o conceito de valor assume uma análise complexa e incompleta de significados, com grande carga subjetiva inserida nos diferentes tempos e espaços, variando de acordo com os indivíduos, grupos sociais ou sociedades. Sendo assim, aos bens culturais podem ser atribuídos vários tipos de valores.

Os bens culturais, materiais ou imateriais, são uma herança coletiva, provindos da atribuição de valor, como reforçado por Numeriano (2021, p. 94). Eles são portadores de “referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sendo, portanto, bem a ser protegido”.

Quanto mais duradouros e importantes os valores de um bem, maior o grau de sua significância cultural. Existem diversos tipos de valores, a exemplo do: cultural, simbólico, econômico, de uso, de opção, de existência, bem como o de antiguidade, artístico e histórico, trabalhados por Riegl (2006) e Lacerda (2012).

O valor cultural, impregnado de valor histórico, faz culto ao modo de vida de uma determinada sociedade, reconhecida pelas suas artes, seus hábitos, sistemas sociais, costumes, religiões e crenças. Esse valor, ainda reconhece as diversas formas de ocupação do espaço urbano como manifestações culturais, nesse sentido, o próprio habitat é um ato cultural (Lacerda, 2012).

O valor histórico, segundo Riegl (2006), representa um estado particular, de alguma forma único, que marca a evolução das atividades humanas, ou seja, uma criação singular de uma dada sociedade, em uma época determinada. Segundo Lacerda (2012), o valor histórico diz respeito, obrigatoriamente, ao passado, culturalmente construído. Conferindo assim, a construção do status de patrimônio no sentido de herança, de memória social.

Valor artístico, carregado de subjetividade, refere-se a determinada apreciação estética. Alois Riegl (2006) determina melhor esse valor como artístico relativo, ou seja, tal valor não apresenta um conteúdo objetivo e durável, pois essa concepção varia de indivíduos, crenças e épocas. No presente trabalho, tal valor é elencado votando-se, principalmente para a arquitetura popular do interior pernambucano, a exemplo do distrito de Gravatá do Ibiapina. Como pode ser visto na discussão do

segundo capítulo, essa arquitetura carrega uma intenção estética própria dos construtores populares.

O valor simbólico pressupõe uma competência imaginária, onde se vê além da materialidade. Assim, um bem pode tornar-se objeto de veneração, devoção ou divindade na medida em que responde às necessidades de seus habitantes, sejam elas em termos de conhecimento, rememoração, criação e recriação da identidade. Lacerda (2012), elucida que: “Cada grupo, cada sociedade, cada época cria os seus símbolos. Sendo assim, o bem patrimonial-símbolo produz uma comunicação profunda com o seu próprio meio social” (Lacerda, 2012, p.40).

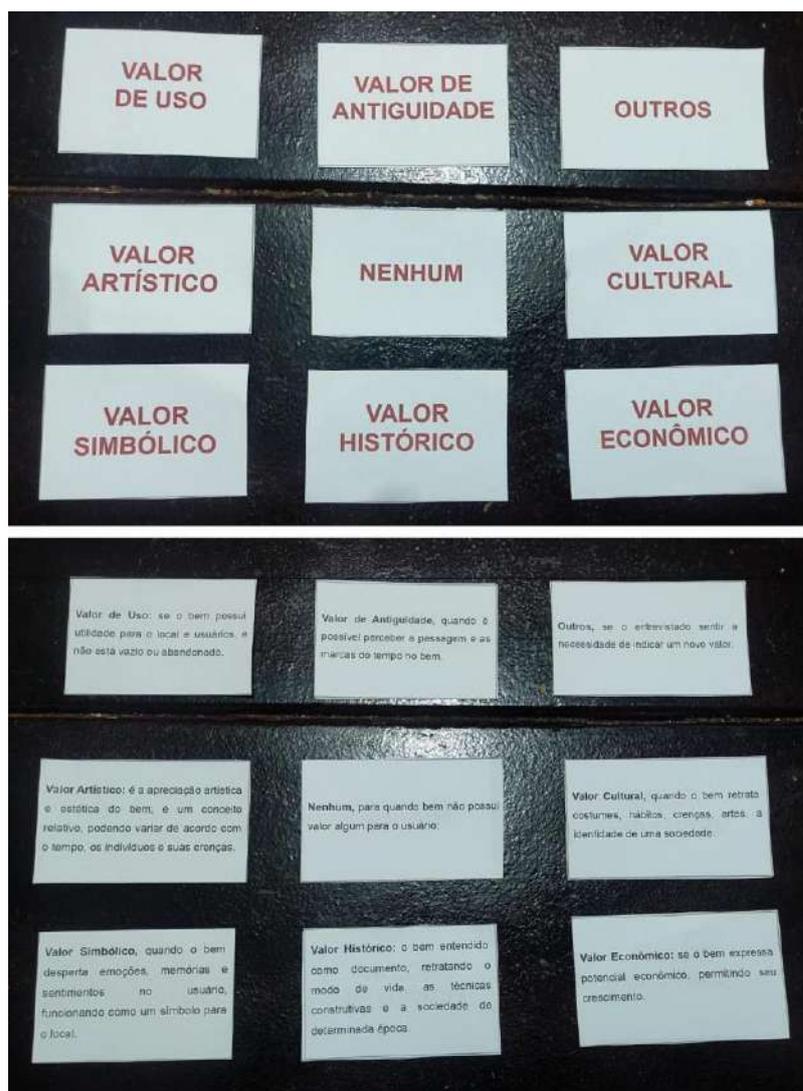
O valor cognitivo, reconhece a memória, ou seja, ao passear pela cidade, identificando seus elementos arquitetônicos, se transita pelo passado e se reconhece os valores de seus habitantes (Lacerda, 2012).

O valor de uso, segundo Riegl (2006), está associado à utilização do bem para atender as necessidades do homem. Segundo Lacerda (2012), trata-se de verificar a aptidão do bem de ser remodelado para abrigar novos usos, ou seja, o potencial de modernização do bem.

O valor de opção, ou valor de uso futuro, trata-se da atribuição de valores desconhecidos, que dependerão das gerações seguintes, ou seja, tal valor impõe limites permanentes ao uso, pois as preferências dos usuários não podem ser previstas. Lacerda (2012, p.51) elucida que: “O não reconhecimento do valor de opção leva, muitas vezes, a intervenções físicas desastrosas”.

Após tal entendimento, somado à leitura histórica do recorte empírico e do embasamento bibliográfico, foram selecionados os seguintes valores: de uso, econômico, histórico, artístico, antiguidade, cultural e simbólico. Tais valores foram apresentados aos atores sociais que participaram da pesquisa por meio de cartões (figura 82), que continham suas definições no verso, caso o entrevistado sentisse necessidade lembrá-los. Foi solicitado aos respondentes que atribuíssem os valores que achassem relativos a cada bem analisado. Um novo valor poderia ser sugerido, bem como a opção de nenhum valor. O reconhecimento e a análise quantitativa desses valores, juntamente com as frases dos atores sociais, são a base para a compreensão da Significância Cultural do bem.

Figura 83 – Cartões com os valores e suas descrições.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Os valores apresentados, foram dispostos nos cartões da seguinte maneira: **Valor de Uso**, se o bem possui utilidade para o local e usuários, e não está vazio ou abandonado; **Valor Econômico**, se o bem expressa potencial econômico, permitindo seu crescimento; **Valor Histórico**, o bem entendido como documento, retratando o modo de vida, as técnicas construtivas e a sociedade de determinada época; **Valor Artístico**, é a apreciação artística e estética do bem, é um conceito relativo, podendo variar de acordo com o tempo, os indivíduos e suas crenças; **Valor de Antiguidade**, quando é possível perceber a passagem e as marcas do tempo no bem; **Valor Cultural**, quando o bem retrata costumes, hábitos, crenças, artes, a identidade de uma sociedade; **Valor Simbólico**, quando o bem desperta emoções, memórias e sentimentos no usuário, funcionando como um símbolo para o local; **Nenhum**, para

quando bem não possui valor algum para o usuário; e **Outros**, se o entrevistado sentir a necessidade de indicar um novo valor.

#### 4.3 ATORES SOCIAIS

Os atores sociais do sítio são “todos os grupos de sujeitos que vivenciam, conhecem, estudam ou que possuem fortes relações com um lugar, sendo afetadas, em algum grau, pela conservação do bem” (Lira; Dutra, 2021, p. 180). Eles variam de acordo com o espaço estudado. Entendendo que “o conjunto de valores é resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto” (Zancheti et al, 2012, p.7 apud Ribeiro, Lira, 2012, p.39), foram identificados os atores sociais envolvidos na vida cotidiana do recorte de estudo.

No total foram realizadas 30 entrevistas com o instrumento de consulta, distribuídas da seguinte forma: doze **(12)** aplicações junto aos **residentes do distrito de Gravatá do Ibiapina**, divididas em sete residentes antigos - moram há dez anos ou mais no local - e cinco residentes novos do distrito; quatro **(4)** aplicações aos **trabalhadores locais**, pessoas que desenvolvem algum trabalho ou possuem algum estabelecimento no recorte de estudo, sendo dois com trabalhadores antigos - dez anos ou mais -, dois com trabalhadores novos; dois **(2)** **residentes de outras localidades**, um antigo - dez anos ou mais -, e um novo; quatro **(4)** **fiéis e clérigo**; quatro **(4)** **frequentadores**, que têm o hábito de frequentar cotidianamente, semanalmente ou esporadicamente o local; quatro **(4)** **especialistas** distribuídos entre um (1) especialista de arquitetura e urbanismo que resida no município, um (1) especialista de arquitetura e urbanismo que tenha participado da revisão do atual Plano Diretor Municipal, um (1) especialista da área da conservação integrada e um (1) especialista da história que resida no município.

Ainda como apontado pelas autoras, Lira e Dutra (2021), a participação dos atores sociais é o ponto chave na execução do instrumento. É a partir da resposta deles que se monta o ranking dos atributos, do mais importante para o menos, o mesmo acontece com os valores. Todos os atores sociais participaram da etapa de valoração dos atributos. Quanto à avaliação das condições de integridade e

autenticidade, como há a necessidade de conhecimento técnico, apenas os especialistas participaram. Foi referenciado o marco temporal de 30 anos, para que houvesse a comparação entre o estado das condições atuais e anteriores de cada bem. A diversidade de atores sociais é importante para levantar a opinião e conhecimento de vários olhares distintos, que possuem vivências e relações distintas com o bem.

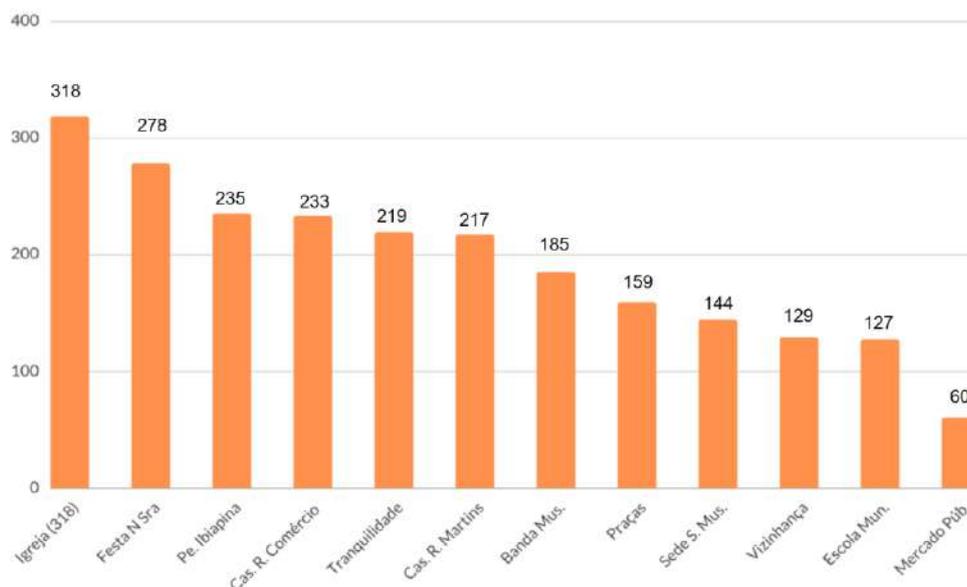
#### 4.4 RESULTADOS

Após a coleta e interpretação dos dados fornecidos pelo Instrumento de Consulta, tornou-se possível a construção da DSIA para a área de estudo. Como apontado por Lira e Dutra (2021), a DSIA, é um elemento norteador no processo de conservação e se apresenta por meio de um texto conciso, apontando os valores e as condições de integridade e autenticidade do bem.

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação do instrumento de consulta, que foram quantificados em tabelas. A ferramenta utilizada possibilita diversos tipos de análises e entendimentos, permitindo um aprofundado em cada um dos atributos ou a visão mais geral do todo. Por sua flexibilidade, pode ser adaptada a diversos contextos e situações. De forma mais simplificada, optou-se por uma análise do ponto de vista geral, apresentando interpretações pontuais que ajudam a compreender o todo.

O ranking dos atributos corresponde ao resultado da ficha 01, quanto mais bem posicionado o atributo, maior sua pontuação. Se um determinado atributo for posto em 1º lugar na hierarquia de um entrevistado, ele receberá nota 12 (doze) - a nota máxima -, uma vez que as notas variam entre 1 e 12, referentes ao número de atributos analisados. A partir desses dados, pode-se compreender qual o nível de reconhecimento dos atores perante os bens, como pode ser visto no gráfico seguinte:

Figura 84 – Pontuação dos atributos.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Caso todos os usuários colocassem o mesmo atributo em primeiro lugar, a pontuação máxima seria 360 pontos, que corresponde ao número de atributos multiplicado pelo número de aplicações (12x30), situação que não aconteceu. Seguindo o mesmo raciocínio, a pontuação mínima possível seria de 30 pontos, caso todos os atores colocassem o mesmo atributo em último lugar, o que também não aconteceu.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi o atributo mencionado mais vezes nas respostas dos entrevistados, ganhando assim a maior pontuação, o que indica sua importância como símbolo de fé, marco na arquitetura popular gravataense e como ponto focal que se destaca na paisagem. Em último lugar, ficou o Mercado Público, que embora tenha tido grande importância para o comércio do distrito antigamente, hoje é subutilizado, não possuindo mais atividade comercial e funcionando em raros momentos.

O 2º e 3º lugares foram ocupados pela Festa de Nossa Senhora da Conceição e pelo Pe. Ibiapina, respectivamente. Ambos possuem forte relação com a Igreja, e são vivenciados fisicamente em tal bem material - a festa católica, através das novenas e procissão da padroeira; e o padre, por ter sido o fundador da capela original junto ao povo local, criando hábitos e tradições que perduram até hoje.

Na 4ª posição está o casario da Rua do Comércio, que apesar de já apresentar descaracterizações perceptíveis e preocupantes, foi o berço original do distrito, abarcando comércios e serviços, além de ser o primeiro conjunto em arquitetura popular a ser avistado quando se chega na localidade.

Em quinto está a Tranquilidade, marca simbólica do distrito gravataense. Por sua rotina pacata e calma, o atributo imaterial é uma das características que se destaca tanto para os moradores locais, como para seus frequentadores. Em 6º lugar, está o casario da Rua Martins da Cunha, o conjunto edificado mantém um bom grau de conservação em suas construções originais. Por estar localizado atrás da igreja, não possui tanta visibilidade como o casario da R. do Comércio e apresenta pouca diversidade de usos, todas as construções são voltadas para uso residencial.

Na sétima colocação está a Banda Musical Pe. Ibiapina, parte ativa de todos os eventos comemorativos do distrito - a exemplo das novenas da Festa de Nossa Senhora da Conceição e a Alvorada. Desde sua fundação, esse atributo vem atravessando gerações, os músicos vão se renovando, mas os hábitos e costumes permanecem.

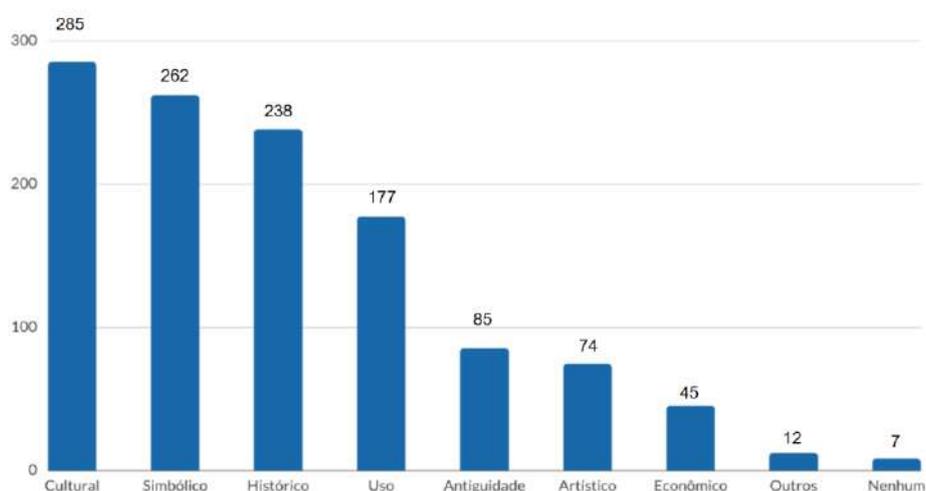
Em oitavo estão as Praças Centrais, palcos das mais variadas atividades e eventos gravataenses. Da simbologia de sentar-se no banco da praça para conversar com os vizinhos e amigos até as brincadeiras de infância, tal atributo se mantém na memória afetiva dos moradores locais. Para além das lembranças, esses espaços vêm sofrendo com intervenções irregulares e demasiadas. A Sociedade Musical Pe. Ibiapina, também conhecida pelos residentes como “Clube”, aparece em nono lugar. É o espaço físico, material, das vivências da Banda Musical.

Na 10ª posição está a “Vizinhança”, uma vez que Gravatá do Ibiapina é posto como um local acolhedor e caloroso, onde a maioria das pessoas possui algum vínculo, familiar ou afetivo. Os habitantes se conhecem e estão dispostos a ajudar uns aos outros quando necessário.

Em penúltimo lugar, antes do último colocado - o Mercado Público -, está a escola, que embora seja uma construção com porte maior quando comparada a outras edificações, destaca-se mais pela rememoração da infância de grande parte da população, ou por ser o único ponto educacional do local.

As fichas 2 e 3, como explicado anteriormente foram aplicadas em ordem alternada, primeiro as frases e depois os valores, para que os últimos não interferissem na construção das frases. Ambas são responsáveis por proporcionar os resultados referentes à valoração do bem, como pode ser visto na figura 84. Assim como feito por Lira e Dutra (2021), a resposta de cada participante foi transcrita para uma tabela, contendo os dados de quais valores foram atribuídos a cada um dos atributos. Esses dados foram compilados em uma só tabela, que permitiu a captação de uma série de informações, a exemplo do “total de vezes que um certo valor foi conferido ou o atributo que recebeu a maior quantidade de valores” (Lira; Dutra, 2021).

Figura 85 – Quantidade de vezes que o valor foi atribuído.



Fonte: Autoria própria, 2023.

O gráfico acima demonstra quais os valores mais apontados pelos entrevistados e quantidade de vezes que se deu esse processo. O valor cultural recebeu o maior destaque, com 285 indicações, o que pode estar relacionado às manifestações religiosas - como a Festa de Nossa Senhora da Conceição -, à Banda Musical, ao legado de hábitos e ritos deixados pelo Pe. Ibiapina e à “cultura de lugar pequeno”, como menciona um dos entrevistados. O valor simbólico, surgindo em seguida, reforça o peso que essas dinâmicas têm no imaginário social.

A opção “Nenhum” foi mencionada sete vezes, e todas referentes ao Mercado Público, dentre os atores que votaram na opção “nenhum”, estão residentes de outras localidades, residentes recentes do distrito e frequentadores, o que indica que são pessoas que possuem menos interação com o bem, quando comparadas aos

moradores antigos do local, por exemplo. Além disso, há o fato de o Mercado está praticamente sem uso na atualidade, como discorre um residente da sede municipal: “Já teve sua importância, mas hoje não funciona pra mais nada”.

Quanto à possibilidade de sugerir “outros” valores, por possuírem um maior domínio acadêmico sobre a valoração, as doze indicações aconteceram por parte dos especialistas. Onze delas referentes ao valor cognitivo, para bens associados aos valores histórico, artístico, cultural e simbólico, que são suportes narrativos de memória e do passado de uma determinada comunidade, como a Igreja, o Pe. Ibiapina, a Festa, o Casario da Rua do Comércio e o da Rua Martins da Cunha, o senso de Vizinhança e a Tranquilidade. Um valor de opção foi aplicado ao Mercado Público, pela potencialidade de ter seu espaço aproveitado de maneira mais adequada.

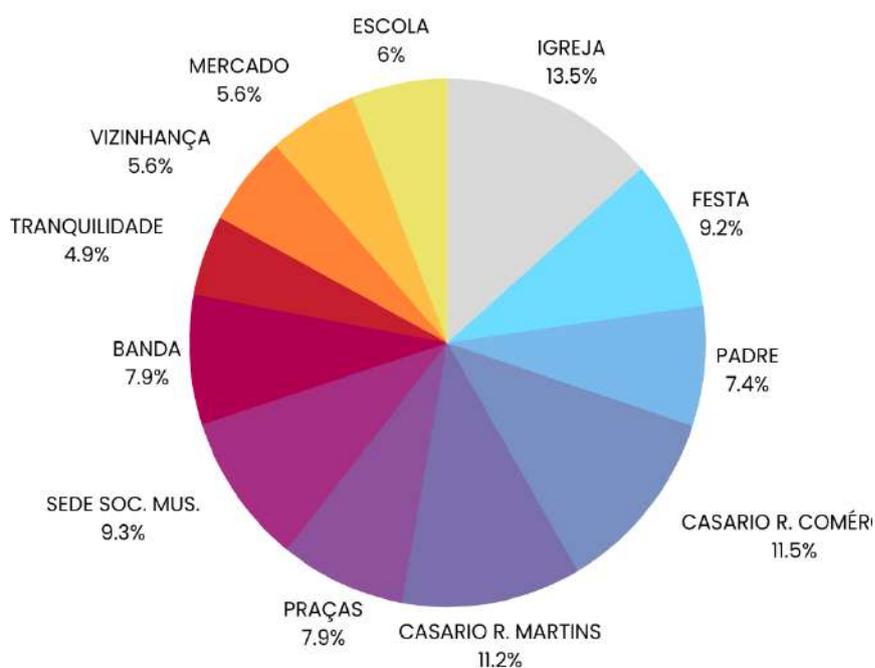
Durante o processo de valoração, alguns atributos receberam mais valores do que outros, quanto maior o percentual de valoração, menor deve ser o número de intervenções no bem (figura 85). O atributo que recebeu um maior número de valores foi a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com 13,5%, demonstrando sua importância como ponto de referência físico, “Pra mim ela é o centro de Gravatá, logo quando você chega ela é a referência. É o patrimônio daqui que eu mais tenho carinho” (fiel); como marco simbólico, “Aqui eu me batizei, me crismei, me casei e batizei meus filhos e neta” (residente antigo); e como ponto turístico para moradores e visitantes, “Beleza inestimável e ponto de referência” (frequentador).

O casario da Rua do Comércio (11,5%) e o casario da Rua Martins da Cunha (11,2%), aparecem em seguida, recebendo destaque por serem bens que atravessaram gerações, “Patrimônio que nos faz viajar no tempo” (especialista), pela composição da paisagem interiorana, “É muito identitário de lá também. Me lembra a ideia de vilarejo”; e por sua arquitetura popular, “É esse estilo de casa, de rua, calçada, com essas casinhas com esse estilo assim que me faz ter um carinho por Gravatá” (fiel). Dos atributos imateriais de cunho religioso, a Festa de Nossa Senhora da Conceição e o Pe. Ibiapina, somam juntos 16,6%, apresentando grande carga significativa pelas tradições, “É tradição de muitos anos, é o encontro religioso que vai passando de geração em geração” (residente antigo); e legado histórico iniciado pelo

clérigo, “É um dos ritos e tradições, como a procissão, deixados pelo Pe. Ibiapina e que seguem até hoje” (frequentador).

Os atributos que receberam menos valores foram o Mercado Público e o senso de vizinhança. O primeiro, como mencionado anteriormente, pelas pouquíssimas atividades que apresenta atualmente, acaba sendo vinculado apenas a rememoração histórica de um bem que outrora teve muita importância, mas hoje tem seu valor questionado, “Também tem sua contribuição histórica sim, hoje ainda vejo algumas pessoas sentadas por lá, às vezes jogando dominó, mas poderiam utilizar aquele espaço para algum fim público de serventia” (residente novo). O segundo, Senso de Vizinhança, pode ter as poucas indicações explicadas pelo fato de estar mais associado ao campo simbólico e cultural, sendo com isso, menos distribuído entre as opções de valores, mas não menos relevante, “É o que atrai qualquer apaixonado e artista. A calma e a paz que esse lugar tem é de impressionar. É um verdadeiro refúgio” (especialista).

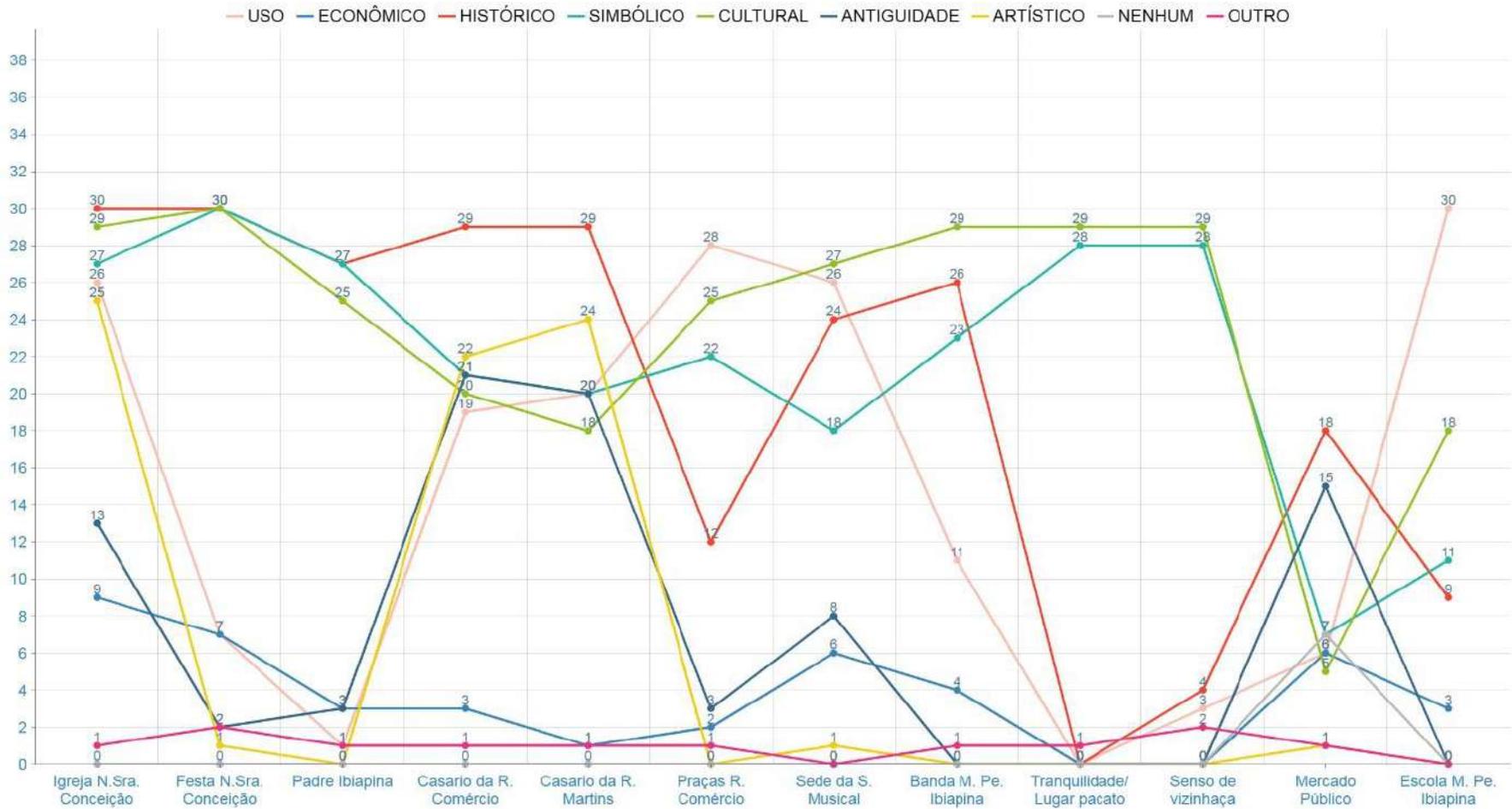
Figura 86 – Percentual da quantidade de valores atribuídos a cada atributo.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Um outro gráfico pode ser gerado, ao se analisar valores e atributos em conjunto é o da quantidade de vezes que cada valor foi atribuído a cada bem (figura 86).

Figura 87 – Quantidade de vezes que cada valor foi atribuído a cada bem.



Fonte: Autoria própria, 2023.

O **valor cultural**, como já mencionado, foi o mais referenciado pelos atores, tanto para atributos materiais como imateriais, os de cunho religioso transitam entre a Igreja, o Pe. Ibiapina e a Festa de Nossa Senhora da Conceição, por representarem o legado cultural da fé católica dos moradores gravataenses, como aponta um residente novo: “Além de toda a representatividade de fé, é um patrimônio que tem um grande valor histórico e cultural para nós moradores e para quem vem nos visitar e conhecer a história de Padre Ibiapina”. Os bens voltados para vertente musical, como a Banda Musical e a sua Sede, trazem à vista os eventos e costumes que se materializam através de um legado centenário, “Representa a história da cultura daqui as festas, as danças, os encontros de família” (residente antigo), o mesmo residente coloca: “Já fiz parte tanto da diretoria como da Banda Musical, então é muito importante pra cultura de Gravatá”. A ideia do lugar pacato e receptivo também é marca na cultura local, “Aqui é um lugar muito acolhedor e hospitaleiro, as pessoas quando vêm pra cá são bem recebidas e acolhidas” (residente antigo), e o desenvolvimento dessa cultura de lugar pequeno é estendido do morar até os espaços públicos, como aponta um especialista sobre as Praças Centrais: “Partilha de vivências. Lugar de interação entre a comunidade”.

O **valor simbólico**, foi indicado com grande frequência aos atributos ligados a religiosidade, sendo materiais ou imateriais, como a Igreja, o Padre e a Festa de Nossa Senhora da Conceição. Isso acontece por despertarem sentimentos ligados à fé e aos laços afetivos construídos pelos atores ao longo da vida, como coloca um frequentador acerca da festividade da padroeira: “É um privilégio poder participar, porque além da fé, é uma oportunidade da gente de ver todos os nossos parentes e amigos. É nesse momento que todo mundo se organiza pra ‘tá’ nem que seja um dia presente na Festa e agradecer a Deus por mais um ano, né?”. A tranquilidade, “Sensação que permite identificar: chegamos a Gravatá” (especialista), e o senso de vizinhança, “É uma coisa muito forte aqui, parece que tem pessoas que fazem parte da família já, mesmo não sendo de sangue, de tanto tempo que a gente conviveu. Por ser um lugar pequeno, parece que todo mundo é parente” (fiel), também apontam com destaque, por representarem a imagem de um lugar calmo e acolhedor tão bem estruturada no imagético de seus usuários.

Os conjuntos arquitetônicos surgem como locais de rememoração de um passado vivido entre as casas populares, “É uma lembrança forte na minha mente,

porque antes as casas eram todas ocupadas, abertas, e a gente conhecia todo mundo. Hoje têm muitas fechadas, e mesmo que o casario se mantenha conservado, fica um vazio interior nelas, né, porque o que completa o conjunto bonito dessas casas, são as pessoas também” (residente antigo). Por fim, as Praças Centrais, por funcionarem como pontos fortes de encontro, de construção de relações sociais, e pela rememoração de lembranças e hábitos que vêm sendo conservados ao longo do tempo, “São os espaços onde as pessoas mais velhas ficam sentadas nos banquinhos conversando, e as crianças brincam. Também é onde acontecem as festas. É um lugar cheio de memórias afetivas” (residente novo).

O **valor histórico** foi mais utilizado para os bens que vêm atravessando as gerações no distrito gravataense. Dentre os materiais, pode-se mencionar a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, “É o centro material da história daqui, né?” (frequentador); os casarios em arquitetura popular, “Conheço muito essas casas, já tive o privilégio de entrar em todas elas. São casas de nossos antepassados, nossas famílias, que muitos já se foram ou não moram mais em Gravatá, mas ainda resistem na história, né?” (residente antigo) e a Sede da Sociedade Musical Pe. Ibiapina, “É uma das construções antigas daqui também, o lugar sede da banda, né?” (residente novo).

Quanto aos imateriais, destaca-se a Festa de Nossa Senhora da Conceição, “Tudo pra gente, toda história de procissões e de fé mesmo, de criança até hoje” (fiel); e o Pe. Ibiapina, por sua trajetória associada ao desenvolvimento do local, “Um grande servo de Deus que mudou a história do nosso distrito, tornou-se conhecido por sua caridade” (residente novo).

O **valor de uso**, por exemplo, foi atribuído aos atributos materiais utilizados com mais frequência pelos atores, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, “É um marco forte do lugar, que junta muitos fiéis daqui e de outros locais” (residente antigo) e os dois conjuntos em arquitetura popular, “Junto da Igreja é a paisagem principal daqui. É um conjunto, sabe? Praticamente todo mundo passa por ele em algum momento do dia” (residente novo). Também surge ligado às Praças Centrais, “Pelo que vi as pessoas usam com certa frequência. Me lembra muito dos parques na época da Festa de N. Sra (residente de outra localidade); à Sede da Sociedade Musical Pe. Ibiapina, “É onde acontecem alguns eventos e festividades daqui, e já tem

mais de 100 anos, então tem muita história ‘pra’ o lugar” (fiel); e à Escola, “Local de aprendizado e de criar memórias” (residente novo). Os atributos que receberam menos valor de uso foram os de cunho imaterial, por estarem mais associados a outros tipos de valor.

O **valor de antiguidade**, referente às marcas e a passagem do tempo, foi mais associado ao casario da Rua do Comércio e ao casario da Rua Martins da Cunha, “Conheço muito essas casas, já tive o privilégio de entrar em todas elas. São casas de nossos antepassados, nossas famílias, que muitos já se foram ou não moram mais em Gravatá, mas ainda resistem na história, né?” (residente antigo); bem como ao Mercado Público, “Faz parte do eixo antigo do local, então me lembra da antiguidade” (trabalhador novo). O último foi muito mais associado ao viés de ser uma construção antiga do que apresentar, de fato, a passagem do tempo em sua matéria.

O **valor artístico** foi mais indicado para os atributos materiais que possuem uma arquitetura com destaque na paisagem local, especificamente, a arquitetura popular, que carrega uma estética particular provinda dos construtores populares, como visto no capítulo 2. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, como coloca um residente novo: “É o patrimônio mais bonito e simbólico do lugar” e um trabalhador antigo: “Representa uma das arquiteturas mais bonitas de Pernambuco”. Logo em seguida, vêm os conjuntos em arquitetura popular, com sua estética singular e identitária, como coloca um especialista: “Preservação identidade e pertencimento para o povo”, e um morador antigo: “Esse casario arquitetônico pra nós é um privilégio, tantas e tantas casas que têm suas lembranças históricas, umas com data de 1930 ou por aí, naquela época bons pedreiros fizeram várias fachadas bonitas”. Ao longo das falas é possível sentir algumas diferenças entre o casario da Rua do Comércio e o casario da Rua Martins da Cunha, sendo o último mais bem avaliado pelos atores sociais por seu bom estado de conservação, como aponta um trabalhador antigo a respeito dos dois conjuntos, respectivamente: “Beleza que aos poucos vem sendo perdida / Beleza que resiste ao tempo.”

O último a ser tratado foi o **valor econômico**, relacionado em maior proporção aos conjuntos arquitetônicos. Embora essa relação não tenha sido mencionada na ficha das frases, nas falas espontâneas surgiram nuances de que tal ligação acontece pelos comércios e serviços desenvolvidos em algumas das edificações dos conjuntos,

bem como pelo atrativo turístico dessa arquitetura popular remanescente. O valor também foi muito indicado para o Mercado Público, que já foi uma fonte comercial importante para localidade em outros períodos, “Antigamente, segundo meus parentes mais antigos, tinha a Feira que era bem grande, eu ainda lembro que tinha a parte do açougue” (frequentador), “Representa o comércio que existia antigamente, né?” (residente novo).

Os resultados apresentados se referem ao conceito da significância cultural, e foram realizados junto aos atores sociais que possuem relação com a área de estudo. Como já previsto pelo instrumento de consulta de Pontual e Lira, esse é um processo que deve ser feito ao longo do tempo, uma vez que a relação entre os usuários e os bens pode mudar e, conseqüentemente, sua significância cultural.

Como apontado por Lira e Dutra (2021), a última ficha é voltada apenas para os especialistas, através de um questionário mais extenso, a fim de captar as condições de integridade e autenticidade dos atributos analisados. Entendendo a importância de definir um marco temporal, e sabendo que a legislação urbana mais antiga a atuar em tais atributos patrimoniais foi o Plano Diretor de 2007, relativamente recente, adotou-se um marco temporal de 30 anos, uma vez que através das pesquisas iconográficas essa é uma margem de tempo na qual aconteceram mudanças consideráveis no patrimônio cultural do distrito de Gravatá do Ibiapina.

A ficha é composta por uma pergunta e sua justificativa, uma para Integridade e outra para Autenticidade, comparando as características dos atributos do estado atual com o marco temporal do passado. No caso da Integridade, as respostas poderiam ser: não mudaram, expressam perfeitamente os valores patrimoniais; mudaram, expressam parcialmente os valores patrimoniais; não expressam mais os valores patrimoniais; ou não conheço o bem/ não tenho propriedade. Em seguida, o especialista deveria justificar sua resposta. As respostas para a Autenticidade, por sua vez, poderiam ser: o bem continua autêntico; o bem mudou, é parcialmente autêntico; o bem não é mais autêntico; não conheço o bem / não tenho propriedade; também acompanhadas de justificativa.

A aplicação dessa ficha pode gerar um leque de resultados, mas para o presente trabalho eles serão apresentados mais brevemente. Embora houvesse uma pergunta diferente para cada uma das duas noções, na opção “não conheço o bem /

não tenho propriedade”, elas foram selecionadas nos mesmos atributos de maneira igual.

Figura 88 – Resultado da Consulta sobre Autenticidade.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 89 – Resultado da Consulta sobre Integridade.

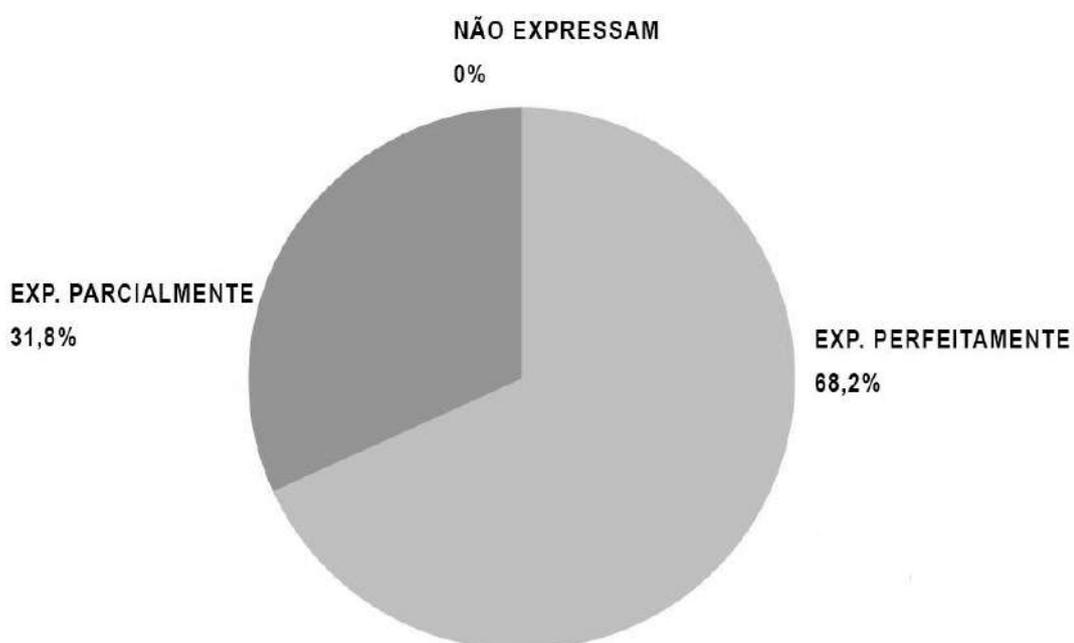


Fonte: Autoria própria, 2023.

Comparando os resultados obtidos, apenas dois atributos permaneceram íntegros e autênticos ao mesmo tempo, a Festa de Nossa Senhora da Conceição e o Pe. Ibiapina. Dos que foram classificados como não mais autênticos ou íntegros, aparecem apenas duas menções, o que reforça o estado em que se encontra o bem patrimonial. No último caso, com relação à noção de autenticidade, uma referente ao Mercado Público e a outra às Praças Centrais, as menções podem ser explicadas pelas reformas que descaracterizaram tais bens ao longo do recorte temporal, como apontam as falas da especialista da sede municipal, a respeito do Mercado Público: “Sofreu muitas alterações, inclusive de uso”; e sobre as Praças Centrais: “É uma triste realidade, já não condiz com sua verdadeira característica”.

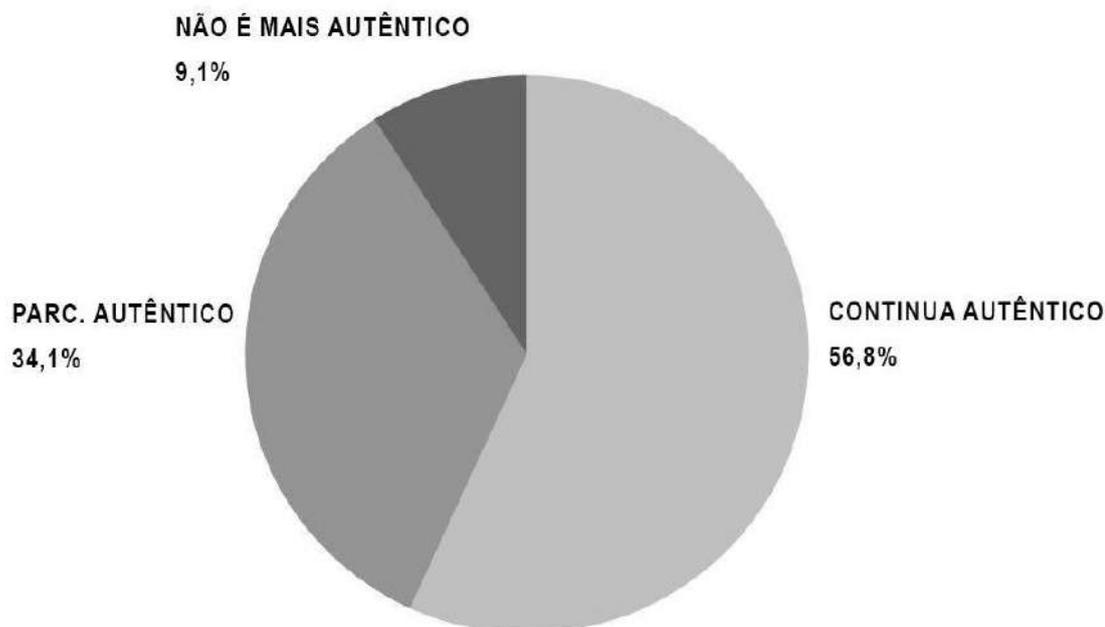
Mesmo com resultados que apresentam certa perda, o bem – o patrimônio construído da ZEHC do distrito de Gravatá do Ibiapina -, apresenta-se íntegro e autêntico, tendo seus atributos reconhecidos, valorados e sendo um bem a ser conservado. Desconsiderando a opção de “não conheço o bem / não tenho propriedade”, foi possível chegar à quantificação das condições das duas noções, como visto a seguir.

Figura 90 – Percentual do resultado da avaliação da Integridade.



Fonte: Autoria própria.

Figura 91 – Percentual do resultado da avaliação da Autenticidade.



Fonte: Autoria própria.

De forma geral, a integridade foi mais bem avaliada que à autenticidade, tendo a opção “não mudaram, expressam perfeitamente os valores patrimoniais” apresentado um percentual de 68,2%. Para autenticidade, segundo 56,8% dos atores, o bem continua autêntico. Esse resultado pode se dar pelo fato de a maior parte dos atributos, embora se apresentem como íntegros, o fazem através de mudanças e reformas, a exemplo das diversas modificações nas fachadas do casario em arquitetura popular da Rua do Comércio e nas Praças Centrais. Para exemplificar que o instrumento de consulta pode proporcionar diversas informações, serão analisados de forma mais detalhada os atributos que apresentaram maior percentual de valores atribuídos - A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o casario da Rua do Comércio.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com relação à integridade, recebeu três indicações para “expressam perfeitamente os valores” e uma para “expressam parcialmente”, essa última faz referência às reformas que vêm passando, como a troca do forro de madeira, a adição do painel no teto e o novo altar. Quanto à autenticidade, recebeu dois votos para “continua autêntica” e dois para “parcialmente autêntica”, que são reflexos também das modificações que vêm sofrendo em seu interior, como aponta um dos especialistas: “Principalmente na sua parte interna, é possível

identificar que foram feitas alterações que comprometem sua autenticidade”. No geral, o atributo continua íntegro e autêntico, sendo o mais valorado e melhor ranqueado, o que lhe confere uma significância cultural única, reforçando sua importância como marco referencial, arquitetônico e religioso do local, como coloca um especialista:

A imponente Igreja de NS da Conceição pode-se dizer que foi onde tudo começou. Ela é o eixo central, a pedra fundamental do vilarejo. Pensada com muito carinho foi construída pelo Pe Ibiapina e seus elementos compositivos são belíssimos. É uma riqueza de detalhes que impressiona.

Em seguida, com maior número de valores atribuídos, está o Casario da Rua do Comércio. Quanto à integridade, o conjunto foi considerado totalmente íntegro, isso acontece pelo fato de a matéria se apresentar “inteira” e de o atributo abarcar diversos valores, sendo utilizado frequentemente. Não menos importante, é necessário mencionar à proximidade do atributo à Igreja, conferindo a ideia de conjunto de arquitetura popular tão reconhecida pelos moradores locais, como aponta a fala de um dos especialistas: “Um conjunto riquíssimo que resguarda a história, memória e identidade do vilarejo. As composições são singelas e únicas, típicas da arquitetura popular. Uma verdadeira preciosidade para o vilarejo”. Quanto à autenticidade, os quatro votos foram para “continua parcialmente autêntico”, reforçando a ideia de que as reformas e os reparos que vêm sofrendo, embora prolonguem seu estado físico, comprometem sua autenticidade, sobre isso um dos especialistas discorre: “Lindo casario, linda arquitetura e frontões coloridos. Mas já observamos modificações”.

#### 4.5 O PATRIMÔNIO SUBJETIVO DE GRAVATÁ

Como complemento final deste trabalho e dos resultados gerados pelo Instrumento de Consulta, foi realizada uma pequena entrevista semiestruturada com os atores sociais. O roteiro de entrevista encontra-se no apêndice B e foi baseado e adaptado do modelo proposto por Nascimento (2015) em sua dissertação sobre a

cidade Quebrangulo-AL. Buscou-se compreender as relações sociais e afetivas dos entrevistados com o recorte de estudo, como aponta a autora:

(...) quem vivencia o espaço obtém dele mais do que imagens, são cheiros, texturas, sons e histórias. (...) a igreja, a pracinha, a calçada e mesmo a rua são imbuídas de sentidos distintos de acordo com a vivência e o cotidiano dos habitantes. (Nascimento, 2015, p. 26)

As conversas<sup>87</sup> foram enriquecedoras, cada entrevistado, à sua maneira, apresentou seu modo de ver e participar do cotidiano de Gravatá do Ibiapina. No primeiro momento foram coletadas as informações sobre o perfil do entrevistado e sua relação com a moradia em que habita - faixa etária; se mora no distrito e há quanto tempo mora no distrito; se a casa é própria; há quanto tempo habita a casa; se houveram reformas na casa; se ainda deseja realizar alguma reforma e qual sua parte favorita da casa. Dado o curto espaço de tempo para uma leitura mais profunda sobre essa etapa, seus resultados estão disponíveis no apêndice A.

Em seguida foram realizadas duas perguntas - se considera Gravatá do Ibiapina um lugar especial e se existe algo em Gravatá do Ibiapina que você gostaria que chegasse até as próximas gerações - com o intuito de captar a visão que os atores possuem sobre o distrito de forma mais íntima. As respostas foram apresentadas através de nuvens de palavras, como desenvolvido por Numeriano (2021) acerca do sítio histórico de Floresta.

Numa etapa seguinte, foi pedido que os entrevistados expressassem em uma folha de papel quais seriam os primeiros elementos que viriam à mente sobre Gravatá do Ibiapina, caso fossem descrever o distrito para uma outra pessoa. Essa etapa resultou no desenvolvimento de mapas mentais compostos de recursos imagéticos e de palavras, como será mostrado a seguir. Por fim, serão descritas brevemente, algumas experimentações vivenciadas pela autora no patrimônio cultural gravataense.

---

<sup>87</sup> Em ordem de apresentação, as perguntas foram realizadas antes da aplicação das fichas do Instrumento de Consulta, para evitar que as falas fossem influenciadas pelos atributos selecionados previamente através da ferramenta.



a tranquilidade e o acolhimento, dado que o lugar pacato traz o sentimento de aconchego e segurança para quem o vivencia.

A história do distrito gravataense também está enraizada nas falas das pessoas, principalmente por conseguir atravessar as gerações. As construções antigas, seja por meio do casario em arquitetura popular, seja pela Igreja, também compõem o imaginário da paisagem de interior, como pode ser confirmado nas falas a seguir:

[...] é o local que minha família nasceu e cresceu. É o local que meus pais nasceram e cresceram, então é um local que eu tenho como referência e lembra muito minha infância. (Fiel, 25 anos)

[...] é um lugar histórico e tem uma vida social muito bonita e calma e um povo muito bom. É minha terra natal, minha terra mãe, onde nasci, me criei, casei e criei meus filhos, que hoje também são casados e me deram netos, então são muitas coisas nesse caminho. (Residente antigo, 84 anos)

[...] aqui tem toda a história da minha família, dos meus pais, também é um lugar muito aconchegante, com sua história, né? É turístico, porque tem essas construções antigas, muitas casas, várias construções antigas. Desde de 1860 como o caso da Igreja, que representa a fé e toda a história da gente, de religiosidade, sabe? (Fiel, 47 anos)

Eu costumo dizer que Gravatá é lar, é pra onde a gente volta, onde a gente se renova, onde a gente se reconstrói. É um lugar de aconchego. (Trabalhador novo, 27 anos)

Gravatá pra mim é um lugar de gente tranquila, de boas amizades, de gente de verdade. É um canto encantador por seus casarios, suas ruas, sua belíssima Igreja. É um privilégio viver em um lugar tão bonito e caloroso. Enfim, é meu lugar no mundo. (Residente novo, 27 anos)

É um vilarejo que carrega/guarda a cultura de um povo de fé e caridade. (Especialista, 29 anos)

É um lugar que representa bem a construção imagética do interior.  
(Especialista, 30 anos)

Sim, Gravatá é um lugar familiar, aconchegante e muito tranquilo. A gente consegue ter qualidade de vida, né? Aqui é um lugar limpinho, acolhedor e conservado. É bom 'pra' quem mora e também pra quem visita. (Residente novo, 29 anos)

A segunda pergunta, buscou visualizar quais elementos os entrevistados gostariam que fossem perpassados entre as gerações, para isso foi questionado: Existe algo em Gravatá do Ibiapina que você gostaria que as próximas gerações pudessem ver ou vivenciar? Se sim, o quê?

Figura 93 – Existe algo em Gravatá do Ibiapina que você gostaria que as próximas gerações pudessem ver ou vivenciar? Se sim, o quê?



Fonte: Autoria própria, 2023.

Dentre as respostas, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição é o bem que mais é mencionada como elemento que deveria chegar nas próximas gerações, seja por sua simbologia religiosa, pelo legado do Pe. Ibiapina ou por sua arquitetura rica em detalhes únicos.

Para além da instituição religiosa, aparecem as palavras ‘arquitetura’, ‘casario’ e ‘conjunto arquitetônico’ representando as edificações em arquitetura popular materializadas ao longo do tempo no local, com características e detalhes únicos.

O modo de viver também é mencionado com frequência, seja pela tranquilidade, pelo clima familiar ou pela cultura de “lugar pequeno”. Também não pode deixar de se mencionar a paisagem, que une todos os atributos materiais e as expressões e vivências que os entrevistados experimentaram através deles. Como pode ser analisado nas falas:

Duas coisas principais, a tradição da festa de N. Sra. da Conceição, que é uma coisa que eu tenho muito carinho e o visual local, a arquitetura, a paisagem, porque tem uma memória muito afetiva da minha infância. (Fiel, 25 anos)

A Igreja, eu queria muito que fosse preservada. Eu tenho memórias de quando era criança que as próximas gerações não vão ter, então o que puderem preservar de hoje já é muito. (Residente antigo, 27 anos)

A paisagem, a arquitetura, o casario, a história religiosa que é muito forte aqui. (Residente novo, 25 anos)

A forma de viver daqui. Quem já morou fora pode comparar, o jeito de viver daqui já é uma cultura de lugar pequeno, que vem do passado, sabe? Quem passou por aqui sabe do sossego, da paz, da consideração entre as pessoas. É difícil alguém que saiu daqui, não voltar. Tem um ditado que diz: quem bebeu a água do cacimbão daqui, nunca esquece, sempre volta. Eu acho muito bonito, queria poder guardar. (Residente Antigo, 59 anos)

Eu queria e espero que minha filha participe muito da Festa de N. Sra. da Conceição, e no dia a dia que ela desfrute das memórias, da Igreja, das casinhas, das ruas, que é tudo muito bonito. (Residente novo, 21 anos)

Eu quero é que os próximos preservem a história daqui, do Padre Ibiapina. Preservem a Igreja, as casinhas, espero que elas continuem sendo conservadas, pra passar ‘pras’ outras gerações. (Fiel, 47 anos)

Sim, a religiosidade e a caridade, porque é um exemplo a ser seguido, eu como moradora de cidade grande, não vejo muito isso como vejo aqui. (Frequentador, 45 anos)

[...] a fé. Mas além disso, o que acho até que seja o principal, é esse sentimento de estar em família, entende? As pessoas aqui são muito acolhedoras. (Frequentador, 82 anos)

Sim, o patrimônio local, e toda sua estrutura, e arquitetura. Essa imagem de lugar pequeno e muito bonito. (Residente da sede municipal, 52 anos)

Eu queria que 'conservasse' o que ainda tem, né? A Igreja, as casas antigas, os açudes, porque progresso pode até ser bom 'pra' umas coisas, mas quando sai acabando com tudo não é bom não. (Trabalhador antigo, 49 anos)

#### 4.5.2 Mapas Mentais

Segundo Archela, Gratão e Trostdorf (2014), os mapas mentais são uma ferramenta potente para que as pessoas possam representar as vivências que experimentam nos espaços. Por meio deles, podem ser materializados e apreendidos símbolos do imaginário de grupos sociais a respeito de um determinado lugar. As representações podem ser do espaço cotidiano, do presente ou passado, e até de outras localidades e acontecimentos dos quais se tenha conhecimento. Com elas é possível compreender a percepção dos entrevistados a respeito do lugar que habitam.

É no lugar que estão as representações da vida cotidiana, os valores, as representações pessoais, as coisas, os lugares que unem e separam pessoas. As representações do imaginário permitem estabelecer relações entre o modo como cada um vê o seu lugar e como cada lugar compõe a paisagem (Archela; Gratão; Trostdorf, 2014, p. 130)

A pergunta que desencadeou o desenvolvimento dos mapas foi: “Se você pudesse descrever Gravatá do Ibiapina em uma folha, quais seriam os primeiros

elementos que viriam à sua cabeça?” Como visto nas figuras a seguir, o patrimônio material do distrito gravataense, que se refere a objetos, foi mais fácil de ser compreendido e rememorado, por estar construído, para além da dimensão simbólica. É mais difícil representar os atributos imateriais, como a procissão, a festa, a tranquilidade, porque uma foto ou um desenho não conseguem captar os valores imateriais no registro, ou seja, não conseguem captar o processo. É através da materialidade do patrimônio construído local que a dimensão imaterial se expressa.

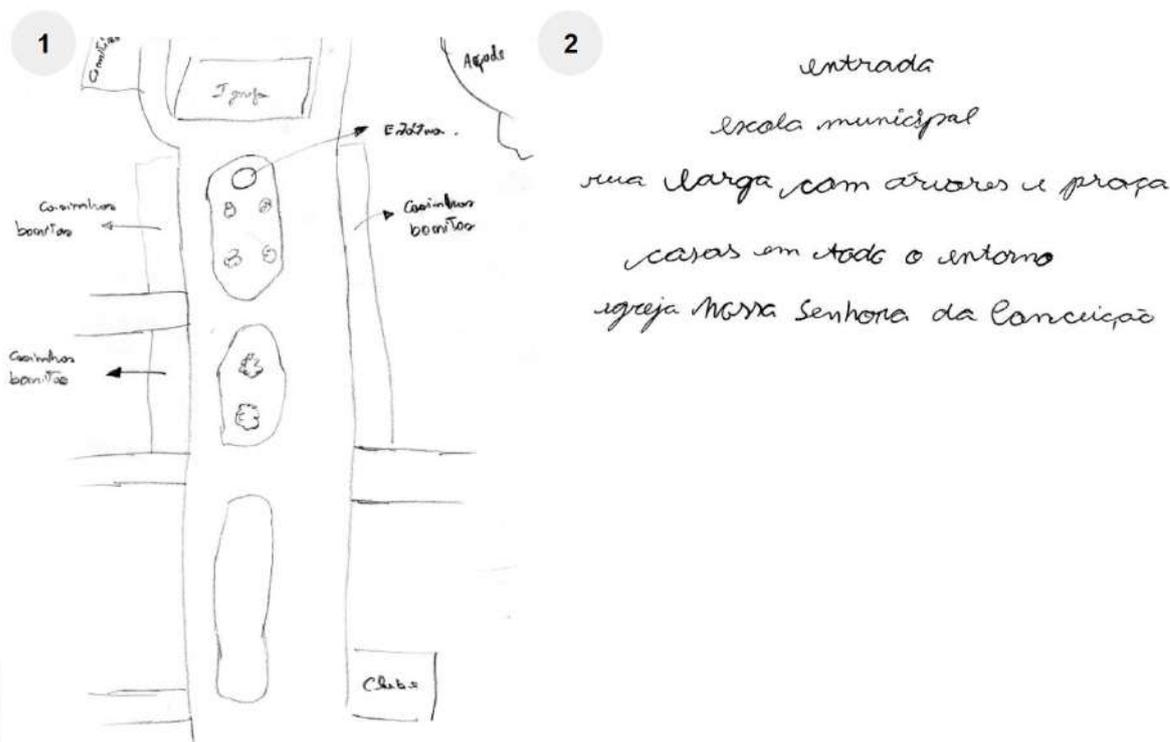
Tomando como base a metodologia utilizada por Archela, Gratão, Trostdorf (2014), a avaliação dessas representações se deu através da leitura dos desenhos desenvolvidos pelos entrevistados, seguida da interpretação da autora a respeito dos mesmos. Os mapas mentais foram solicitados antes da aplicação do instrumento de consulta, para evitar que os elementos escolhidos não fossem condicionados pelos atributos selecionados previamente. Essa etapa não foi desenvolvida com os especialistas, com o intuito de colher uma leitura mais afetiva e menos técnica dos resultados.

Primeiramente, os vinte e seis atores sociais, que participaram do desenvolvimento dos mapas mentais, foram agrupados em quatro novos grupos: residentes antigos (mais de dez anos morando no local), residentes novos, fiéis/clérigo e frequentadores, e alguns dos desenhos de cada grupo foram selecionados para análise, como pode ser visto a seguir:



arquitetura popular é desenhado ao lado do trecho que se inicia na malha urbana. Isto indica a estreita relação de convivência do morador com o lugar.

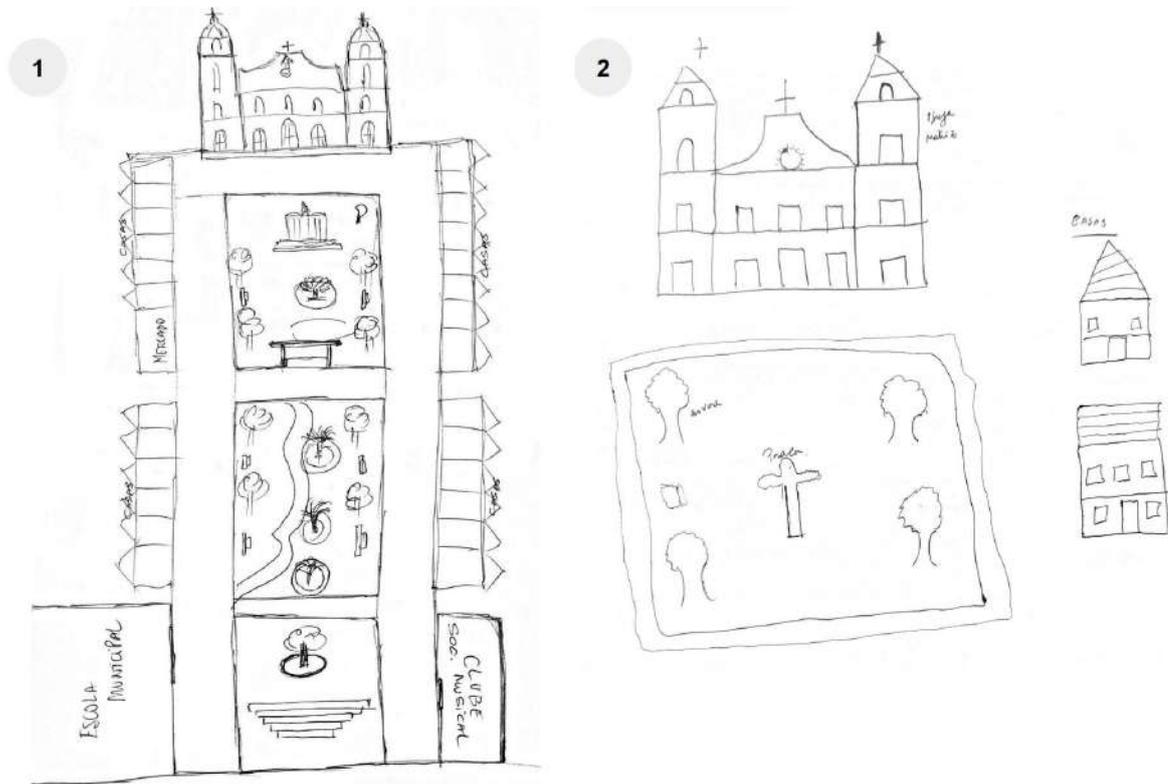
Figura 95 – Mapas mentais dos moradores recentes.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Os mapas dos residentes mais recentes, também respeitam as direções geográficas locais, no entanto, são representados com menos elementos de referência, e de forma mais prática, por não terem tido tanto tempo de convivência no local. É possível notar que os bens desenhados são os mais conhecidos e frequentados pela maioria da população, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, as Praças Centrais, o casario - apontado como “casinhas bonitas” no primeiro desenho-, o Clube (Sociedade Musical Pe. Ibiapina), a Escola, o Cemitério, e o Açude do Gado.

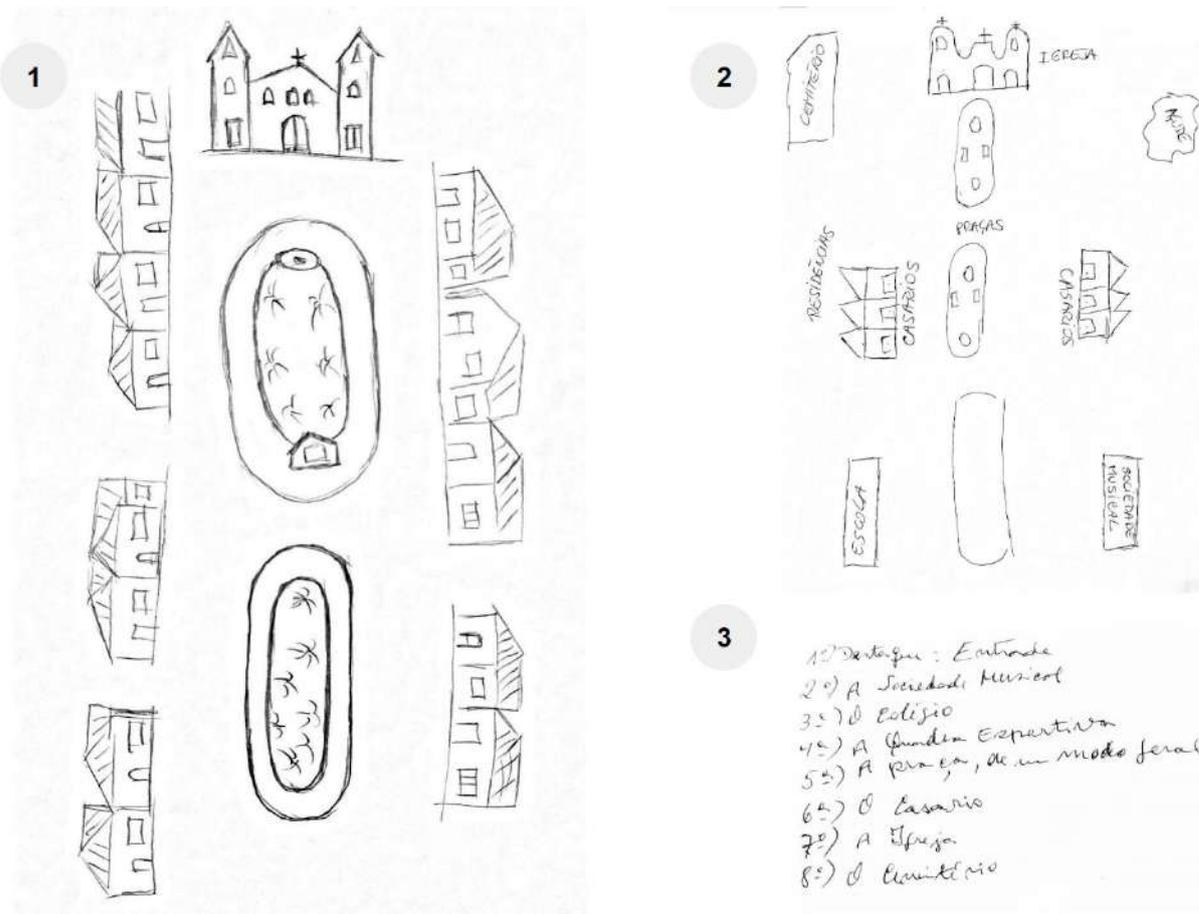
Figura 96 – Mapas mentais dos fiéis/ clérigo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Quanto aos mapas dos fiéis e clérigo, nota-se um destaque para Igreja de Nossa Senhora da Conceição, revelando um laço de afetividade forte com tal elemento, que pode ser percebido pela dimensão e maior escala que a mesma aparece nos desenhos. Apresenta, portanto, uma forte simbologia no imaginário dos fiéis do lugar. As praças e o Casario também são representados com frequência, compondo o entorno imediato da Igreja.

Figura 97 – Mapas mentais dos frequentadores.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Por fim, os frequentadores do local, mostram ter um certo conhecimento da organização espacial do espaço urbano, mesmo não residindo na cidade. Semelhante a leitura dos moradores recentes, os desenhos se apresentam com menos elementos quando comparados aos moradores mais antigos, ficando o destaque para os maiores pontos de referência de visitas, ou seja, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, as praças centrais que dão suporte aos eventos que trazem a maioria dos visitantes, como a Festa de Nossa Senhora da Conceição e o casario que tem um forte valor turístico para habitantes de outras localidades.

Como visto nas imagens, é possível perceber que muitos elementos se repetem ao longo dos desenhos, como a Igreja, o casario em arquitetura popular e as praças centrais. Nota-se noções de proporção e escala entre os bens, de direção e senso de localização. Permite, com isso, entender a percepção dos entrevistados sobre o lugar que estão vivenciando, no caso, o distrito de Gravatá do Ibiapina.

Pode-se perceber que, mesmo se tratando de análises mais breves, as ferramentas complementares ao instrumento de consulta, reforçam os dados obtidos por ele. Após a aplicação prática, também foi possível notar, que as mesmas funcionariam como bons caminhos para captação dos atributos de um bem patrimonial perante os atores não-especialistas, principalmente, como uma forma de amenizar o hábito de categorizá-los, separadamente, entre materiais e imateriais. Considerando tudo que foi apresentado, foi redigida a DSIA da área estudada.

#### 4.6 DSIA - DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL, INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE

O objeto empírico deste estudo, o patrimônio construído popular, disposto na Rua do Comércio e na Rua Martins da Cunha, ambas partes componentes da ZEHC do distrito de Gravatá do Ibiapina, no município pernambucano de Taquaritinga do Norte, pela Lei nº 2046/2021 de outubro de 2021, têm sua significância cultural expressa no por um conjunto de valores (histórico, cultural, simbólico, uso, econômico, artístico e de antiguidade) que perpassam ao longo do tempo.

Após uma série de estudos foi possível identificar os atributos que mais caracterizam o bem. Sendo eles de caráter material, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o casario da Rua Martins da Cunha, o casario da Rua do Comércio, as Praças centrais da Rua do Comércio, a Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina, o Mercado Público e a Escola Municipal Padre Ibiapina. Bem como de caráter imaterial, a exemplo da Festa de Nossa Senhora da Conceição, do Padre Ibiapina, da Banda Musical Padre Ibiapina, da Tranquilidade e do Senso de Vizinhança. Esta Declaração de Significância Cultural, Autenticidade e Integridade é fruto da valoração dada a tais atributos pelos atores sociais que possuem relação com eles.

O **valor cultural**, com maior número de referências, se apresenta através da identidade cultural dos atores sociais, em suas crenças, tradições e manifestações religiosas, além da vivência de habitar um lugar tranquilo, pacato e acolhedor. Os atributos que mais receberam este valor foram a Festa de Nossa Senhora da

Conceição, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Banda Musical Padre Ibiapina, a Tranquilidade e o senso de Vizinhança.

O **valor simbólico** está relacionado mais fortemente aos atributos que evocam sentimentos e memórias em seus usuários. Mostra-se presente na ligação dos moradores com o sítio e seus bens patrimoniais, por meio de relações de pertencimento e vizinhança. Foi mais atribuído à Festa de Nossa Senhora da Conceição, à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, à Banda Musical Padre Ibiapina, à Tranquilidade e ao senso de Vizinhança.

O **valor histórico** foi mais utilizado para os atributos que vêm atravessando gerações ao longo do tempo e que estão ligados à formação inicial do bem, a exemplo do legado de fé e religião e as edificações em arquitetura popular construídas pelos antepassados gravataenses. Nessa atribuição podem-se destacar a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o casario da Rua do Comércio, o casario da Rua Martins da Cunha, a Festa de Nossa Senhora da Conceição e o Padre Ibiapina.

O **valor de uso** é percebido pela predominância do uso habitacional e religioso no recorte estudado, o que colabora com a conservação da arquitetura popular, da manutenção de ritos e tradições típicas, da vivência e da sociabilidade gravataenses. Foi manifestado mais vezes com relação à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Sede da Sociedade Musical Pe. Ibiapina, as Praças Centrais e a Escola Municipal Padre Ibiapina.

O **valor de antiguidade**, percebido pela passagem e marcas do tempo, foi mais associado pelos atores ao que era “antigo” e ainda se apresenta hoje, dentre os atributos mais citados, estão o casario da Rua do Comércio, o casario da Rua Martins da Cunha e o Mercado Público.

O **valor artístico**, se expressa mais fortemente na arquitetura popular desenvolvida no local por mestres e pedreiros da região que construíram o conjunto edilício, através de uma estética própria e detalhes únicos. Os atributos que mais receberam esse valor foram a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o casario da Rua do Comércio e o casario da Rua Martins da Cunha, que juntos compõem uma paisagem singela edificada pelo povo gravataense.

O **valor econômico** relacionado ao potencial econômico, foi associado aos comércios e serviços desenvolvidos nas construções populares, com grande valoração para o casario da Rua do Comércio, onde está localizada boa parte dessas atividades. Também houve referência ao “passado econômico” do Mercado Público que, em outra época foi uma via de comércio forte do local.

Os estudos demonstraram que a valoração perante os atores sociais aconteceu de forma satisfatória, apontando em quais atributos se deve intervir com maior ou menor intensidade. Quanto à avaliação de integridade e autenticidade, o bem pode ser considerado íntegro e autêntico. A integridade, no entanto, teve uma melhor pontuação, o que pode acontecer pelas mudanças e reformas que vêm ocorrendo no bem, a exemplo das diversas modificações nas fachadas do casario em arquitetura popular da Rua do Comércio e nas Praças Centrais, que prolongam a vida útil do bem, mas comprometem sua autenticidade<sup>88</sup>.

Figura 987 – Breve descrição dos atributos.

ATRIBUTOS	DESCRIÇÃO
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Templo religioso com detalhes construtivos únicos, executados pelos pedreiros e clérigos do local. É composta por duas torres, com alas laterais e uma nave central.
Casario da Rua do Comércio	Casas em arquitetura popular executadas pelos pedreiros e moradores locais, que apresentam elementos compositivos únicos em suas fachadas de porta, janela e platibanda. Localizadas na R. do Comércio.
Casario da Rua Martins da Cunha	Casas em arquitetura popular executadas pelos pedreiros e moradores locais, que apresentam elementos compositivos únicos em suas fachadas de porta, janela e platibanda. Localizadas na R. Martins da Cunha.
Escola Municipal Pe. Ibiapina	Edificação executada por pedreiros locais e das redondezas na década de 1970.
Mercado Público	Edificação executada por pedreiros locais e das redondezas na década de 1950.
Praças Centrais	Espaços públicos executados por construtores locais e que vêm sofrendo grandes modificações ao longo do tempo. São palco das mais diversas atividades sociais.
Sede da Sociedade Pe. Ibiapina	Edificação executada por pedreiros locais e das redondezas na década de 1960.
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Rito anual, iniciado pelo Pe. Ibiapina, em prol da padroeira local, Nossa Senhora da Conceição, que traz fiéis das mais diversas localidades.
Banda Musical Pe. Ibiapina	Sociedade musical que embala os eventos sociais locais, a exemplo da Festa de Nossa Senhora da Conceição. Há um hábito de “tocar na banda”, passando entre as gerações.
Pe. Ibiapina	Figura que dá nome ao distrito gravataense e deu início a construções históricas marcantes no local, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o Cemitério e o Açudo do Gado. Seu legado é conhecido até os dias atuais.
Tranquilidade	O ritmo de lugar pequeno vivenciado no local. O clima pacato e pacífico.
Vizinhança	O senso de comunidade característico do local, onde todos convivem como uma grande família.

Fonte: Autoria Própria, 2023

<sup>88</sup> Segundo Lira e Dutra (2021, p.187), a partir do cruzamento das análises desenvolvidas, é possível lançar caminhos e estratégias adequadas para conservação do bem, devido ao tempo, essa etapa não foi realizada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada buscou analisar como o patrimônio construído do distrito de Gravatá do Ibiapina era percebido e valorado por seus usuários. Colheu como resultado que tal patrimônio cultural material, com vistas para a arquitetura popular, possui grande reconhecimento pela população, por manter uma relação intrínseca com os aspectos intangíveis locais.

Ao longo do trabalho, pode-se entender que a arquitetura popular, embora componha grande parte do espaço construído das cidades brasileiras, por muito tempo foi tida como algo de pouco valor. Foi só a partir da segunda metade do século XX, com as ampliações conceituais, que as produções arquitetônicas provenientes da cultura popular começaram a ser valoradas e patrimonializadas. Hoje, pode-se falar também do patrimônio material de localidades interioranas para além das cidades com conjuntos coloniais. Como é o caso do interior do estado de Pernambuco.

Em meio ao panorama de espaço urbano construído no interior do estado, escolheu-se o foco desse estudo, o patrimônio construído localizado na Rua do Comércio e na Rua Martins da Cunha, dentro dos limites da ZEHC do distrito de Gravatá do Ibiapina, no município pernambucano de Taquaritinga do Norte. O recorte espacial, núcleo original de ocupação do local, caracteriza-se por seu valor histórico, cultural e de paisagem, bem como por fazer parte da memória e identidade dos gravataenses.

O sítio mencionado é formado por um conjunto em arquitetura popular composto pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelos casarios das duas ruas mencionadas anteriormente, pelas praças centrais e por edificações públicas como a Escola Municipal Pe. Ibiapina, a Sociedade Musical Pe. Ibiapina e o Mercado Público. Todas sendo entendidas como construções populares, uma vez que, segundo Oliver (2006), a arquitetura popular é feita pelo povo e para o povo. As obras foram executadas por mestres e pedreiros locais, o que torna o conjunto um importante semióforo para as questões relativas à identidade local.

Saindo de um contexto geral para um mais específico, buscou-se fazer uma passagem teórica pelo campo da arquitetura popular, como forma de compreender,

especificamente, aquela desenvolvida no interior de Pernambuco e, conseqüentemente, no recorte de estudo. Sob essa luz, foi feita a análise do bem escolhido, o patrimônio construído popular da ZEHC do distrito gravataense, através de um breve histórico, da captação de seus atributos patrimoniais e da observação das mudanças e permanências que vêm impactando as condições de conservação do conjunto.

Um dos caminhos para que a conservação ocorra de forma mais adequada, como apontado por Lira (2020), é através do olhar dos atores sociais envolvidos com o bem, junto ao olhar dos especialistas. Devido a isso, utilizou-se o Instrumento de Consulta de Pontual e Lira, para operacionalizar a Significância Cultural, e captar as condições de Autenticidade e Integridade do bem. Como produto obteve-se a construção da DSIA para o recorte estudado.

O primeiro passo para construção da declaração foi entender os atributos através de seu contexto histórico, como surgiram e foram ligados ao cotidiano dos gravataenses, comparando-os com seu momento atual e as transformações que vêm sofrendo no decorrer do tempo. Após o entendimento da teoria, o instrumento de consulta permitiu “quantificar os juízos”. A ferramenta passou pelo processo de validação perante os atores relacionados ao bem, onde poderiam ser apontados novos atributos ou retirados alguns dos previamente sugeridos.

Dentre os novos atributos sugeridos pelos entrevistados, todos são de caráter material e estão localizados fora dos limites da ZEHC, a exemplo do Antigo Grupo Escolar, do Açude do Gado, do Açude Novo, e do Cemitério Pe. Ibiapina. Entende-se que considerá-los na análise geraria resultados enriquecedores, mas pelo curto tempo disponível, o estudo precisou limitar-se ao recorte da zona especial.

Como pode ser visto ao longo das falas dos atores, esses novos atributos sugeridos têm sua importância e evocam valores nos usuários, bem como refletem uma certa inconformidade por estarem negligenciados atualmente. Sua ausência na análise, contudo, não impede de questionar o porquê eles não foram inseridos dentro da ZEHC, na revisão do Plano Diretor Municipal de 2021, uma vez que fazem parte do núcleo original do distrito. Alguns deles, inclusive, são parte das construções iniciadas pelo Pe. Ibiapina, junto aos habitantes locais, como no caso do Cemitério Pe. Ibiapina (1860) e do Açude do Gado (1873). Foi, então, o processo de revisão do

plano diretor municipal coerente o suficiente para considerar o contexto histórico da área de maneira aprofundada, bem como os olhares e narrativas dos atores sociais envolvidos com o patrimônio construído popular gravataense? Ou será necessária a ampliação da poligonal de interesse histórico e cultural do local?

Ao voltar as vistas para os atributos do recorte estudado, foi possível perceber sua importância perante os atores sociais. Notou-se que nesse patrimônio construído popular, além dos elementos concretos e físicos, seus atributos imateriais também possuem grande carga valorativa. Os dados quantificados pelo Instrumento de Consulta indicaram quais foram os atributos valorados com maior frequência pelos usuários, materiais - como a Igreja de N. Sra. da Conceição e o casario em arquitetura popular da Rua do Comércio e da Rua Martins da Cunha- e imateriais - a exemplo da Festa de Nossa Senhora da Conceição e do Pe. Ibiapina. Foi possível ainda, compreender que apesar das descaracterizações e perdas que vêm sofrendo, o patrimônio construído popular da ZEHC gravataense é portador de valor patrimonial e, em predominância, íntegro e autêntico.

Além das fichas aplicadas ao longo do instrumento, foram questionadas algumas perguntas de viés mais subjetivo, que resultaram em mapas mentais e nuvens de palavras desenvolvidos pelos atores sociais a respeito do bem. Os resultados reforçaram que os atributos identificados na ferramenta de consulta estão, de fato, bem estruturados no imaginário popular gravataense. Palavras como "família", "memórias", "infância", "meu lugar no mundo", "beleza" e "paz", apontam para o peso afetivo que o recorte de estudo desempenha na vida de seus usuários.

Tais ferramentas complementares, inclusive, podem funcionar como bons caminhos para captação dos atributos de um bem patrimonial perante os atores não-especialistas, principalmente, como uma forma de amenizar o hábito de categorizá-los, como feito no trabalho, entre tangíveis e intangíveis. Apesar do debate acerca da indissociabilidade entre os campos material e imaterial, entende-se que este é ainda um grande desafio e que não se resolverá de forma simples e breve. Considerando tudo que foi apresentado, foi redigida a DSIA da área estudada, que funcionará como um importante norteador no processo de conservação do distrito gravataense.

Apesar de contar com um patrimônio relativamente bem conservado, o afrouxamento da legislação municipal, bem como a falta de fiscalização, vem

permitindo que intervenções sem planejamento ocorram com maior frequência no local. O que aponta para necessidade de um estudo com maior especificidade para a área analisada, inclusive com referência a boas práticas patrimoniais.

Cabe ressaltar que foram encontradas dificuldades ao longo da pesquisa. Em primeiro lugar, a duração do tempo para elaboração da pesquisa, levando em conta as consequências de ser parte de uma turma que enfrentou o desestímulo proporcionado pela pandemia. Quanto ao objeto empírico, a escassez de base de dados suscitou um gasto de tempo considerável, havendo a necessidade de uma busca extensa em acervos pessoais, para se ter uma leitura mínima da área ao longo dos anos. O conflito de acesso aos dados municipais também foi um problema, uma vez que boa parte dos documentos necessários dos acervos públicos não estava disponível ou, se quer, registrado. Quanto ao trabalho em si, houve a dificuldade em articular os campos disciplinares da arquitetura popular com as noções imbricadas da conservação do patrimônio cultural através de uma costura mais estruturada.

Em relação às percepções frente à ferramenta de consulta, entende-se que o princípio do instrumento é tornar o juízo qualitativo em quantitativo, de modo prático, e que por ser adaptável, cada caso gerará resultados distintos. Para esta pesquisa em específico, notou-se que na etapa de elaboração das frases pelos atores, o fato de pedir que fossem elaboradas breves sentenças acerca dos atributos, diminuiu as nuances que poderiam ser captadas e percebidas nas respostas. Se comparada esta etapa com a fase das perguntas mais subjetivas, observou-se que as respostas das últimas apontaram comentários mais complexos e ricos em diversas informações.

Quanto à avaliação da integridade e autenticidade, houve a dificuldade de se encontrar especialistas com bom conhecimento da área e, ao mesmo tempo, que dominassem com propriedade as três noções balizadoras da conservação estudadas. Dentre os quatro escolhidos, as respostas mais coerentes com a realidade do patrimônio construído local foram dadas pelo especialista de arquitetura e urbanismo local e o especialista de história local, que embora não seja do campo arquitetônico, tem uma relação frequente com o lugar e com seu legado histórico. Os dois outros especialistas, pelo pouco contato com o local, deram justificativas mais breves, o que reforça o que Vieira (2022) aponta, sobre a vivência do espaço ser uma questão *sine qua non* no processo de conservação de um bem.

Sabendo que ter um marco temporal seja crucial na ficha dos especialistas, acredita-se que, se o acervo fotográfico levantado ao longo do trabalho tivesse sido disponibilizado por completo para os especialistas, a comparação entre os dois momentos (atual e há trinta anos) teria gerado respostas mais complexas. O que não torna os resultados menos importantes, uma vez que a significância, autenticidade e integridade precisam ser reavaliadas de tempos e tempos, como aponta Lira (2020). Numa próxima consulta, portanto, esses obstáculos funcionarão como pontos norteadores para que o instrumento seja aplicado de forma mais apurada.

Uma outra questão relevante identificada é referente aos distritos. Entendendo que o município de Taquaritinga do Norte é classificado como uma cidade pequena, e que o modo de vida e as dinâmicas urbanas, por vezes, se assemelham às desenvolvidas no distrito gravataense, foi possível observar que este último sofre com a falta de análises específicas, ficando subordinado aquelas desenvolvidas para a sede norte taquaritinguense.

O Plano Diretor Municipal atua apenas nas dimensões do embrulho dos bens materiais, ou seja, a partir da fachada deles. As decisões tomadas levam em conta, mais especificamente, o patrimônio construído da sede. Com isso, o patrimônio edificado de Gravatá do Ibiapina, que segue suas próprias tendências, e tem uma dimensão imaterial fortemente imbricada ao patrimônio construído, fica de fora da análise. Entende-se, todavia, que tal questão, por sua ampla dimensão, pode ser mais aprofundada em trabalhos futuros. A partir de quais instrumentos legais é possível pensar numa lógica de disposição do entorno construído dos pequenos distritos? Os atributos intangíveis levantados na presente pesquisa - como o de tranquilidade e o senso de vizinhança - nos indicam, que para essas definições, uma saída possível é uma análise mais subjetiva de tais condições.

Por fim, no caso do distrito de Gravatá do Ibiapina, compreende-se que o patrimônio construído popular, dentro de sua materialidade, possui uma dimensão imaterial muito forte, que reverbera na forma pela qual os atores sociais se relacionam com o bem patrimonial. A arquitetura popular, além de seu reconhecimento artístico, é palco de atividades e ações sociais identitárias do povo gravataense.

Como pesquisadora, mas principalmente como pessoa “criada” em Gravatá do Ibiapina, carrego comigo as memórias e vivências “desse canto que, além de morada

física, é morada da alma”. Finalizo esse trabalho, da mesma forma que o iniciei, citando Ruy Belo, pois acredito que as casas citadas pelo poeta se assemelham, de maneira geral, ao patrimônio construído popular de Gravatá do Ibiapina:

Eu amei as casas os recantos das casas  
Visitei casas apalpei casas  
Só as casas explicam que exista  
uma palavra como intimidade  
Sem casas não haveria ruas  
as ruas onde passamos pelos outros  
mas passamos principalmente por nós  
Na casa nasci e hei-de morrer  
na casa sofri convivi amei  
na casa atravessei as estações.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> BELO, Ruy; SARAIVA, Arnaldo. **País possível**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1973.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. Apresentação de Regina Horta Duarte. São Paulo: Intermeios, 2013.
- AMARAL, Fellipe Decrescenzo Andrade. **O popular em xeque: arquitetura popular e prática de preservação na cidade de Mucugê, Bahia**. Orientadora: Juliana Cardoso Nery. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. 287f. il.
- ANJOS, Kainara Lira dos; FARIAS, Carine Ayanne Mendes de. **Paisagem Urbana e Arquitetura Popular: O caso do distrito de Gravatá Do Ibiapina-PE**. Mnemosine Revista. 2020, n. 2, v. 11, p. 80-94.
- ARAÚJO, Gercino Pereira de; LUCAS, Iracema do Carmo Farias; SANTOS, Lindimaura Tavares; LIMA, Marinalva Barboza dos Santos. **Fragmentos da História Nortetaquaritinguense**. Taquaritinga do Norte-PE, 1992.
- ARAÚJO, Padre F. Sadoc de. **Padre Ibiapina Peregrino da Caridade**. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará. 1995.
- ARCHELA, Rosely Sampaio. GRATÃO, Lucia Helena B. TROSTDORF, Maria A. S. **O LUGAR DOS MAPAS MENTAIS NA REPRESENTAÇÃO DO LUGAR**. Geografia - Londrina, Volume 13, nº 1. Jan./Jun. de 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/geografia/v13n1eletronica/7.pdf>>
- AZEVEDO, Neide Motta. (Coord.) **Habitação popular no interior de Pernambuco. Referencial para uma atuação voltada à realidade local**. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Recife, 1991.
- BELO, Ruy. SARAIVA, Arnaldo. **País possível**. Assírio & Alvim, 1973.
- BRASIL. **Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. **Arquitetura popular no interior de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1995.
- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. **Aesthetics and the use of local resources: the folk built environment of inland pernambuco**. In: 14th Conference of the international Association for People-Environment Studies, v.1, p. 240-247. Estocolmo: Royal Institute of Technology, 1996.
- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. **Arquitetura popular de Pernambuco e suas fachadas de platibanda**. In: Revista Projeto Design, nº 203, p. 92-95, 1996.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. **In the Eye of the Beholder**. In: Perspectives on Architecture, Londres, n.30, p. 40-45, 1997.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. **Modernism and folk architecture. The reinterpretation of modern aesthetics in the folk houses of North-Eastern Brazil**. In: 5th International DOCOMOMO Conference (International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement), 1999, Estocolmo. Proceedings of the 5th International DOCOMOMO, 1999.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. **Arquitetura do Povo**. In: Revista Continente, v. 1, n. 32, p.54-61, 2003.

CARBONARA, Giovanni. **Prefácio**. In: VIEIRA, Natália Miranda. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Ed. UFPE, 2022.

CASTRO, J. R. B. **As potencialidades culturais de pequenas cidades e a busca da centralidade regional no Recôncavo baiano**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011, Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011. v. 1. p. 1-13.

CORREIA, Telma de Barros. **Art déco e indústria, Brasil, décadas de 1930 e 1940**. In: Anais do Museu Paulista. nº2, v. 16, São Paulo, 2008.

COSTA, Lucio. **“Documentação Necessária”**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 01, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937, p. 31-39.

DANTAS, Hugo Stefano Monteiro. **O popular descrito: a arquitetura popular na linha editorial do IPHAN**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

DESROCHERS, Georgette, HOORNAERT, Eduardo. (Orgs.). **Padre Ibiapina e a igreja dos pobres**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

DUARTE, Mirela. SANTOS, Luisa Acioli dos. **Cotidiano**. In: Org.: DUARTE, Mirela. SANTOS, Luiza Acioli dos. Pensar Paisagem. Laboratório da Paisagem, UFPE, Recife, 2020.

DUARTE, Mirela. SANTOS, Luiza. ALVES, Lahys. JUNIOR, Wilson. **Paisagem em “concertina” para uma educação patrimonial**. Paisagem E Ambiente, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/183393>> Acesso em: agosto de 2023.

ENDLICH, Angela Maria; DETONI, Luana Pavan. Pequenas Cidades I. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 5, n. 19, p. 12-17, 2021.

FERRAGUT, Bárbara; PONTES, M<sup>a</sup> Eduarda. Significância cultural e a valoração do Sítio Histórico de Olinda. In: **Anais V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (V ANPARQ – FAUFBA)**, Salvador, 2019.

FRANÇA, Júlia Pereira; SILVA, Adenilton Moisés. **Gravatá do Ibiapina: uma história viva**. Caruaru: Graficom, 2010, 154p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1º ed. digital. São Paulo: Global, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste**. Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, Ministério da Saúde e Educação, Rio de Janeiro, 1937.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução: Maria Betania Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Maria Gabriela Numeriano de Sá. **Um olhar sobre a preexistência: o Sítio Histórico de Floresta-PE, a percepção dos moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura kitsch: suburbana e rural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet; LOPES, Aline. **Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses**. Estudos Históricos, v. 24, n. 48, p. 405-431, 2011.

HOORNAERT, Eduardo. **Crônica das Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina**. Edições Loyola. São Paulo - SP. 1981. LEMOS, Carlos A. C. Cozinhas, etc. São Paulo: Editora Perspectiva. 1978.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, v. 18, p. 287-320, 2010.

LACERDA, Norma. **“Valores dos Bens Patrimoniais”**. In: LACERDA, Norma & ZANCHETI, Sílvio (orgs.). Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e métodos. Olinda: CECI, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raza y Cultura**. Altaya: Madrid, 1999.

LIRA, Flaviana; RIBEIRO, Cecilia. **Autenticidade, Integridade e Significância Cultural**. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio. (Org.). Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2012. 32-41pp.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o seu monitoramento**. Recife: EdUFPE, 2010.

LIRA, Flaviana Barreto. Sobre a Essência da Conservação do Patrimônio Cultural: as Noções de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade; Da Natureza Complexa dos Bens Culturais: A Indissociabilidade entre Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. In: **Anais do V Encontro Internacional sobre patrimônio edificado - Arquivemória**. Salvador: Departamento da Bahia do Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2017.

LIRA, Flaviana Barreto. **Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade.** Revista Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP, v. 14, n. 2, p. 272-298, 2018.

LIRA, Flaviana Barreto. **Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática.** Oculum Ensaio, v. 17, e204365, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4365>>

LIRA, Flaviana Barreto. DUTRA, Isabela Duarte. **(Re)significando São José: A construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) para um trecho do bairro histórico de São José.** In: PONTUAL, Virgínia [et al.]. São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife, PE: Cepe, 2021.

MARIANI, Anna. **Pinturas e Platibandas.** Editora Mundo Cultural Ltda. São Paulo, 1987.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público.** Revista Estudos Históricos, v. 11 n. 21: Arquivos Pessoais, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas [Conferência magna]. In: **FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO**, 1., 2009, Ouro Preto. Anais [...]. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 127-135. v. 2, t. 1.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A casa de Chico Mendes.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 37, p.199-210, 2017.

MESQUITA Liana; MOTA, Neide. **Cidades do Nordeste: do pote à rua: métodos construtivos tradicionais.** Tradução Yellow Idiomas; fotografia Ivone da Silva Salsa. Recife: Cepe, 2017. 226p.

MOTTA, Lia. **Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré.** Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NASCIMENTO, Thalita Lins do. **Casas e gentes: modos de viver e morar em uma cidade do interior de Alagoas.** Dissertação (Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. 234 f.

NEVES, Gilvan Gomes das. **'O passado é a morte das coisas' - Padre Ibiapina: ante o esquecimento, a memória em construção.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Doutorado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco. 2019, p. 175-176.

OLIVEIRA, Adriana Mara de Vaz; MONIOS, Mathias Joseph. **Transgressão na arquitetura popular.** In: Vitruvius. Arquitectos, 2016.

OLIVER, Paul. **Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World**. Cambridge - UK: Cambridge University Press, 1997.

OLIVER, Paul. **Built to meet needs: Cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Elsevier, 2006.

PEREIRA, Julia da Rocha. **Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil: consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (1990- 2010)**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

PONTUAL, V. P.; CABRAL, Renata ; PEREIRA, J. M. ; LIRA, F. B. ; DUTRA, I. D. **São José: Olhares e Vozes em Confronto**. 1. ed. Recife: Compainha Editora de Pernambuco, 2021. 263p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA DO NORTE. **Plano Diretor Participativo**. Taquaritinga do Norte, 2021.

QUEIROGA, E. F. **Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

RAPOPORT, Amos. **House form and culture**. New Jersey: Prentice-Hall Inc, 1969.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Madrid: Editora da UCG, 2006.

ROSSI, Lia Mônica. **Art déco sertanejo**. In: Revista Design Interiores, n 4, São Paulo, 1994.

ROSSI, Lia Mônica. **Art Déco sertanejo e uma revitalização possível: Programa Campina Grande Déco**. In: Revista UFG, v. 12 n. 8, 2010.

RUDOLFSKY, Bernard. **Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture**. London: Academy Editions, 1964.

SANT'ANNA, Marcia. **Arquitetura popular: Espaços e saberes**. In: Políticas Culturais em Revista, 2(6), p 40-63, 2013.

SANTOS, Luisa Acioli dos. **Território**. In: Org.: DUARTE, Mirela. SANTOS, Luiza Acioli dos. Pensar Paisagem. Laboratório da Paisagem, UFPE, Recife, 2020.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo. Hucitec, 1978.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Routledge; 1ª edição - agosto de 2006.

SOUZA, José Marconi de; ROSSI, Lia Monica. **Art Déco Sertanejo: Uma inspiração para o design brasileiro?** In: DIAS, Raimundo; SANTOS, DENILSON (Org). Anais do X Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Luís: EDUFMA, 2012b.

VAUTHIER, Louis L. **Casas de Residência no Brasil**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 07, p.128-208, 1943.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 29, p. 135-156, 2007.

VIEIRA, Natália Miranda. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo**. Recife: Ed. UFPE, 2022.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005.

ZANCHETI, S.; DOURADO, C.; CAVALCANTI, E.; LIRA, F.; PICCOLO, R. From authenticity in the heritage charters to recognition of their dimensions in the city. In: 5º Seminário Internacional sobre Conservação Urbana, Recife. Caderno de resumos do 5º Seminário Internacional sobre Conservação Urbana. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007.

#### SITES:

Dálianet. **Gravatá do Ibiapina**. 2021. Disponível em: <<https://dalianet.blogspot.com/2021/02/gravata-do-ibiapina.html>> Acesso em: 19 de nov. de 2019.

Imprensa Oficial. **Festa de Gravatá do Ibiapina foi um sucesso**. Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, 2011. Disponível em: <<https://imprensataqdonorte.blogspot.com/2011/12/festa-de-gravata-do-ibiapina-foi-um.html>> Acesso em: 19 de nov. de 2019.

Imprensa Oficial. **Gravatá do Ibiapina se prepara para a grande festa da padroeira**. Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, 2016. Disponível em: <<https://imprensataqdonorte.blogspot.com/2016/11/gravata-do-ibiapina-se-prepara-para.html>>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.

**Festa em Gravatá**. Bp, 2019. Disponível em: <[https://4.bp.blogspot.com/-BCruKJzdMWc/V9XdWs4nIVI/AAAAAAAAAbvY/O2MnsIBXOkoPt5dySdlSwmXTDEe77SAkACLcB/s1600/IMG\\_0815.JPG](https://4.bp.blogspot.com/-BCruKJzdMWc/V9XdWs4nIVI/AAAAAAAAAbvY/O2MnsIBXOkoPt5dySdlSwmXTDEe77SAkACLcB/s1600/IMG_0815.JPG)>. Acesso em: 19 de nov. de 2019.

Dálianet. **Especial Taquaritinga 123 anos!** 2010. Disponível em: <<http://dalianet.blogspot.com/2010/04/especial-taquaritinga-123-anos.html>>. Acesso em: 08 de nov. de 2019.

Bp. **Festa em Gravatá**. 2019. Disponível em: <[https://4.bp.blogspot.com/-BCruKJzdMWc/V9XdWs4nIVI/AAAAAAAAAbvY/O2MnsIBXOkoPt5dySdlSwmXTDEe77SAkACLcB/s1600/IMG\\_0815.JPG](https://4.bp.blogspot.com/-BCruKJzdMWc/V9XdWs4nIVI/AAAAAAAAAbvY/O2MnsIBXOkoPt5dySdlSwmXTDEe77SAkACLcB/s1600/IMG_0815.JPG)>. Acessado em: 18 de nov. de 2019.

Gaspar, Lúcia. **Padre Ibiapina**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 20 de out. de 2019.

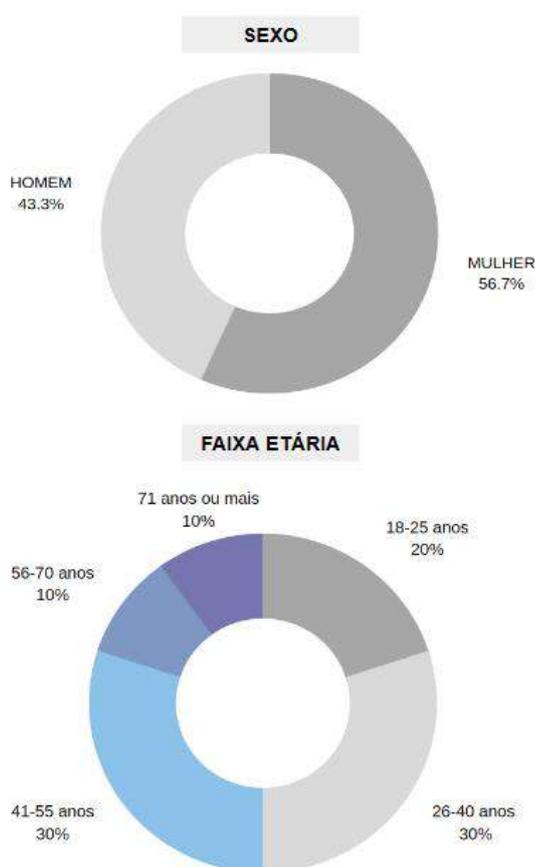
Mapio. **Gravatá do Ibiapina**. 2019. Disponível em: <<https://mapio.net/a/114584531/>>. Acesso em: 14 de out. de 2019.

Empetur. **Inventário Turístico de Pernambuco**. 2017. Disponível em: <<http://inventariope.blogspot.com/2017/10/taquaritinga-do-norte-ficha-do.html>>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.

## APÊNDICE A – PERFIL DO ENTREVISTADO E RELAÇÃO COM A MORADIA

O perfil do entrevistado é base importante para compreensão de seus comportamentos e hábitos no espaço urbano. Das trinta pessoas que participaram das entrevistas, 56.7% são mulheres e 43.3% homens (figura 1). Quanto à faixa etária, a maior parcela dos participantes possui entre 26-40 anos e 41-55 anos, com 30%, figura 1; seguidos por uma parcela de 20% entre 18-25 anos; por fim, com 10%, estão as faixas de 56-70 anos e idosos com 71 anos ou mais.

Figura 1 – Sexo e faixa etária, respectivamente.

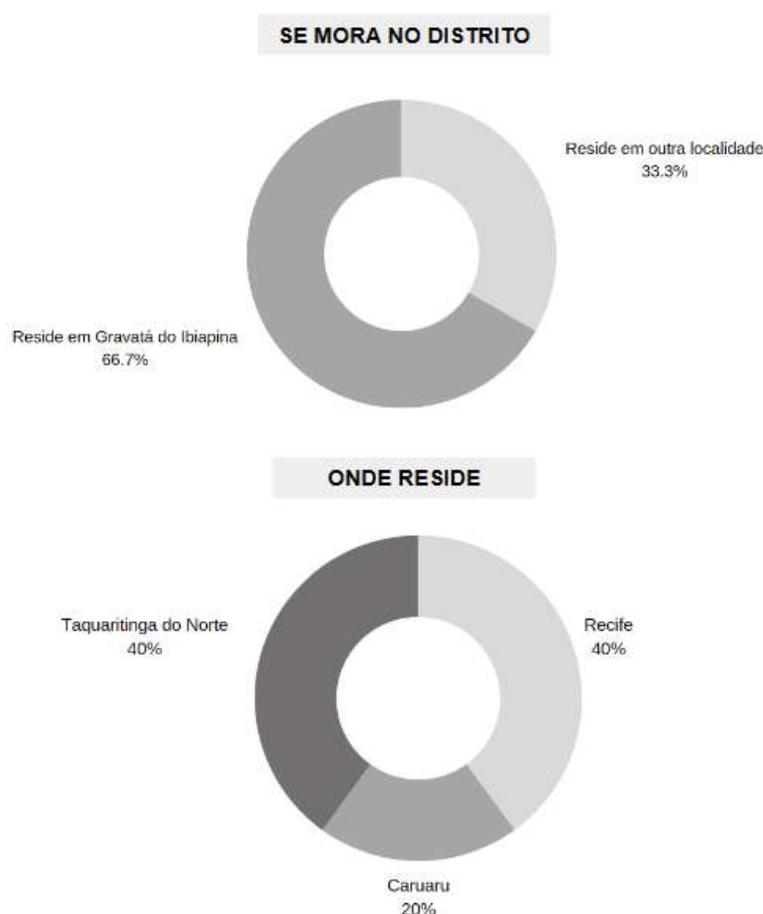


Fonte: Acervo Pessoal. 2023.

Para capturar visões diferenciadas da área de estudo foram entrevistados moradores do distrito gravataense que habitam entre as ruas selecionadas para o recorte empírico - Rua do Comércio e Rua Martins da Cunha nos limites da ZEHC do distrito gravataense -, somando um total de vinte moradores (66.7%), os outros dez entrevistados, são residentes de outras localidades (33.3%). Estes últimos estão

distribuídos entre: a sede municipal, com quatro (4) entrevistados, sendo um (1) especialista da arquitetura e urbanismo do município, uma especialista da história do município, dois (2) residentes da sede municipal que possuem vivências no local; a cidade de Recife, com quatro (4) entrevistados - sendo um (1) especialista da conservação integrada que já visitou o local, um (1) especialista técnico responsável pela revisão do Plano Diretor de Taquaritinga do Norte de 2021, e dois (2) frequentadores; por fim, a cidade de Caruaru com dois (2) frequentadores; como pode ser visto nos figura 2.

Figura 2 – O primeiro gráfico analisa se o entrevistado mora ou não no distrito O segundo gráfico, caso ele não more no distrito, onde reside.

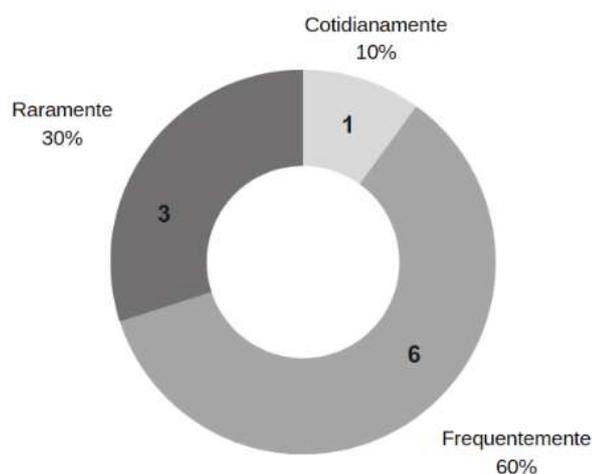


Fonte: Acervo Pessoal. 2023.

Dos dez (10) entrevistados que não habitam o distrito gravataense, um (1) frequenta o local cotidianamente, por trabalhar como motorista; três (3) frequentam raramente, sendo dois (2) especialistas e um (1) frequentador; e os demais visitam com certa constância o local (figura 3). Embora não tenha sido uma das perguntas postas no roteiro, dos não residentes, quatro (4) possuem uma segunda residência no local, e

apontaram que as mantêm para a volta em períodos de festividades e eventos, como a Festa de Nossa Senhora da Conceição, ou em datas comemorativas familiares. Gravatá do Ibiapina funciona, portanto, como uma segunda casa, para onde podem voltar para rememorar suas tradições e afetividades.

Figura 3 – Para não residentes, frequência com que visitam o lugar.



Fonte: Acervo Pessoal. 2023.

É importante mencionar que muitos dos entrevistados que não habitam o distrito, já o fizeram por um longo tempo. Acabaram mudando para outros locais na busca por melhores condições econômicas. As oportunidades de estudo e emprego no distrito ainda são limitadas, com isso, o movimento pendular é parte característica da dinâmica urbana gravataense.

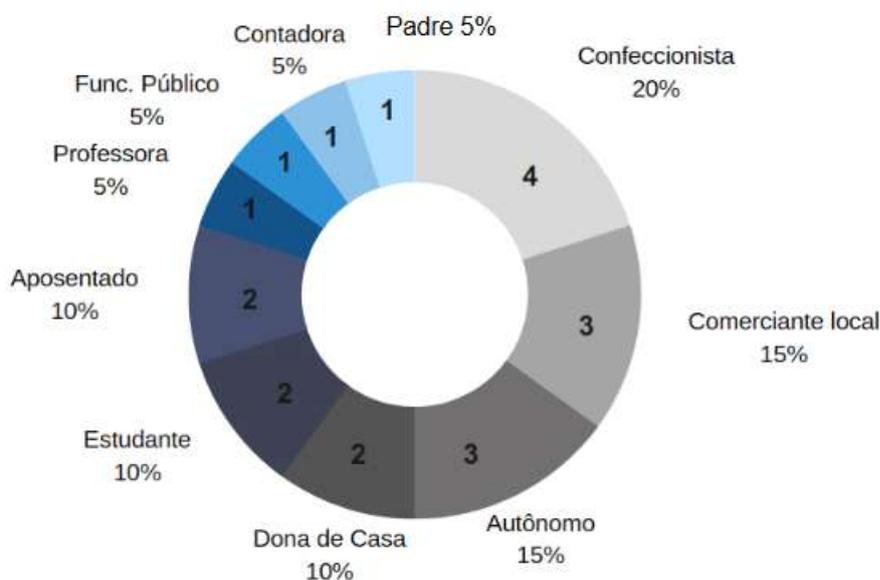
Quanto aos residentes, todos indicaram ter atividade de moradia e participar de festividades e eventos locais. Quanto ao quesito trabalho, houveram variações, como pode ser visto na figura 4. Dos vinte (20) entrevistados, a maioria (20%) atua no ramo da confecção, que atualmente é a principal fonte de renda do local. Os que não são proprietários de facção local, trabalham nos fabricos como costureiros, “tiradores” de pontas de linha, cortadores de panos etc.

Além dos pontos de trabalho no distrito gravataense, Pão de Açúcar (o outro distrito norte taquaritinguense) e o município de Santa Cruz do Capibaribe são as principais

áreas de influência dos vínculos empregatícios da sulanca<sup>90</sup>. O movimento pendular já foi e ainda é parte da dinâmica local. Em conversa com um morador local, em 2019, foi apontado:

Mamãe contava que o comércio era muito bom no tempo dela. Ela ainda trabalhou na feira daqui. Já na época da gente era muito ruim de ter renda, tinha que correr atrás, sair, arrumar emprego. Quando eu era jovem não tinha o que fazer, não tinha meio de vida, não tinha renda. E hoje tem renda, os jovens tudo trabalham com a confecção de Santa Cruz que levantou todas essas cidades perto. Mas antigamente era uma necessidade muito grande. (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

Figura 4 – Profissão.



Fonte: Acervo Pessoal. 2023.

As demais atividades distribuem-se entre comerciantes locais, antigos e novos e trabalhadores autônomos com 15% cada; sendo os comerciantes proprietários locais de pequenos e diversos empreendimentos, como mercearia, bar e loja de material de construção; e os autônomos trabalhadores com oferta de serviços específicos, como por exemplo beleza e estética.

<sup>90</sup> Palavra criada na cidade de Cruz do Capibaribe para se referir a 'helanca' vinda do Sul, que deu estrutura econômica e empregos para os habitantes do município santa-cruzeiro e das localidades circunvizinhas.

Quanto ao tempo que residem no distrito, foram entrevistados moradores que residem há menos de dez anos, entre dez e quarenta anos e há mais de quarenta anos (figura 5), o primeiro e o último intervalos ficando com o mesmo percentual de 40%, e o intermediário com 20%.

Figura 5 – Há quanto tempo mora em Gravatá do Ibiapina e há quanto tempo mora na residência atual, respectivamente.



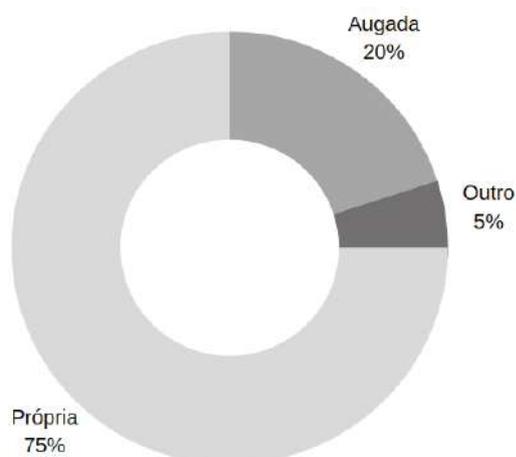
Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Com relação à posse das residências (figura 6), 75% dos vinte residentes possuem moradias próprias, adquiridas por herança familiar ou por compra; 20% (quatro) são alugadas, todas por moradores que residem há menos de dez anos; e uma, referente aos 5% restantes é uma casa pertencente a paróquia. geralmente; e apenas 3% residem em edificações alugadas. Através das falas dos entrevistados, constatou-se

que os moradores mais antigos geralmente habitam casas herdadas de suas famílias, indicando que tais construções vão atravessando as gerações, como coloca:

Meu 'fi', eu moro aqui desde que nasci, a única viagem que eu vou fazer é bem curtinha, é subindo aqui a rua da minha casa e virando a esquina pra o cemitério. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Figura 6 – Tipo de residência.



Fonte: Acervo Pessoal. 2023.

Quando questionados se conheciam os construtores populares de tais edificações ou há quanto tempo foram construídas, apenas dois dos entrevistados responderam que sim, não coincidentemente, foram os participantes com idade mais avançada. Como o casario da Rua do Comércio e o casario da Rua Martins da Cunha são datados da década de 1930, nenhum dos entrevistados já era nascido, sendo o conhecimento que possuem sobre essas construções provindo dos relatos de seus antepassados.

A respeito de gostarem ou não de morarem em suas casas, apenas um (1) respondeu que não, por achar o espaço pequeno, os demais responderam que sim, e dentre as justificativas mais recorrentes estão: a moradia ser própria, a relação de afeto e memória com a construção, por apresentar certo conforto e por serem bem localizadas - na Rua do Comércio podem encontrar serviços básicos-, como indicam as falas:

Sim, além de própria, ela é na rua. Bem central, fica perto de tudo. (Fiel, 25 anos)

Sim, porque é minha história, né? Muita recordação. Eu acho confortável, gosto do jeito dela e até da disposição. (Residente antigo, 47 anos)

Sim, porque além de ser o canto nosso, é aconchegante, tem tudo que a gente precisa e fica na rua, perto de tudo. (Residente novo, 21 anos)

Sim, porque era meu sonho comprar ela, essa casa sempre me passou uma energia boa. Hoje eu vejo ela não só como bem material, mas eu consigo me

reconhecer nela, sabe? É uma troca de energias. (Trabalhador recente, 27 anos)

Sim, acho linda. Gravatá tem um charme a mais, por causa dessas casas, né? Aqui tem ruas harmoniosas e casas com umas cores que se enquadram uma na outra, sabe? Parece uma pintura. (Residente recente, 27 anos)

Com relação a parte da casa que eles mais têm afinidade (figura 7), dentre as respostas, a sala recebe destaque, seguida pela varanda / terraço, por serem ambientes onde a sociabilidade com família, vizinhos e amigos se desenvolve com maior facilidade e por possuírem melhor ventilação. Como visto na implantação dos ambientes no lote, por serem geminadas, a maior parte dessas casas recebe ventilação apenas pela entrada principal e pelo quintal, além disso, esses ambientes são mais próximos à rua, fazendo com que o interior e exterior dessas construções funcionem como extensões um do outro, como colocam:

As salas. Porque é onde eu passo mais tempo, os quartos são muito apertados e quentes, as salas são mais fresquinhas, aí me sinto melhor. (Residente antigo, 47 anos)

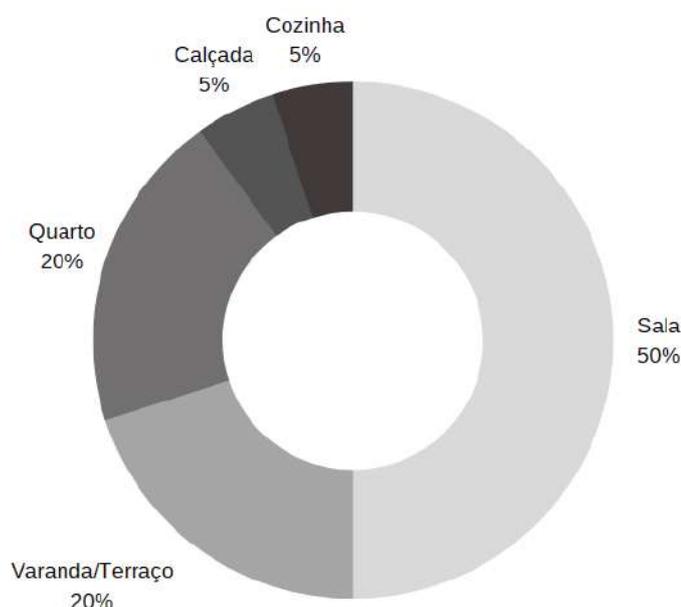
Sala, porque é onde posso relaxar, assistir tv, receber as pessoas. (Residente Antigo, 59 anos)

O terraço, porque é ventilado e posso ver o movimento da rua. (Fiel, 50 anos)

A varanda, porque consigo ver a rua e é ventilada. (Fiel, 25 anos)

O terraço, porque é onde sento 'pra' pegar vento e dá 'pra' ver a rua e o povo. (Residente antigo, 79 anos)

Figura 7 – Tipo de residência.



Fonte: Acervo Pessoal. 2023.

Em seguida, aparecem os quartos, por serem locais de maior privacidade e intimidade, seguidos da fachada da casa, por apresentar a estética própria da arquitetura popular do interior de pernambucano e a cozinha.

Quarto, pelo silêncio e sossego. (Fiel, 26 anos)

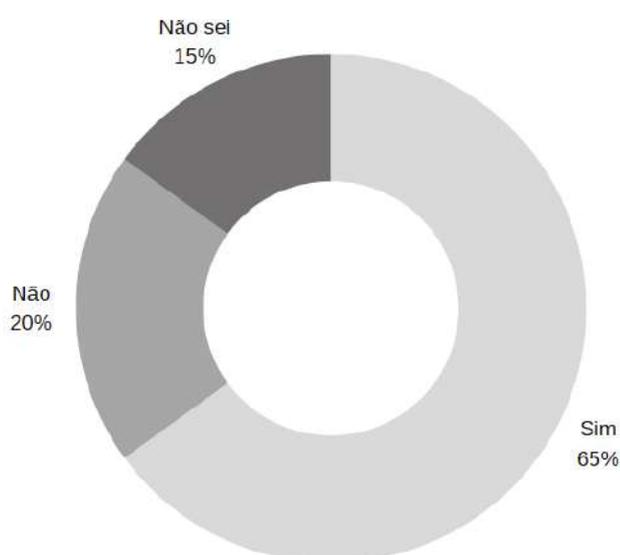
O quarto, porque tem ar condicionado, então fica bem friozinho. (Residente recente, 21 anos)

A fachada por si só tem um encanto à parte, adoro a parte da calçada, o solzinho do final da tarde no meu cantinho. (Residente recente, 27 anos)

Cozinha, porque eu amo cozinhar. (Residente Antigo, 51 anos)

Como visto no tópico de mudanças e permanências, no capítulo de Gravatá do Ibiapina, muitas das construções vêm sendo modificadas ao longo do tempo, frente a isso, foi questionado aos moradores se eles sabiam se a casa já havia passado por muitas reformas e, caso sim, quais teriam sido as modificações realizadas. Dos vinte entrevistados, 35% indicaram que não houveram reformas ou não tinham propriedade para responder, como no caso de alguns residentes recentes, que habitam casas alugadas (figura 8).

Figura 8 – Se houveram muitas reformas na casa.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Os outros 65% (treze), indicaram que sim, que a construção passou por modificações, algumas mais pontuais como aplicação de gesso ou repintura, mas as demais foram reformas maiores, como nova disposição de cômodos, construção de cisternas e anexos - como garagens -, troca do piso original e, até, descaracterização das fachadas:

Algumas, mas foram mais simples. Teve que pintar dentro e na frente e também precisou ajeitar umas telhas. (Residente recente, 27 anos)

Já, só não teve muita reforma na fachada, mas dentro mexeu em quase tudo, são poucas as partes originais. (Residente antigo, 58 anos)

Muitas. Mudou tudo, tanto dentro quanto fora mudou muito. (Fiel, 26 anos)

Teve uma reforma grande na fachada, na cisterna, retelhamento, no piso, esse piso de cimento queimado antes era só de tijolo antigo. Residente antigo, 84 anos)

Já sim, no piso, botou gesso, pintou, ajeitou a garagem, entre outras coisas, a gente foi adaptando às nossas necessidades. (Fiel, 47 anos)

Sim, a gente construiu garagem lá atrás, colocou cerâmica nela toda e na frente também a gente botou até a metade. (Fiel, 50 anos)

Para encerrar esse tópico, foi questionado aos entrevistados, se ainda gostariam de realizar algum tipo de reforma na construção, e caso sim, de qual o tipo. Metade das respostas, dez, apontou que não, a outra metade que sim. Para os que desejam realizar reformas, em sua maioria, as menções faziam referência a modificações internas, para ampliação ou adaptação dos cômodos, e as externas voltadas para ajustes no quintal e garagem, como pode ser observado a seguir:

Sim, aumentar os quartos, a garagem e a cozinha, e construir outro banheiro. (Residente antigo, 51 anos)

Sim, ajeitar a parte da garagem, aumentar algumas coisas, mas eu queria fazer isso deixando o mais perto do original dela. (Residente novo, 59 anos)

Sim, mas era só o piso porque ele é trabalhoso, tenho vontade também de ar condicionado, mais coisa pra meu conforto, sabe? Até pela idade mesmo. (Residente antigo, 58 anos)

Sim, queria ajeitar umas coisas no quintal, que hoje é todo de terra. (Residente novo, 21 anos)

Sim, queria fazer alguns ajustes, tipo aumentar o quintal. (Trabalhador novo, 27 anos)

Apenas duas respostas fizeram referência a reformas na fachada da residência, uma indicando que gostaria de modificar o padrão existente, e outra em caminho oposto, gostaria de retomar o padrão original:

Sim, na frente, mudar o padrão. Seria mais as portas, colocar tipo um portão. (Padre, 34 anos)

Sim, tenho vontade de voltar à fachada antiga e ajeitar a área de serviço. (Fiel, 26 anos)

## APÊNDICE B – ENTREVISTA COM MORADORES DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA

 <b>ENTREVISTA - MORADORES DE GRAVATÁ DO IBIAPINA</b>	
<b>NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:</b>	<b>DATA:</b>
<b>CATEGORIA:</b>	
IDADE:	
PROFISSÃO:	
MORA NO DISTRITO GRAVATAENSE?	
HÁ QUANTO TEMPO MORA NO LOCAL?	
CASA PRÓPRIA, ALUGADA, EMPRESTADA?	
HÁ QUANTO TEMPO MORA NESTA CASA?	
SABE QUANDO E POR QUEM A CASA FOI CONSTRUÍDA?	
JÁ HOVERAM MUITAS REFORMAS/ALTERAÇÕES NA CASA? POR QUAIS RAZÕES?	
QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA?	
GOSTA DE MORAR NESTA CASA? POR QUÊ?	
QUAL SUA PARTE FAVORITA DA CASA? POR QUÊ?	
DESEJA REALIZAR MODIFICAÇÕES NA RESIDÊNCIA? SE SIM, QUAIS?	
QUAIS SÃO SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EM GRAVATÁ DO IBIAPINA?	
VOCÊ CONSIDERA GRAVATÁ DO IBIAPINA UM LUGAR ESPECIAL? SE SIM, POR QUÊ?	
EXISTE ALGO EM GRAVATÁ DO IBIAPINA QUE VOCÊ GOSTARIA DE GUARDAR PARA SEUS FILHOS/ NETOS/PRÓXIMAS GERAÇÕES? SE SIM, O QUÊ?	

**APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MORADORES DO DISTRITO DE  
GRAVATÁ DO IBIAPINA**

 <b>ENTREVISTA - MORADOR DE OUTRA LOCALIDADE</b>	
<b>NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:</b>	<b>DATA:</b>
<b>CATEGORIA:</b>	
IDADE:	
PROFISSÃO:	
MORA NO DISTRITO GRAVATAENSE?	
ONDE MORA?	
TEM O HÁBITO DE FREQUENTAR O LOCAL? SE SIM, QUAL A FREQUÊNCIA?	
QUAIS SÃO SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EM GRAVATÁ DO IBIAPINA?	
VOCÊ CONSIDERA GRAVATÁ DO IBIAPINA UM LUGAR ESPECIAL? SE SIM, POR QUÊ?	
EXISTE ALGO EM GRAVATÁ DO IBIAPINA QUE VOCÊ GOSTARIA DE GUARDAR PARA SEUS FILHOS/ NETOS/PRÓXIMAS GERAÇÕES? SE SIM, O QUÊ?	

## APÊNDICE D – FICHA 1 DO INSTRUMENTO DE CONSULTA

	<b>CONSULTA DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA, TAQUARITINGA DO NORTE-PE</b>
<b>NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:</b>	
<b>CATEGORIA:</b>	
<b>FICHA 01</b>	
<b>COM QUAIS DESSES BENS VOCÊ TEM MAIOR IDENTIDADE?</b> - ORDENAR POR IMPORTÂNCIA DECRESCENTE (DO MAIS PARA O MENOS IMPORTANTE)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
<b>AS IMAGENS DOS BENS SERÃO APRESENTADAS, DE FORMA IMPRESSA E COLORIDA, TAMANHO A4, FORMATO PAISAGEM.</b>	

**APÊNDICE E – FICHA 2 DO INSTRUMENTO DE CONSULTA**

 <b>CONSULTA DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA, TAQUARITINGA DO NORTE-PE</b>	
<b>NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:</b>	
<b>CATEGORIA:</b>	
<b>FICHA 02</b>	
<b>DIGA UMA FRASE BREVE QUE EXPRESSE O SIGNIFICADO DE CADA BEM</b>	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	



## APÊNDICE G – FICHA 4 DO INSTRUMENTO DE CONSULTA

 <b>CONSULTA DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA, TAQUARITINGA DO NORTE-PE</b>	
NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:	
CATEGORIA:	
BEM:	
<b>FICHA 04</b>	
<b>SOBRE O BEM E SEUS ATRIBUTOS, RESPONDA E JUSTIFIQUE (assinale X no campo em branco):</b>	
Quanto à <b>integridade</b> do bem, você afirma que no recorte temporal dos últimos 30 anos, suas características materiais ou imateriais:	
INTEGRIDADE	Não mudaram, expressam perfeitamente os valores patrimoniais.
	Mudaram, expressam parcialmente os valores patrimoniais.
	Não expressam mais os valores patrimoniais.
	Não conheço o atributo/ não tenho propriedade.
JUSTIFIQUE:	
Quanto à autenticidade do bem, no recorte temporal dos últimos 30 anos, você afirma que:	
AUTENTICIDADE	
JUSTIFIQUE:	

## APÊNDICE H – APLICAÇÃO COM OS ATORES SOCIAIS

Residente Antigo 01	VALORES							
ATRIBUTOS	USO	ECONÔMICO	HISTÓRICO	SIMBÓLICO	CULTURAL	ANTIGUIDADE	ARTÍSTICO	NENHUM
Igreja N. Sra. Conceição	1	0	1	1	1	0	0	0
Festa N. Sra. Conceição	0	0	1	1	1	1	0	0
Padre Ibiapina	0	1	1	1	1	0	0	0
Casario da R. Comércio	1	1	1	1	1	1	0	0
Casario da R. Martins	1	0	1	1	1	1	0	0
Praças R. Comércio	1	0	1	1	1	0	0	0
Sede da S. Musical	1	1	1	1	1	0	0	0
Banda M. Pe. Ibiapina	1	1	1	1	1	0	0	0
Tranquilidade	0	0	0	1	1	0	0	0
Senso de vizinhança	0	0	0	1	1	0	0	0
Mercado Público	0	0	1	1	1	1	0	0
Escola M. Pe. Ibiapina	1	0	1	1	1	0	0	0
<b>Total dos Valores</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Frequentadora 01	VALORES							
ATRIBUTOS	USO	ECONÔMICO	HISTÓRICO	SIMBÓLICO	CULTURAL	ANTIGUIDADE	ARTÍSTICO	NENHUM
Igreja N. Sra. Conceição	1	0	1	1	1	0	0	0
Festa N. Sra. Conceição	0	0	1	1	1	0	0	0
Padre Ibiapina	0	0	1	1	1	0	0	0
Casario da R. Comércio	0	0	1	0	0	1	0	0
Casario da R. Martins	0	0	1	0	0	1	0	0
Praças R. Comércio	1	0	0	1	0	0	0	0
Sede da S. Musical	1	0	0	0	1	0	0	0
Banda M. Pe. Ibiapina	0	0	1	0	1	0	0	0
Tranquilidade	0	0	0	1	1	0	0	0
Senso de vizinhança	0	0	0	1	1	0	0	0
Mercado Público	0	0	0	0	0	0	0	1
Escola M. Pe. Ibiapina	1	0	0	0	1	0	0	0
<b>Total dos Valores</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fiel 01	VALORES							
ATRIBUTOS	USO	ECONÔMICO	HISTÓRICO	SIMBÓLICO	CULTURAL	ANTIGUIDADE	ARTÍSTICO	NENHUM
Igreja N. Sra. Conceição	0	0	1	1	1	1	1	0
Festa N. Sra. Conceição	0	0	1	1	1	0	0	0
Padre Ibiapina	0	0	1	1	1	0	0	0
Casario da R. Comércio	0	0	1	1	1	1	1	0
Casario da R. Martins	0	0	1	1	1	1	1	0
Praças R. Comércio	1	0	0	1	1	0	0	0
Sede da S. Musical	1	0	1	1	1	0	0	0
Banda M. Pe. Ibiapina	1	0	1	1	1	0	0	0
Tranquilidade	0	0	0	1	0	0	0	0
Senso de vizinhança	0	0	0	1	1	0	0	0
Mercado Público	0	0	1	0	0	1	0	0
Escola M. Pe. Ibiapina	1	0	1	1	0	0	0	0
<b>Total dos Valores</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

## APÊNDICE I – APLICAÇÃO DA FICHA 4 COM ESPECIALISTAS

ESPECIALISTA 01												
AUTENTICIDADE	Igreja N.Sra. Conceição	Festa N.Sra. Conceição	Padre Ibiapina	Casario da R. Comércio	Casario da R. Martins	Praças R. Comércio	Sede da S. Musical	Banda M. Pe. Ibiapina	Tranquilidade/ Lugar pacato	Senso de vizinhança	Mercado Público	Escola M. Pe. Ibiapina
Continua Autêntico		X	X		X		X		X	X		
Parcialmente Autêntico	X			X				X				X
Não é mais Autêntico						X					X	
Não tenho propriedade												
<b>Justificativa</b>	Principalmente na sua parte interna, foram feitas alterações que comprometem sua autenticidade.	É uma tradição seguida por gerações.	Permanece vivo na história e memória.	São identificadas alterações nas fachadas (portas, janelas, aplicação de cerâmicas), mas ainda resguardam sua composição original.	São identificadas alterações nas fachadas (portas, janelas, aplicação de cerâmicas), mas ainda resguardam sua composição original.	Essa é uma triste realidade, já não condiz com sua verdadeira característica.	Acredito que tenha sofrido alterações, entretanto o uso permanece.	Acredito que as mudanças não comprometem a autenticidade.	Sempre foi um lugar tranquilo.	Sempre foi assim, que eu me lembro.	Acredito que sofreu alterações, inclusive de uso.	Parte permanece com as características originais, mas teve muitas alterações, principalmente, com a instalação da quadra.

INTEGRIDADE	Igreja N.Sra. Conceição	Festa N.Sra. Conceição	Padre Ibiapina	Casario da R. Comércio	Casario da R. Martins	Praças R. Comércio	Sede da S. Musical	Banda M. Pe. Ibiapina	Tranquilidade/ Lugar pacato	Senso de vizinhança	Mercado Público	Escola M. Pe. Ibiapina
Expressam perfeitamente		X	X	X	X		X	X	X	X		
Expressam parcialmente	X					X					X	X
Não expressam mais												
Não tenho propriedade												
<b>Justificativa</b>	Em relação ao interior da igreja houveram alterações que podem ser revertidas.	Existe um esforço para que se mantenha essa prática religiosa e por isso acredito que permaneça íntegra. Na verdade, já se tornou uma tradição!	Pe. Ibiapina continua na memória e identidade do vilarejo.	Como citado anteriormente essa rua em especial permanece íntegra, sem alterações as suas características originais.	Como citado anteriormente essa rua em especial permanece íntegra, sem alterações as suas características originais.	Apesar de manter o miolo central não permanece íntegro, houveram alterações significativas.	Não vi alterações relevantes.	Os valores permanecem íntegros.	Permanece um lugar tranquilo.	Permanece os mesmos valores de coletividade.	Acredito que não permaneça íntegro, mas, mantém os valores.	Sofreu alterações e portanto não permanece íntegro.

## APÊNDICE J – DEEXPERIMENTAÇÕES NO PATRIMÔNIO EDIFICADO POPULAR

Neste último tópico serão apresentadas, brevemente, duas experiências relacionadas ao patrimônio cultural do distrito de Gravatá do Ibiapina, das quais a autora pode participar ativamente. Ambas ocorreram nas edições do Festival de Cinema Curta Taquary<sup>91</sup> em 2022 e 2023, respectivamente. Abordando a sustentabilidade como foco central, em tais edições, o evento permitiu a apresentação de diversas pautas que apontassem para um futuro mais democrático e respeitoso com a cultura local, dentre elas estava a temática da preservação do patrimônio cultural.

Em março de 2022<sup>92</sup> foi realizada em Gravatá do Ibiapina a oficina de formação “Da Poesia ao Vídeo”, que tinha como objetivo construir um filme com os alunos do ensino fundamental da Escola Municipal Padre Ibiapina sobre as vivências dos moradores no espaço gravataense, através de poesias. Partindo da realidade do povoado, as crianças memoraram como é viver neste lugar, percorreram as ruas do distrito, capturando características singulares da paisagem e retratando cenas das vivências e cultura local.

Além da elaboração do vídeo final, a proposta da oficina foi apresentar o resultado em praça pública, para os moradores gravataenses. A projeção<sup>93</sup> foi transmitida na fachada de uma das edificações do casario da Rua do Comércio, que atualmente é propriedade da prefeitura municipal, e tem apenas como uso o depósito de materiais inutilizados.

---

<sup>91</sup> Ministrada pela cineasta Eva Jofilsan, a oficina aconteceu durante o Curta Taquary - festival de Curta Metragens nacionais e internacionais que acontece anualmente na cidade de Taquaritinga do Norte, desde 2005.

<sup>92</sup> Durante uma semana, de 14 a 18 de março, foram ministradas aulas teóricas e práticas sobre a elaboração e construção de filmes com equipamentos e ferramentas de fácil acesso.

<sup>93</sup> Link: [https://www.instagram.com/p/CbSzt\\_HFBt/](https://www.instagram.com/p/CbSzt_HFBt/)

Figura 1 – Apresentação do resultado da oficina “Da poesia ao vídeo”.



Fonte: Acervo pessoal, março de 2022.

A outra oficina se deu pelo projeto de formação DOCUMENTANDO<sup>94</sup>. Com o intuito de despertar a reflexão e o conhecimento, através do estímulo à criticidade, as aulas se dividem em teoria e prática, abordando os mais diversos temas. Os documentários são resultado do exercício da realidade social, cultural e das vivências dos participantes, trazidas à tona durante os debates em sala de aula, como aconteceu com a pauta do patrimônio cultural em Taquaritinga do Norte, e conseqüentemente em Gravatá do Ibiapina. O documentário final da Oficina, realizada em março de 2023, contou com derivas no espaço urbano com alunos de algumas escolas e alguns participantes de maior faixa etária. Foram gravados diversos trechos na sede municipal e no distrito gravataense, principalmente na área de estudo escolhida para essa dissertação, sendo realizado um longo passeio de reconhecimento no patrimônio cultural material local.

---

<sup>94</sup> Foi criado em 2009, pelo cineasta Marlom Meirelles, com o objetivo não só de incentivar, mas de capacitar e formar realizadores para desenvolver produções audiovisuais, as oficinas DOCUMENTANDO, se tornaram referência em Pernambuco.

Figura 2 – Participantes da Oficina Documentando.



Fonte: Acervo pessoal, março de 2023.

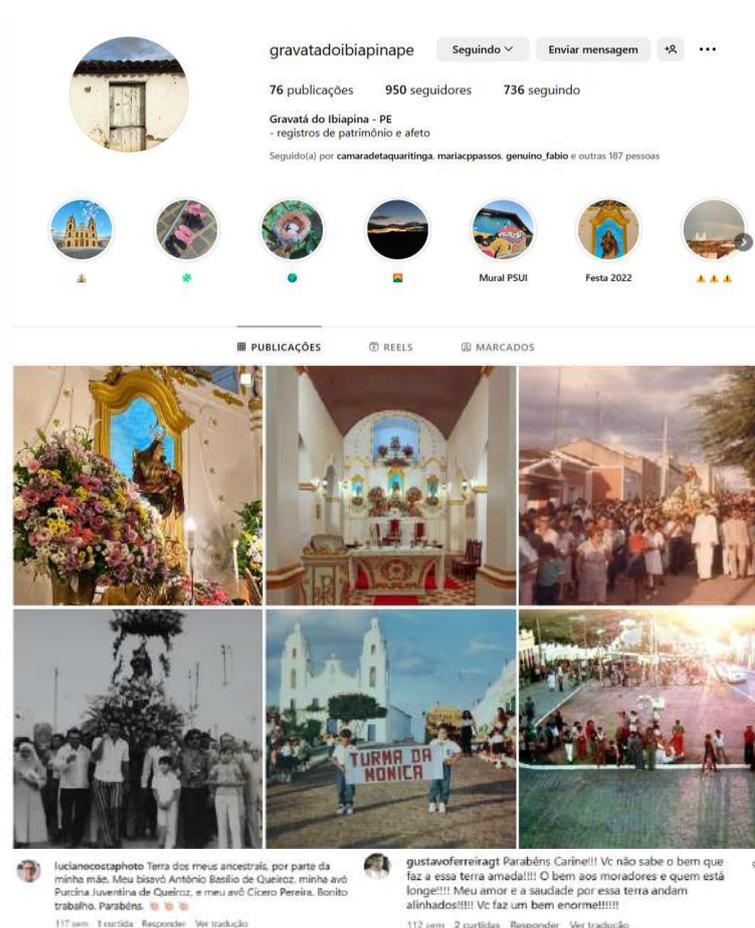
Todos esses passos originaram um documentário, intitulado “As casas, mudas testemunhas da vida”<sup>95</sup>, que possibilitou a sensibilização da comunidade perante os bens patrimoniais que vivenciam e valoram cotidianamente. Entendendo que o processo se deu através do estímulo a uma percepção crítica dos atores perante o patrimônio cultural no qual estão inseridos, tais ações mostram-se como caminhos iniciais de uma educação patrimonial, principalmente, quando se leva em conta que os próprios atores sociais, participam ativamente do processo de reconhecimento desse patrimônio local. É, portanto, um link entre teoria e prática patrimonial.

<sup>95</sup> Link: <https://www.youtube.com/watch?v=9YcxCbV39pU>

## APÊNDICE K – O INSTAGRAM DE GRAVATÁ DO IBIAPINA-PE

Em novembro de 2020 a autora criou uma conta no Instagram<sup>96</sup> dedicada aos registros do conjunto edificado de Gravatá do Ibiapina, à medida que a rede de contatos foi crescendo, percebeu-se a importância das fotografias para além do resguardo figurativo do casario em arquitetura popular, uma vez que os usuários da página também se reconheciam ou identificavam amigos e familiares nas fotos. Pela possibilidade de trocas virtuais, entre documentos e conversas, está sendo possível cruzar novas informações com os dados captados até agora sobre o local. São memórias, lembranças e um (re)conhecimento da área através das pessoas que já passaram em algum momento pelo distrito gravataense.

Figura 1 - Instagram Gravatá do Ibiapina-PE.



Fonte: Acervo pessoal.

<sup>96</sup> @gravatadoibiapinape

**ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 1.940/2018, PREFEITURA DE  
TAQUARITINGA DO NORTE, PE**

*Câmara*



PREFEITURA DE TAQUARITINGA DO NORTE - PE

LEI MUNICIPAL Nº 1.940/2018

PUBLICADO

31.06.2018

*[Handwritten signature]*  
PREFEITO

EMENTA: PARA QUE TODO E QUALQUER PRÉDIO PÚBLICO, LOGRADOURO PÚBLICO E ÁRVORES HISTÓRICAS EM NOSSA CIDADE E VILAS, SEJAM PRESERVADAS E QUE, O PODER PÚBLICO MUNICIPAL SÓ PODERÁ DEMOLIR, TRANSFERIR OU MODIFICAR QUANDO PASSAR PELO PODER LEGISLATIVO.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE-PE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o **Projeto de Lei Legislativo nº 020/2018** e Eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica denominado que todo e qualquer prédio público, logradouro público e árvores históricas em nossa cidade e vilas, sejam preservadas e que, o poder público municipal só poderá demolir, transferir ou modificar quando passar pelo poder legislativo.

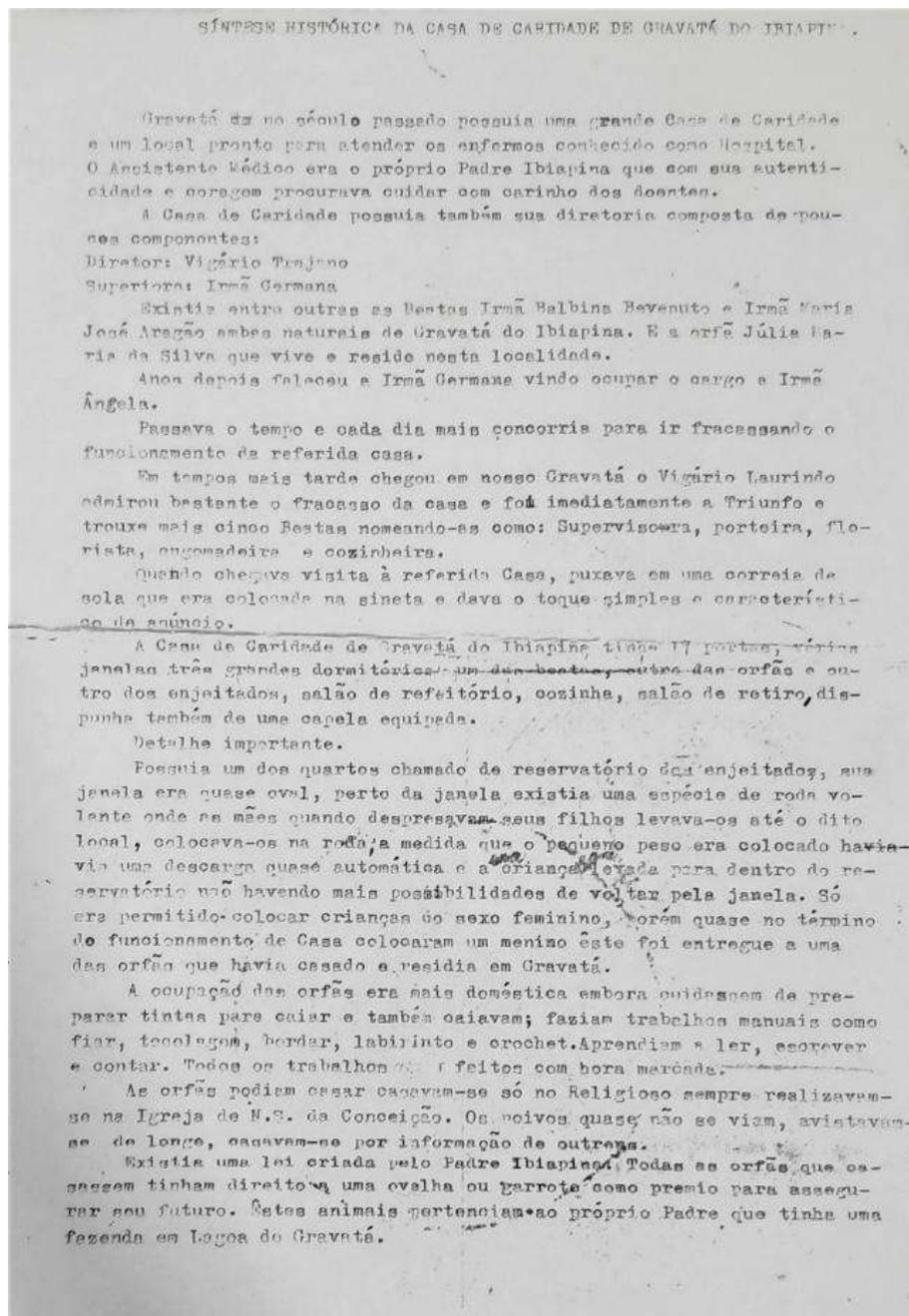
**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Taquaritinga do Norte, 11 de junho de 2018.

*[Handwritten signature]*  
IVANILDO MESTRI BEZERRA  
PREFEITO

## ANEXO B – SÍNTESE HISTÓRICA DA PRIMEIRA CASA DE CARIDADE EDIFICADA PELO PE. IBIAPINA



Fonte: Acervo de José Mendes de Carvalho. Sem data. Acesso em outubro de 2019.